

ISABEL CRISTINA DO VALE LAGES TRABUCHO



**A DISTÂNCIA CONVERGENTE:
EÇA DE QUEIROZ E GUILHERME DE AZEVEDO
CORRESPONDENTES DA *GAZETA DE NOTÍCIAS* DO
RIO DE JANEIRO**

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA 2006

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Aberta, para a obtenção do
grau de Mestre em Estudos Portugueses
Interdisciplinares.**

ISABEL CRISTINA DO VALE LAGES TRABUCHO

**A DISTÂNCIA CONVERGENTE:
EÇA DE QUEIROZ E GUILHERME DE AZEVEDO
CORRESPONDENTES DA *GAZETA DE NOTÍCIAS* DO
RIO DE JANEIRO**

**Dissertação de Mestrado em
Estudos Portugueses Interdisciplinares**

**Orientadora: Professora Doutora
Ana Nascimento Piedade**

**UNIVERSIDADE ABERTA
LISBOA 2006**

Ao meu pai

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos muitos meses em que este trabalho foi realizado, pude contar com a generosidade de muitas pessoas que se interessaram por mim, apoiando-me e facultando-me concluí-lo. Os parágrafos que se seguem são uma das pequenas formas de que disponho para lhes agradecer.

Mais do que uma honra, foi para mim uma felicidade ser orientada pela Professora Doutora Ana Nascimento Piedade, a quem dirijo o meu mais profundo agradecimento, não só pela orientação deste trabalho, como pela confiança em mim depositada para a sua concretização e pelo entusiasmo, disponibilidade e amizade que sempre me dispensou.

A Armanda Paula Rodrigues, amiga e colega de mestrado, com quem fui partilhando os meus bons e piores momentos, quero expressar o quanto valorizo a interdependência, o respeito e os bons sentimentos que nos unem.

Ao Padre Alexandre Santos, meu colega e amigo de mestrado, pelo alegre, carinhoso, prestável e gratificante relacionamento que construímos.

Ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro, na pessoa da Dr.^a Mariana Castro Caldas, pelo auxílio prestado na selecção e disponibilização das preciosas reproduções dos desenhos do caricaturista.

Ao Museu Municipal de Santarém, pela pronta colaboração em facilitar a consulta das crónicas no espólio de Guilherme de Azevedo.

A minha mãe agradeço tudo o que me tem dado ao longo da vida, com o seu amor incondicional.

À memória de meu pai que, embora ausente, me acompanhou em cada dia, ao longo destes dezassete anos de saudade, dando-me força para continuar.

Ao João Nuno, companheiro do sucesso e do fracasso, da alegria e da tristeza, da saúde e da doença, nestes longos anos das nossas vidas, quero

agradecer toda a paciência que me dedicou e o estímulo para continuar em momentos de algum desânimo, assim como a compreensão pela pouca atenção que lhe dediquei e que espero poder compensar.

Ao Rodolfo, companheiro de todas as horas, sempre atento ao teclar e ao silêncio da leitura.

Não posso deixar de expressar um doce agradecimento a Ana Caeiro, ex-secretária deste mestrado, pelo acolhimento caloroso e continuada amabilidade, eficiência e construção das mais diversas pontes de contacto com os alunos.

Agradeço, ainda, a todos aqueles cujo nome, por lapso ou simples esquecimento, não figura no presente texto mas que, de algum modo, contribuíram para que ele se tornasse possível.

RESUMO

Tendo como ponto de partida as relações entre Literatura e Jornalismo, debruçamo-nos sobre a importância da imprensa em Oitocentos, nomeadamente o folhetim no qual se inscreve o texto cronístico. O periodismo terá sido, no século XIX, berço de muitos escritores que utilizaram a crónica, género híbrido, para veicular um complexo retrato social. Os correspondentes jornalísticos no estrangeiro enviavam as imagens das culturas europeias, através da sua numerosa produção cronística, referindo e comentando os mais variados aspectos de uma realidade que se revelava aos seus olhos.

Entre 1880 e 1882, Eça de Queiroz e Guilherme de Azevedo eram correspondentes de imprensa (o primeiro de Inglaterra e o segundo de Paris) para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. As suas crónicas e outra prosa não ficcional veicularam aos leitores do referido periódico a reflexão sobre os grandes acontecimentos ou as minudências das situações a que assistiram ao longo do tempo que viveram nesses países europeus. Apesar da distância pessoal e geográfica entre ambos, estes grandes escritores e jornalistas da Geração de 70, amigos comuns de Ramalho Ortigão, ofereceram ao seu público leitor carioca diferentes visões dessas duas nações consideradas, no último quartel do século, como os pólos culturais do mundo.

Palavras-chave: Folhetim, crónicas, *Gazeta de Notícias*, Guilherme de Azevedo, Eça de Queiroz.

ABSTRACT

Concerning the strong relation between Literature and Journalism during the nineteenth century we intend to analyse the importance of the press in these times, especially the feuilleton in which the chronicle remains. The newspaper must have been by then the birthplace of many writers who made use of that hybrid kind of text to convey a complex social portrait. The press correspondents abroad sent their personal views of those European cultures, through their abundant chronicle production, reporting and making comments on many and variegated aspects on the actuality caught by their own eyes.

From 1880 to 1882, Eça de Queiroz and Guilherme de Azevedo were press correspondents (the first living in England and the second in Paris) to the *Gazeta de Notícias* of Rio de Janeiro. Their chronicles and other non-fictional prose gave the newspaper readers the traces of the time they spent in those European countries. In spite of the personal and geographical distances between them, these two great writers and journalists belonging to the *Geração de 70* (both friends of Ramalho Ortigão) offered their Brazilian public readers (the cariocas) different visions of the two nations regarded in the last quarter of the nineteenth century as the cultural poles of the entire world.

Keywords: Feuilleton, chronicles, *Gazeta de Notícias*, Guilherme de Azevedo, Eça de Queiroz.

**Quadro das crônicas de Eça de Queiroz , publicadas na
Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, que constituem o
corpus de estudo desta dissertação:**

Data de Publicação – Rio de Janeiro	TÍTULO
24-VII-1880	Cartas de Paris e Londres
17-VIII-1880	Cartas de Paris e Londres
19-IX-1880	Cartas de Inglaterra
31-X-1880	Um artigo do «Times» sobre o Brasil
3-XII-1880	O Inverno em Londres
7-I-1881	A perseguição dos judeus
9-II-1881	Cartas de Inglaterra: Natal- Literatura de Natal para crianças
5-IV-1881	A Irlanda e a Liga Agrária
23-VIII-1881	Lord Beaconsfield I
24-VIII-1881	Lord Beaconsfield II
17-XI-1881	Àcerca de Livros
18-XI-1881	Àcerca de Livros (conclusão)
6-III-1882	Uma partida feita ao «Times»
27-IX-1882	Os Ingleses no Egipto
28-IX-1882-	Os Ingleses no Egipto II
29-IX-1882	Os Ingleses no Egipto III
13-X-1882	Os Ingleses no Egipto IV
17-X-1882	Os Ingleses no Egipto V
24-X-1882	Os Ingleses no Egipto VI

Quadro das crónicas de Guilherme de Azevedo, publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que constituem o *corpus* de estudo desta dissertação:

Data de Publicação – Rio de Janeiro	ASSUNTO
3-XI-1880	O papel do cronista A Política; A Literatura
4-XI-1880	Fraycenet e as congregações religiosas; Paris: os teatros
11-XI-1880	O Outono: Paris autêntico; o livro de Dumas; a mulher parisiense
12-XI-1880	O tempo em Paris; As exéquias de Offenbach
21-XI-1880	Crónica Parisiense: os espectáculos e a neve
1-XII-1880	O dia de finados; as estreias teatrais
25-XII-1880	A neve; o caso da rua de Puebla
8-I-1881	O tempo parisiense; as estátuas de Paris
20-I-1881	Gambetta; os teatros
8-II-1881	O novo ano; a morte de Blanqui
23-II-1881	A alvura da cidade; Gambetta no banquete dos taberneiros
17-III-1881	As peças de Dumas e Zola
16-IV-1881	O assassinato do Czar; o caso dos títulos de nobreza
3-V-1881	As crises política e teatral

(continua)

(continuação)

4-V-1881	A intervenção francesa em Tunes; a crise do teatro
2-VI-1881	Paris - a grande <i>Babilónia do Sena</i>
3-VI-1881	Os turistas e a Primavera
28-VI-1881	A morte de Littré; a corrida de cavalos
15-VII-1881	A abertura da pesca; as profecias do fim do mundo; A chegada do calor; os teatros fecham
19-VII-1881	O Salão de Paris e as suas obras; um pintor brasileiro no Salão
16-VIII-1881	As comemorações do 14 de Julho em Paris
22-VIII-1881	A falta de água na cidade; a grande actividade nos teatros preparando a nova época
5-IX-1881	A campanha eleitoral; a deserção dos parisienses para as praias
17-X-1881	O Outono em Paris; a desonestidade na restauração; a abertura dos teatros
3-XI-1881	Chegada do Inverno; Zola deixa o <i>Figaro</i>
22-XI-1881	Os muitos eventos na cidade de Paris
4-XII-1881	Os cemitérios; uma ópera passada em Portugal
11-II-1882	O recenseamento; os porteiros; o caso da peça de Sardou
28-II-1882	O fim do ano; o mercantilismo natalício

ÍNDICE

Introdução	p. 1
I – Jornalismo e Literatura no último quartel do século XIX	p. 6
1 - A leitura, a imprensa e o folhetim no Portugal de Oitocentos	p. 7
2 – A crónica jornalística oitocentista – alguns temas nucleares	p. 42
II – Dois cronistas portugueses na <i>Gazeta de Notícias</i> do Rio de Janeiro	p. 75
1 – Eça de Queiroz, o “hóspede quase permanente” : a correspondência de Inglaterra para a imprensa brasileira (1880-1882)	p. 77
2 - Guilherme de Azevedo em Paris – correspondente de imprensa para o Brasil (1880-1882)	p. 133
Conclusão	p. 195
Bibliografia	p. 205

ÍNDICE de GRAVURAS

- 1 – Frontespício da *Gazeta de Notícias* (postal de lembrança)
Rio de Janeiro, cais da Glória
www.brasilcult.pro.br/.../jornais/jornais01.htm (retirado a 22-2-2007).....capa
- 2 – Camilo Castelo Branco a todo o vapor (*Calcanhar de Aquiles*)
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 9
- 3 – Inauguração do Canal do Suez (imagem digital).....p. 15
- 4 - Folhetim do *Diário de Notícias*, 1869.....p. 16
- 5 – Cronistas de Lisboa (*Calcanhar de Aquiles*)
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 65
- 6 – Eça de Queiroz, *Álbum das Glórias*, nº 9, Julho de 1880
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 75
- 7 - *As Farpas, Os Pontos nos ii*, 14-IV-1887
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 80
- 8 - Eça de Queiroz, *O António Maria*, 15-VII-1880
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 89
- 9 - Eça de Queiroz, *O Besouro*, 4-V-1878
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 102
- 10 – Homenagem a Eça de Queiroz, *A Paródia*, 29-VIII-1900
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 123

- 11 - Eça de Queiroz, cerâmica MRBP 0376
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 127
- 12 – Guilherme de Azevedo (João Rialto), *Álbum das Glórias*, nº 14,
Dezembro de 1880
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 132
- 13 – *A Berlinda*, nº inventário MRBP, grav. 1553
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 137
- 14 - Guilherme de Azevedo
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 140
- 15 - “À saúde de Guilherme de Azevedo”, *O Besouro*, Lisboa, 30-VIII-1880
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 144
- 16 - “A Guilherme de Azevedo”, *O António Maria*, 9-IX-1880
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 147
- 17 – Guilherme de Azevedo no seu leito de morte; o enterro em Saint Ouen
O António Maria, 9-IV-1882
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 190
- 18 – Funeral de Guilherme de Azevedo, *O António Maria*, 16-IV-1882
Rafael Bordalo Pinheiro.....p. 192

INTRODUÇÃO

No século XIX, a Literatura e o Jornalismo encetaram uma estreita relação tendo em conta que todos os grandes escritores colaboraram na imprensa periódica, através da poesia, da crónica, do conto ou, inclusive, do romance. O escritor oitocentista apresentava um carácter polimórfico pelo facto de cultivar a arte literária concomitantemente com a escrita jornalística que, muitas vezes, mantinha com a imprensa, de modo a conquistar prestígio e visibilidade, para além de auferir alguns proventos.

O jornal era visto como um meio fundamental para a transformação da sociedade da época. Através da crónica, ou de outros textos jornalísticos, poder-se-ia criticar abertamente a realidade quotidiana, visto tratar-se de um “espaço de liberdade” em que o cronista podia, de forma aberta e avulsa tratar das mais diversas temáticas relativas à sociedade. A imprensa estava presente, a par e passo dos acontecimentos, em pessoas e nos seus feitos, nas opiniões, boatos e intrigas, multiplicando-se o número de periódicos, tanto em Portugal como no Brasil. Os jornais passavam testemunho do que acontecia (ou do que podiam fazer acontecer), alimentavam os dias dos cidadãos ávidos de informação e apresentavam-se como órgão de um liberalismo ainda latente.

Neste contexto, o folhetim surge como o espaço, por excelência, da inscrição desse universo de escrita estritamente literária ou de cariz jornalística, que contou com a colaboração de um largo número de escritores oitocentistas, entre os quais, e com mais frequência e quase comprometimento, os autores e intelectuais da Geração de 70.

A colaboração de Eça com a imprensa periódica, em revistas e jornais do seu tempo, foi extensa e coincidente com o início da sua produção artística – as primícias literárias ecianias foram publicadas na *Gazeta de Portugal*, nos anos de 1866 e 1867, e em *Revolução de Setembro* (1870). Trata-se, inegavelmente, de um domínio da

actividade cultural que Eça sempre privilegiou como simples colaborador, jornalista, criador ou até director, como no caso do *Distrito de Évora*, de 1867.

Eça de Queiroz, sendo embora mais conhecido, lido e apreciado pela sua obra ficcional, revelou-se assazmente na sua epistolografia e no texto jornalístico (destacando-se a crónica), onde traça o quadro de toda uma realidade coeva numa época conturbada e em contínua evolução. Em face da actualidade de qualquer acontecimento, a crónica queiroziana revela-nos o espírito subtil do seu autor que consegue fazer arte, sem falar de arte, constituindo esses textos jornalísticos um testemunho das suas impressões, das imagens e das ideias de um escritor que, como poucos, nos revela a sua vivência e caracteriza o quotidiano e os acontecimentos que dele fazem parte, no último quartel do século XIX.

Deste modo, as crónicas, as cartas e outros escritos foram sendo publicados na imprensa portuguesa. Em 1880, Eça inicia a sua colaboração com a imprensa brasileira, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, dando ensejo à sua necessidade de manter a escrita não ficcional nos seus hábitos diários, conforme refere em *Correspondência* – “Eu necessito fazer correspondência por higiene intelectual...”.¹

Desde essa data até 1897 (apesar dos interregnos de 1883 a 1886 e de 1889 a 1891), Eça deleita o seu público-leitor brasileiro (mais fiel e devotado que o português) encetando a sua longa colaboração com uma série de crónicas e outros textos de imprensa em que fascina os seus numerosos leitores, de tal modo que pode ainda hodiernamente ser considerado um dos mestres do jornalismo daquele país. Granjeou prestígio e fama junto do público e dos seus pares, sendo eleito como “talvez o jornalista mais ágil, mais espirituoso, mais elegante, mais completo que já apareceu na imprensa brasileira”.²

Deste modo, o cronista vislumbrava informar o leitor de além-mar, não somente dos acontecimentos triviais e comezinhos de Londres e Paris, como pólos culturais do mundo, mas, acima de tudo, examinar e problematizar explicitamente um ideário moral, político, literário e artístico de uma Europa de Oitocentos. Assim, de entre esse extenso *corpus* de textos de imprensa, seleccionámos nesta colaboração eciana para o Brasil as crónicas correspondentes aos anos de 1880 a 1882, por se

¹ Carta a Ramalho Ortigão de 10-7-1879, in *Correspondência – Eça de Queiroz*, Volume I, Lisboa, IN-CM, 1983, p.179.

² Manuel Bandeira, “Correspondência de Eça de Queiroz para a imprensa brasileira”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Edições Dois Mundos, 1945, p. 168.

reportarem não só a uma primeira fase da correspondência para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, como também por coincidirem com o período temporal em que Guilherme de Azevedo se encontrava, de igual modo, como correspondente estrangeiro para o jornal carioca, na capital francesa. Este havia sido contratado pelo periódico brasileiro, em Setembro de 1880, para suprir essa falta de um jornalista português em Paris, tendo em conta que Eça passaria a tratar, a partir de então, exclusivamente dos assuntos de Inglaterra. Em 1882, Guilherme de Azevedo falecia, aos 42 anos, de doença crónica, em Paris, terminando desse modo abrupto a sua correspondência para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Por conseguinte, através da leitura e da análise das crónicas enviadas das duas capitais europeias pelos dois autores portugueses, procuraremos descortinar e interpretar o modo como ambos vêem e analisam outros povos e acontecimentos europeus, nas suas vertentes culturais, políticas, civilizacionais, artísticas e inclusive na vida mundana.

Neste sentido, o propósito desta investigação prende-se com a análise, através da sistematização e interpretação do discurso nos inúmeros textos jornalísticos de Eça de Queiroz e de Guilherme de Azevedo para o Brasil, do modo como os dois autores observam e fazem ver uma realidade inteligível aos seus olhos, embora vincadamente marcada pelas vivências e culturas próprias. Com este estudo almejamos uma busca, tão rigorosa quanto possível, num conjunto seleccionado de textos jornalísticos enviados para o Brasil, da visão dos cronistas que se servem da imprensa para retratar um tempo histórico preciso.

Ao longo das suas inúmeras crónicas e outros textos jornalísticos, os dois autores utilizam um discurso onde tecem críticas e fazem acertados juízos de valor em relação a outros povos e civilizações, ao mesmo tempo que nos revelam impressões sobre os dois países imersos num mundo burguês e numa sociedade hipócrita que acham necessário acutilar.

Tal como a etimologia da palavra evidencia, crónica deriva de *chronos*, isto é, trata-se de uma escrita indissociável do tempo que, muitas vezes, aborda assuntos do quotidiano num relato curto. Assim, neste tipo específico de texto de imprensa, o autor alia o seu *esprit* e o carácter lúdico da crónica com o objectivo fulcral de persuadir o leitor das ideias veiculadas, contando com as bases de conhecimento dos que o liam, por partilharem a mesma época e a mesma língua, comungando obviamente do mesma vivência histórica.

Sabendo nós que os leitores brasileiros se encontravam distantes da mundividência europeia, surgem-nos inúmeras questões relativas à **temática** seleccionada para esse público leitor e ao **modo** como os cronistas analisam e representam a sociedade do seu tempo para um receptor externo e afastado dessa vivência e da realidade europeia. Afigura-se-nos igualmente importante conhecer e analisar a **recepção dos leitores** brasileiros aos seus textos de imprensa na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro nas derradeiras décadas do século XIX, assim como desvendar a **imagem** que os dois escritores detinham desse leitor estrangeiro de um país que nenhum deles visitou.

Apesar de Eça de Queiroz ser um autor muito estudado na sua vertente ficcional, parece-nos que, no que diz respeito aos seus textos para a imprensa, a existência de menos trabalhos de investigação justificaria a pertinência deste estudo. Curiosamente, essa criação não ficcional tem sido mais estudada e apreciada por investigadores brasileiros, embora a temática principal a investigar neste trabalho – o modo como o autor vê outros povos, culturas e realidades pátrias não tenha sido ainda contemplada, na sua especificidade, pelo que nos merece agora todo o nosso interesse e aprofundamento com vista a uma articulação de Eça correspondente de imprensa, onde se revelam as suas facetas de cronista, ensaísta e epistológrafo, com o contista e romancista.

O facto de se apresentar, de algum modo, como um estudo comparativista entre *corpus* textuais de dois autores portugueses, à partida tão dissímeis, a viverem em dois espaços distintos, embora no mesmo período temporal, leva-nos à questão de analisar esses textos para-literários não só como um processo de criação e comunicação, como também como representação de um espaço cultural específico, ou seja, há que ter sempre em conta que, como refere Roland Barthes, a obra literária é concomitantemente “um acto de resistência à história” e um “testemunho dessa mesma história”...

Tratando-se de um projecto a ser levado a cabo no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares, parece-nos haver um enquadramento temático para este tipo de estudo, pois, procurar-se-á atentar numa vertente genológica menos tratada e frequentemente preterida face à pujança da obra ficcional e da veia romanesca deste autor.

Guilherme de Azevedo, apesar de ter escrito poesia e drama, foi, acima de tudo, conhecido como ímpar cronista em inúmeros periódicos da época, ambicionando ser correspondente estrangeiro na capital francesa que tanto admirava. A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, na qual Rafael Bordalo Pinheiro, o seu maior amigo, era colaborador e caricaturista, terá funcionado como o passaporte para esse sonho, até à sua morte, dois anos depois, nesse lugar que tanto o havia fascinado.

Deste modo, encetaremos o nosso trabalho partindo da investigação sobre a relação entre Jornalismo e Literatura na época de Oitocentos, procurando evidenciar a importância do folhetim e da crónica nos periódicos desse século e os seus temas nucleares. Prosseguiremos com a investigação no intuito de dar a conhecer o *corpus* crónístico seleccionado, dos dois autores, para conhecer e caracterizar a sua visão da vida cultural, política, económica e social das duas capitais e da Europa, ao longo desses dois anos das derradeiras décadas do século XIX.

I - Jornalismo e Literatura no último quartel do século XIX

1 - A leitura, a imprensa e o folhetim no Portugal de Oitocentos

Se a arte de escrever foi o mais admirável invento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa. Não é ela mesma uma força, mas uma insensível mola central do mundo moral, intelectual, e físico, cujos registos motores estão em toda a parte, e ao alcance de todas as mãos, ainda que mão nenhuma, embora o presuma, baste só por si para a fazer jogar.

Alexandre Herculano³

Todo o século XIX foi próspero em evoluções e inúmeras inovações que geraram novos hábitos de vida e revolucionaram o quotidiano dos cidadãos. Diversos fenómenos marcaram esta época, a nível de infraestruturas e de melhorias urbanas, tais como a construção do caminho-de-ferro, o aparecimento do telégrafo eléctrico, do telefone e da iluminação pública.⁴

³ *Diário do Governo*, nº 29, de 27-IV-1838.

⁴ Em 1877, apareceram os primeiros candeeiros eléctricos em Lisboa, facto que é relatado e comentado por Guilherme de Azevedo em *O Ocidente*, de 15-XI-1878.

Igualmente, a nível social e económico, ocorreram mudanças decisivas com o crescimento do capitalismo e da produção industrial que, por sua vez, geraram um engrossamento do proletariado fabril e um aumento da população urbana. É um tempo já marcado por um ritmo deveras célere, comparativamente com o que o antecederia, bem glosado nestes versos do poeta Guilherme Braga referindo-se ao “progresso” patente na época em que viveu:

*E tudo vai seguindo o misterioso rumo,
À formidável luz de mil inovações,
Ao ruído dos comboios, que entre nuvens de fumo,
Conduzem o progresso através das nações.*⁵

Segundo Amorim Barbosa, é o “século do papel e da tinta, em que tanto se escreve, [...] em que os prelos do nosso país vomitam sem descanso milhares de romances fantásticos e de comédias desenxabidas, e milhares de jornais pejados de notícias frívolas, [...] neste século da luz de gás e de petróleo, que alumia, mas que cega e mata, porque decompõe o ambiente”.⁶

Surgem novas preocupações com a noção de cidadão e a instrução do povo torna-se uma prerrogativa aos olhos dos governantes. Emerge então um outro fenómeno apodado de público, entidade indefinida que crescia num ritmo acelerado e que contrastava assazmente com a placidez e o requinte do homem cultural dos tempos anteriores.⁷

Em 1870, Rafael Bordalo Pinheiro desenha a caricatura de Camilo (ver página seguinte) em que evidencia essa profusão de leitores numa nova sociedade onde a velocidade e a técnica condicionam o ritmo frenético do escritor: “escarranchado numa locomotiva, a que serve de válvula de descarga, o fecundo romancista, com um tubo de

⁵ *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. III, 1971, p. 205.

⁶ José de Freitas Amorim Barbosa, *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 17.

⁷ Cf. Jean- Paul Sartre, “Qu’est-ce que la littérature?”, in *Les Temps Modernes*, II, 1947, pp. 971-974, quando refere que, até ao século XIX, os autores nunca tinham sido outra coisa senão os porta-vozes do seu público; cuidavam do espírito dos seus leitores, tal qual como os criados e os empregados tratavam dos seus bens materiais. Aceitavam e confirmavam os princípios morais e os critérios de gosto geralmente reconhecidos; não os inventavam nem os alteravam. Escreviam as suas obras para um público claramente definido e claramente limitado e não procuravam por nenhum meio conquistar novos leitores. Deste modo, não havia qualquer tensão entre o público real e um público ideal. O escritor não conhecia nem o angustiante problema de ter de escolher entre diferentes possibilidades subjectivas, nem o problema moral de ter de se pronunciar por uma das diferentes camadas da sociedade.



vapor na cabeça, escreve vertiginosamente, agarrado a duas penas que molha num enorme tinteiro. Pela chaminé da máquina saem, envoltos em negra fumaceira, muitos volumes [...], e em redor dessa resfolegante caldeira literária precipita-se uma multidão apressada, que renhidamente disputa as imensas tiras de papel, já assim preenchidas a vapor. Quer as penas que o incansável escritor maneja com ambas as mãos, quer o seu tinteiro, quer as suas botas, tudo tem rodas para ganhar tempo, e os leitores numerosos – entre os quais se vê Bordalo, sentado no chão, absorvido pela leitura – cavalgam quase todos uma espécie de velocípedes primitivos de duas rodas iguais, surgindo, a um canto da página, o torrencial pai Dumas, com as mãos atadas na cabeça perante esse luso rival da sua pasmosa fertilidade.”⁸

Eça de Queiroz, no seu prefácio à obra literária de Bernardo Pindela, retrata-nos esta revolução na sociedade em geral e na literatura em particular, descrevendo os aspectos mais relevantes que se fizeram sentir após a Revolução Francesa e que vieram a determinar o contexto sócio-cultural da segunda metade de Oitocentos.

*Depois, numa manhã de Julho, tomou-se a Bastilha. Tudo se resolveu: e mil novidades violentas surgiram, alterando a configuração moral da Terra. Veio a democracia: fez-se a iluminação a gás; assomou a instrução gratuita e obrigatória; instalaram-se as máquinas Marinoni que imprimem cem mil jornais por hora: vieram os clubes, o romantismo, a política, a liberdade e a fototipia. Tudo se começou a fazer por meio de vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas. Essa coisa tão maravilhosa, de um mecanismo tão delicado, chamada o indivíduo, desapareceu; e começaram a mover-se as multidões, governadas por um instinto, por um interesse ou por um entusiasmo. Foi então que se sumiu o leitor, o antigo leitor, discípulo e confidente, sentado longe dos ruídos incultos sob o claro busto de Minerva, o leitor amigo, com quem se conversava deliciosamente em longos, loquazes “Proémios”: e em lugar dele o homem de letras viu diante de si a turba que se chama o público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas.*⁹

Esse súbito aumento do número de leitores, a que Eça se refere, no último quartel do século XIX, foi-se desenrolando concomitantemente com o surto e o desenvolvimento da imprensa periódica no nosso país, após a Revolução de 1820, que

⁸ Rafael Bordalo Pinheiro, *O Calcanhar D’Aquiles*, Lisboa, Frenesi, 2005, p. 67.

⁹ Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s. d., pp.97-98.

permitiu uma condição mais favorável a um intitulado “jornalismo de opinião”¹⁰ consubstanciado na liberdade de imprensa encetada com a lei de 1821.¹¹

Assim, até meados da época oitocentista, o eixo temático central da Imprensa em terras lusas assenta na luta pela liberdade e em questões políticas devido à conturbada época que se vivia, profícua em revoluções e lutas liberais que instauraram uma instabilidade preocupante. Daí que o poder governativo se debruçasse quase diariamente sobre o que era escrito e veiculado na imprensa, sabendo-a um perigo constante para a classe política, pela sua capacidade de fomentar e formar a dita opinião pública¹² invadindo e impondo-se ininterruptamente em todos os círculos da sociedade, tal como se descreve, de modo desenvolvido e até minucioso, numa crónica do jornal *Correio de Lisboa*, de autoria anónima:

O periodismo é o símbolo da civilização moderna. Nascendo, morrendo, tornando a nascer e a morrer constantemente, no meio da vertigem dos acontecimentos e da instabilidade das ideias, os periódicos se reproduzem, como os pólipos debaixo do ferro do anatómico, à medida das exigências sucessivas de uma sociedade que todos os dias os pede, para neles se ler todos os dias. [...] Os periódicos, pois, são a história e o código da revolução, são a revolução escrita. [...] Símbolo do movimento perpétuo, o periódico nasce andando, correndo, voando, circulando: invade os correios, mete-se nos vapores, aproveita-se das comissões, chega a todas as partes e por todas as partes vai deixando as pegadas dos interesses de todo o género, cuja expressão está confiada às suas colunas. Filho das necessidades as mais

¹⁰ Cf. José Tengarrinha “Jornalismo Romântico” in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997, p. 253.

¹¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981, pp. 133-134: “Na realidade, um dos aspectos mais interessantes do Portugal oitocentista foi o seu surto cultural, porventura mais elevado e mais rico do que o período glorioso do século de Quinhentos. Este surto resultou, antes de mais nada, da abertura do País. Os governos liberais começaram por abolir a censura a livros e a periódicos (1821), por proclamar e efectivar a liberdade de palavra e de imprensa, e por estimular a livre discussão a todos os níveis e sobre quase todos os assuntos.”

¹² Cf. Augusto da Costa Dias, *Discursos sobre a Liberdade de Imprensa – 1821*, Lisboa, Portugália Editora, 1966, pp. LI-LIII: “O leitor notará a insistência com que os democratas de 1821 se referem à opinião pública formada na liberdade, na responsabilidade, no exercício dos deveres e direitos cívicos. [...] Da sua doutrina deduzimos que onde a opinião pública não existe, substitui-a o rebanho – ou disponível para todas as campanhas irracionais de propaganda, espécie de espectador ignaro que aplaude o espectáculo que lhe ofereceram, gratuito, ou indiferente aos magnos interesses colectivos, [...] Uma das tarefas dos democratas do Primeiro Parlamento foi acabar com esse estado de sítio, foi legar a pensadores, cientistas e escritores – «benfeitores da humanidade» – uma situação livre e estimuladora. [...] A guerra entre liberais e os dinosáurios miguelistas assinalou um novo passo em frente; mais uma vez incompleto: mas não tão incompleto que o século XIX, período áureo da nossa cultura, não proporcionasse a sucessivas gerações (das quais a mais feliz foi a denominada geração de 70) a liberdade que tornou possível as grandes obras assinadas por Garrett, Herculano, Antero, Eça e tantos outros cujos nomes o leitor não precisa que lhe lembre.”

*imediatas de uma sociedade de muitas necessidades, para ele se fizeram os caminhos-de-ferro e quer dar direcção aos globos. Sustenta o comércio, ajuda a indústria, mantém a ciência, vivifica a literatura, monopoliza todos os talentos, torna suas todas as ideias, vai gritando tudo quanto sabe e recebe, principalmente, a sua vida da política, na qual, naturalmente, vem refundir-se, e cujas formas adoptam as grandes e pequenas questões da civilização europeia. E isto sem descansar, sem parar, sem tomar fôlego, sem nunca ceder, senão ao outro periódico que vem atrás.*¹³

Um dos periódicos mais influentes foi *A Revolução de Setembro*, órgão do liberalismo em luta pela democracia, posta em causa pelo regime de Costa Cabral através da “Lei das Rolhas” que apertava o cerco para a imprensa, embora o espaço do folhetim, no qual se incluíam a crónica, a carta e outros textos, tivesse já desviado o seu interesse para a vida social e para a literatura, com primazia para o romance¹⁴, tão em voga na época.

Tal como refere Fernando Venâncio, “‘jornalismo literário’ era expressão corrente em Portugal em meados do século XIX, e designava a divulgação e o comentário periodísticos de temas *culturais*. Mais genericamente, o jornalismo ‘literário’ opunha-se ao jornalismo ‘político’, atido às movimentações do poder. Tanto o termo «cultura», na actual acepção nobre de ‘conjunto de conhecimentos intelectuais’, como o correspondente adjectivo «cultural», eram por então desconhecidos. [...] Mais de um jornalista havia, nessa época, de fazer do «jornalismo literário» objecto de reflexão. Era ponto assente que a esse jornalismo assistia uma missão, e que uma parte da imprensa a cumpria exemplarmente.

Em 1846, António Pedro Lopes de Mendonça [...] considerava tarefa deles [os periódicos] o «acostumar o povo à leitura», o «corrigi-lo dos seus defeitos sem que o pressinta», o «criar-lhe o gosto de ler e de pensar».¹⁵

¹³ “O Periodismo”, in *Correio de Lisboa*, Lisboa, 15-IX-1839.

¹⁴ Cf. pp. 13-16, onde referimos essa circunstância da existência do folhetim como veículo de difusão do romance no jornal, de forma fragmentada, ao longo de inúmeros meses.

¹⁵ “A Linguagem da Imprensa Portuguesa (1840-1870) Os Testemunhos Contemporâneos”, in Fernando Venâncio, *Objectos Achados Ensaios Literários*, Porto, Edições Caixotim, 2002, p. 75.

Mais tarde, em 1864, surge um periódico com pretensões mais objectivistas, o *Diário de Notícias*¹⁶, impelindo a uma fidelização do leitor em consonância com uma intervenção pública mais participativa.¹⁷ Só depois da revolução industrial, isto é, na segunda metade do séc. XIX, é que o jornalismo ganha autonomia própria, quer ao nível da linguagem quer do exercício profissional. Perde muito do jornalismo personalizado, politizado e de opinião e torna-se mais “um reportório de notícias e de anúncios. Consequentemente, o carácter literário e doutrinal do jornal foi sendo substituído por uma especialização mais informativa”.¹⁸

A 29 de Dezembro de 1864 era assim publicado o primeiro número do que viria a tornar-se num dos principais jornais de referência em Portugal, com o preço de capa de 10 réis. Salientava, desde logo, o seguinte facto:

*A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa a um único fim: - interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as intelligencias. O DIARIO DE NOTICIAS - o seu título o está dizendo - será uma compilação cuidadosa de todas as noticias do dia, de todos os paizes, e de todas as especialidades, um noticiario universal. Em estylo facil, e com a maior concisão informará o leitor de todas as occorrencias interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à ultima hora todas as novidades politicas, scientificas, artisticas, litterarias, commerciaes, industriaes, agricolas, criminaes e estatisticas, etc.*¹⁹

¹⁶ Este jornal inaugura a fase industrial da imprensa em Portugal, baixando o preço de 30 a 40 réis para 10 réis, o que leva a um maior consumo deste periódico. Segundo José Tengarrinha, a *História da Imprensa em Portugal* divide-se em três períodos: os «primórdios», a época da “Gazeta”, de 1641 a 1820; o período romântico, de 1820 ao terceiro quartel do século XIX; a fase de 1875 em diante.

¹⁷ Cf. José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998, pp. 324-325: “Um dos aspectos mais marcantes da actividade cultural foi, ao longo de quase todo o século, o jornalismo. O primeiro grande surto da imprensa verificou-se depois da revolução de 1820. Nesse ano publicaram-se em Lisboa seis diários, todos exclusivamente políticos. Diz um cronista do tempo: «Não há presentemente loja de barbeiro, sapateiro, nem tenda nem taberna, ou outras quaisquer lojas desta espécie, que não estejam convertidas em câmaras de deputados sem procuração [...] Depois da Regeneração, e ao longo de toda a segunda metade do século, subiu sempre a importância do jornal como instrumento de cultura colectiva. Entre 1861 e 1890 iniciaram a publicação três mil e trezentos periódicos. [...] As tiragens eram muito pequenas, mas alguns jornais como *A Revolução de Setembro*, chegaram a exercer uma enorme influência na opinião pública. Em 1865 surgiu um novo tipo de imprensa, filha do comércio e do telégrafo. A competição comercial tinha feito surgir a publicidade e o anúncio pago; a população das cidades crescera e com ela a população leitora. Esses dois factos (e as condições técnicas que permitiam imprimir grandes quantidades em pouco tempo) vieram tornar possível que a edição de um jornal fosse um bom negócio. A passagem da imprensa de opinião à imprensa de informação foi consequência directa das novas condições.”

¹⁸ Alfredo da Cunha, citado por Isabel Nobre Vargues, “A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. XXIV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p.74.

¹⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 29-XII-1864, p. 1.

Em Portugal o aparecimento do *Diário de Notícias* muito contribuiu para a autonomia da profissão, como dá conta José Eduardo Coelho,²⁰ seu fundador, no Congresso de Antuérpia, em 1894: “o trabalho jornalístico principia a ter uma remuneração menos mesquinha e a poder constituir para muitos um exclusivo modo de vida. Porque, se a fundação de numerosas folhas políticas, a partir do segundo quartel deste século, concorrera para se tornar, em quantidade e qualidade, importante e influente a classe dos jornalistas, estes, como aliás ainda hoje sucede a tantos, a pouco mais aspiravam, ao escreverem para os periódicos, do que a fazer deles escola para uma cadeira no parlamento ou para um emprego público que lhes desse, por conta do Estado, o que os seus jornais não podiam proporcionar-lhes”.²¹

Em Portugal, até então, a actividade de jornalista estava ainda longe de ser autónoma, pois quem escrevia para os periódicos eram, principalmente, os escritores e os políticos, acabando aqueles por serem mais uma forma de se veicularem as ideias políticas ou de se publicar literatura. Daí que, no primeiro número deste novo periódico, que estabelece um marco no jornalismo português, se expressa, em tom quase doutrinário, embora jovial e ritmado pelo uso do verso, que:

*O Diário de Notícias
Participa aos seus leitores
Que não conta só delícias
Que também descreve horrores
Há agora um casamento?
Solta um riso de alegria
Dai-lhe uma festa ou folia
Vereis seu contentamento
Mas se acaso o alegre noivo
Ao dançar caiu no chão
O jornal mostra-se triste
[...]
Eco da sociedade
Com ela chora ou sorri
Correndo pela cidade
Entrando aqui e ali
Ante todos se descobre
Visita o burguês e o nobre
E da arte e do artista*

²⁰ Segundo Eduardo Coelho, que trabalhara, na adolescência, na loja de José Anastácio Verde, pai do grande poeta Cesário Verde, as fortes críticas do pai deste às ambições literárias do seu jovem funcionário, alegando que versos não “davam dinheiro”, tê-lo-ão levado a abandonar o emprego como caixeiro, em 1854. (in *O Livro de Cesário Verde*, introdução de Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Biblioteca Ulisseia, 1993, p.19)

²¹ Alfredo da Cunha, 1914, citado por Isabel Nobre Vargues, *op. cit.*, p.284.

*Descreve a nova conquista
E com verdade e decência
Conta tudo quanto via
Sem cansar a paciência
Ora sisudo ora a rir
Os progressos da ciência
Junto à anedota promete
E as boas e más estreias
Mas a ralhar não se mete
Nem fala em vidas alheias
Vêm já que com tais modos
É um jornal para todos.²²*

Eça de Queiroz foi correspondente de imprensa para este periódico aquando da sua viagem ao Egipto com o Conde de Resende, onde presenciou a inauguração do Canal do Suez, que se realizou no dia 17 de Novembro de 1869, no meio de grandes e exuberantes festejos, publicando, no folhetim do *Diário de Notícias*, a sua crónica com as notas de viagem.²³ Este periódico apresentava assim a primeira das quatro crónicas que Eça de Queirós publicaria nos dias subsequentes: “Começamos a dar hoje uma interessante descrição das festas de Suez, feita pelo Sr. Eça de Queirós, um dos únicos quatro ou cinco portugueses que a elas assistiram”.²⁴

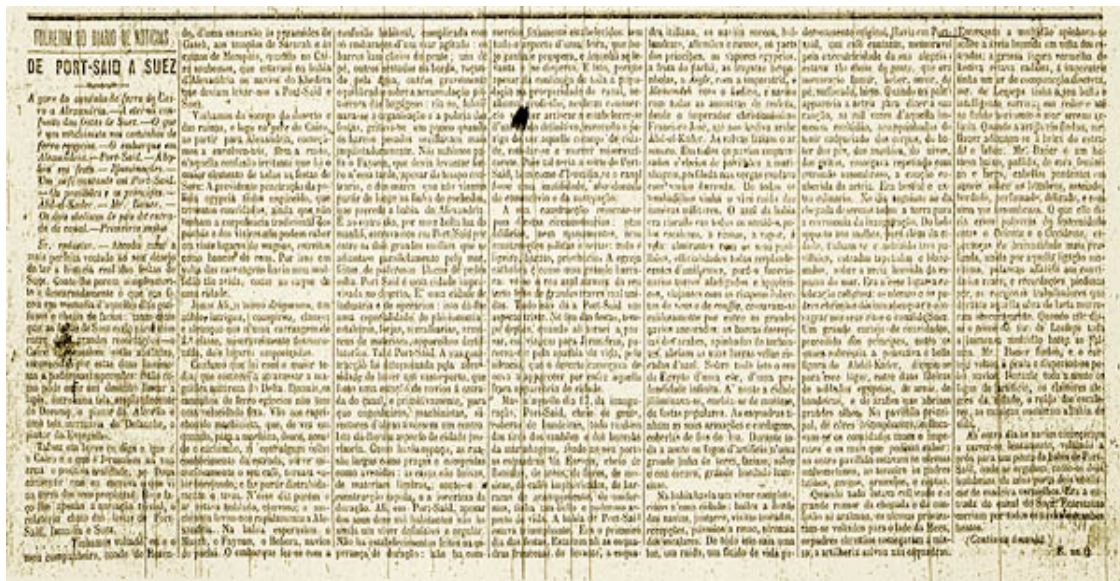


Inauguração do Canal de Suez

²² *Diário de Notícias*, Lisboa, 29-XII-1864, p. 1.

²³ “De Port-said a Suez”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 18-I-1870, p. 1.

²⁴ *Idem, ibidem*.



Diário de Notícias

Mais tarde, em 1872, Ramalho Ortigão, ao “farpear” os vereadores municipais e o presidente da câmara lisboeta, comenta a seriedade deste periódico e sublinha a pretensa objectividade do mesmo, afirmando: “Data o conúbio de uma razão com o nosso instinto nas ligações afectuosas que nos prendem ao vereador, daquele dia entre todos memorável em que o *Diário de Notícias*, o periódico plutárquico que nem zombando mente, nos contou que o presidente do município lisbonense, indo a bordo de um navio inglês cuja carga se incendiaria no Tejo, ele, o vereador, dirigindo a palavra ao marítimo *Ihe falara em inglês*.”²⁵

A importância deste jornal na imprensa coeva leva mesmo a que Guilherme de Azevedo, com o pseudónimo de João Rialto, redigisse uma crónica dirigida a Eduardo Coelho elogiando este periódico por ter estabelecido um corte muito significativo com a imprensa meramente opinativa das décadas anteriores:

²⁵ Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Cascais, Principia, 2004, p.560, sublinhado nosso.

*Depois do código fundamental da monarquia, o Diário de Notícias é a criação mais significativa que no meio século decorrido tem visto a luz no solo português. No seu persistente trabalho de sapa, nos últimos quinze anos, aluiu pela base, quase sem ninguém dar por isso, todos os velhos costumes, todas as velhas tradições, todos os velhos ídolos. [...] Ninguém como Eduardo Coelho tem mostrado o supremo talento de saber guilhotinar mais sub-repticiamente o pescoço das vítimas com uma pena de pomba... Ninguém como ele tem realizado o milagre de fazer de uma simples folha de papel, impressa dos quatro lados, uma necessidade pública! Cada um de nós, quando acorda pela manhã, se julga incompleto sem o Diário de Notícias à cabeceira. Precisamos dele para saber se fomos aleivosamente assassinados enquanto dormíamos, ou para nos comovermos com o discurso sentido que um amigo dedicado nos dirigiu na véspera à beira da sepultura. Pelo Diário de Notícias pautamos as nossas acções quotidianas, por ele nos guiamos desde o berço até à sepultura.*²⁶

O alargamento do público-leitor implicava novos autores, novas editoras e géneros literários diversificados, assim como implicava que esse mesmo público-leitor detivesse um estatuto sócio-cultural mais empenhado. A imprensa periódica vai-se intensificando²⁷ até porque muitos leitores cingem o seu interesse de leitura unicamente aos jornais, não demonstrando apetência pela leitura de livros. Aqui reside um dos distanciamentos entre este público e o leitor, da época pré-romântica, considerado, como já vimos, um ser culto e privilegiado que mantinha uma cumplicidade muito forte com o autor/escritor.

O carácter elitista e requintado associado à actividade da leitura perdera-se definitivamente, tal como nos descreve Eça de Queiroz: “esta expressão, «a leitura», há cem anos, sugeria logo a imagem de uma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Séneca, uma ampla poltrona almofadada, uma janela aberta sobre os aromas de um jardim: e neste retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o *seu* livro, num recolhimento quase amoroso. A ideia de leitura, hoje, lembra apenas uma turba folheando páginas à pressa, no rumor de uma praça”.

²⁶ Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum de Glórias*, Lisboa, Clássicos Expresso, 2005, p.26.

²⁷ Cf. José-Augusto França, “Cento e oitenta e oito periódicos”, in *Lisboa 1898 – Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 157: “Colados ao que acontecia e até podiam fazer acontecer, os jornais de Lisboa (e do Porto, e multiplicando-se por cidades e vilas da província, fora do que se procure no inventário lisboeta) tomavam conta dos dias e das tardes, alimento indispensável pelo liberalismo dentro, como seu produto e seu fautor. Há mais de meio século que isso sucedia, em terceira ou quarta geração de leitores e de jornalistas, com suas opiniões expendidas com maior ou menor interesse, lealdade e honestidade, em princípio partidária.”

A alfabetização e a instrução do povo terão sido duas das grandes preocupações da época de Oitocentos na sequência do direito à igualdade de oportunidades defendida pela ideologia da Revolução Francesa.²⁸ No entanto, sabemos que o facto de o número de iletrados diminuir não implica necessariamente um aumento de leitores e da qualidade de leitura, pois a apetência por esta actividade deriva de uma busca de sentido e de um desejo intrínseco ao próprio indivíduo.²⁹

Para uma parte da burguesia citadina, essa actividade ter-se-á assemelhado a um abrir de portas para algo que até então lhes era interdito – a cultura, o saber, o reconhecimento social. Terá, desde então, passado inclusive a ser motivo de conversa essa informação proveniente dos romances em moda, dos periódicos e das revistas. Igualmente os interesses mundanos que a imprensa veiculava eram calorosamente recebidos por esse público, de origem popular e pouco culto, ou por quem ambicionava encontrar-se actualizado numa sociedade em que cada um queria parecer mais do que efectivamente era.³⁰

Pierre Hourcade sublinha mesmo que, na época oitocentista, “é através do folhetim que se reflectem mais fielmente as tendências dos meios burgueses cultos, que estes aprendem o que devem pensar dos livros e das ideias recentes, ou que encontram as imagens agradavelmente torneadas das suas próprias convicções”.³¹ A sua importância era tal que, em *A Época*, em meados do século, já se escrevia que “hoje em dia, nenhum jornal satisfaz às exigências do nosso público – sendo político, sem ter o seu roda-pé a que chamam *folhetim*, sendo literário, sem ter a sua revista ou crónica. Sendo a maioria das senhoras (portuguesas) pouco dada a políticas, ciências, belas letras e artes ficariam privadas do legitimo uso-fruto da assinatura se não fosse os romances de

²⁸ *Ibidem*, p. 442.

²⁹ A este facto acresce ainda algum receio, por parte de alguns intelectuais, do rumo que essa instrução das massas poderia tomar nos novos tempos, patente neste excerto da obra de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Literatura e Filosofia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1955, pp. 36-37: “Sigamos para a frente, na vereda do progresso famoso: o vapor, a electricidade, a ideia-nova, etc., levam-nos arrebetados... mas lá surge um clamor obrigando-nos a parar, olhando para trás. De novo a crítica nos aparece, seguida pelo sudário das misérias, pelas ondas sem fim das plebes famintas e obscuras. Dão-se-lhes direitos? Elas querem para si a tirania. Dá-se-lhes ensino? Os crimes crescem; o aprendizado da escola perverte-as em vez de as elevar, embrutece-as em vez de as libertar. Num sonho estupidamente pavoroso, vemos o povo inteiro debruçado sobre um *Diário de Notícias* do tamanho do país, de Melgaço ao Algarve; e depois, já saturado de bisbilhotices, vemo-lo a ler as folhas soltas da anarquia, reclamando pão – alguma coisa mais!”

³⁰ Cf. Lima dos Santos, “Público-leitor”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997, p. 442.

³¹ “Dois estudos sobre Eça de Queiroz”, in *Temas da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores, 1978, p. 39.

folhetim, as revistas, crónicas e albuns [...] Também os homens sizudos gostam de se desenfadarem e espairecer”.³²

Como consequência desse alargamento do público-leitor na primeira metade de Oitocentos, surgem as bibliotecas e os gabinetes de leitura que saciavam o desejo de cultura vinda predominantemente de França.³³ Sendo um leitor pouco exigente³⁴ aquele que ali acorria, as edições eram de má qualidade e de pouco interesse literário, conforme atesta Lima dos Santos quando salienta que “a difusão desta literatura era facilitada não só pelas colecções baratas (vendidas nos livreiros ou alugadas nos gabinetes), mas igualmente pela publicação em folhetins nos jornais e revistas onde desempenhavam um importante papel no aumento das respectivas assinaturas.”³⁵

Tratavam-se, quase sempre, de traduções sem qualidade do francês, hábito tão peculiar no século XIX de venerar tudo o que vem de França³⁶ sem seleccionar, questionar ou procurar uma justificação plausível. Eça de Queiroz criticará, mais tarde, esse hábito tão arreigado no nosso país: “Mas, se os que escrevem ou escrevinham vivem da França, os que lêem ou os que apenas folheiam nutrem-se exclusivamente da França. Quem passeia pelas ruas de Lisboa vê que nas vitrinas dos livreiros só há livros franceses; e quando se sobe às casas, se penetra na sociedade, só lá se descobrem (desde que a conversação se eleva acima das coisas locais) leituras francesas, admirações francesas, frases francesas. Quase toda a nossa mocidade culta recebe a sua luz intelectual do «Fígaro»”.³⁷

³² Nº 26, Lisboa, 1848, p. 411, *Apud* Fernando Guedes, *O Livro e a Leitura em Portugal, Subsídios para a sua História, séculos XVIII-XIX*, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, 1987, p. 154.

³³ Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 443, refere que “... os gabinetes de leitura podem ser olhados como sedes de difusão de uma leitura que correspondia predominantemente ao que hoje se costuma chamar sublitteratura e que inclui manuais de ensinamentos práticos, romances de aventura e romances de amor destinados às classes populares. Há notícia de gabinetes a funcionar em pleno na Lisboa da primeira metade de Oitocentos, encontrando-se, pelo menos alguns deles, ligados a empresas editoriais e livreiras.”

³⁴ Cf. *Gazeta de Portugal*, nº 316, 2-XII-1863: “Desde o dia 31 de outubro que se encontra aberta, nos dias santificados ou de gala, a *livraria dominical*, estabelecida junto da escola normal, em Marvila. Abre-se a livraria depois da missa publica da escola, às 10 horas da manhã, e fecha-se às 3 da tarde. Os leitores [...] pertencem principalmente às classes operarias e alguns frequentam os cursos nocturnos da referida escola. [...] O estabelecimento de bibliothecasinhas populares nos diferentes pontos da capital é hoje uma necessidade absolutamente indispensável ao progresso intelectual das classes menos abastadas da sociedade.” (grafia da época) (citado por Ernesto Rodrigues em *Cultura Literária Oitocentista*, Lisboa, Lello Editores, 1999, p. 21)

³⁵ *Idem, ibidem*.

³⁶ Cf. Eça de Queiroz, numa missiva ao Conde de Ficalho, de 4 de Setembro de 1884: “Sempre a França, sempre ela! Sempre os nossos males públicos ou privados, resultando da chocha imitação, da reles tradução, que nós fazemos da França, em tudo, desde as ideias até aos *potages!*”. *Correspondência*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, p. 64.

³⁷ Eça de Queiroz, “O Francesismo”, in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, pp. 334-335.

A partir de meados do século, devido ao facto de se publicarem os romances fragmentados em formato de folhetim e de se começarem a produzir edições populares a preços reduzidos, os gabinetes de leitura começaram a perder o sucesso revelado nas décadas anteriores, maioritariamente no seio da burguesia urbana.

Só na segunda metade de Oitocentos surge, em Inglaterra, a biblioteca pública com o intuito de suprir as necessidades de um cada vez maior número de cidadãos, dos centros urbanos, sedentos de leitura. Segundo Henriqueta Gonçalves, “a Inglaterra foi a grande desencadeadora do processo, pois foi aí que o fenómeno da urbanização se deu mais cedo, fruto de uma industrialização mais precoce. As bibliotecas públicas tinham essencialmente dois objectivos: um filantrópico e outro de ordem política, com vista a uma garantia da harmonia social, pelo controlo que exerciam sobre os leitores.”³⁸

Inquestionável era, a partir dessa época pós-Revolução Liberal, a importância da instrução popular e da leitura, não só para o homem de cultura mas igualmente para o cidadão comum. Alexandre Herculano em *O Panorama*, nº 1, de 6 de Maio de 1837, destaca que:

De todas as cousas que se oferecem ao homem para lhe recrear os momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso doméstico, sem vaguear pelas ondas do oceano, ou trilhar peregrino as sendas e desvios de países remotos, diante de seus olhos se corre o pano à cena do mundo passado e presente, e do mundo da ciência e da arte: trava conversação com as personagens mais distintas de todas as épocas e com os mais nobres engenhos de todas as idades: trata as inteligências dos diversos países, e bebe a largos tragos na taça da sabedoria. Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o Universo criado.

Este autor romântico constata ser a época oitocentista ímpar nesse surto de uma entidade plural que bosqueja o saber, a informação e a cultura, demonstrando ter, acima de tudo, uma noção eurocêntrica de cidadania e de instrução em massa. Conclui mesmo que daí “se originou o carácter particular da civilização literária do nosso século: a

³⁸ Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves, *A Imagem da França na Obra Queirosiana Pós-1888*, Braga, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 1998, p. 53.

individualidade quase desapareceu no império do saber; às ciências concatenaram-se estreitamente, e os homens superiores ao género humano, que achamos na antiguidade, como Platão e Cícero, não podem surgir no meio de nós: a instrução é só uma: quem a possui é somente a humanidade.”³⁹

Para Herculano, o desfasamento cultural e a escassez de hábitos de leitura existentes entre o cidadão português e o de outros países europeus revelava-se preocupante, ainda mais pelo facto de não ser apanágio das classes mais desfavorecidas, mas igualmente do homem letrado que não acompanha o progresso que se faz sentir nos pólos culturais europeus.⁴⁰ António de Oliveira Marreca, numa crónica de 1843, coadjuva esta opinião, constatando esse mesmo atraso na produção literária de Portugal relativamente a outras nações:

“E hoje, na maior parte da Europa, não é à falta de escritos que as gerações se definham, como outrora, de inédua moral. Dezoito mil escritores estão com a pena na mão na Alemanha. Mil e quinhentos volumes saem, não contando pequenos impressos e folhas periódicas, todos os anos, dos prelos de Inglaterra. Para cima de cem mil famílias, desde a mais humilde até à mais elevada categoria do trabalho, desde o trapeiro até ao autor, vivem, hoje, em França, dos lucros comerciais da imprensa [...] Com tamanha actividade, a abundância de livros é tal, que já houve quem calculasse poder-se apinhar um montão, que chegasse à Lua, dos impressos, desde Gutenberg até agora. [...] Em nossa casa, não há, por ora, que recear do dilúvio que inunda as alheias. Aqui, é o estio literário mais aturado do que conviera; o rio que se quisera caudal, regato e pobre ainda; nem há temor de que se abram sobre nós as cataratas do céu.”⁴¹

Atribui esse mesmo atraso intelectual a três séculos de decadência após a época áurea quinhentista afirmando “com a glória das armas morreu a nossa glória literária.”⁴² Quatro décadas mais tarde, Eça, na sua correspondência, caracterizará igualmente com desalento a situação portuguesa relativamente ao escasso número de

³⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰ No mesmo periódico o autor assinala: “O nosso povo ignora imensas cousas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes, que pela sua posição social, deviam ser ilustradas. Entre os mesmos homens dados às letras, se acha falharem repetidas vezes as noções elementares de tudo o que não é objecto do seu especial estudo, e a ciência em Portugal está ainda longe de ter aquele carácter de unicidade, que ganha diariamente no meio de outras nações.”

⁴¹ “Aos Leitores”, in *O Panorama*, Lisboa, 7-I-1843.

⁴² *Idem, ibidem*

leitores e de interesse por esta actividade⁴³ baseando-se especificamente na sua própria experiência com a *Revista de Portugal*: “O País não lê nem quer ler. Quando muito aguenta um romance. Isto está, em todos os sentidos cada vez mais baixo.”⁴⁴

Em outro número do periódico atrás referido, Alexandre Herculano chama também a atenção para o modo de tratar a literatura popular e o periodismo em Portugal e, de modo divergente, em Inglaterra e noutros países reconhecidamente civilizados. De acordo com o seu diagnóstico, havia que estabelecer um bom equilíbrio entre o útil e o prazenteiro, de modo a cativar o leitor nacional, mais reticente e menos motivado para a leitura:

*Em Inglaterra, como em França e na Alemanha, o ler é uma necessidade intelectual, em Portugal um prazer, ou antes um desfastio, e é como tal, principalmente, que a instrução se deve apresentar entre nós. Em parte nenhuma, portanto, ela deve ter em si os dois caracteres, do útil e deleitoso, profundamente estampados, como em o nosso país. Na Inglaterra, um jornal que contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção, e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e lêem-no; em Portugal louvam-no, mas poucos o lêem. Entre nós é preciso que o agradável conduza e obrigue o proveitoso aos olhos de grande número de leitores; é preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonha.*⁴⁵

Ora, é exactamente neste contexto que se inscreve o folhetim jornalístico, tendo em conta que fornece informação e cultura ao leitor enquanto lhe traz algum prazer, através de uma escrita de carácter leve e agradável. Desde meados do século XIX que, nos periódicos, toma lugar uma secção no rodapé do jornal com uma produção escrita multiforme que deleita e fideliza os seus assinantes e leitores. O folhetim, neologismo

⁴³ No entanto, Brito Aranha, do *Diário de Notícias*, tendo feito um levantamento da imprensa portuguesa na última década do século XIX, constatou a existência de 583 periódicos publicados em Portugal, um país que, por nessa época, ainda teria uma população com mais de 75% de analfabetos. Como resposta a uma questão de João Chagas acerca do excessivo número de jornais em Oitocentos, o jornalista afirmou que “a imprensa em Portugal deixou de significar ideias para significar apenas interesses. [...] Todos os indivíduos interessados em ganhar dinheiro com a política em Portugal sentiram a necessidade de fazer jornais. [...] Os jornais não dão dinheiro, diz-se. Ora, eles dão muito dinheiro – não como indústria legal mas como indústria clandestina que se revela no parlamento, nas antecâmaras dos ministros, na Arcada, onde se vendem.”

⁴⁴ Carta a sua mulher (Porto, 28 de Março de 1890), in Eça de Queiroz – *Correspondência*, Vol. II, Lisboa, IN-CM, 1983, p. 51.

⁴⁵ *O Panorama*, nº 36, de 6-I-1838.

oitocentista que teve origem no designado *Feuilleton* francês, chegou até nós pela apropriação do castelhano *folletín*⁴⁶, apresentando-se de duas formas: a secção relativa à «crónica de actividades» e o espaço de um periódico onde se publicavam obras literárias.⁴⁷

O primeiro, o folhetim-crónica, tornou-se um meio privilegiado de informação, de leitura fácil, abordando assuntos variados, num estilo simples e com um toque humorístico. Em “Folhetim” da *Semana Teatral*, um cronista destaca a exigência dessa característica no folhetinista, dizendo que se tem “radicado entre nós um gravíssimo preconceito literário: é o de se exigir a um folhetinista muita graça e, sempre, muito espírito, como por aí se diz. Pobres folhetinistas! De onde viria esta ideia tão singular? Fez-me cócegas na curiosidade esta extravagante exigência. Não lhe resisti e lancei-me no abismo das meditações. [...] Aí vai a razão por que são repelidos os que se apresentam no *rez-de-chaussée* dos jornais sem a competente provisão de chistes. Sabem todos que as ofensas feitas ao amor-próprio são as que mais dificilmente perdoamos e esquecemos. Ora, os que pretendem empunhar a *badine* do folhetinista sem a graça requerida ofendem o amor-próprio do público.”⁴⁸

O romance folhetinesco possibilitava que o leitor comum tivesse acesso a obras literárias em moda na época por um preço reduzido e inteligentemente fragmentado em capítulos esperados com ansiedade pelos leitores ao longo de vários meses. O espaço do folhetim era assim, por excelência, o local de encontro em que se fundiam o jornalismo e a literatura.⁴⁹ Ambas as actividades se complementam até no

⁴⁶ Ângelo Marchese e Joaquín Forradellas, *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*, Barcelona, Editorial Ariel, 1994, p. 172: “El término, calco del francés *feuilleton*, designaba en principio escritos seriados que se publicaban en los periódicos, bien en la falda de algunas páginas, bien en hojas especiales dispuestas para ser cortadas, dobladas y encuadradas.”

⁴⁷ Cf. José Correia de Sousa, *Dicionário da Literatura Portuguesa*, Braga, Marujo Editora, 1987, pp. 200-201: “Estávamos na época em que o romance-folhetim, irradiado de França, onde se tornou famoso através de Eugène Sue, Alexandre Dumas e Ponson du Terrail, ocupou durante décadas um papel importante na imprensa popular. O que deu origem ao aparecimento de bons folhetinistas, como Henrique Lopes de Mendonça, Júlio César Machado, Eduardo Coelho, Alberto Pimentel, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Mariano Fróis e Júlio Dinis. Tal como Eça, também Camilo e Júlio Dinis publicaram pela primeira vez algumas das suas criações literárias em folhetins. O Folhetim teve origem em França, no tempo do Consulado, através do *Jornal dos Debates*, pela pena do Padre Geoffroy, e das suas críticas feitas ao Governo. Ao evoluir para o romance-folhetim transformou-se num motivo de leitura de tal interesse que, pouco tempo depois, se não concebia jornal sem Folhetim.”

⁴⁸ Lum regime de fociano (pseudónimo jornalístico), “Folhetim”, *Semana Teatral*, Lisboa, 24-IX-1866.

⁴⁹ Numa crónica intitulada precisamente “Folhetim”, Vitorino Nemésio procura definir e analisar o espaço folhetinesco, na época oitocentista, frisando que “o século XIX é que criou e divulgou o estilo de folhetim e o tipo do folhetinista, realizado com plenitude, já perto de meados do século [...] Sem características literárias essenciais, era sobretudo uma forma tipográfica de acomodar palavras. Nos jornais, impressos normalmente em colunas de prosa verticais, quebrava-se esse cânone para dar na parte inferior da página uma espécie de aparte

facto de comungarem no uso da palavra, pois, “a literatura forma, tocando-nos. O jornalismo toca-nos informando”, procurando o “interesse humano dos acontecimentos e a verdade do homem como protagonista”.⁵⁰

Vitorino Nemésio define o espaço tipográfico do folhetim como uma janela para a actualidade e a vida nas suas inúmeras e diferentes perspectivas afirmando que “o folhetim, quando não serviu para retalhar romances, foi uma dessas formas fáceis de comunicação escrita. A extensão da dignidade literária a todos os actos da vida criava essa espécie de locutório ou rótula de jornal onde tudo convergia: política, religião, filosofia, campo, cidade e mar. Ou, melhor: o espectáculo, a última diligência e a primeira estação de caminho de ferro, o palhaço novo no circo e o jovem orador revelado, uma anedota e um caso de consciência. Tudo isto sem gradação, apresentado com a mesma volubilidade com que o soalheiro reflecte a vida, – porque o folhetim foi, afinal, um soalheiro estilizado e escrito.”⁵¹

Ernesto Rodrigues ressalta o papel e a importância desta secção dos periódicos para melhor conhecer uma época e uma sociedade “Os acontecimentos do dia-a-dia podem ser vistos em regime de folhetim. [...] Espaço privilegiado de assunção autoral e encontro com os leitores no rés-do-chão dessas novas catedrais mediáticas que secundavam o alvorecer democrático, o folhetim era, igualmente, repositório vivo da memória do século, antes de animar a produção ficcional e relançar uma cultura nacional.”⁵²

Camilo Castelo Branco reconhecia, indubitavelmente, o poder dos periodistas e a importância particular do espaço folhetinesco como veículo promotor de cultura e de renovação das mentalidades, ao afirmar que “o folhetinista é a essência da literatura do século – é a expressão mais simples, quero dizer, é a parte volátil, diáfana, palpitante, que se ergue deste cadinho onde fervem as inteligências ao lume da regeneração intelectual.”⁵³

ou de parênteses, aberto com um largo travessão, a que se chama «rodapé». Assim, o folhetim parecia a disposição e o clima do livro trazidos ao jornal, um pacto celebrado entre uma e outra forma de imprensa”, in *Diário Popular*, 22-III-1950, p. 5.

⁵⁰ José Lechner, “Jornalismo e Literatura no Despontar da Indústria Cultural do Século XIX”, in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Vila Nova de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos, 1993, pp. 25-26.

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁵² Ernesto Rodrigues, *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 23-24.

⁵³ “Leiam: verão o que é” (6-I-1849), in *Dispersos I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 474.

Não só o folhetim, como a actividade jornalística em geral, gozou de um papel preponderante na cultura do século XIX. Como refere Alfredo da Cunha, “o Jornalismo é a antecâmara da literatura e se muito jornalista nela se queda e por ali fica, outros há que seguem avante, deixando a folha avulsa do jornal pela definitiva do livro.”⁵⁴

Foi , iniludivelmente, berço de muitos escritores⁵⁵ e o seu recrudescimento deve-se ao facto de muitos destes autores de prestígio, desde o início do século se encontrarem exilados por razões político-ideológicas, em França e em Inglaterra e, através de incisivas críticas que dirigiam a Portugal e às suas instituições, terem suscitado uma forte difusão das ideias liberais. Até do Brasil chegavam fortes críticas publicadas em alguns periódicos, tal como no mais antigo jornal do Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio*, ao regime vigente no reino.⁵⁶ Assim, a imprensa escrita servia os propósitos de renovação social e das novas ideias nessas conturbadas décadas da primeira metade do século.

Teremos de reconhecer a manifesta relevância, na época, do espaço jornalístico do folhetim para o escritor por ser “meio (ou um dos meios, não muitos) de expressão, qualificado e mais acessível do que o livro, este de mais morosa e problemática chegada ao leitor”. Por isso, constatamos que “todo o escritor de Oitocentos tem a sua costela de praticante desse género jornalístico não noticioso, mas predominantemente literário ou magazinesco, muito prestigiado, que se situa no rodapé da página nobre – em regra a primeira – do jornal, podendo continuar para as páginas interiores, e está separado da parte noticiosa por filete bem distintivo”.⁵⁷

Ramalho Ortigão , considerado um pertinaz jornalista, defende acerrimamente a escrita folhetinesca, dirigindo-se a uns supostos académicos de Coimbra que revelavam pouco apreço por essa actividade intitulando-a mesmo de “literatura fácil”, ao que Ramalho retruca dizendo que “não desdigo, mas sustento que a *literatura fácil* é

⁵⁴ *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX*, Porto, Liv. Fernando Machado, s. d., p. 314.

⁵⁵ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, Vol. III, 1981, pp. 134-135: “Tanto jornal e tanta revista haviam, sem dúvida, de estimular a produção literária que, por seu turno, os fomentava também. Grandes escritores tiveram a sua estreia ou começaram a revelar-se mediante a publicação de artigos em revistas ou de novelas e romances em forma de folhetim nos jornais diários.”

A. A. Teixeira de Vasconcelos recorda que foi na “nova e importante classe dos jornalistas” que se formaram escritores, poetas, críticos e cronistas, pois, “os escritores que são hoje o ornamento das letras nacionais, todos receberam o baptismo na pia jornalística e foram os gloriosos ascendentes da novíssima geração dos redactores portugueses”, *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, 1859, p. 28.

⁵⁶ José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1989, p. 112.

⁵⁷ A. Campos Matos (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, pp. 321-322.

muito mais difícil do que a *difícil filosofia*. Horácio, que foi o primeiro folhetinista do seu tempo, e La Bruyère, que foi o primeiro noticiarista da sua época, hão-de por isso viver na memória das gerações mais alguns anos, já não digo do que o Sr. Quental, mas do que o próprio Sr. Ernesto Renan, de quem os académicos de Coimbra são grandes sectários e grandes veneradores”.⁵⁸

Eulália Marques apresenta alguns dos problemas com que os autores de ambos os tipos de folhetim se deparavam, tais como, a obrigatoriedade do folhetinista escrever ao ritmo da periodicidade do jornal ou da revista, e o facto deste estar sujeito às exigências do seu editor, tendo em conta que, para muitos escritores, o jornalismo era o único meio de subsistência.

Acrescia ainda a necessidade de agradar ao público, pois o sucesso do folhetinista podia ser muito breve estando directamente dependente do gosto do leitor.⁵⁹

*Le rôle joué au sein de la presse par les hommes de lettres, écrivains célèbres ou littérateurs besogneux, n'est pas étranger au succès remporté par les périodiques. Souvent poussés par des motivations alimentaires, certains romanciers de cette période insèrent en effet dans la presse (journaux et revues) des articles référentiels, s'inscrivant ainsi dans une démarche informative qui vise à rendre compte du monde. Ils tentent, ainsi, de transcrire l'actualité politique, sociologique et littéraire des sociétés dans lesquelles ils vivent. Ils rédigent, à cet effet, des articles politiques, des épigrammes sur l'actualité, des articles critiques, des études de mœurs, des chroniques, et font également des reportages.*⁶⁰

José Tengarrinha defende mesmo que terá sido “indubitável a influência que a imprensa da primeira emigração exerceu na divulgação das ideias liberais [uma vez que aquela se] desenvolvia, apaixonada e arrebatadamente, como uma acutilante arma de transformação social, contra os antigos abusos e a opressão, pela liberdade política e a valorização do individualismo, buscava nas instituições medievais as raízes da liberdade

⁵⁸ José Duarte Ramalho Ortigão, “Literatura de Hoje”, in *Jornal do Porto*, 14-V-1866 (citado por Alberto Ferreira e Maria José Marinho, *Bom Senso e Bom Gosto – A Questão Coimbrã*, vol. II, Lisboa, IN-CM, 1985, p. 149.

⁵⁹ *Guilherme de Azevedo e as Relações Culturais entre Portugal e o Brasil – Subsídios para a sua História (1878-1882)*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa em 1997).

⁶⁰ Marc Gruas, “La fabrique de journalisme d’ Eça de Queirós: procédés d’écriture des chroniques parisiennes de la *Gazeta de Notícias* de Rio de Janeiro”, Thèse de Doctorat, Université Toulouse II Le Mirail, 2002, Tome 1, p.1.

que era preciso retomar, empolgava-se na defesa do nacionalismo e, em última instância, declaradamente ou não, da conquista do poder político pela burguesia. Com o jornalismo da primeira emigração é já uma nova corrente literária que aflora, caldeada, tal como impetuosamente após 1834, na luta pelos valores novos do homem e da liberdade e no contacto com os centros culturais mais evoluídos da Europa.”.⁶¹

Em Portugal, o próprio folhetim ressentiu-se com a situação de atraso, modorra e falta de estímulo que a nossa passiva e inculta sociedade apresentava pois o folhetinista da crónica, caracterizado como “uma espécie de colecionador de instantâneos”, enfadava-se com a “míngua de estímulos”.⁶²

Eça de Queiroz evidencia a dificuldade sentida por um autor de folhetim neste país tão árido culturalmente, dizendo que “ desde que me vi descido àquele pedaço de página que os meus amigos chamam *Leituras Modernas*, e que nós aqui, mais modestamente, e menos olímpicamente, chamamos Folhetim, ando arreçado e tímido, como os antigos profetas, quando se sentiam investidos de missão divina [...] nunca compreendi o folhetim em Lisboa ou em Pequim. São duas atmosferas onde a planta galharda e iriada é inaclimatável. O folhetim vive do teatro, da intriga, da inimizade elegante, da pequena vaidade espirituosa, das ceias à Regência, das mascaradas joviais, de todas estas coisas imperceptíveis, luzidias, buliçosas... Estas coisas não as há em Lisboa, nem em Pequim”.⁶³

Esta fase dos primórdios do jornalismo oitocentista, também intitulada de “imprensa de opinião”,⁶⁴ informava o leitor dos inúmeros acontecimentos dos pólos culturais além Pirinéus, desempenhando simultaneamente uma função social.⁶⁵ Considerada como um meio eficaz na defesa de valores liberais, a Imprensa foi muito temida, respeitada e valorizada, desde então, por políticos de renome. Mouzinho da Silveira afirma mesmo que “as armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa; e na ordem dos escritos impressos nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que

⁶¹ José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 99.

⁶² Lima dos Santos, *op.cit.*, p. 193.

⁶³ *Páginas de Jornalismo*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 580.

⁶⁴ *Id.*, p. 131.

⁶⁵ *Idem, Ibidem*: “Posteriormente à Revolução de 1820, a liberdade de imprensa abre-se, a técnica jornalística apura-se e os processos renovam-se, dando lugar a uma «imprensa de opinião» que informava o leitor de tudo o que se passava nos grandes pólos culturais de Paris e Londres. Mormente as várias limitações à Liberdade de Imprensa e a censura, a imprensa periódica vai florescendo ao exercer o seu papel social.”.

cheguem a menor número de leitores e tolher que as luzes se espalhem; é o mesmo que não querer que as ideias anticonstitucionais se combatam.”⁶⁶

O jornalismo gozava, inegavelmente, de liberdade de pensamento e de expressão, permitindo o debate de ideias. Contudo, Eça de Queiroz, em 1870, criticava, no jornal *A República*, outro tipo de jornalismo que grassava igualmente na época, quando afirma que “se fôsse possível a uma idade futura perder a memória do que foi Portugal de 1850 a 1870, a sua decadência, o abaixamento dos seus espíritos, o expediente de sua vida, bastaria para revelar com nitidez tôda essa época uma colecção de jornais, um jornal só, desta imprensa superficial, constitucional e *boémia*, que é a consciência escrita das nossas misérias”, passando a deduzir que:

*No fim, um fundo de desdém cerca a imprensa. Ninguém põe fé na sua opinião, ninguém aceita o seu critério: ela fala, clama, toca a rebate às portas da Carta, vitupera, sentencia, protesta – que importa? É uma velha prostituta que faz esgares. Mas como a imprensa se dirige sobretudo às pessoas, como pode destruir uma reputação, manchar um carácter, tem a importância duma difamação sempre vigilante e sempre eminente. É temida: despreza-se e evita-se, mas sorri-se-lhe; e, como se faz à polícia, saúda-se amavelmente, com um imenso nojo.*⁶⁷

Há também que ter em conta que um grande número de leitores procuravam e liam com ânsia os periódicos e que cada exemplar era seguramente manuseado e relido por inúmeros leitores sendo ainda, amiúde, dados a ouvir por mais indivíduos nos quiosques, cafés, botequins ou outros sítios públicos e/ou de convívio entre os cidadãos⁶⁸.

Mais do que um instrumento informativo, o jornal é o retrato de uma época, que é vista e grafada segundo muitos olhares diferenciados, os quais se distanciam e/ou aproximam de uma sociedade e da voragem que a vida nesta acarreta e produz, tal como

⁶⁶ *Ibid.*, pp. 140-141.

⁶⁷ Eça de Queiroz, *A República*, nº 7, Lisboa, Julho de 1870, apud Jaime Brasil, “Eça de Queiroz, Jornalista”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1945, pp. 518-519.

⁶⁸ Cf. Ernesto Rodrigues, *Cultura Literária Oitocentista*, Lisboa, Lello Editores, 1999, p. 27: “O grau de alfabetização, baixíssimo, em Portugal não é muito importante, tratando-se de mercadoria legível. A tiragem pode indicar compra, mas ignoramos as sobras; e, claro, a audiência – lê-se, ouve-se – vai para lá dos números de partida. Há hipóteses interessantes: ‘Por qué, en efecto, gentes que pensamos que son analfabetas, compraban textos que eran incapaces de leer?’ Uma hipótese era a «del valor mágico del ‘papel que habla’, según la expresión de Mercier de la Rivière, y es cierto que un tal uso [...] ha podido significar una promoción social, real o sedeadada, [...] Pero hoy hay que pensar sobre todo en la eventualidad de una lectura mediante un lector interpuesto, [...]”.

Eça de Queiroz faz questão de sublinhar “o jornal é das coisas neste mundo que mais toma a forma e a atitude das épocas que atravessa.”.⁶⁹

Também Vitorino Nemésio evidencia o facto de que “ninguém pode entender o século XIX português se não sentir a comodidade e a dissipação da sua vida no rodapé de jornal chamado «folhetim». Mais do que um género literário ou modo tipográfico de acomodação da escrita, o folhetim era uma autêntica forma social, um lugar onde podemos surpreender os nossos avós e bisavós em flagrante delito de convívio.”.⁷⁰

Neste espaço conquistado nos e pelos periódicos da época oitocentista, acedemos à inscrição da cultura de um século com as suas contrariedades ou evoluções⁷¹ nos quais se fideliza um público a um escritor ou a um género textual do qual sobressai um estilo agradável e cativante. Essa mesma fidelização a um público torna-se uma prática de tal modo estabelecida e comum que, em meados do século XIX, o jornal já afirmava uma acentuada supremacia face ao livro,⁷² pois captava exponencialmente um público em maior número. Outro aspecto deveras importante nesta nossa digressão pelo periodismo oitocentista prende-se, indubitavelmente, com o fenómeno das relações de influência entre a imprensa escrita e a entidade leitora.

Em oposição às primeiras décadas de Oitocentos, em que o público era arrastado no turbilhão opinativo dos folhetins de cariz político-ideológico, a partir da segunda metade do século, e mais precisamente no último quartel deste, estamos perante um público com pretensões mais objectivistas e de pendor mais exigente, na demanda da informação e do entretenimento. Trata-se de uma forma de evasão ao quotidiano cidadão menos agradável, como resultado de “uma nova *atitude mental* da pequena e média burguesia, que tem na raiz a grave crise ideológica que atravessou no último quartel do século.”⁷³

⁶⁹ Eça de Queiroz, *Da Colaboração no «Distrito de Évora» - I (1867)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil, 2000, p. 147.

⁷⁰ Vitorino Nemésio, “O folhetim”, *Diário Popular*, Lisboa, 22-III-1950, p. 5.

⁷¹ Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Subsídios para a História da Liberdade de Imprensa*, Vol. VI, Coimbra, Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984, p. 461: «Em conjunto e de uma forma mais ou menos manifesta, a Imprensa dá-nos, em sentido amplo, a ‘informação’, o ‘reflexo’ da opinião pública letrada e, mais ainda, das próprias mentalidades.».

⁷² Joel Serrão considera que a literatura, a instrução, o teatro e o jornalismo foram os agentes e meios de cultura fundamentais para as transformações ocorridas no século XIX. (“Por uma história cultural do século XIX”, *in Temas Oitocentistas*, p. 30.

⁷³ Cf. Pierre Albert, *La Presse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973, p. 5 : « La presse écrite est un des produits les plus répandus et les plus caractéristiques de la société industrielle. Ses progrès ont été historiquement liés au développement de la civilisation occidentale [...] dans la deuxième moitié du XIXe siècle et la première moitié du XXe siècle qu’elle a pris les caractères d’une grande industrie et que sa consommation régulière s’est

No entanto, a este respeito, Djacir Menezes destaca o aspecto mercantilista de alguma imprensa da época que inibia um jornalismo isento e justo, tal como Eça o idealizava, afirmando: “já não há mais aquêlo jornalismo de grupelhos políticos, montado com pequenos capitais, tão comuns naquelas décadas remotas. O jornal hoje se entrosa no cartel, faz parte de *consortium* capitalista, com ramificações complicadas, umbilicado ao grande capital, que o irriga e fecunda. Êste paga e dirige o pensamento impresso nas grandes cidades. A opinião, influenciada pelas tiragens enormes da grande emprêsa jornalística (porque os jornais populares e pobres bradam verdades aflitas para pequenos setores, sem alcance, perdidos no tumulto), tende a formar-se de modo conveniente aos altos interêsses das camadas dirigentes. A opinião pública é mistificada de tôda forma, desde as notícias telegráficas aos comentários políticos. Os títulos berram escândalos e por trás nada há de socialmente notável. Quem dá as idéias aos jornalistas é quem lhes dá o salário. E quem não come não tem fôrça para escrever.”⁷⁴

Este *novo* público, ou melhor, este público com uma nova atitude mental, é especialmente permeável aos relatos de aventuras ou às histórias de amor, como que buscando uma fuga emocional à estreita rotina do dia-a-dia. No dealbar dessa última fase do periodismo de Oitocentos, e perante a “podridão” que constata no país, Eça, em *Uma Campanha Alegre*, lembra essa necessidade de fuga ao intolerável real, questionando o seu público com esta coloquialidade tão característica na imprensa da época: “Não é verdade, leitor de bom-senso, que neste momento histórico só há lugar para o humorismo?” (Junho de 1871).⁷⁵

Daí o retumbante sucesso que os folhetinistas alcançam nos jornais: não já como crónicas literárias e artísticas ou mundanas, como até então, mas como romances⁷⁶ sentimentais aos bocados, feitos num jeito popular que interessa a mais largas camadas.”⁷⁷

José Lechner evidencia essa desenfreada procura de leitores, por todos os meios, de modo a incrementar a tiragem dos periódicos aumentando, consequentemente,

étendue pratiquement à l'ensemble de la population [...] sa lecture est devenue une habitude, une forme du comportement social. ».

⁷⁴ Djacir Menezes, *Crítica Social de Eça de Queiroz*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 91. (grafia do autor)

⁷⁵ *Uma Campanha Alegre de «As Farpas»*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2003, p. 10.

⁷⁶ Cf. Maria de Lurdes L. dos Santos, “Folhetim Literário” in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997, p. 191: “As séries serviam, em regra, de meio de lançamento, divulgação e promoção para o suporte definitivo, ou seja, o romance editado em livro – estádio a que, não raro, só se chegava depois de uma bem acolhida publicitação através dos folhetins”.

⁷⁷ José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 218.

as vendas, quando afirma que: “O formato dos jornais e a paginação aumentam para receber mais anúncios e mais notícias. O conteúdo diversifica-se. [...] No fim do século, frequentes campanhas e escândalos servem de pretexto para aumentar a tiragem. A concorrência mercantil empurra os jornais populares para a via do sensacionalismo desenfreado. [...] Informação num estilo simples, claro, directo, de inteligibilidade imediata: folhetim e sensacionalismo, eis a fórmula da imprensa moderna já no fim do século XIX”.⁷⁸

Fátima Outeirinho afirma que “a importância que o folhetim conquista junto do público leitor fará com que praticamente toda a imprensa periódica, e não apenas o jornal diário, se abra à escrita folhetinesca, quer sob a forma de crónica enquanto revista da semana, quer através da narrativa ficcionada apresentada em episódios – uso já corrente – mas que implicará uma particular estratégia retórica e narrativa visando, especificamente, criar um efeito de ‘suspense’ para uma consequente fidelização do leitor.”⁷⁹

Em detrimento da prática de discussão, da escrita opinativa e de editoriais que convidavam à reflexão, opta-se por uma informação tendencialmente mais imparcial e objectiva pois, “nesse período [...] os jornais não ficam apenas reservados à classe relativamente pouco numerosa de eleitores censitários, mas pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente. Em 1867, Eça de Queiroz refere acertada e profeticamente o grande aumento de publicações de todo o género, o enorme surto editorial que caracteriza essa prolífera era industrial:

[...] hoje não se lê, folheia-se; antigamente a ciência era um pequeno campo que se percorria num instante, levemente, gastando pouco o olhar, sem atenção, com um doce estouvamento, e no fim saía-se letrado, sábio, homem de letras, entendedor, crítico, etc. Hoje, que tudo é imenso e exagerado, nesta vida moderna, cujo verdadeiro nome é paroxismo, pouco se pode ler: os livros sucedem-se: poemas, histórias, romances, poesias, críticas, ciências, dicionários, tudo nasce, passa, voa, é lido, estudado, esquecido e lançado ao monturo. Para colher uma ideia, para saber um facto, para escolher uma opinião, é necessário ir duns a outros sem cessar, correndo, ler uma

⁷⁸ José Lechner, *op. cit.*, p. 23.

⁷⁹ Fátima Outeirinho, *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 39.

*página, relancear a vista por um índice, colher na passagem o título de um capítulo. Hoje há mais coisas a saber: o mais pequeno sábio não pode ter a sua pequena consciência satisfeita sem ter lido mil livros, aberto crédito a mil sistemas. Quem sabe onde nos levará este abuso do espírito? Em primeiro lugar, à exageração [...] A vida moderna tem um característico: inchação.*⁸⁰

Embora sem esquecer a camada mais instruída, que fornece ainda o grosso dos assinantes, os periódicos dirigem-se também ao novo público, menos abastado e instruído, com gostos menos exigentes e requintados.”⁸¹ Feliciano de Castilho, referindo-se a esta democratização da cultura, profere inclusive este bem conseguido trocadilho ao gosto português “ [se] os livros eram a muita ciência para poucos homens, os jornais são um pouco de ciência para todos.”⁸²

O periodismo oitocentista arrogava-se ainda constituir um instrumento reformador de uma sociedade, veiculando cultura e gerando o progresso com uma função concomitantemente lúdica e pedagógica.⁸³ Em 6 de Janeiro de 1867, Eça de Queiroz, na “Revista Crítica dos Jornais”, apresenta, num texto de carácter doutrinário e programático, a função do jornalismo e a importância deste para a sociedade sob a forma de um alerta constante que visa a defesa dos valores e da vida política e cultural:

O jornalismo, na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial. Mas esta intervenção nos factos, nas ideias, para ser fecunda, elevada, para ter um carácter de utilidade pública e largas vistas sociais, deve ser preparada pela discussão e pelo esclarecimento da direcção governativa, do estado geral dos espíritos, do vigor das consciências, da situação pública, da virtude das leis. É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela

⁸⁰ *Da Colaboração no «Distrito de Évora» I*, nº 5, 20 de Janeiro, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, p.271.

⁸¹ Tengarrinha, *op. cit.*, p. 219.

⁸² *O Recreio*, nº 8, 1841. Citado por Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, Tomo IV, Coimbra, 1932, p. 34.

⁸³ Antero de Quental na “Revista Literária de Coimbra”, inserida em *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 26-I-1862, apelida o Jornal de “o grande apóstolo do século”.

*conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.*⁸⁴

No entanto, no que diz respeito ao folhetim, importa já um carácter mais ligeiro, num estilo prazenteiro e com um conteúdo que ocupa maioritariamente um propósito lúdico neste espaço do periódico, tal como se faz referência em *A Revolução de Setembro*: “Escrever com idéias é uma sedição banalidade; a gloria de encher papel sem ellas pertence de direito ao folhetim, [...] – o primeiro narcótico conhecido.”⁸⁵

Manuel Pinheiro Chagas define o novo e versátil espaço no jornal dizendo que “o folhetim é caprichoso e vadio, magro e ágil como um árabe, deixa correr à doida os seus períodos cintilantes, e a sua frase descuidada arpeja Quintiliano e Boileau”.⁸⁶ Ainda mais elucidativo do modo como este rodapé dos jornais era visto pelos homens de cultura da época é esta passagem de uma carta de Eça a Oliveira Martins, relativa à revelação de *A Correspondência de Fradique Mendes* ao público português:

*Como publicar, porém, dez artigos a seguir? No folhetim, não pode ser, porque se não pode interromper o romance, nem eu quero que o estudo crítico sobre um tão grande homem apareça nesses baixos do jornal, destinados à imaginação e à novela.*⁸⁷

De igual modo, é dado ao folhetinista um estatuto especial na escrita jornalística⁸⁸ que lhe confere a possibilidade de servir exclusivamente os interesses de uma entidade leitora, podendo tratar de uma infinidade de matérias ou até da ausência delas, desde que cumpra a sua colaboração semanal: “O folhetinista português é talvez o primeiro escritor do século. Meio moralista e meio cortesão, só lhe é permitido ocupar-

⁸⁴ *Da Colaboração no «Distrito de Évora» – I (1867)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, p. 9.

⁸⁵ De 8-VII-1862, respeitámos a grafia da época.

⁸⁶ “Folhetim”, in *Diário Ilustrado*, Lisboa, Junho de 1872.

⁸⁷ Eça de Queiroz, *Correspondência*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, p. 119.

⁸⁸ Camilo Castelo Branco em “Desgraçado Balzac! À Actualidade”, in *A Actualidade: Noites de Insónias*, Porto, Março de 1874, refere essa distinção entre o folhetinista e o noticiarista que, por vezes, se podem fundir num mesmo indivíduo: “Tantas vezes o noticiarista repete que eu sou assinante do seu papel, que parece estar-me convidando a declarar a razão por que assinei. Eu lha digo, ao noticiarista. Foi para me regalar com as inépcias do folhetinista. Quer-me parecer que os dois são um e mesmíssimo tolo (com licença: não diga que sou incivil). Se os dois não são homogéneos, então tenho centauro pela frente. Em cima, no noticiário, está a porção humana do aborto; em baixo, no folhetim, está (com a devida cortesia) a porção bestial do mesmo centauro. Mas há lanços em que o centauro se cabriola de feitio que a metade de baixo esperneia em cima; e a gente, a meia volta, não sabe já onde está o homem, nem onde está (com a devida vénia) a besta.”

se dos assuntos que o público aceitou: não havendo assunto quase nunca, cumpre-lhe tratar semanalmente de coisa nenhuma. [...] Não é um sacerdócio nem mesmo uma missão, como se dizia outrora da poesia e do jornal, é um empregozinho honesto que quadra lindamente a um homem de boa fé!”⁸⁹

Recorde-se a crónica queiroziana em que o cronista não arranjando provavelmente assunto ou por uma espécie de necessidade de definição programática, disserta sobre as próprias características deste género textual: “A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema nem nexos, espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites...”⁹⁰

Mais interessante é a caracterização do folhetinista como um escritor “nómada”⁹¹ pelo seu carácter itinerante, tanto a nível temático como genológico.⁹² Relativamente à temática do folhetim, esta pressupõe sempre um carácter jovial que denotaria uma actividade de agrado para essa massa anónima de leitores, daí que Carlos Reis o caracterize referindo que “tematicamente, os *folhetins* aparecidos na imprensa cultivavam assuntos relativamente variados: da criação literária (narrativa e poesia) ao ensaio, passando pela crítica literária e pela polémica, o *folhetim*, constituía na esfera do entretenimento, uma prática cultural, complementar da função primordialmente informativa da imprensa”.⁹³

Visconde de A., em “Chronica”, de Janeiro de 1851, caracteriza o trabalho do folhetinista como o de Sísifo, uma tarefa nunca terminada e extenuante⁹⁴, mas eivada de

⁸⁹ *A Revolução de Setembro*, 29-VI-1865.

⁹⁰ “Crónicas”, nº I, de 6 de Janeiro, in *Da Colaboração no «Distrito de Évora» – I (1867)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, pp.107-108.

⁹¹ *Ibid.*, 22-III-1864.

⁹² Eça de Queiroz refere-se-lhes como “os amenos”, dirigindo-se aos cronistas, folhetinistas, noticiaristas e escritores de variedades in *Da Colaboração no «Distrito de Évora» – I (1867)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, pp.139.

⁹³ Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987, p. 171.

⁹⁴ Não só a tarefa do folhetinista se revela árdua, mas sim toda a actividade jornalística nesse século, não deixando, no entanto, de ser alvo de fortes críticas, pois, como sublinha José-Augusto França, “hábito quotidiano de leitura distribuída por opiniões, interesses e influências, os jornais valiam, na verdade, o que valiam as penas e as éticas de quem os escrevia.”. Ou, como disse Alberto de Oliveira, “os jornalistas são quase todos amanuenses de jornais”. Descrevendo Moura Cabral, um periodista de *Lisboa em Flagrante*, a actividade jornalística, na sua azáfama diária, enumerava, deste modo, “toda a fauna da profissão: o noticiarista mundano, encarregado do *high life*, aceitando ou resistindo a pedidos e pressões e por isso tendo merecido o hábito de Cristo; o crítico musical que se passeia pelos corredores e conhece toda a gente; o teatral («que autoridade tem este tipo para fazer crítica?»...); o erudito da casa, «que estilo!» na necrologia; o senhor conselheiro que chega (trazem-lhe, pressurosos, papel, uma pena nova, um copo de água) para escrever o artigo de fundo, em política conforme do «nobre Presidente do Conselho»; e «o burro de carga», que faz tudo, noticiário, crónica, parlamento, que reescreve os artigos dos outros, corta, cola, traduz, sabe gramática e revê provas até à última

sedução, tendo em conta que havia que agradar a um público-leitor cada vez mais exigente e atento: “similhantes à teia de Penélope são os labores do «folhetinismo» periódico. Este contínuo trabalhar em vão, sem atar nem desatar, para iludir os galanteios importunos dos leitores, que á fina força nos querem arrancar «palavras de presente», que lhes alegrem o animo – tornam o negregado officio de chronista mais amargo, que a ausência que padeceu a astuciosa rainha de Ithaca, em quanto o seu Ulysses esteve redigindo os folhetins da guerra de Tróia.”.⁹⁵

Através dessa miríade de produção escrita no espaço de rodapé dos periódicos, podemos aceder ao espírito do tempo numa relação directa com esse fio temporal que o folhetinista nos fornece nessa actividade caleidoscópica de escrita: seja em romances, contos, cartas, ensaios, crónicas, poemas, ou outros.

Teremos, inclusive, de reconhecer o facto de muitas obras literárias da época terem sido levadas a público e/ou sido divulgadas no espaço folhetinesco, não lhes retirando prestígio ou notoriedade. Amiúde, confirmou-se exactamente o oposto pela qualidade que a grande difusão da imprensa implicava.

Deste modo, como comprova Vitorino Nemésio:

Talvez mais de metade da produção literária portuguesa do século passado ficou nas colecções de jornais sob essa forma. E se a superficialidade fatal a este modo de tratamento de temas tende a condenar essas toneladas de papel sepulto nas caves das bibliotecas e dos bibliófilos, o seu carácter documental, resgata-o e valoriza-o. Ainda mais: a superficialidade inerente à atitude de folhetim não excluía, e às vezes até provocava, uma qualidade que a literatura orgânica não comporta. E a capacidade cinemática de reter o instante comentando-o.⁹⁶

O folhetim relaciona-se com o leitor, numa interacção dialógica, coloquial⁹⁷ e através de um discurso marcadamente apelativo, onde abundam as apóstrofes (amigo leitor, minha senhora, amável leitor, leitor de bom senso, ...) e as interpelações, num

hora da saída do jornal («a respeito de vírgulas são todos uma desgraça») – silencioso, prestável, indispensável na colmeia...”. *Apud* José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 173-174.

⁹⁵ *A Semana*, (conforme grafia original). *Apud* Fátima Outeirinho, *op. cit.*, p. 26.

⁹⁶ Vitorino Nemésio, *op. cit.*.

⁹⁷ Cf. Vitorino Nemésio, *op. cit.*, quando refere o facto de que o folhetim “sem unidade, sem matéria única ou tema [...] nem é rigorosamente uma obra literária, um género com dignidade de regras ou de definição em retórica”, acrescentando ainda que “o folhetim apresenta linguagem falada no estado de conversa, para ser verdadeiramente social, é uma aventura vivida verbalmente entre pessoas”.

convite contínuo a uma atitude interventiva por parte do leitor e de cumplicidade entre o autor e esse mesmo leitor. Este ver-se-á na contingência de aderir a uma leitura prazenteira de um estilo ligeiro de escrita, pois importava ao folhetinista e ao próprio jornal, acima de tudo, atender as necessidades desse público, indo ao encontro dos seus desejos e aspirações, com vista a uma maior tiragem e, conseqüentemente, à obtenção de um lucro financeiro mais proveitoso. Tengarrinha reforça esta questão ao afirmar que:

Agora, é o jornal que tem de procurar o público, descer ao seu nível, adivinhar-lhe os gostos e apetites, mesmo os mais baixos, ir ao encontro da sua mentalidade. Perde, assim, quase completamente, o seu valor formativo. Com efeito, na medida em que os jornais deixavam de apoiar-se em facções políticas, para serem, sobretudo, mantidos por grupos financeiros, a Imprensa transformou-se numa indústria como a de sapatos ou mobílias. O que lhe interessava era vender, vender o mais possível, sacrificando tudo a isso. O jornal passa a ser, portanto, uma mercadoria: embora mercadoria essencialmente transitória, apenas com valor durante algumas horas.⁹⁸

Caía-se, muitas vezes, em excessos, levando a que, em 1880, surgisse outro periódico com sentido crítico e intuito reformista – *O Século*. Este, no seu texto programático, denunciava a inutilidade e o banalidade que perpassavam por muitos jornais da época, relatando que “o povo que lê para apreciar, o povo que lê para apreciar, o que lê para recrear, o que lê por necessidade, toda essa multidão de leitores poderá um dia esquecer o artigo político do jornal, o folhetim, mas não esquece nunca a notícia, porque a notícia insinua-se-lhe no espírito como uma satisfação de curiosidade nativa. E se a notícia juntar à sua narrativa lacónica uma palavra que seja de apreciação sincera essa palavra há-de também insinuar-se no espírito do leitor, há-de fazer aceitá-la, ou [...] quando menos pensar nela.”⁹⁹

Assistimos, deste modo, ao longo de todo o século XIX, a uma evolução que, de um jornalismo imbuído de ideais nobres e de interesses pedagógicos e reformadores do ser humano e da sociedade,¹⁰⁰ transita para uma imprensa eivada de interesses

⁹⁸ Tengarrinha, *op. cit.*, p. 220.

⁹⁹ Jornal *O Século*, 8-VI-1880, p.1.

¹⁰⁰ Encontramo-nos, com Eça de Queiroz, em plena época de Regeneração, mas, como refere Artur Portela em “Eça de Queiroz e o jornalismo do Constitucionalismo”, in *La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y América Latina*, Madrid, Universidad Complutense, 1983, p. 29: “De facto, qual é a Regeneração

meramente prosaicos e mercantilistas ou, dizendo de outra maneira, a ideologia permanecia, embora revestida de outros interesses, o que gerou as críticas mais acérrimas de inúmeras individualidades da época.

Acompanhando a evolução e as grandes mudanças que se operaram ao longo das tumultuosas décadas finais de Oitocentos, o jornal foi, como refere Luís Trindade, “simultaneamente um sintoma e um sujeito participativo no desenvolvimento do capitalismo, da democracia representativa e da alfabetização. Sintoma porque respondeu à procura de um público leitor em crescimento, público que era também eleitorado e procurava formar opinião. Sujeito porque deu um importante contributo ao alargamento do mercado como poderosa forma de publicitar os produtos. O jornal de informação nasceu porque havia uma pressão pública, política e económica, que ele próprio contribuiu para desenvolver: o folhetim fidelizava os leitores, os anunciantes ajudavam a pagar o jornal e este podia baixar substancialmente o seu preço, fazendo aumentar ainda mais o número de leitores, atraindo portanto ainda mais anunciantes, e assim sucessivamente.”¹⁰¹

Eça de Queiroz, através de um texto epistolar de Fradique Mendes a Bento de S., ironiza magistralmente, no seu estilo tão peculiar, a leviandade com que muitos assuntos são abordados nos periódicos, inclusive o modo como é tratada a Literatura, levando a que se teçam vãs e infundadas opiniões relativamente a tudo e a todos, condenando uns e glorificando outros com a leveza de um simples gesto ou a da palavra proferida de modo irreflectido. Atribui ao jornal todos estes actos de vaidade que caracterizaram o homem oitocentista, diminuindo-lhe a capacidade de questionar e reflectir sobre o que o rodeava, usando como engodo oferecer-lhe algo de prazenteiro, através da leitura descomprometida e ligeira em que imperava o bom humor e o entretenimento.

que o imaginário queiroziano adianta? Socialmente, vemos um meio urbano dominado por uma burguesia de burocratas e cercado por uma província onde pulula a pequena-burguesia e onde destaca, aqui e além, a aristocracia rural. Politicamente vemos um sistema representativo corrupto, um rotativismo de falsa alternativa, um fortíssimo centralismo apoiado numa teia caciquista. Culturalmente, temos um país retórico, mimado o romantismo, traduzido do francês. Moralmente, temos uma sociedade de aparência, de artifício, de ardil. No plano social, o povo é um vago fundo pitoresco. No plano sociopolítico e socioeconómico, não há real desmontagem dos mecanismos materiais, dos interesses, das ligações, das motivações profundas.” Ora, conforme se constata, tudo era deveras incipiente havendo muito para se regenerar!

¹⁰¹ Luís Trindade, *Primeiras Páginas: O Século XX nos jornais portugueses*, Lisboa, Tinta-da-China, 2006, pp. 21-22.

*E quem nos tem enraizado estes hábitos de desoladora leviandade? O jornal – o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia noite, entre o silvar do gás e o ferver das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu. [...] O jornal é com efeito o fole incansável que assopra a vaidade humana, lhe irrita e lhe espalha a chama. De todos os tempos é ela a vaidade do homem! [...] O jornal estende sobre o mundo as suas duas folhas, salpicadas de preto, como aquelas duas asas com que os iconografistas do século XV representavam a Luxúria ou a Gula: e o Mundo todo se arremessa para o jornal, se quer agachar sob as duas asas que o levem à gloriola, lhe espalhem o nome pelo ar sonoro.*¹⁰²

Crítica mordaz esta à imprensa no tempo em que tantos escritores dela precisavam¹⁰³, acrescida da nobre função de denúncia dos vícios e costumes de toda uma sociedade que urgia *farpear*.¹⁰⁴ Contudo, espreitemos para o final da carta para verificarmos se efectivamente Eça, pela escrita de Fradique, conseguirá resistir à sedução deste meio privilegiado de civilidade e de influência do século em que viveu. Prossegue, deste modo, Fradique Mendes no derradeiro parágrafo: “Mas escuta! Onze horas! Onze horas ligeiras estão dançando, no meu velho relógio, o minuete de Gluck. Ora esta carta já vai, como a de Tibério, muito tremenda e verbosa, *verbosa et tremenda epistola*; e eu tenho pressa de a findar, para ir, ainda antes do almoço, ler os meus jornais, com delícia. – Teu Fradique”¹⁰⁵

Não nos restam dúvidas que o homem oitocentista fruiu bem esse instrumento de poder e de prazer que foi o jornal, fazendo uso dele conforme lhe aprouve e a conjuntura social e política lho permitiu, alternando o seu interesse entre a seriedade de um artigo de fundo, em épocas de crise, e a leveza das facécias folhetinescas.

¹⁰² *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, pp. 217-220.

¹⁰³ Segundo Luís Filipe Leite, o “demónio da ambição” levava a que muitos escritores se dedicassem à escrita jornalística, nomeadamente à imprensa “política”, o que se lhe afigura um insucesso, pois, segundo o mesmo, “aquele que nascera para medir versos, esmerilhar rimas, polir a linguagem e entesourar novas opulências para o comum património das letras pátrias, contou eleitores, azedou frases, retorceu o pensamento em caprichos ou partos de que a própria linguagem fica assombrada, e conseguiu amontoar volumes de escritura efémera.”, “A imprensa política e a imprensa literária”, in *Arquivo Pitoresco*, nº 1 (1857-1858), p. 102.

¹⁰⁴ Numa carta ao Visconde de Pindela e ao Conde de Arnoso, Eça dá notícias dos amigos aos seus destinatários, dizendo “Este mesmo Ramalho lá está na Foz, folhetinizando.”, in *Correspondência*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, p. 63.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*.

Tal como nos assegura Eça, na sua colaboração no citado periódico alentejano, “a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, de uma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; cada uma destas partes do jornal tem ou deixa de ter importância segundo o estado dos espíritos, a estranheza dos acontecimentos, a ociosidade ou actividade pública; e quando a atenção pública se volta para qualquer destas secções, só ela é lida, só ela é comentada: é a primeira que se procura com a vista quando se recebe o jornal”.¹⁰⁶

O jornalismo, nesta época, era, indiscutivelmente, uma experiência multímoda em que o homem de imprensa e/ou de literatura alternava entre a responsabilidade de escrever um artigo de fundo e o diletante exercício de *esprit* de uma acutilante crónica sobre os mais diversos assuntos ao agrado do interessado público-leitor. Prossegue, assim, deste modo magistral, o multifacetado escritor-cronista:

Em tempo de guerra de ministério, chega a vez ao artigo de fundo; ele toma então ares de pessoa importante, sacode a cabeleira, assesta os óculos, toma voz doutoral, prega, tosse, escarra, ronca solenemente, majestosamente, tudo o procura; todo o mundo o consulta, todo o mundo abre para ele grandes olhos e grandes ouvidos. [...] Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a ele, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estojo precioso. Pode ele ser horrivelmente insípido, como quando é o sr. Santos Nazaré que os escreve; ridiculamente pretensiosos, como quando é o sr. Chagas; bocejadoramente alambicados, como quando é o sr. Júlio Machado que os suspira; é mesmo ele o querido; ele é o idolatrado.¹⁰⁷

No entanto, consoante o rumo do interesse do público e das suas actividades, assim o folhetim passa de amado a odiado, sendo radicalmente preterido por um desejo de bucolismo em época estival: “Por fim vem o Verão, o calor, o campo, e morre o

¹⁰⁶ Eça de Queiroz, *Da Colaboração no «Distrito de Évora» I*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, p. 117.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 118.

folhetim: os folhetinistas são assassinos; as mulheres embirram com ele, os homens olham para ele desdenhosamente...”.¹⁰⁸

Independentemente desses amores ou ódios do cidadão oitocentista, a imprensa “está num trono e resplandece”¹⁰⁹, ou seja, detinha um lugar cimeiro na cultura e na sociedade da época, não deixando de ser uma instituição com inúmeros vícios e com algumas práticas menos aceitáveis “Incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais concorreu para dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízos ligeiros.”¹¹⁰

Na obra eciana, são inúmeros os exemplos de forte crítica à imprensa portuguesa, desde o tempo do *Distrito de Évora*, que, segundo João Medina, lhe deixou “uma arreigada e perdurável animadversão”¹¹¹ a esta actividade. Daí que, num texto epistolar para Ramalho Ortigão, o autor de *Os Maias* refira “A Imprensa que entre nós domina, [sic] fala de alto, faz e desfaz a História – é mais sórdida e vil que o vômito de um ébrio: por outro lado não há em Portugal um bocado de papel onde se discutam sèriamente [sic], e com especial saber, as coisas vitais do País, onde as obras tenham o seu comentário, e onde se produzam os espíritos elevados, que hoje [...] não têm um jornal decente.”¹¹²

Fradique Mendes, a sua outra voz, acrescenta que “o jornal exerce hoje as funções malignas do defunto Satanás, de quem herdou a ubiquidade; e é não só o Pai da Mentira, mas o Pai da Discórdia. É ele que por um lado inflama as exigências mais vorazes – e por outro fornece pedra e cal às resistências mais iníquas”.¹¹³ Crítica particularmente a imprensa lusa que lhe merece o seguinte comentário “os jornais portugueses (que chama algures «fenómenos picarescos de decomposição social»), sempre característicos, mas superiormente interessantes para quem como ele se comprazia em analisar «a obra genuína e sincera da mediocridade»”.¹¹⁴

No entanto, o lugar cimeiro que conquistou leva a que o mesmo autor sublinhe que “a grande instituição moderna, a soberana instituição contemporânea – é a

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹ Eça de Queiroz, *Cartas de Paris*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2001, p. 125.

¹¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹¹ Eça de Queiroz e o seu tempo, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, p. 62.

¹¹² Carta a Ramalho Ortigão, de Paris, 26-XI-1888, in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, pp. 153-154.

¹¹³ *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, p. 223.

¹¹⁴ *Ibid.*, pp. 87-88.

imprensa.”¹¹⁵ É que Eça de Queiroz testemunhou, bem na linha da frente, esse fenómeno – como leitor, romancista, cronista, folhetinista e inclusive como director de um jornal –, não só nos dois grandes pólos culturais europeus, Paris e Londres, como também num Portugal que, embora “na cauda da Europa”, não resistiu à sedução desse incansável portento civilizador que invadia todos os sectores da sociedade *farpeando-a* sempre que lhe era permitido, ou não!

¹¹⁵ Carta a Ramalho Ortigão, Paris, 26-XI-1888, in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, p. 273.

2 – A crónica jornalística oitocentista – alguns temas nucleares

A crónica é como estes rapazes que não têm morada sua e que vivem no quarto dos amigos, que entram com um cheiro de Primavera, alegres, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam... e que, quando se vão embora, nos deixam cheios de saudades.

Eça de Queiroz¹¹⁶

A crónica, como hodiernamente a entendemos, nasce na imprensa e nesta se instala em definitivo como um género híbrido que se situa entre o Jornalismo e a Literatura. Tal como o próprio jornal, também a crónica, segundo Jorge de Sá, “nasce, cresce, envelhece e morre em vinte e quatro horas”¹¹⁷, distinguindo-se, desde logo, do texto meramente literário pela efemeridade e pela quantidade de público-leitor, como já referido no ponto anterior, em contraste com a perenidade e o número mais restrito de leitores da obra editada em livro.

¹¹⁶ *Da Colaboração no «Distrito de Évora» - I (1867)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil, 2000, p. 109.

¹¹⁷ Jorge de Sá, *A Crónica*, São Paulo, Ática, 1985, p. 10.

Considerada por muitos, no universo da literatura, como um “género menor” que não proporciona igualmente aos seus autores um reconhecimento social que se equipare ao de outros escritores da lírica, da prosa ou do drama, a crónica pode ser caracterizada como a tipologia textual mais vincadamente despreziosa e, talvez por isso, humanizada pela relação directa e quase imediata que estabelece com o leitor. Tal advém, acima de tudo, do facto de ser uma escrita efémera e natural em que o autor se distancia da “torre de marfim” apartada do real para se aproximar do seu público no “rés-do-chão”¹¹⁸ do jornal.

Partindo da sua evolução ao longo dos tempos, procuraremos defini-la e analisá-la de modo a descortinar o sentido com que era usada e entendida ao longo de todo o século XIX, até atingir o seu esplendor na imprensa portuguesa (e brasileira), no último quartel de Oitocentos.

Assim, o vocábulo **crónica** deriva etimologicamente do “grego *chronikós*, relativo a tempo (*Chrónos*)¹¹⁹ e, pelo Latim, de *Chronicam* que designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. O texto cronístico situava-se, na época medieval, entre os anais e a História, servindo exclusivamente para registar eventos sem os comentar ou interpretar.”¹²⁰

Já no Renascimento, o termo “crónica” passou a ser utilizado unicamente com sentido histórico. Só no século XIX, perdeu a sua funcionalidade historicista para passar a designar um género ainda marcado por uma certa ambigüenia, entre o contexto literário e a funcionalidade jornalística.

Como já referimos anteriormente, a imprensa marcou o seu papel como veículo fundamental na transmissão de informação e como instituição cultural na época oitocentista, tendo a crónica conquistado definitivamente o seu espaço no contexto

¹¹⁸ Cf. terminologia usada por Ernesto Rodrigues, *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 34; António Cândido *et. al.*, *A Crónica: o género, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 97.

¹¹⁹ Segundo Constantino Martínez *et. al.*, *Dicionário de Mitologia Clássica*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 104 e Pierre Grimal, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Linda-a-Velha, Difel, 1992, p. 105, *Króvos* [grafia grega] (Crono) era um dos titãs filhos de Geia (Terra) e Urano (Céu). Casou com Reia, sua irmã, tendo tido com esta inúmeros filhos que devorava à nascença temendo ser destronado por um deles, tal como seus pais haviam previsto. Tal veio efectivamente a acontecer quando Reia esconde um dos seus filhos recém-nascidos, dando a Crono uma pedra envolvida em panos para ele devorar. Crono era considerado, na época clássica, uma personificação do tempo, devido à semelhança do seu nome com a palavra *Króvos*, «tempo», representando-o, implacável, com uma foice. Acrescentamos que, em nossa opinião, nada é tão verdadeiro como esta noção clássica do tempo enquanto entidade superior aos homens e mesmo aos deuses que nos devora a vida mal nascemos, arrastando-nos inexoravelmente para a morte.

¹²⁰ Massaud Moisés, *A Criação Literária: prosa*, 2ª ed., São Paulo, Cultrix, 1983, p. 245.

jornalístico. Massaud Moisés evidencia que o termo **crónica** começou a ser empregue no século XIX “ liberto de sua conotação historicista, passando o vocábulo a revestir sentido estritamente literário. Assim, beneficiando-se da ampla difusão da imprensa, nessa época, a crónica adere ao jornal, como a sugerir, no registro do dia-a-dia, a remota significação ante-histórica do anuário.”¹²¹

Inquestionável é o facto de a sua temática se ter já demarcado radicalmente das preocupações históricas e de a sua função como texto de imprensa tender, de igual modo, a destrinçar-se dos interesses essencialmente informativos, como confirma o mesmo autor:

*Para o bom entendimento da crónica, impõe-se preliminarmente uma reflexão acerca do jornal (ou revista) como veículo de informação e cultura. De modo genérico, nele encontramos matéria autóctone, inerente à sua própria natureza de órgão informativo das ocorrências diárias, e matéria alóctone, estranha ou aleatória, na medida em que não corresponde à peculiaridade originária. Duas categorias, portanto, de texto linguístico se encontram no jornal: o que cumpre as funções de informar os sucessos do dia e o que não se prende, regra geral, ao vaivém quotidiano. Transferindo o foco analítico para o autor do texto, observa-se que uma coisa é escrever para o jornal, e outra, bem diversa, publicar no jornal.*¹²²

Perante esta evidente diferença de propósitos, emerge uma dúvida óbvia relativamente à intencionalidade específica do cronista quando escreve os seus ambivalentes textos **para** o jornal e que só **no** jornal têm lugar inicialmente, mesmo que, mais tarde, esses mesmos textos de imprensa possam vir a ser compilados e editados em livro, ganhando um estatuto de perenidade.

Massaud Moisés estabelece uma relevante destrição entre a intenção de quem escreve utilizando a escrita apenas com fins informativos e meramente jornalísticos, marcada por uma evidente fugacidade, e a de quem utiliza o espaço da imprensa como um meio, isto é, como um veículo de divulgação da sua criação literária mas almejando

¹²¹ *Idem, ibidem.*

¹²² *Id.*, p. 246. Por uma questão de rigor optámos por manter a grafia dos autores brasileiros citados ao longo deste trabalho.

escapar à voracidade de *chronos* através de uma edição e publicação numa fase posterior.¹²³

No entanto, tal como refere ainda o mesmo autor, o facto de a crónica se poder vir a trasladar da imprensa periódica para o livro não evita que caia no mar do esquecimento assim como não implica obrigatoriamente um reconhecimento de mérito: “Em tese, o fato de a crónica estar voltada para o cotidiano fugaz e endereçar-se ao público de jornal e revista, já é uma limitação; fruto do improviso, da resposta imediata ao acontecimento que fere a rotina do escritor ou lhe suscita reminiscências caladas no fundo da memória, a crónica não pressupõe o estatuto do livro.”¹²⁴

Curioso é o facto de António Cândido referir que, muitas vezes, a crónica surpreende quando atinge uma durabilidade muito mais longa do que alguma vez seria de supor, suplantando inequivocamente a característica perene de milhares de edições livrescas. Veja-se o caso de *As Farpas* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão que vai sendo editado e que se constitui sempre actual apesar de nos revelar tão imediata e abertamente uma época. A explicação de Cândido revela-se nos deveras convincente: “Isto acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originariamente para o livro, mas para essa publicação efémera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Como no preceito evangélico, o que quer salvar-se acaba por perder-se; e o que não teme perder-se acaba por se salvar.”¹²⁵

De igual modo, o objectivo do autor da crónica extravasa claramente o puro interesse informativo do jornalista no sentido de desejar ter um papel de poeta do real com o “fim precípua de divertir e instruir”.¹²⁶ Marc Gruas assinala essa dupla função do autor da crónica numa complementaridade que, apesar de aparentemente divergente, se quer harmoniosa e apelativa:

L'écrivain, devant un contrat d'écriture journalistique, est donc soumis à deux tentations qui ne sont pas forcément contradictoires, mais qu'il doit rendre compatibles. En tant que journaliste, il doit affronter les problèmes que pose la

¹²³ Cf. *Op. cit.*, p. 248.

¹²⁴ *Idem, ibidem.*

¹²⁵ António Cândido *et. al., op. cit.*, p. 14.

¹²⁶ Marlyse Meyer, “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica”, in António Cândido *et. al., A Crónica: o género, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 118.

retranscription du réel. En tant qu'écrivain, il est tenté par la mise en fiction de ce réel. Cette tension entre ces deux status donne naissance à deux types distincts de chronique : l'une est respectueuse du contrat référentiel ; l'autre soumet l'information à la tentation de l'écriture. Dans le premier cas, la chronique répertoire les principaux événements intervenus depuis le dernier numéro d'un journal ou d'une revue. Elle note les faits divers, les bruits de la ville, de l'édition et des théâtres. Lié par les options esthétiques et politiques du journal, voué à une écriture souvent fragmentée, répétitive et impérative, le chroniqueur semble se situer par définition loin du champ littéraire. Dans le second cas, le lecteur trouve dans « les textes des indices que l'histoire est inventée par celui qui la raconte ou par quelqu'un d'autre dont il l'hérite » ; quelquefois même, le pacte de lecture référentiel est brutalement rompu, comme si l'écrivain se débarrassait au cours de son récit de son costume de journaliste.¹²⁷

Daí que Massaud Moisés designe o cronista de “ficcionalista do quotidiano”.¹²⁸ Graças a este “estatuto” ele consegue extrair, de entre as mais diversas situações do dia-a-dia, muitas delas essencialmente prosaicas, uma “porção imanente de fantasia”¹²⁹, sem ter muito tempo de mediação entre o acontecimento ou a situação e a sua escrita cronística. Por outras palavras: “o cronista reage de imediato ao acontecimento, sem deixar que o tempo lhe filtre as impurezas ou lhe confira as dimensões de mito, horizonte ambicionado por todo ficcionalista de lei. De onde as características da crónica, como também suas grandezas e misérias, resultarem dessa inalienável ambiguidade radical.”¹³⁰

Segundo Maria Alzira Seixo, a crónica integra-se na “espécie de géneros de pessoa”¹³¹, tal como nela se integram as cartas, o diário e as memórias, situando-se nas “areias movediças de um terreno hesitante entre o poético e o não-poético, normalmente justificado pela categoria do *interessante*, pelo alibi do complemento – documento em relação à obra literária ou de testemunho do escritor em relação ao seu tempo”.¹³²

¹²⁷ Marc Gruas, « La fabrique de journalisme d'Eça de Queirós: procédés d'écriture des chroniques parisiennes de la *Gazeta de Notícias* de Rio de Janeiro » (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Toulouse-Le Mirail), 2002, pp. 1-2.

¹²⁸ Massaud Moisés, *op.cit.*, p. 247.

¹²⁹ *Idem, ibidem.*

¹³⁰ *Id., ibid.*

¹³¹ Maria Alzira Seixo, *A palavra do romance - Ensaios de genologia e análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p.160.

¹³² *Idem*, p. 162.

Neste ponto, convém estabelecer a distinção entre a **crónica-folhetim**, espaço multiforme num periódico que enforma uma tipologia textual diversificada, tal como um poema, um conto, um ensaio, um artigo crítico, parte de uma novela ou de um romance, uma carta ou uma peça de teatro, e a **crónica**, género jornalístico que procuraremos ir definindo ao longo deste capítulo e que, ao longo do século XIX, se vai demarcando do espaço folhetinesco, passando a ocupar um lugar específico no periódico.¹³³

O carácter jornalístico da crónica incute-lhe a precariedade do jornal e, conseqüentemente, obriga o cronista a escrever num tempo necessariamente curto, dirigido a leitores quase sempre apressados e/ou desatentos, tendo aquele a preocupação acrescida de seguir a ideologia e/ou os interesses mercantilistas dos seus proprietários e redactores. Segundo Jorge de Sá, a crónica tem do jornal, a pressa e a concisão; da literatura, a magia que transforma o insignificante em significante, através da recriação do quotidiano, que é feito de “breves instantes fugidios”¹³⁴ que são apenas e sobretudo pretextos para a criação.

Dessa forma, a crónica apresenta-se como uma miscelânea de temas, aleatoriamente escolhidos pelos cronistas que os transportam da realidade vivida para a realidade narrada. Neste contexto, Machado de Assis, um grande cronista e escritor brasileiro, define-a, em 1877, desta maneira tão peculiar:

*Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais enopada do que as ervas que comera. Passar as ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.*¹³⁵

Qualquer assunto, portanto, é passível de se tornar uma crónica. Ou, como disse Roland Barthes, “os temas do mundo são pouco numerosos e os arranjos são

¹³³ Cf. Annabela Rita, *Eça de Queirós Cronista*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 31: “A crónica passa a ocupar-se da realidade social, política, cultural, etc., e a surgir noutra local do periódico, num lugar seu e como género jornalístico.”

¹³⁴ Jorge de Sá, *A crónica*, 3ª ed., São Paulo, Ática, 1987, p.11.

¹³⁵ Machado de Assis, *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997, p. 370.

infinitos”.¹³⁶ A cronística apresenta-se como coloquial e até popular, podendo ser também artística sem perder a naturalidade. Massaud Moisés considera-a uma manifestação híbrida ou paraliterária, porque nela, naturalmente, não há predominância de características que permitam qualquer classificação.¹³⁷

Assim, a brevidade formal da crónica junta-se à brevidade temática¹³⁸. É a apreensão a que Jorge de Sá se refere como “instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade de nossas dores e alegrias”.¹³⁹ É o registo do quotidiano¹⁴⁰, de factos que em si não são tão significativos quanto o que se pode extrair deles. Como observa ainda Sá, “o pequeno acontecimento do dia-a-dia, que poderia passar despercebido ou relegado à marginalidade, ganha importância num texto que o recria com ironia, lirismo, humor ou sátira”.¹⁴¹

A este propósito, valerá a pena citar Pinto de Carvalho, ao traçar a evolução histórica da fragmentação do trabalho intelectual no jornal do século XIX:

Naquela época a redacção de uma gazeta compunha-se simplesmente de um patusco encarregado de roncar as notas graves, ríspidas, no contra-baixo do estilo solene. Hoje [1899] é legião: o articulista político, o folhetinista, o crítico de arte, o cronista desportivo, o gazetildeiro, que tempera os chistes com o perretil da graça aristofânica e o espírito anacreôntico dos poetastros cançonetistas, o alfarricoque das novidades, o localista ameno, o correspondente provinciano, sempre amável e gratuito, o informador alcoveto, o reporter – escriba

¹³⁶ *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, 1989, p.47.

¹³⁷ Massaud Moisés, *A criação literária*, São Paulo, Melhoramentos, 1975, p. 76.

¹³⁸ Cf. José Paulo Paes e Massaud Moisés (org. e dir.), *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*, São Paulo, Editora Cultrix, 1967, pp. 82-83: “Género menor, cujas fronteiras imprecisas confinam com as do ensaio de ideias, do memorialismo, do conto e do poema em prosa, a crónica se caracteriza pela extensão limitada. Focaliza, via de regra, um tema restrito, em prosa amena, quase coloquial, onde repontam amiúde notas discretas de humor e sentimentalismo; o tom é predominantemente impressionista e as ideias se encadeiam menos por nexos lógicos que imaginativos. Graças a isso, estabelece-se uma atmosfera de intimidade entre o leitor e o cronista, que refere experiências pessoais ou expende juízos originais acerca dos factos versados.”

¹³⁹ Jorge de Sá, *op. cit.*, p.13.

¹⁴⁰ Cf. Victor Silva Lopes, *Iniciação ao Jornalismo*, 2ª ed., Lisboa, Dinalivro, 1981, p. 103: «A crónica é um pequeno texto narrativo que se ocupa de um episódio (às vezes, banal ou insólito) do quotidiano. No cronista prevalece o comentário, numa linguagem expressiva, por vezes poética, mas simples e clara [...] A crónica permite uma interpretação subjectiva da realidade e, frequentemente, faculta ao seu autor a possibilidade de revelar os seus ideais. [...] A ironia, o humor ou a dureza do tema são formas geralmente escolhidas para rematar uma crónica. Aliás, o cronista de um jornal procura observar a realidade [...], julga-a e procura extrair um comportamento social.”

¹⁴¹ *Idem, ibidem.*

*incaracterístico, escritor anfíbio que a Europa importou da América – e o croniqueiro.*¹⁴²

António Cândido em “A vida ao rés-do-chão” refere-se-lhe como um género mais verdadeiro, no sentido em que a sua linguagem mais despojada e directa, numa comunhão plena com a palavra, lhe fornece uma credibilidade mais acentuada e torna o real que ela almeja revelar mais tangível e evidente aos nossos olhos, enquanto leitores:

*Ora, a crónica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais directas e também nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.*¹⁴³

Sabemos então que a linguagem da crónica é, indiscutivelmente, mais ligeira e simples, fazendo um uso muito preciso e muito conciso da palavra¹⁴⁴, não só para melhor fazer conhecer aspectos e situações de um tempo social em que o autor se insere, como igualmente para se aproximar de um número mais alargado de leitores, oriundos já de classes sociais menos favorecidas.¹⁴⁵ No entanto, como refere Jorge de Sá, a suposta “aparência de simplicidade, não quer dizer desconhecimento das artimanhas artísticas”, já que “o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhar [os acontecimentos]”.¹⁴⁶

O discurso cronístico apresenta-se imbuído de um tom fortemente oralizante e despojado de elaborados artifícios linguísticos, como confirma este mesmo autor, ao

¹⁴² Pinto de Carvalho, *Lisboa D’Outros Tempos*, vol. 2, Lisboa, Fenda, 1991, p. 88.

¹⁴³ António Cândido, *op. cit.*

¹⁴⁴ Uma contingência bastante impositiva a nível estilístico limitativa da criação no texto cronístico é, sem dúvida, a necessidade de condensar a informação num espaço físico muito reduzido, em forma de filete, na página do periódico, como refere Massaud Moisés: “Mesmo as crónicas bem conseguidas não fogem ao destino que lhes assinala, desde o nascimento, ser criação breve e leve. Reduzindo o Universo em sua imensa variedade a pílulas de fácil digestão, pois que não apenas exteriormente, mas, e acima de tudo, interiormente. [...] Quem opta por exprimir-se através da crónica sabe, - ou acaba sabendo - , que deve circunscrever sua óptica, e *ipso facto* sua linguagem, na minúscula parcela da realidade que lhe é dado surpreender. Vãos, sim, mas vãos dentro de estreita gaiola, vãos sem transcendência, embora desejando-a, vãos de imanência, vãos rasantes.” *op. cit.*, p. 250.

¹⁴⁵ Cf. Annabela Rita, *op.cit.*, p. 45: “a crónica é *oxigenadora* [...] insufla o periódico, alargando-lhe a territorialidade, acrescentando um outro tipo discursivo ao sistema e forçando-o a acolhê-lo [...], reestrutura o quadro de referências de leitura do público habitual, [...] a crónica conquistou novos leitores, indo, de um modo que tentarei caracterizar, ao encontro de apetências até então não satisfeitas”.

¹⁴⁶ Jorge de Sá, *op.cit.*, pp. 10-11.

referir que “a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito.”¹⁴⁷ Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a magicidade da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado”.¹⁴⁸

Assim, há um evidente propósito do cronista em construir uma aparente relação dialógica com o seu leitor, pois, como Jorge de Sá esclarece, “o coloquialismo [...] deixa de ser a transcrição exata da frase ouvida na rua, para ser a elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha a sua dimensão exata”.¹⁴⁹ O texto cronístico é, claramente, fruto das observações do autor pelo que o Olhar se revela deveras importante no contacto com o Outro. Ao escolher determinados assuntos para serem abordados, o cronista mostra o seu Olhar sobre os mesmos e consequentemente manipula o Olhar do leitor, alterando a imagem do real na sua originalidade, pois, manipula essa mesma imagem, inclusive do lugar de observação.¹⁵⁰

Misto de crítica, de caricatura e de sátira, o estilo cronístico é necessariamente folgazão, pois, segundo Fátima Outeirinho, “apesar do espírito crítico que deve caracterizar o folhetinista e, por consequência, a sua escrita, o estilo a eleger será sempre ligeiro e *fácil*, pois a crítica exercida não é a da *auctoritas*, mas apenas a de um homem do século, porventura mais atento ao que se passa à sua volta, facto que por si mesmo legitimará o discurso sobre o real por ele produzido”.¹⁵¹

Quanto à linguagem da cronística, esta encontrava-se vincadamente condicionada por novos factores específicos associados à produção escrita da imprensa, tais como a necessidade de redigir, num curto período de tempo, textos curtos e

¹⁴⁷ Reconhecendo-se esta dimensão coloquial da crónica, ao poder ser encarada como fragmento de um diálogo que supostamente se estabelece entre o autor e os seus leitores, Vergílio Ferreira observou que “escrever num jornal é [...] intervir nessa conversa generalizada, mas com uma espécie de altifalante. Há uma voz que fala aí e que é a minha – ou a dos outros nela corporizada por esses outros. Assim o escrever aqui é afinal a transposição para uma escrita pública de uma fracção do que se pensa ou se diz em particular. Deste modo parece que escrever umas breves palavras é apenas utilizar um fragmento do muito que se pensa ou se diz no dia a dia habitual.”, Vergílio Ferreira, “Crónica sobre a crónica”, in *Expresso* n.º 434, 21-II-1981, p. 24.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*. (grafia do autor)

¹⁵⁰ Annabela Rita, *Eça de Queirós Cronista do «Distrito de Évora» (1867) às Farpas (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 57-58.

¹⁵¹ Fátima Outeirinho, *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 111.

apelativos de temática actual para um público alargado usando um discurso simples e despretenhioso.

António Feliciano de Castilho revela plena consciência dessa nova condição da escrita periodística ao referir que “ a linguagem portuguesa continuará a ser emprego de nossos constantes desvelos; e quanto seja compatível com a velocidade de escrever, que uma tal obra requer, sairá sempre limpa e castiça”.¹⁵²

Teixeira de Vasconcelos reconhece igualmente a importância dos jornais para o aumento do número de leitores e para a evolução da língua ao afirmar que os periódicos “contribuem diariamente para a propagação da leitura, instruem e recreiam as pessoas que não se consagram à vida das letras, e excitam a mocidade ao exercício das funções literárias”. Mais acrescenta que a língua portuguesa, embora perdendo a sua “pureza vernácula”, terá ganho “elasticidade” devido à “ginástica diária do jornalismo”.¹⁵³

Não deixou, no entanto, de ser muito criticado o uso que os cronistas faziam da língua nos diversos periódicos para que redigiam, sendo António Feliciano de Castilho, mais uma vez, a exprimir a sua repulsa pelo folhetinista e o seu trabalho, nomeando-os de “seita deplorável” que burilava os textos de modo “esplêndido, mas sem valor intrínseco”¹⁵⁴, fazendo um uso menos adequado da língua em prol de um protagonismo na imprensa.

Guilherme de Azevedo, numa crónica publicada no folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, chama a atenção dos seus leitores para o tom ligeiro do seu discurso sentindo a necessidade de se desculpar relativamente ao tom usado no seu discurso jornalístico: “Eu escrevo uma chronica, não faço uma critica, e por isso esta carta tem de manter esse tom de ligeireza que o torne compatível com o recolhimento que se pode ter, quando se lê, comendo meio bife ou procurando no bolso o cobre para dar ao conductor do americano”.¹⁵⁵

Fernando Venâncio, analisando a contenda folhetinística entre alguns cronistas de Lisboa e do norte do país, sublinha o aspecto linguístico nas diversas crónicas de Latino Coelho, Lopes de Mendonça, Silva Túlio e Camilo Castelo Branco, dizendo que essa quezília o surpreendeu exactamente pelo incremento do “fenómeno literário que essa guerra de folhetins vem estimular: o desenvolvimento de uma linguagem ágil,

¹⁵² *O Panorama*, nº 5, 1841, p. 2.

¹⁵³ *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, 1859, p. 28. Citado por Fernando Venâncio, *op. cit.*, p. 79.

¹⁵⁴ *O novo amigo dos meninos*, nº 1, Lisboa, 1854, p. xxvii. Citado por Fernando Venâncio, *op. cit.*, p. 80.

¹⁵⁵ “Cartas da Capital”, in *O Primeiro de Janeiro*, 22-II-1880. (grafia do autor)

económica, surpreendentemente expressiva, não raro irreverente. Nessa linguagem, a frase é curta, o vocabulário notoriamente familiar, o tom quase neutro”.¹⁵⁶ Acrescenta ainda que essas características discursivas se manifestam como “a melhor receita para a traquinice e, sempre que necessário, para a malícia”.¹⁵⁷

Annabela Rita defende que “a ‘chronica’ surge, pois, como uma espécie de célula mutante e híbrida do corpo jornalístico. Se a considerarmos do ponto de vista da temática, verificamos que ela é uma espécie de jornal dentro do jornal, um quase *abrégé* do corpo em que se inscreve, com a componente lúdica e o noticiário que vai do *fait-divers* à informação especializada.”.¹⁵⁸

Importa agora dar a conhecer o objecto de interesse, a matéria-prima, a temática desse quotidiano construído pelo autor da crónica ao saber que, por trás de todo e qualquer texto, há sempre a selecção de um *eu* que atribui primazia a um ou outro conteúdo em detrimento de uma infinidade de outros que são simplesmente menosprezados e esquecidos.

Maria de Fátima Outeirinho faz referência à itinerância como um dos elementos mais evidentes na caracterização da escrita da crónica do século XIX, quando afirma que “torna-se uma escrita itinerante na medida em que percorre um segmento temporal que passa em revista, normalmente a semana [...]. Essa itinerância da crónica-folhetim convida o leitor a viajar no tempo e no espaço, guiado pelo olhar do folhetinista, pousando, também ele, a par e passo, o seu olhar nos diferentes eventos ocorridos. A itinerância não se reduz então a uma coordenada temporal e espacial, mas resulta ainda de uma itinerância temática”.¹⁵⁹

Parece-nos que esta incursão pelas crónicas oitocentistas terá tanto de frutífero e de interessante como de tarefa árdua, dada a imensidão de textos que constituem o conjunto da cronística portuguesa oitocentista, pelo que faremos amiúde uso de um mais

¹⁵⁶ “O Estilo «Campanha Alegre»”, in *Objectos Achados. Ensaios Literários*, Porto, Edições Caixotim, 2002, p. 90.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*

¹⁵⁸ Annabela de Carvalho Vicente Rita, *Da “Chronica” do Distrito de Évora às Farpas: a Conformação da Crónica Queirosiana*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, p. 41.

¹⁵⁹ Maria de Fátima Outeirinho, *op. cit.*, p. 107.

restrito *corpus* de crónicas jornalísticas, coligido de modo exímio por Ernesto Rodrigues na sua antologia intitulada *Crónica Jornalística – Século XIX*.¹⁶⁰

Mais difícil será ainda, por vezes, descortinar e compreender certos aspectos idiossincráticos em alguns textos, tendo em conta que, por ser uma tipologia textual tão intimamente ligada a um tempo vivido, forçosamente mais difícil será para nós leitores actuais, volvido século e meio, apreender certos pontos de vista ou ângulos interpretativos daquela época. A este propósito, A. Cândido sublinha que ”a crónica aparece como portadora por excelência do ‘espírito do tempo’, por suas características formais como por seu conteúdo, pela relação que nela se instaura necessariamente entre ficção e história, pelos aspectos aparentemente casuais do cotidiano, que registra e reconstrói, como pela complexa trama de tensões e relações sociais que através delas é possível perceber.”.¹⁶¹

Assim, o nosso desiderato prende-se exactamente com a necessidade de descortinar, numa incursão deambulatória através da leitura e da análise por um conjunto seleccionado de crónicas de diversos autores de Oitocentos, qual ou quais os temas nucleares tratados pelos diversos autores. Até meados do século, deparamo-nos com preocupações não só políticas e económicas, como constatamos frequentemente que o interesse do cronista/folhetinista se vira para a própria actividade jornalística que desenvolve. Muitas vezes, as crónicas não eram assinadas, ou eram utilizadas apenas iniciais dos nomes ou pseudónimos, alguns facilmente identificáveis, enquanto que outros, pelo contrário, ocultavam, de facto, a identificação do seu autor.

A defesa do liberalismo é uma constante na cronística do século XIX, encontrando-se intimamente ligada à própria consolidação da liberdade de imprensa tão frágil ainda na época. Em 1827, por exemplo, consta assim numa crónica anónima de *O Cronista*: “Impor uma taxa aos jornais, veículo absolutamente único por onde algumas ideias se vão propagando entre o povo e desassombrando um tanto a pesada névoa com que nos acobertou a ignorância, necessária companheira do absolutismo, é querer destruir, à nascença, esse único meio de ilustração, aniquilar a liberdade da imprensa, triste pupila que ainda geme sob dura tutela, de que tarde se emancipará.”.¹⁶²

¹⁶⁰ Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

¹⁶¹ António Cândido, *op. cit.*, p. 82.

¹⁶² Lisboa, 11-III-1827, pp. 21-27.

A própria função desempenhada pela imprensa periódica e o seu desenvolvimento revelam-se uma temática essencial nas primeiras décadas de Oitocentos, tal como se verifica neste texto quase doutrinário, de autoria também desconhecida:

O periodismo é o símbolo da civilização moderna. Nascendo, morrendo, tornando a nascer e a morrer constantemente, no meio da vertigem dos acontecimentos e da instabilidade das ideias, os periódicos se reproduzem, como os pólipos debaixo do ferro do anatômico, à medida das exigências sucessivas de uma sociedade que todos os dias os perde, para neles se ler todos os dias.[...] Os periódicos, pois, são a história e o código da revolução, são a revolução escrita. [...] Símbolo do movimento perpétuo, o periódico nasce andando, correndo, voando, circulando: invade os correios, mete-se nos vapores, aproveita-se das comissões, chega a todas as partes e por todas as partes vai deixando as pegadas dos interesses de todo o género [...] Está dito que, para serdes periodistas, tendes bastante com saber escrever. Se sabeis muito, já não servis para isso, porque para saber muito se carece perder no estudo dos livros o tempo necessário para o estudo dos homens.¹⁶³

António de Oliveira Marreca analisa igualmente a própria actividade de leitura dos periódicos e dos livros, classificando os leitores em três categorias¹⁶⁴. Tal como Herculano, citado por nós anteriormente, já havia constatado em *O Panorama*, dá-se um forte incremento no número de publicações e de livros, havendo uma maior quantidade de população alfabetizada. No entanto, esta revela-se, segundo A. Marreca, inábil ou insuficientemente instruída para separar o trigo do joio, facto que a falta de uma crítica literária capaz na imprensa periódica só vem acentuar.

Daí o evidente desfasamento entre o que acontece em Portugal e o que se passa além-Pirinéus que confrange o cronista, pois “aqui, é o estio literário mais aturado do que conviera. [...] Lê-se e ama-se a leitura. Mas louva-se o bom e o mau sem descreme e corre impunemente a moeda falsa com a genuína, sem haver alma caritativa que tome sobre si o encargo de contraste. Quem virá, que funde a crítica de que não há a mais leve sombra entre nós? Que diga, sem reбуço, ao péssimo que o é; ao mau que lhe falta

¹⁶³ *Correio de Lisboa*, Lisboa, 15-IX-1839.

¹⁶⁴ Segundo o autor, os leitores subdividem-se em “três classes: o povo, as senhoras e os pensadores”, tendo o periodista que supostamente agradar a todos, in *O Panorama*, Lisboa, 7-I-1843.

alguma coisa para chegar a medíocre; ao sofrível que forceje por atingir as raias do bom; ao que está verde que dê o tempo devido ao crescimento e à cultura”.¹⁶⁵

Latino Coelho, já desde o início da segunda metade do século, em 1851, caracteriza o marasmo lisboeta comparativamente a outras capitais europeias, tema que vai sendo recorrente ao longo das décadas que se seguirão, em inúmeros textos romanescos e jornalísticos, pelos mais diversificados autores. Este autor tece fortes críticas ao modo faccioso como Lisboa é descrita na imprensa e, mais especificamente, nos jornais da capital escrevendo: “Lisboa, vista nas crónicas dos jornais, é uma Paris, para fazer inveja aos provincianos e fijas aos estrangeiros.”¹⁶⁶

Por isso, o cronista passa a revelar-nos um outro lado da cidade, para lá da estátua imponente do Terreiro do Paço, numa visão caleidoscópica dessa realidade tão dura. Enquanto que na estação estival, Lisboa é um local turístico aprazível, com o seu ambiente citadino e, a seu modo, cosmopolita, onde se pode desfrutar de uma peça de teatro ou de uma ópera, para deleite dos seus habitantes e/ou visitantes, com a chegada do Inverno, a capital revela, pelo contrário, o acanhamento das suas vielas e a tísica que aumenta exponencialmente entre a população. Assemelha-se verdadeiramente à mesma Lisboa que irá ser descrita por Cesário Verde, em poemas magistralmente concebidos (“Nós”, “Contrariedades”, “Cristalizações”, ...), algumas décadas mais tarde.

*Esperai alguns meses, meu amigo, e vereis a transformação da cena. Estas ruas são estreitas para as torrentes de carruagens que as inundam. Os médicos vêem-se doidos com o espantoso número de modistas que entisicam a costurar modas, que se revezam e sucedem com uma presteza, com uma fecundidade, com um prestígio, que faz lembrar as visualidades de um «caleidoscópio» na mão de um rapaz traquina escapado da escola [...] Não! Lisboa não é uma cidade alegre, nem o podia ser. Para haver alegria numa povoação, muitas coisas são necessárias, que todas faltam aqui. Carece-se de riqueza, ou, ao menos, de uma honesta abastança e, em Lisboa, raros têm para o indispensável.*¹⁶⁷

Deste modo, o mesmo cronista conclui que Lisboa é uma cidade sensaborona em que impera o tédio, ressaltando-se o sol, como dirá igualmente Eça, umas décadas mais tarde, que a inunda e a alegra em cada canto: “o Inverno de Lisboa, falando em

¹⁶⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁶ “Lisboa no Inverno”, in *A Semana*, Lisboa, Fevereiro de 1851.

¹⁶⁷ Latino Coelho, “Lisboa no Inverno” in *A Semana*, Vol. II, nº 5, Lisboa, Fevereiro de 1851.

honrada prosa e português sincero, é como todas as Estações de Lisboa, é como todo o ano em todo o reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas – uma série de dias mal empregados e aborridos, em que a boca se abre mais para bocejar do que para rir, em que o espírito faz mais lamentações do que projectos. Se não fora o sol que nos derrete os nevoeiros do *spleen*, apareciam cada manhã, pendurados pelas traves e pelas árvores, afogados nos poços, no Tejo, nos tanques do Passeio Público, estirados por essas ruas, com os miolos rotos e a pistola ainda apertada na mão convulsa, dúzias, centos, milhares de homens, de mulheres, de crianças do alto e do baixo estado, para quem a vida é toda um fio de lã parda, sem mescla, nem de oiro nem de seda e toda embaraçada, cheia de nós, impossível de descrever e quase impossível de se aturar.”¹⁶⁸

Outras vezes, o tema da crónica é exactamente a ausência de tema e a necessidade imperativa de escrever que assola o quotidiano do cronista nessa luta inglória contra *Chronos* e o seu poder inexorável: “É PRECISO! [sic] é a palavra mais iminente arrepiadora que pode soar ao ouvido de um escrevinhador. Ora, esta terrível palavra, funda e cavernosa, como saída do seio de um túmulo, veio neste momento ribombar-me nos órgãos auriculares com a seguinte adição – ‘É preciso escrever uma crónica!’ Como reagir a este arrepiador «é preciso», como sair do dédalo emaranhado em que se vê um pobre rabiscador em presença do tal «é preciso!»?”.¹⁶⁹

Francisco Otaviano, um autor brasileiro, sublinha mesmo essa circunstância em que o cronista encontrando-se desprovido de assunto numa semana menos fértil em acontecimentos, e perante a inexorável necessidade de entreter o seu público leitor arrancando assunto onde ele parece não existir, expressa o seu dilema, dizendo: “Ahi está o papel sobre a mesa. Escreve, infeliz chronista; ninguém te levará em conta a nullidade destes sete dias. “Se o tempo não deu um passo”, corrige o tempo; se não há factos a registrar, inventa-os; se não podes fazer um quadro histórico, esboça um painel de fantasia; mas cumpre o teu dever, tortura a tua intelligencia, e dessa mente erma de idéas extrae algum fructo, embora disforme, que, reduzido a artigo de jornal, encha as columnas do folhetim hebdomadário.”¹⁷⁰

Os acontecimentos políticos em Portugal ou além-fronteiras são sempre um manancial temático para o comentário atento ou a crítica mordaz do cronista, tal como

¹⁶⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁹ *O Cronista* (autoria anónima), Porto, 6-III-1851.

¹⁷⁰ Francisco Otaviano, “A Semana”, in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6-II-1853, p. 1.

se depreende da leitura da “Chronica Semanal”¹⁷¹ de Ernesto Biester, em 1856, na qual o autor comenta a notícia da revolução em Espanha procedendo, de imediato, ao cotejo entre a índole lusa, dócil e pacificadora, em contraste com o carácter mais duro e sanguinário dos espanhóis. Passa seguidamente a demonstrá-lo através da descrição de uma emblemática *corrida de toiros* tão característica da cultura espanhola, mas que ocorre na capital portuguesa, para alimentar a tese de que, embora por vezes insípida, ela traz o entusiasmo e a animação ao nosso povo, algo de que já então carecia profundamente. Refere ainda outro aspecto que nos soa a uma certa similitude com o que hoje consideraríamos uma vantagem na união com Espanha, pois, “diga-se o que se quiser, sobre as analogias dos dois povos, calcule-se por cifras as vantagens económicas da sua união”.¹⁷²

Nesta temática diversa e multiforme, o cronista tem plena consciência da função lúdica dos seus textos, recorrendo ao humor e à ironia. No entanto, inúmeras vezes, demonstra a sua incapacidade de fazer rir e a necessidade de tratar de algo mais sério. Tal facto transparece em vários textos da imprensa oitocentista, como é o caso de António F. Marques Pereira, no qual recai a obrigatoriedade de redigir uma crónica (de seu género e título) para a *Revista de Lisboa*, em que afirma: “Há por aí muita gente que se persuade que uma crónica [...] é assim uma coisa de pouco mais ou menos e que a imaginação [...] entumece a bossa folhetinística, a ponto de magoar, nas ânsias da gargalhada arquejante, as ilhargas espartilhadas da leitora mais sensata. Pois não, senhor! A contextura de uma crónica para este jornal é caso mais sério do que o alinhavo de um necrológio de barão [...] conseguir escrevê-la sem que o rosnar do bocejo enfatiado seja o eco [...] é empresa mais difícil do que, de ordinário, se afigura aos ignorantes e profanos em literatura de folhados.”¹⁷³

O *fait-divers* cronístico ocupa-se principalmente com acontecimentos sociais, tais como os bailes e outros momentos de reunião entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, com intuitos obviamente diversificados. Lopes de Mendonça refere ser o baile o póstico de um casamento, naquela época, descrevendo, de modo inigualável, esse local de encontro entre o homem oitocentista e o belo sexo. Não deixa, para além disso, de fazer referência à importância do casamento como um estado que, já naquele tempo, resolvia muitos problemas sociais: “Se não tivessem inventado os bailes, os casamentos

¹⁷¹ *A Ilustração Luso-Brasileira*, Lisboa, 26-VII-1856, p. 3.

¹⁷² *Idem, ibidem*.

¹⁷³ *Revista de Lisboa*, Lisboa, 15-X-1858.

seriam menos frequentes. [...] Os bailes são, além disso, um meio apazível de aproximar os dois sexos e de resolver muitos problemas de sentimento [...] um baile não é só uma agradável distracção, um exercício higiénico, um meio de consumo, um pretexto para desenvolver os músculos, uma espécie de culto aos instrumentos de sopro e de corda: é principalmente a estrada que nos aproxima da porta da igreja e das aras sacrossantas do himeneu”.¹⁷⁴

Segundo este autor, o baile estava longe de ser uma actividade inocente, pelo eclodir do ciúme e de outros sentimentos nefastos que a sedução gera, fazendo com que alguns homens “sem se assemelharem aos Otelos, nem na cor, nem na ferocidade, se sintam trespassados de furioso ciúme. A esses aconselho que não penetrem nas salas de um baile. A inocência recua, espavorida, aos esplêndidos clarões dos lustres e bicos de gás. Qual é a virgem reservada e tímida que não tenha apertado, numa valsa, a mão de seu par? Que não mostre a ávidos olhos as torneadas linhas de uma perna tentadora, subindo para a sua carruagem? [...] E as espáduas nuas que tremulam, palpitam aos giros de uma valsa vertiginosa! E os seios que as rendas mal encobrem num decote aventuroso! [...] Até à meia-noite, dança-se pouco e de má vontade; as senhoras examinam minuciosamente a *toilette* das suas rivais, para se espriarem na crítica do dia seguinte, e o capitalista descalça a luva para mostrar os anéis que deslumbram pelo brilho dos diamantes e pedras preciosas.”¹⁷⁵

A crítica converge para a figura feminina que, já em Oitocentos, revelava muitas atitudes em sociedade a que actualmente continuamos a assistir: “Há um sem-número de senhoras que vão à sociedade, que reduzem toda a sua prosa a um tísico monossílabo, afinado em todos os tons: «Sim! Acha! É verdade! Foste!» Nunca despendem um período completo e resistem, com um certo talento, a toda a tentativa de comunicação parlamentar.”¹⁷⁶

Na década seguinte, numa crónica do periódico eborense, Eça como que personifica este género textual reconhecendo-lhe um poder e uma influência inigualáveis na imprensa da época, o que surge demonstrado pelo facto de ele ser venerado e bajulado por todos os que dela vivem e precisam: “Hoje, a crónica retoma uma importância poderosa e exclusiva e única; sente-se honrada e satisfeita; pede licença para se alargar pelo jornal, estender-se voluptuosamente pelas colunas, tomando

¹⁷⁴ “A sociedade e os Bailes”, in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Lisboa, Outubro 1859.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁶ *Idem, ibidem.*

o lugar do artigo de fundo, dos artigos políticos, das correspondências, de tudo. Ela só quer resplandecer: hoje, o jornal é dela, os senhores tipógrafos compuseram-na com toda a sorte de carícias, os senhores revisores beijaram-na devotamente. Ela, hoje, traz mil anedotas, toda a sorte de contos, de historietas.”¹⁷⁷ É um género que se identifica, ainda segundo Eça, com o Entrudo, pelo seu carácter folgazão e jovial, adaptando-se a crónica ao período temporal em que é redigida, pois, “o jornal é das coisas neste mundo que mais toma a forma e a atitude das épocas que atravessa”.¹⁷⁸

A crónica vai ao teatro e comenta o conteúdo da peça, as suas personagens e a reacção do público. Santos Nazaré, um dos inimigos de estimação de Eça¹⁷⁹, na crónica “Revista da Semana”¹⁸⁰, critica entusiasmadamente a peça parisiense *Suplício de uma Mulher* e o tema do adultério, que obteve um “succès d’estime” na capital francesa. Demonstra vigorosa e conscientemente o seu aplauso perante o referido drama de tal modo se deixou seduzir pela representação a que assistiu e que designa de “soberba”, caracterizando-a ainda como um “drama copioso e sóbrio, breve e doloroso, simpático e perigoso, inverosímil e verosímil”.¹⁸¹

Curiosa, deveras divertida e estimulante, pelo carácter predestinador, é, sem dúvida, a divagação cronística, de autoria anónima, que se propõe imaginar “O Jornalismo no ano 2000” (crónica homónima) através da suposição do que seria e de como evoluiria a actividade jornalística que o cronista conhecia: “O que será o jornalismo em 2000? Considerando no que é hoje, observando as suas tendências, pode conjecturar-se, aproximadamente, o que virá a ser.”¹⁸² Assim, este reconhecia a cada vez maior sofreguidão do homem de Oitocentos por tomar conhecimento de tudo o que o rodeava no momento imediato, tendência proeminente já nessa altura e que ainda mais fortemente caracteriza a sociedade hodierna, tal como o cronista pressagiava certamente a mais de um século de distância.

Refere que “há fome e sede de notícias: todos querem saber tudo – o que pode e deve saber-se e o que não pode nem deve saber-se –, a máquina reproduz em minutos o pensamento, para ser transmitido a todos os pontos da terra, e já não é só a máquina para estampar o jornal, é também a máquina para compor; inventou-se o *tipógrafo-máquina* e

¹⁷⁷ “Crónica”, in *Distrito de Évora*, nº 16, Évora, 3-III-1867.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁹ Cf. Ernesto Rodrigues, *Crónica Jornalística Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 133.

¹⁸⁰ *Gazeta de Portugal*, Lisboa, 15-VI-1867.

¹⁸¹ *Idem, ibidem.*

¹⁸² *Jornal do Comércio*, Lisboa, 25-II-1868.

deve esperar-se, portanto, que venha a idear-se o *redactor-máquina*. O jornal é hoje diário e o mais é que chega a reproduzir a mesma folha em duas ou três edições, com alguns aditamentos ou notícias. Isto será atraso e fossilismo no ano 2000.”¹⁸³

É impressionante o modo como prevê e intui não só a expansão editorial que marca os nossos dias, mas até o imediatismo televisivo e da *internet* em que se cria a possibilidade de todos nós podermos ter as nossas próprias páginas virtuais, pois, “será um moto-contínuo e ainda não satisfará a curiosidade pública. Cada cidadão fará um jornal: o artigo de fundo constará sempre das notícias da sua vida pública e íntima.”¹⁸⁴

O cronista conjectura acerca da *aldeia global* da comunicação, de uma forma que se aproxima flagrantemente dos efeitos que ela terá na actualidade, ao declarar que “o telégrafo eléctrico generalizar-se-á, cada cidadão terá o seu telégrafo em correspondência mútua, de maneira que em um minuto se saberá o que se passa nos pontos mais afastados e, em Lisboa, se poderá saber, de instante a instante, até à vida caseira do mais boçal esquimó; com o que os povos hão-de folgar, deleitar-se e instruir-se.”¹⁸⁵

Este autor anónimo soube prever eficazmente a evolução da comunicação social, assim como o aparecimento de novas tecnologias. No entanto, já no que diz respeito à evolução dessa mesma sociedade e dos valores que a regem, a sua previsão e o seu desejo distanciam-se assazmente da realidade em que vive o homem do terceiro milénio. Assim, o próprio termina a sua crónica dizendo, porventura ironicamente, que “como é de crer que no ano 2000 já exista a paz universal e a união entre todos os homens, acabará a política, os governos governarão sempre conforme...à nossa vontade, portanto, serão inúteis os jornais políticos; não haverá, pois, nem turibulários, nem oposicionistas; todos serão amigos e distintíssimos cavalheiros, unidos no pensamento comum de amarem a sua pátria.”¹⁸⁶

A educação é outro tema recorrente nas crónicas oitocentistas, desde a primeira metade do século XIX, tal como já havíamos referido na parte um deste trabalho.¹⁸⁷ Em “A Revista da Semana”, de 1869, Pinheiro Chagas manifesta-se apologista da reforma da instrução pública, considerando-a mesmo “uma das obras-primas de que, neste

¹⁸³ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁷ *Vide pp. 14-17 desta dissertação.*

século, se ufana a humanidade.”¹⁸⁸ Tece inúmeros comentários relativamente a alguns artigos da reforma da “Instrução Secundária”, insurgindo-se, apesar da escassez de tempo para lhe tecer “todos os encómios que lhe são devidos”, contra a substituição dos docentes (matéria tão actual!) por pessoas intituladas pelo governo de “idóneas” às quais cabia a função de reger as cadeiras de professorado pelos titulares, quando estes não o pudessem fazer. Refere, deste modo, que:

*As pessoas idóneas para a regência dessas cadeiras são, também, idóneas para outras coisas em que se ocupam e em que empregam o seu tempo, exactamente como quem se dedicou ao professorado emprega o seu em reger a cadeira que lhe pertence. Além disso, é muito provável que a essas pessoas, por muito idóneas que sejam, não sorria a ideia de irem reger uma cadeira de um momento para o outro, sem estarem para tal preparadas, substituindo, muitas vezes, um professor distinto e costumado a leccionar. É o caso, muitas vezes, para um matemático distinto, um médico habilíssimo, um perito engenheiro ir arriscar, sem a mínima graça, a merecida reputação de que goza. Segue-se, daí, que, frequentemente, não convenha o encargo às pessoas idóneas que convém para o governo. Ora, mas como a pátria reclama esse serviço, não vejo outro meio para ele se fazer, senão estabelecer um recenseamento de substitutos, como se acha estabelecido um recenseamento de jurados, ou, então, mandar buscar as pessoas idóneas por uma escolta da guarda municipal.*¹⁸⁹

Urbano Loureiro, na crónica “Tristezas para Rir”, deixa bem explícita a ideia (que o próprio considera injusta) de que já na época oitocentista éramos considerados um povo triste pelos outros povos e, principalmente, pelos franceses. Segundo o autor, estes, embora considerados o povo mais eufórico do mundo, passariam a um estado de disforia perante a simples visão do muro de um cemitério: “O povo mais alegre do mundo sente calafrios pelo espinhaço à ideia de morte!”¹⁹⁰

Pelo contrário, os portugueses, apesar de supostamente taciturnos, apenas se entregam ao riso quando há motivo ou necessidade de tal atitude. Assim, perante a morte, o nosso povo manifesta o seu espírito, como regista o cronista escrevendo: “Entra um homem num cemitério português com ares de quem visita o Père-Lachaise – e sai de lá a rir-se”. Tal acontece pois, conforme enuncia, “naquele, os *doridos* são os primeiros a ensinar-nos, com um gracejo ou com um disparate gravado na lousa” o

¹⁸⁸ *Jornal do Comércio*, Lisboa, 21-I-1869.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁹⁰ Urbano José de Sousa Loureiro, “Tristezas para Rir”, in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12-VIII-1869.

sentido de humor perante a dura realidade da vida e da morte e a “encarar as coisas deste mundo pela sua verdadeira face.”¹⁹¹

Para o demonstrar, Urbano Loureiro apresenta ainda vários exemplos de inscrições lapidares recolhidas em cemitérios portugueses nos quais se evidencia um humor sarcástico e até mórbido perante o sofrimento e a morte, tal como demonstra uma quadra inscrita na lápide de uma mulher cujo viúvo lamenta a perda da sua inigualável companheira que o deixou com uma prole por cuidar:

*Morreste esposa querida
E eu fiquei a chorar
Deixaste-me cinco filhos
E todos cinco por criar!*

Segue-se o comentário imediato do cronista que remata dizendo ainda “todos 5, em letra de conta! Mas foi uma barbaridade! – se ainda lhos deixasse criados ou, o que seria uma pechincha, se lhos não tivesse deixado!...”¹⁹²

Já Júlio César Machado, informando os seus leitores das novidades da capital, relata a festa havida aquando da inauguração da estátua do Rossio, que animou os lisboetas. Este autor coadjuva a ideia veiculada por Urbano Loureiro na crónica referida anteriormente, ao revelar, de igual modo, o objectivo de demonstrar que os portugueses não são um povo tão sisudo como supostamente se crê. Falta-lhes, muitas vezes, o motivo para a alegria e o júbilo pois, segundo o cronista, “ninguém saboreia mais estas festas de que a nossa gente, que morre por funções e não é sensaborona, senão, por disfarce, quando as não tem!”¹⁹³

A atenção do cronista vira-se igualmente para os diversos tipos humanos que caracterizam a nossa pátria no que esta pode ter de pitoresco e ímpar. Deste modo, o barbeiro da aldeia é, na crónica de Luís Augusto Palmeirim, o centro à volta do qual gravitam todas as classes sociais e “os mais sérios interesses da localidade”, representando, de alguma maneira, a sabedoria e conquistando um lugar ímpar no seio da sociedade em que vive e trabalha. Define, ironicamente, a relevância social desta figura tão genuína escrevendo: “O barbeiro, instado diariamente a dizer a sua opinião sobre tudo o que ignora, reconhece afinal em si uma tendência inata para profeta”, ao

¹⁹¹ *Idem, ibidem.*

¹⁹² *Idem, ibidem.*

¹⁹³ Júlio César Machado, “Cartas Lisbonenses”, in *Gazeta do Povo*, Lisboa, 5-V-1870.

que acrescenta: “Costumado a ver concentrados todos os poderes nas mãos de um só, as dele próprio, o barbeiro é absolutista por instinto, apesar de se haver avezado às fórmulas constitucionais e de tirar delas o proveito que lhe compete, como a quem tem um olho na terra dos cegos.”¹⁹⁴

O periódico diário é, na época, manuseado por inúmeros leitores e escutado por tantos outros interessados que se deslocam propositadamente à loja do barbeiro em busca de informação e de tertúlia, tal como Luís Palmeirim deixa bem patente quando afirma que “na loja de um barbeiro, como nas tendas, é indispensável um chamariz para as moscas, que costuma ser, de ordinário, o jornal político do dia, retalhado em tiras no melhor da polémica com os adversários”.¹⁹⁵ Antes do surto da imprensa, “quando o jornalismo vivia na nossa terra a vida enfezada dos enjeitados”, o barbeiro chegara a exercer a função do jornal na comunidade de que era parte integrante, em que “resumia em si a crítica cáustica do chamado artigo de fundo, a bisbilhotice do noticiário, as lágrimas fementidas do necrológio, a amenidade casual do folhetim e a versatilidade dos que, depois, fizeram profissão do que nele era simples instinto.”¹⁹⁶

A moda e os seus desígnios são objecto de dissertação numa crónica de Cristóvão de Sá, na qual a moda surge caracterizada ‘no género feminino’ como “caprichosa, leviana, fútil em aparências” não tendo mesmo “consciência do seu enorme poderio” entre os seres humanos.¹⁹⁷ O cronista define-a utilizando uma sucessão de metáforas, retratando-a como “uma religião e um culto”, “um código político e um tratado de diplomacia”, “um compêndio de moral social”, “um barómetro do progresso” ou “uma bandeira arvorada triunfantemente sobre o grande edifício da história”.¹⁹⁸

Segundo o mesmo autor, a moda surge como responsável por muitas metamorfoses e infundáveis vítimas em indivíduos e instituições que a ela se submetem o que, aos olhos do cronista, é uma acusação deveras injusta. Daí que se questione sobre o prejuízo que, muitas vezes, a moda transmite aos seus seguidores, constatando que tal malefício advém do facto desta estar frequentemente associada à mulher, estando as duas de tal modo interligadas que o próprio cronista chega a afirmar espirituosamente

¹⁹⁴ Luís Augusto Palmeirim, “O Barbeiro da Aldeia”, in *Artes e Letras*, Lisboa, Agosto de 1873.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁷ Cristóvão de Sá (pseudónimo de António Manuel da Cunha Belém), “A Moda”, in *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 9-VI-1878. Este autor sucedeu a Sampaio à frente deste reputado periódico, tendo sido retratado por Rafael Bordalo Pinheiro em *O António Maria*.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem.*

que “a moda é a mulher e à mulher fadou a providência e a natureza para o capricho e versatilidade”, pois “se o espírito é o adorno da alma, a moda é o espírito do corpo”.¹⁹⁹

Guilherme de Azevedo, no dealbar do ano em que parte para Paris como correspondente da *Gazeta de Notícias*, fantasia acerca desta capital e da sua fria temperatura dando também notícias da capital portuguesa. Tal como Eça, refere a beleza da inigualável luz do “sol do Aterro” na estação invernososa, evidenciando o facto de Lisboa ser “na província”.²⁰⁰

Debruça-se, seguidamente, sobre a actividade jornalística lusa, ironizando de forma *sui generis* acerca das quezílias políticas que invadem os periódicos:

*As pugnas parlamentares ainda não começaram; todavia, debaixo do ponto de vista político, as rixas partidárias continuam a ser, nos jornais, o que as partes de polícia dizem que as particulares são, de quando em quando, no bairro de Alfama. Parte do jornalismo, principalmente nos artigos de fundo, continua a achar-se intransitável. Ninguém por lá pode passar sem ir munido de apito e especialmente as senhoras vêm-se na impossibilidade de chegar... ao folhetim, para não ouvirem as descomposturas desbragadas que as vizinhas dos andares superiores trocam entre si! Cada tinteiro de redacção política devia ter dentro, pelo menos, uma patrulha. Fazemos este pedido às autoridades constituídas em nome dos chefes de família que, às vezes, tristes incautos, assinam para uma folha e vêm entrar pela porta dentro um artigo de polémica de ponta e mola!*²⁰¹

Numa crónica de *Álbum das Glórias*, Ramalho Ortigão, com o pseudónimo de João Ribaixo (o de Guilherme de Azevedo era Rialto), homenageia a figura de Zé Povinho criada por Rafael Bordalo Pinheiro, dando conta do quinquagésimo aniversário deste caricato tipo nacional no qual, como refere Ramalho, “concorrem em feliz conjunto todas as partes que nos enlevam e encantam no *bom menino*: casta inocência, temor de Deus, obediência a seus mestres, nariz por assoar, dor de barriga às segundas-feiras e santíssima ignorância”.²⁰² Segundo o cronista conclui, o Zé Povinho, como símbolo típico do povo lusitano, passado meio século não evoluiu, sendo continuamente um instrumento do poder e um devoto inculto. Vejamos esta curiosa caracterização:

¹⁹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁰⁰ Guilherme de Azevedo Chaves, “Crónica Ocidental”, in *O Ocidente*, Lisboa, 15-I-1880.

²⁰¹ *Idem, ibidem.*

²⁰² “Zé Povinho”, in *Álbum das Glórias*, Lisboa, Setembro de 1882.

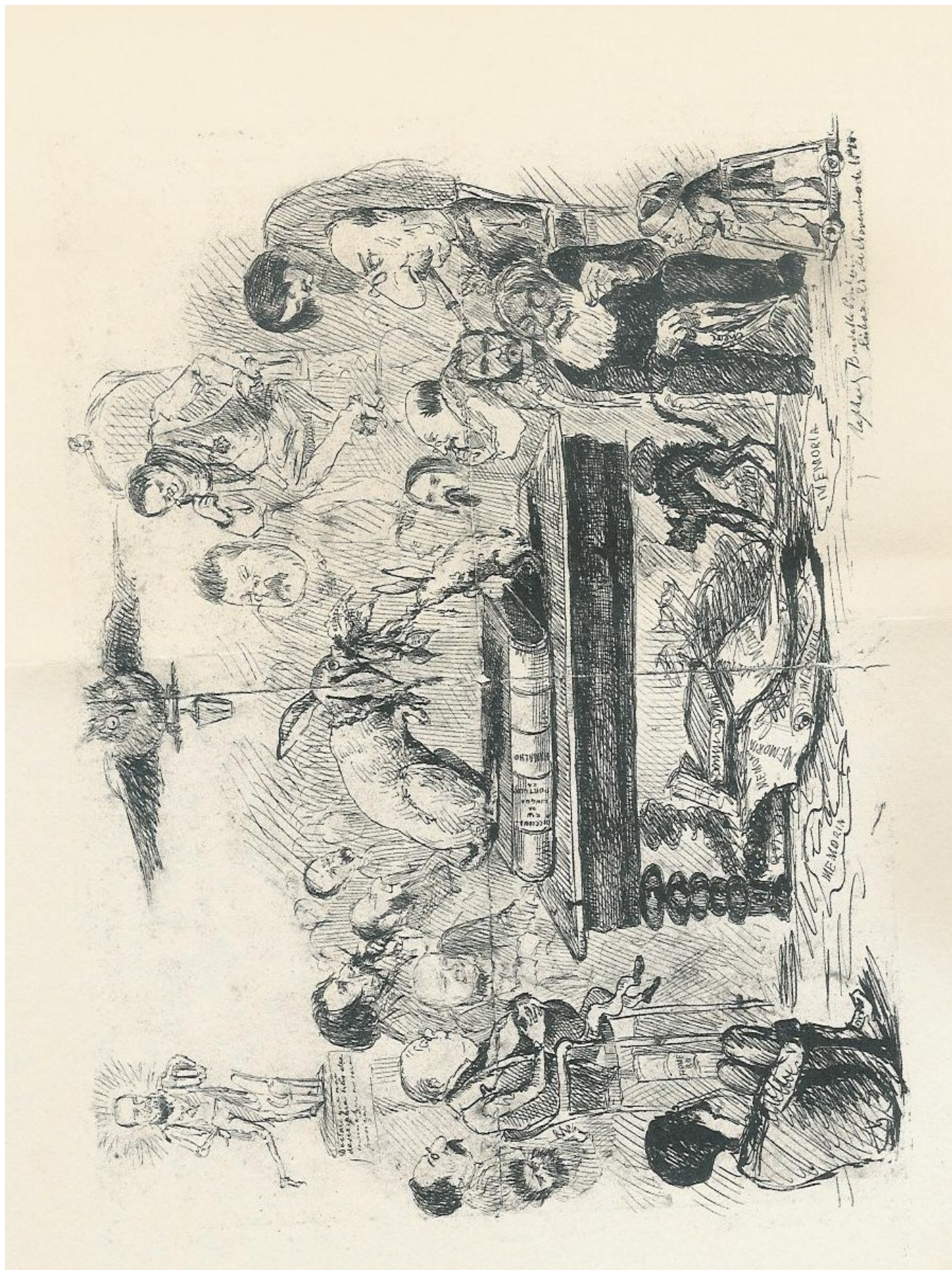
*Crescido, Zé Povinho correspondeu perfeitamente às esperanças que nele depositaram os solícitos poderes do reino. Como desenvolvimentos de cabeça, ele está pouco mais ou menos como se o tivessem desmamado ontem. De músculos, porém, de epiderme e de coiro, engrossou, endureceu e calejou como se quer e, cumprindo com brio a missão que lhe cabe, ele paga e sua satisfatoriamente. De resto, dorme, reza e dá os vivas que são precisos. Um dia virá, talvez, em que ele mude de figura e mude também de nome para, em vez de se chamar Zé Povinho, se chamar simplesmente Povo. Mas muitos impostos novos, novos empréstimos, novos tratados e novos discursos correrão na ampulheta constitucional do tempo, antes que chegue esse dia tempestuoso. Por tudo isto, ao resumirmos nestes leves traços a interessante história de Zé Povinho, o nosso parabém cordial a seus sábios e carinhosos pais, os Públicos Poderes.*²⁰³

Outra criação de Rafael Bordalo Pinheiro, embora no âmbito do desenho caricatural, é o exemplar da página seguinte que reúne algumas das figuras de cronistas referenciados neste capítulo. Trata-se de uma sessão da Academia Real das Ciências, um “espécime executado à pena, de invulgar mestria técnica, onde o artista dá vida aos ilustres escritores da sua época.

No sentido dos ponteiros do relógio, sentado no soaço, Ortigão; na cadeira, sobre um volume de Homero, o professor de grego António José Viale; perto de Coelho, sorri Biester, e logo a seguir Luís Augusto Palmeirim; na esquerda ala, a defunta figura tutelar de André Joaquim Ramalho e Sousa [...]; seguem-se Rodrigues Sampaio e Ávila; Rebelo da Silva róí as unhas; atrás dele, Adolfo Coelho continua a cabecear (desde a aula de grego) e Teixeira de Vasconcelos fuma boquilha; em baixo, Castilho e Vidal”.²⁰⁴

²⁰³ *Idem, ibidem.*

²⁰⁴ Rafael Bordalo Pinheiro, *O Calcanhar D'Aquiles*, Lisboa, Frenesi, 2005, p. 101.



Lino de Macedo, numa crónica do ano seguinte, disserta sobre aspectos linguísticos característicos da época, partindo da intimidatória expressão comumente utilizada entre o povo, na qual é uso ameaçar-se que se “arranca uma orelha” a quem nos indigna.²⁰⁵ O cronista recua no tempo, até à época medieval, para revelar a origem desta locução, identificando-a como uma pena aplicada a todo aquele que prevaricasse através do furto, por mais insignificante que fosse. Para os plebeus, era considerado um dos castigos mais humilhantes, pois o facto de se ficar “desorelhado” implicava, segundo crença antiga, ficar-se impotente evitando assim que os larápios gerassem prole com a mesma predisposição genética para o roubo. Mas, como bem conclui Lino de Macedo, “desgraçadamente [...] a geração prolongou-se até aos nossos dias e com tal vantagem, que a ladroeira chega quase a ser reconhecida como uma necessidade”.²⁰⁶

A análise do quotidiano da capital portuguesa é uma constante, incidindo tanto nas suas instituições como nos inúmeros tipos citadinos que nela vivem, tal como numa crónica da autoria de Fialho de Almeida, em que leva os seus leitores a acompanhá-lo numa pormenorizada incursão pelo Tribunal da Boa-Hora num ambiente que revela muito da vivência oitocentista lisboeta “nos dias de audiência”, em que se encontra pejado de “vadios e mulheres públicas”. Dá-nos conta de tudo o que vê e ouve, assim como dos cheiros e do que sente naquele local descrito como tendo “no ar esmagado alguma coisa de horrível que leva ao Tejo, ao Casal dos Ossos ou à cadeia”.²⁰⁷

Irrompe com curiosidade pelo famigerado tribunal para nos dar uma extensa e realista “crónica-reportagem” desse local em que há “tipos esquálidos”, mulheres enrodilhadas em xales, despenteadas”, “fadistas zangarreando a aravia rútila dos arrabaldes”, mulheres “espaventosas” “ruidosas de gomas e penduricalhos escarlates” no átrio, fazendo alarido e rejubilando pelo facto do juiz estar “com telha” e ter dado uma pena leve.²⁰⁸

Já na sala de audiências, o empenhado cronista-repórter fornece aos seus leitores uma notável e hilariante descrição do espaço e do colorido das personagens que figuram como jurados, com as suas histórias de vida, desde “um deles, grosso, obeso,

²⁰⁵ Cf. Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa Livros do Brasil, s.d., p.426, quando Carlos da Maia, irritado com a atitude pedante de Dâmaso Salcede, atravessa uma rua no Chiado para o ameaçar, dizendo: “Ouve lá. Se continuas a falar de mim e de pessoas das minhas relações do modo como tens falado, e que não me convém, arranco-te as orelhas.”, ou, numa outra ocasião, em conversa com Teles da Gama, quando Carlos refere, em tom irónico, falando de Dâmaso: “Nenhuma de o ofender, toda de lhe arrancar as orelhas...”, p. 429.

²⁰⁶ Lino de Macedo, “As Orelhas”, in *O Campino*, Vila Franca de Xira, 30-VI-1883.

²⁰⁷ Fialho de Almeida, “A Boa-Hora Cómica”, in *O Repórter*, Lisboa, 2-I-1888, p. 3.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*.

glabro, com lunetas de tartaruga e olheiras papudas [...] austero mercador da Rua Augusta, cuja mulher, muito mais nova, há seis anos começa a preferir a esse marido apático de sessenta anos dois rapagões de trinta que há em casa, sob o pseudónimo adorável de caixeiros”, a quatro deles que “têm cara de cretinos e riem vagamente um riso em navalha, escorrido dos beiços lívidos, sem comissuras, imóveis, como o das caraças de pataco”, para além de um que “é digno de *croquis*”, pois, “traz um bigodão colado no beicho, o qual se despenha em catarata, até lhe ocultar o queixo e o colarinho [...] corre com a vista a sala inteira, saca do bolso papelinhos sebentos, raspadeiras, canivetes, boquilhas, que fica a mirar e depois embrulha e depois guarda, para logo em seguida os tornar a exhibir sobre os joelhos, esbugalhando os olhos contra as acusadas, como se aquela camaradagem de infâmia o fascinasse”.²⁰⁹

Descreve, de igual modo, todos os elementos representativos da Justiça, fazendo posteriormente acérrimas críticas ao modo como um “*verdictum*” pode ser “leviana ou malevolamente formulado”, visto que a justiça era já naquela altura deveras morosa, condescendente, tendenciosa e corrupta. Assim, o cronista declara que “um processo caminha até deparar com o dinheiro que o asfixia na poeira dum arquivo”, estando a pena de um réu completamente dependente da “argúcia do advogado que [o] serve”, para além do destino do réu estar directamente relacionado com a sua classe social, já que, conforme refere Fialho de Almeida, “desmandos imperdoáveis na classe baixa são levandades apenas na classe média e, daí para cima, qualidades!”²¹⁰

Daí que o cronista não se furte a concluir que a instituição ‘Justiça’ reflecte a própria sociedade que julga injustamente:

*Lassa de tudo, sob um democrático e igualitário regime que lhe tirou o carácter, a sociedade de hoje é chata e medíocre, fora dos seus acessos de febre convulsiva, e quase não tem lucidez para demarcar fronteiras entre a desonra e a probidade. Pranzini e D. Bosco nos parecem igualmente interessantes. No fundo da nossa alma, nenhuma solidez de convicções, nenhuma crença, respeito algum. Por exemplo, a religião serve de escárnio à população. A lei é letra morta. Não há aristocracias de classe, impondo-se às rebeliões, como grandes portas brônzeas de fortaleza. E, por outro lado, nenhuma ilustração, nenhuma cultura a escorar a consciência histerizada por todos estes desmoronamentos!*²¹¹

²⁰⁹ *Idem, ibidem.*

²¹⁰ *Idem, ibidem.*

²¹¹ *Idem, ibidem.*

Na crónica “A Vida Portuguesa na Realidade e à Superfície”, Francisco Sousa Viterbo estabelece a distinção entre a população citadina e a campesina com vista a uma análise justa e mais criteriosa do povo português, pois a “aberração centralizadora” de muita gente considerar que “o país é Lisboa e que o Terreiro do Paço é a capital”²¹² conduz a grandes erros políticos e administrativos. O cronista elogia o carácter “trabalhador, parcimonioso e, sobretudo, resignado” da população rural, afirmando metaforicamente que “a população campesina portuguesa pode-se dizer que está simbolizada no boi²¹³, o amável companheiro de todos os seus trabalhos, o mais mezinho e prestadio instrumento de tracção animal”, apresentando ainda, tal como o animal, a falta de iniciativa e a frouxidão, “é tardio e moroso, sem iniciativa, sem arrojo, desaproveitando a vivacidade nativa”.²¹⁴

Quanto à população da cidade, o mesmo autor considera que, em ambiente urbano, há menos discrepâncias entre os cidadãos, apesar de estarem envolvidos da “vertigem do progresso”. Evidencia o facto de que “os extremos da riqueza e da pobreza não se tocam como na Inglaterra, antes, pelo contrário, mediania remediada é quem predomina”. A cidade de Lisboa oferece-lhe “quadros pitorescos, não tanto pela variedade dos trajes e costumes, como pela variedade dos pregões”, pelo que o cronista remata a sua crónica considerando que “à superfície, não haveria ninguém que não nos julgasse um povo feliz, porque, na verdade, não somos demasiado exigentes”, bastando ao lisboeta “uma corrida de touros, um sorriso andaluz, uma noite em S. Carlos, uma passeata ao campo”.²¹⁵

No entanto, para este autor, a realidade que leva o povo português a ter como dever “competir sem desdouro com os povos mais adiantados” revela a ineficiência e a total responsabilidade dos “altos poderes do Estado” que, longe da sua “missão”, comprometem “tão desastrosamente, com o seu péssimo sistema administrativo, a vida económica da nação”.²¹⁶

²¹² Francisco Marques de Sousa Viterbo, “A Vida Portuguesa na Realidade e à Superfície”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 22-VIII-1898.

²¹³ Cf. Cesário Verde no poema “Cristalizações”, in *O Livro de Cesário Verde*, Lisboa, Biblioteca Ulisseia, 1993, pp. 37-38: quando, referindo-se aos calceteiros oriundos do campo, dizendo “os rapagões, morosos, duros.../ Homens de carga.../ Os bons trabalhadores!/ Os filhos das lezírias, dos montados/ Como animais comuns, que uma picada es quente,/ Eles, bovinos, másculos, ossudos”.

²¹⁴ Francisco de Sousa Viterbo, *apud* Ernesto Rodrigues, *Crónica Jornalística Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 146.

²¹⁵ *Idem, ibidem.*

²¹⁶ *Idem, ibidem.*

No derradeiro ano desse século, Agostinho Fortes redige uma crónica intitulada “Educação da Mulher” na qual manifesta a necessidade de se abordar mais assiduamente esta temática, tendo em conta que “a mulher portuguesa, punge-nos dizê-lo, está, na generalidade, muito inferior ao ponto que deve ocupar como factor e modificador importantíssimo do nosso modo de ser social”, pelo facto de não ser instruída, nem “educada de maneira que seja um elemento de progresso e de harmonia na dinâmica da família portuguesa”.²¹⁷ Referindo-se à mulher do campo, define-a como “simples máquina sem ideais”, com o “espírito mergulhado no pélogo da mais alta ignorância”, um ser “incapaz mesmo de elevar a sua sentimentalidade além do mesquinho âmbito da torre da sua freguesia natal”,²¹⁸ ou seja, uma vítima da exploração alheia e do meio em que nasceu e foi criada.

A mulher da cidade é analisada pelo cronista segundo três diferentes categorias, de acordo com a classe social de que faz parte. Assim, a mulher do proletariado, para além de sofrer das mesmas agruras da mulher rural na luta pela sobrevivência, pode ser seduzida pelas inúmeras tentações que a cidade apresenta, atravessando “a sua existência num meio em que as asas brancas da sua castidade bem cedo se queimaram no fogo da volúpia”.²¹⁹ A mulher rica ou aristocrata, fruto da errada educação que teve com “mercenárias aias que consideram como única obrigação ensinarem às suas pupilas meia dúzia de banalidades, destinadas a fazê-las brilhar nos salões, onde se apresentarão já senhoras”, cairá irremediavelmente numa existência vã e oca, despojada de afecto e imersa em “futilidades e bagatelas da exterioridade”.²²⁰

A mulher da classe média é referida como a que apresenta mais fortemente sentimentos familiares, embora se encontre já impregnada do espírito de imitação do luxo e do porte que caracterizam as mulheres das classes superiores. De igual modo, o casamento passa a ser visto apenas como “o alcance de uma situação que a preserva das contingências da vida” e o seu quotidiano pejado da leitura de obras menos aconselháveis, pelo seu carácter disfórico, leva a que a mulher da classe média não possa ser “o anjo bom e tutelar da família; é apenas um ser doentio e inferior, que irá inocular as gerações vindouras”.²²¹

²¹⁷ Agostinho José Fortes, “Educação da Mulher”, in *A Pátria*, Lisboa, 8-II-1900.

²¹⁸ *Idem, ibidem.*

²¹⁹ *Idem, ibidem.*

²²⁰ *Idem, ibidem.*

²²¹ *Idem, ibidem.*

Daí que o autor apele, no final da sua crónica, para que se eduque a mulher com vista a formar seres predominantemente marcados pelo sentimento e pelo afecto, dedicadas à família, boas educadoras e obviamente femininas o bastante para agradarem ao elemento masculino, pois essa é a sua principal função²²², tal como este deixa transparecer no seu discurso: "Os nossos esforços não devem dirigir-se a masculinizar, permita-se-nos o termo, a mulher, como pretendem alguns inovadores propagandistas de um falso movimento feminista. O que devemos é desenvolver-lhe o sentimento, fazer dela a boa filha, a esposa casta e honesta, a mãe carinhosa e meiga, que invoquemos, como doce bálsamo e suave refrigerio, nas horas amargas e de rude desilusão".²²³

Com esta crónica bem representativa do pensamento finissecular português na época de Oitocentos relativamente à mulher e à sua educação, terminamos a digressão que nos propusemos levar a cabo neste extenso texto dedicado à cronística oitocentista, desde os alvares do impulso jornalístico resultante do liberalismo emergente, até ao derradeiro ano deste século marcado por uma exponencial produção escrita no largo número de periódicos existentes.

Verificámos a diversidade temática na miríade de factos e situações que se revelaram interessantes aos olhos do cronista do século XIX e dos seus múltiplos leitores, que com ele estabelecem a cumplicidade de quem vivencia e partilha o mesmo tempo e os mesmos acontecimentos numa pátria comum. Eça atribui à crónica essa capacidade de suscitar uma certa intimidade entre o autor e os seus anónimos destinatários, pondo em evidência o forte enraizamento deste tipo de texto jornalístico no real quotidiano e no próprio periódico em que se insere. É neste sentido que a define deste modo:

A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema nem nexos, espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; [...] Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita, porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a Lua, outras vezes alegre e

²²² Cf. Eça de Queiroz, *Os Maias*, pp. 397-398: João da Ega, no jantar em casa dos Condes de Gouvarinho, quando refere que "o dever da mulher era primeiro ser bela, e depois ser estúpida", ao que "o conde afirmou logo com exuberância que não gostava também de literatas; sim, decerto o lugar da mulher era junto do berço, não na biblioteca", sendo coadjuvado por Ega, o qual afirma que "uma mulher com prendas, sobretudo com prendas literárias, sabendo dizer coisas sobre o sr. Thiers, ou sobre o sr. Zola, é um monstro, um fenómeno que cumpria recolher a uma companhia de cavalinhos, como se soubesse trabalhar nas argolas. A mulher só devia ter duas prendas: cozinhar bem e amar bem".

²²³ Agostinho Fortes, *op.cit.*

*robustamente como faz o Sol; a crónica tem uma doirdice jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal, está nas suas colunas contando, rindo, falando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.*²²⁴

A crónica baseia-se inexoravelmente no relato do circunstancial e no quotidiano, vivendo da precariedade dos eventos a que o cronista dá significado ao demorar o seu olhar em pormenores desse real que lhe é dado observar. Conforme nos foi revelado ao longo da leitura e da análise das diversas crónicas oitocentistas a que fizemos referência anteriormente, o texto cronístico tem origem e só se concretiza no real vivido num determinado tempo, sempre marcado pela contingência da efemeridade. Daí que o cronista, de entre o vasto leque de temas, situações, acontecimentos ou simples apontamentos²²⁵ do que se lhe oferece a ver e/ou a conhecer, tenha a plena possibilidade de retirar aquilo que pode ser significativo em detrimento de toda a infinidade de factos e eventos que cada momento da vida encerra ou revela,²²⁶ acrescida ainda, da capacidade ímpar em captar e fidelizar o leitor pela “graça subtil, aquela flor de engenho, a que hoje chamamos *espírito*, que dá animação e vida aos mais insignificantes objectos da nossa quotidiana conversação.”²²⁷

Num estudo intitulado “A crónica e sua ancoragem no real”, Maria João Simões refere esse carácter circunstancial da crónica evidenciando que “nesta estreita ligação com o real e seus pequenos momentos, a crónica pressupõe um *narrador-repórter*²²⁸ que institui a sua subjectividade e reivindica grande liberdade de escolha de assuntos e temas. Porém, ainda que o seu intuito seja o de captar o instante, a

²²⁴ Eça de Queiroz, *Da Colaboração no «Distrito de Évora»*, p. 107.

²²⁵ Cf. Annabela Rita, *op. cit.*, p. 48, quando refere ser a crónica “caleidoscópica na sua inconstância, vitalidade e heterogeneidade, parece tentar assemelhar-se à vida, acompanhá-la, ou, pelo menos, apreender o fluir temporal, o movimento da existência, cumprindo o sentido do destino que a etimologia lhe traça”.

²²⁶ Cf. Victor Silva Lopes, *Iniciação ao Jornalismo*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1983, pp. 109-110: segundo este autor, a crónica funda-se em “rumores, ideias em curso, factos e situações que deram, ou não, notícia e nas emoções recolhidas pelo autor”, sendo “uma espécie de prolongamento de uma conversa”.

²²⁷ Anónimo, *Revista Popular*, n.º 48, Lisboa, 9-II-1850, p. 385.

²²⁸ Veja-se um excelente exemplo desta narração em estilo de reportagem adoptada pelo autor que, na primeira pessoa, conhece e dá a conhecer a realidade envolvente, na crónica de Fialho de Almeida, “A Boa-Hora Cómica”, por nós referida nas pp. 52-53.

circunstância, servindo-se para tal da sua brevidade e leveza, a crónica consegue configurar um «painel da condição humana», ganhando profundidade ao revelar-se como um fragmento da complexidade do homem e da existência”.²²⁹

De modo a melhor concretizar a doutrinação naturalista na sua veia romanesca, Eça, tal como muitos outros autores oitocentistas, fez uso da escrita cronística como “laboratório de estilo”, conforme refere Aníbal Pinto de Castro²³⁰, captando e seleccionando entre as infinitas facetas e particularidades da realidade que vivencia e analisa, formulando que “a Arte tornou-se o estudo dos fenómenos vivos e não a idealização das imaginações inatas”.²³¹

Neste sentido, a literatura ganha muito do pendor de veracidade que o jornalismo reclama por inteiro. As crónicas descreviam os principais acontecimentos da semana, relacionados com a vida política, literária, social, sendo a preocupação do cronista o registo desses factos circunstanciais através da criação de uma relação de confiança com os leitores, comprometendo-se em manter a representação fiel dos factos relatados, mesmo que, por vezes, como expressão exclusiva do ponto de vista do seu autor.

Ao cronista cabia a missão de redigir textos que correspondessem a uma função multifacetada de informar, comentar e divertir o público leitor. Era o “gourmet da actualidade”,²³² conforme refere Amoroso Lima, visando apreender o insólito, a curiosidade singular nos factos quotidianos. Como refere Maria João Simões, a crónica “entrelaçando o discurso jornalístico com o literário, ocupa um lugar importante pela multiplicidade de assuntos que pode tocar e pela capacidade de cativar o leitor”.²³³

Os diversos assuntos escolhidos pelos diferentes cronistas traduzem a presença do interesse jornalístico e uma apurada busca do incomum e do pitoresco de onde se possa retirar significado. Por outro lado, em todas as crónicas estava igualmente bem presente o ponto de vista de quem narra, o seu modo de pensar e ver o mundo através de um discurso argumentativo e até, muitas vezes, judicativo.

Assim, embora estas crónicas estejam imbuídas da intenção tipicamente jornalística de representar o real, não devemos descurar o facto de todas elas serem a

²²⁹ Maria João Albuquerque Figueiredo Simões, *Ideias Estéticas em Eça de Queiroz*, Coimbra, Tese de doutoramento, 2000, p. 35.

²³⁰ *In Páginas de Jornalismo*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, s. d., p. XXVIII.

²³¹ Eça de Queiroz, prefácio à 2ª edição, refundida, de *O Crime do Padre Amaro*, “Outros Dispersos”, in *Da Colaboração no «Distrito de Évora» - III*, op. cit., p. 281.

²³² Alceu Amoroso Lima, *O Jornalismo como género literário*, Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1969, p. 55.

²³³ Maria João Simões, op. cit., pp. 35-36.

representação do olhar subjectivo e filtrado por quem vê de forma crítica o que o rodeia, pois, “um escritor [...] observa e percepção o meio em que vive de um ponto de vista particular, fruto de sua experiência peculiar de ser social e de indivíduo, observa e interpreta, polarizando em torno de seus interesses fundamentais e mais permanentes os factos de toda a ordem que considera importantes, deixando na sombra ou em completa escuridão outros a que não pôde, ou não quis, ou entendeu não valer a pena prestar atenção. Presta o escritor atenção ao que julga merecê-la, o que vem a significar e revelar uma determinada gama de valores, que é a sua e a (ou uma), de seu tempo.”²³⁴

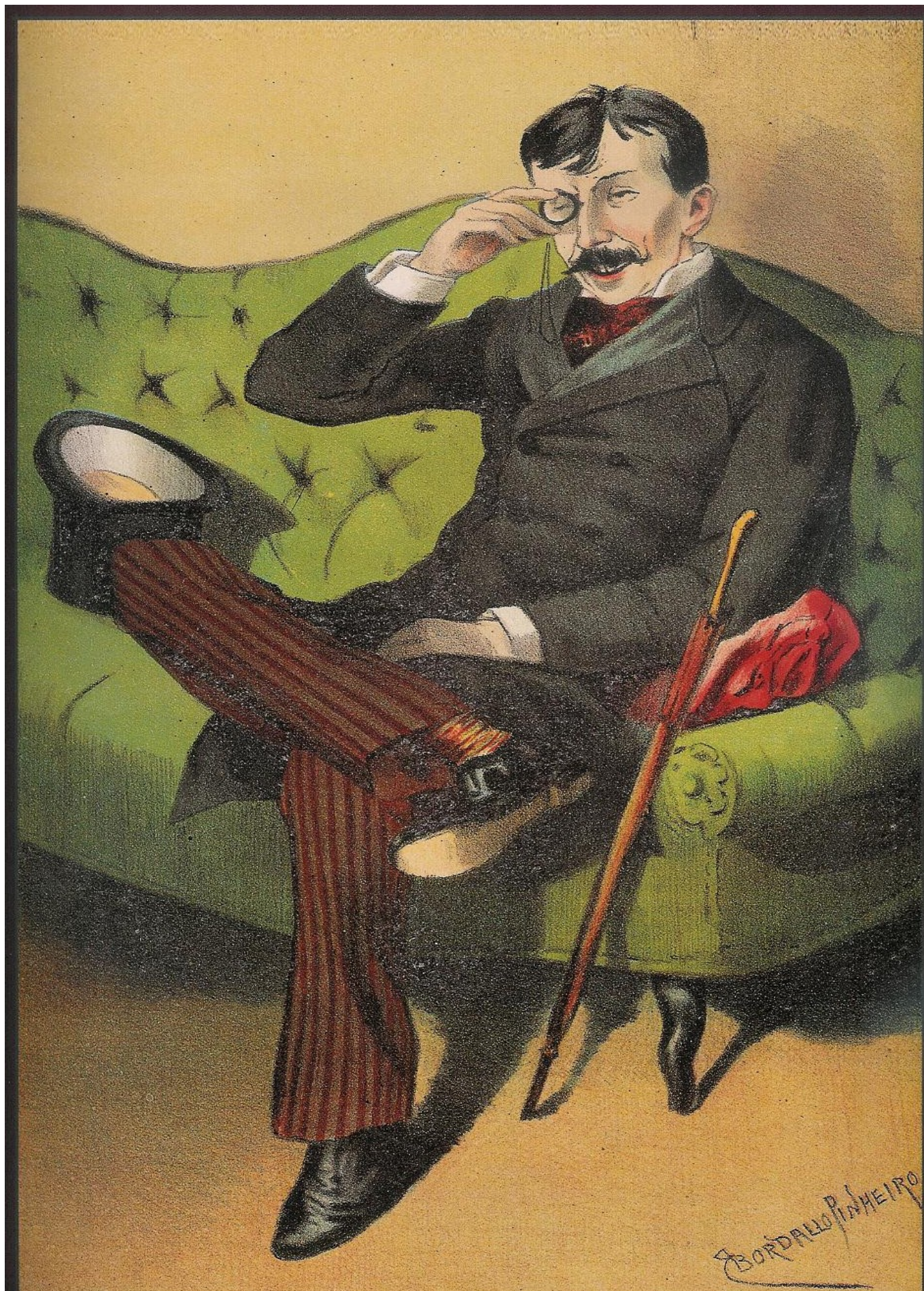
Através da análise de algumas crónicas da época oitocentista, procurámos reconstituir fragmentos de um tempo e, ao mesmo tempo, captar o espírito das figuras humanas que nele viveram. Neste sentido, subescrevemos inteiramente o que escreve Phoncion Serpa acerca da crónica de Francisco Otaviano: “Reler essas crónicas, cujo valor e perfume resistiram ao lento derivar das horas, seria o mesmo que folhear um velho álbum de família e reconstituir por imagens, os cenários, os costumes, o colorido das coisas aparentemente imutáveis, o colorido dos homens que pareciam eternos”.²³⁵

Foi, seguramente, o que sentimos ao longo da leitura do conjunto de crónicas seleccionado o qual cumpriu a função de descrever, embora de modo fugaz e fragmentário, a realidade de um determinado fio temporal a mais de um século de distância.

²³⁴ Joel Serrão, *Temas Oitocentistas para a história de Portugal no século passado: ensaios*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p.145.

²³⁵ Phoncion Serpa, *Francisco Otaviano*, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira, 1952, p. 57.

II – Dois cronistas portugueses na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro



**1 – Eça de Queiroz, o “hóspede quase permanente”: a
correspondência de Inglaterra para a imprensa brasileira
(1880-1882)**

Aquele honrado homem, que lê o Atlântico, ignora as amarguras, as necessidades formidáveis do jornalismo, [...] cruel destino! No dia aprazado, lá toca a campainha, lá chega, fatal, implacável, irrevogável – o moço da tipografia! É horroroso. Sobretudo quando ele usa botas que rangem! Fica à espera, passeando no pátio ou no corredor: e aquele lento gemer de solas tristes, cadenciado e acusador, alucina! E cá no nosso gabinete, que pavorosa luta! As cinco tiras de papel ali estão sobre a mesa, lívidas, irónicas, vazias: e é necessário enchê-las todas, de alto a baixo, com coisas extraídas do nosso interior.”

Eça de Queiroz ²³⁶

Consuetudinariamente utilizada por Eça de Queiroz, ao longo de toda a sua produção escrita, a crónica revela o carácter intrépido, a actualizada cultura e o admirável domínio da língua portuguesa deste escritor. Conforme nos foi dado ver, no capítulo anterior, a temática variada que aborda e o seu tom informal e familiar de uma conversa como características fulcrais do texto cronístico vêm ao encontro da definição dada pelo próprio Eça, em 1867, no *Distrito de Évora*, quando a caracteriza como uma “conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que lêem”, assente num

²³⁶ *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, p. 55.

conteúdo de “mil coisas” de natureza tão diversa, seja “tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China”, pelo discurso ligeiro, onde não cabe “a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico”, mas antes “uma pequena voz serena, leve, clara com que conta aos amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.”²³⁷ Inscrevendo-se, deste modo, com uma identidade e uma personalidade genológica próprias, veremos como o grande romancista faz dela uso nos seus escritos sobre Inglaterra aquando das suas funções como correspondente do estrangeiro, entre os anos de 1880 a 1882.

A colaboração jornalística de escritores portugueses na imprensa brasileira foi constante, ao longo de todo o século XIX, remontando ainda à época colonial e ao tempo de D. Pedro IV que, assinando com diversos pseudónimos, redigiu cáusticos textos divulgando as suas ideias em vários periódicos cariocas, nas primeiras décadas de Oitocentos.²³⁸

No entanto, foi só no último quartel do século que um maior número de jornalistas portugueses tiveram projecção na imprensa do Brasil, salientando-se vários nomes ligados à chamada *Geração de 70* ou relacionados com esse grupo devido ao seu interesse e às suas actividades intelectual e cultural. Assim, de entre os inúmeros portugueses que foram correspondentes ou que colaboraram nos periódicos brasileiros, contam-se Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Rafael Bordalo Pinheiro, Guilherme de Azevedo, Conde de Sabugosa, Jaime Batalha Reis, Mariano Pina e Maria Amália Vaz de Carvalho, entre outros.

Rafael Bordalo Pinheiro fundou inclusive o periódico *O Besouro* no Rio de Janeiro, tendo sido ainda colaborador em *O Mosquito* e no reputado periódico carioca, a *Gazeta de Notícias*, que constitui o principal objecto de estudo nesta nossa incursão pela colaboração de escritores lusos na imprensa brasileira.

Eça de Queiroz, apesar de nunca ter visitado o Brasil,²³⁹ privava assiduamente com brasileiros desde os tempos da Universidade de Coimbra, onde, segundo Heitor

²³⁷ *Distrito d'Évora*, Évora, 6-I-1867, p. 3, col.1.

²³⁸ Cf. Hélio Vianna, *D. Pedro I, jornalista*, São Paulo, Melhoramentos, 1967, p. 73: “D. Pedro, como se vê, jornalista veterano, apesar de sempre encoberto por pseudónimos, sabia o que valia a Imprensa, para a formação da opinião pública e, assim, aqui o deixamos, esperando ter demonstrado que foi publicista dos mais activos, conquanto até agora dos menos conhecidos de nossa História.”

²³⁹ Tal como refere Elza Miné, o facto de nunca ter visitado o Brasil, país para o qual foi apenas correspondente de imprensa, este país era para o escritor “uma entidade remota, vaga, esparsamente referida”, pelo que não

Lyra, contactara com mais de uma dezena de colegas.²⁴⁰ Na sua infância houvera já sido criado por um casal de negros trazidos do Brasil pelo seu avô, com os quais ganhara apego ao sotaque e às histórias que estes lhe contavam e que perduraram na sua memória.

Mais tarde, em 1870, concorreu para cônsul em Salvador da Baía tendo sido preterido provavelmente pelo facto de ter participado nas Conferências do Casino, ou por o escolhido para o cargo ter usado as suas influências no meio diplomático, o que o levou, em 1871, a redigir uma crónica, em *As Farpas*, criticando o que hoje denominaríamos de *lobbies* da diplomacia lusa e dos seus agentes. No ano seguinte, foi nomeado cônsul em Cuba.

Apesar do incidente provocado pela sua “farpa” contra o brasileiro comum, entre muitos outros visados, podemos considerar que a imagem do Brasil e do brasileiro se alterou intensamente ao longo dos anos, muito devido aos amigos brasileiros que Eça foi conquistando e com quem contactava amiúde: Eduardo Prado, Domício da Gama, Rio-Branco, Magalhães de Azeredo e Olavo Bilac. Para além dos seus amigos e frequentadores habituais de sua casa em Neuilly que nutriam uma admiração muito especial pelo grande romancista português, vinham a acompanhá-los, não raras vezes, outros seus conterrâneos desejosos de conhecer pessoalmente o autor de *Os Maias*. Eça retribuía o gosto deste contacto tão próximo com estes escritores e intelectuais brasileiros que o deliciavam com o sotaque que tão bem definiu como “um português com açúcar”.²⁴¹

Para lá do inigualável sucesso na prosa romanesca, interessa-nos agora conhecer o percurso de Eça na imprensa da época. As primícias literárias de Eça de Queiroz foram as crónicas e outros textos jornalísticos publicados na *Gazeta de Portugal*, quando tinha apenas vinte anos. Um ano mais tarde, no periódico oposicionista, o *Distrito de Évora*, exerce cumulativamente as funções de redactor e de

poderia ser visto como referência para cotejar com a realidade tal com lhe era dada a ver em França e Inglaterra. Isto evidencia-se nas suas colaborações como correspondente, uma vez que é Portugal que está sempre pelo avesso, in *Páginas Flutuantes – Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, São Paulo, Atelier Editorial, 2000, p. 20.

²⁴⁰ Heitor Lyra, *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1965, p. 20.

²⁴¹ *Idem, ibidem.*, p. 314.

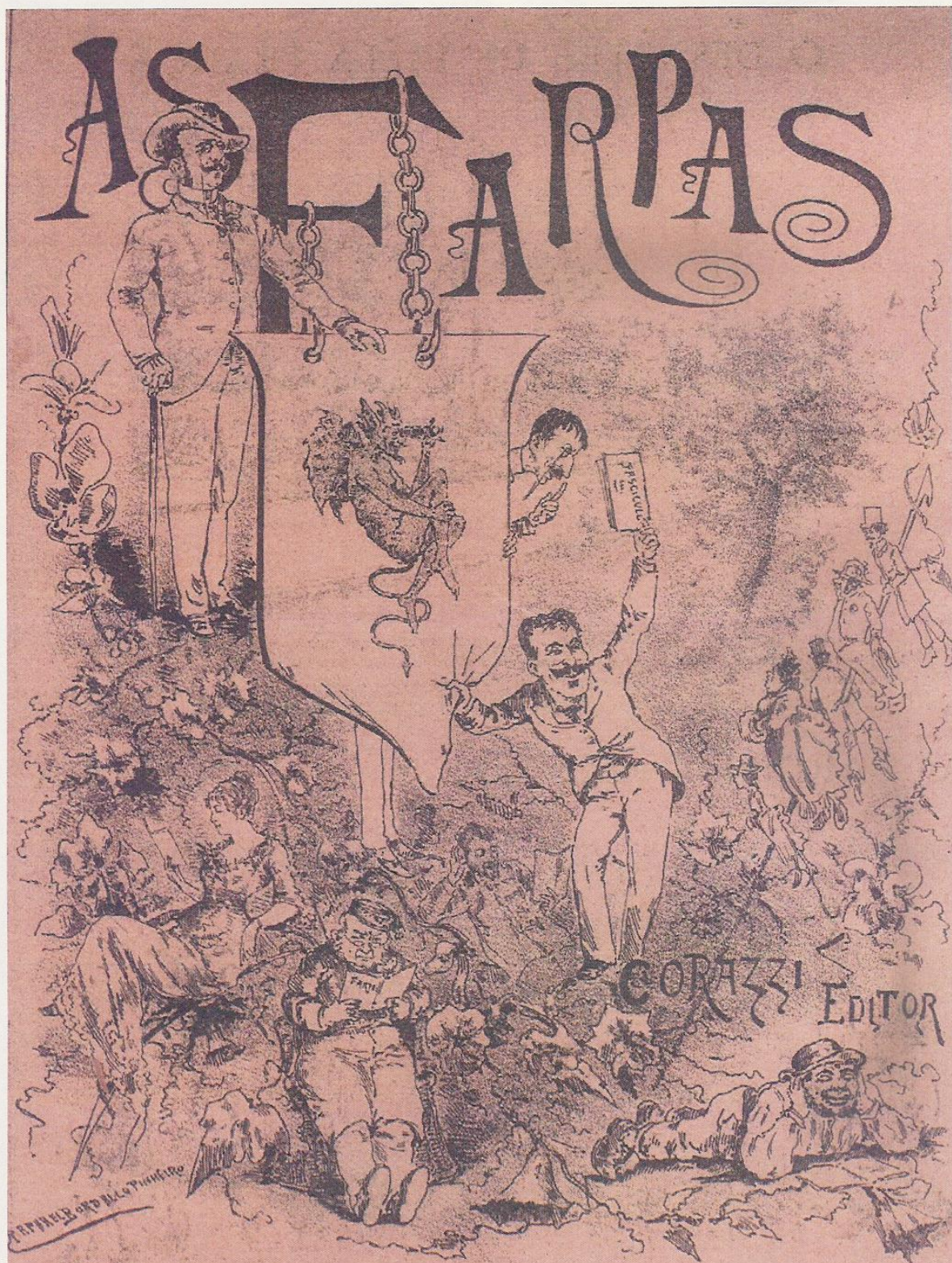
director, deixando acutilantes textos de bom jornalismo em especial no que este deve encerrar de crítica aos males da sociedade.

Com Ramalho Ortigão enceta a escrita de *As Farpas* com o propósito de tornar Portugal um país mais consentâneo com os modelos europeus de Paris e Londres, tanto a nível social como literário e político. Guilherme de Azevedo, a este respeito, expressa a sua grande admiração pelo romancista e pelo cronista, no Verão em que ambos encetam a sua correspondência para o Rio de Janeiro, através das seguintes palavras:

*A colaboração das Farpas com Ramalho Ortigão não constitui para Eça de Queirós um título de glória inferior ao que lhe concedem os seus romances. Nessa dança macabra da fantasia há verdadeiros arrojos de funambulismo literário. Nunca em Portugal se haviam realizado tais jogos malabares de graça e de bom senso, fazendo girar no espaço, num círculo vertiginoso, os ridículos e os preconceitos de uma sociedade enfêrma e estupefacta. Nos últimos tempos Eça de Queirós tem vivido na Inglaterra. O seu estilo prismático em que há todos os tons do colorido e tôdas as vibrações do som, não tem de forma alguma sido prejudicado pela fria serenidade das paisagens britânicas.*²⁴²

Eça prosseguiu com forte dedicação como romancista e jornalista, para além das suas funções diplomáticas que lhe asseguravam o sustento, colaborando assiduamente em jornais e revistas com textos literários e outros textos de cariz mais especificamente jornalístico. Carlos Reis evidencia igualmente o facto de toda a colaboração para a imprensa se dever, acima de tudo, a questões meramente económicas, ao declarar que “frequentemente, Eça de Queirós teve que aceder a tarefas um tanto afastadas do seu *métier* de escritor literário, esse *métier* que por cerca de 35 anos exerceu com talento, com elevada exigência estética e responsabilidade cultural.

²⁴² Guilherme de Azevedo (João Rialto), “Eça de Queirós”, Álbum de Glórias, Julho de 1880, in *Eça de Queirós Visto pelos seus Contemporâneos*, Porto, Livraria Lello & Irmão, 1945, p. 64.



David Corazzi, o editor que mais serviços tem prestado a Portugal, acaba de emprender a reedição das *Farpas*, esse trabalho valiosíssimo de Ramalho Ortigão, um dos mais formosos estylistas, um dos mais evidentes críticos da nossa míngua litteratura.

E as *Farpas* não significam apenas alguns volumes de primoroso estylo, o que seria bastante; não representam simplesmente algumas paginas de inimitavel critica - o que seria muito; synthetizam tambem um vasto estudo de observações da vida nacional—artística, scientifica, commercial, rural, burgueza, intima, de forma que, todas as diferentes camadas da nossa sociedade, se acham directamente interessadas na leitura d'essa obra, cujas paginas distrahem corrigindo e illustram ensinando.

Com efeito, pode dizer-se que uma parte importante da colaboração queiroziana para a imprensa do seu tempo foi motivada por razões económicas; e se é certo que essa escrita jornalística – da lisboeta *Gazeta de Portugal* à carioca *Gazeta de Notícias*, passando pelo *Distrito de Évora*, pelo *Diário de Notícias*, pelo *Repórter* e por outros mais – detém estreitas conexões com a escrita narrativa e ficcional, não é menos certo que uma parte importante do tempo de Eça (como ele mesmo várias vezes confessou) vem a ser desviada da criação literária propriamente dita”.²⁴³

O mesmo autor acrescenta ainda o facto dessa colaboração ter sido de tal modo absorvente para o romancista que impediu e/ou prejudicou a sua produção romanesca, pois, desde 1888, ano em que publica *Os Maias*, até 1900, ano da sua morte, não voltou a publicar algo de novo, excepto na imprensa.²⁴⁴

A partir de 1880, passa então a ser correspondente efectivo da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, enviando cartas,²⁴⁵ crónicas, artigos de fundo, folhetins e capítulos de romance para o Brasil, país que tão bem acolheu a sua produção literária e jornalística. Aliás, entre os brasileiros, o trabalho de Eça foi sempre largamente lido e apreciado, tal como atesta Paulo Cavalcanti ao afirmar que “nenhum romancista estrangeiro exerceu, até hoje, maior influência no Brasil do que Eça de Queiroz. Durante sua vida, no fastígio da carreira literária, a consagração de seu nome, como escritor, atingiu proporções invulgares”.²⁴⁶

Um seu amigo brasileiro e grande admirador, Olavo Bilac, referiu-lhe pessoalmente o facto de que “o público brasileiro lhe era muito mais fiel do que o público português”,²⁴⁷ situação que o próprio escritor foi constatando de modo mais intenso ao longo da última década de vida.

Na verdade, a popularidade de Eça de Queiroz em terras brasileiras era manifestamente vasta,²⁴⁸ muito devida à sua prosa romanesca, mas, de igual modo,

²⁴³ Eça de Queirós, *Almanaques* (Introdução de Carlos Reis), Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002, pp. 9-10.

²⁴⁴ Vide Eça de Queirós, *Almanaques* (Introdução de Carlos Reis), p. 10.

²⁴⁵ Sendo designado por “cartas” o conjunto de crónicas que Eça envia na sua “correspondência” para o Brasil, continua-se, deste modo, uma tradição epistolar que, como afirma Carlos Rizzini, vinha na senda de reputados escritores franceses que colaboravam com a imprensa, in *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, s. d., p. 47, *apud* Elza Miné, *Páginas Flutuantes*, *op. cit.*, pp. 48-49.

²⁴⁶ Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz Agitador no Brasil*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», s. d., p. 19.

²⁴⁷ Heitor Lyra, *op. cit.*, p. 149.

²⁴⁸ José Régio, crítico do autor, viria a afirmar que Eça seduziu várias gerações portuguesas e brasileiras, sendo que “no Brasil, então, afigura-se-me que o prestígio de Eça domina a ponto de quase apagar o de outros escritores portugueses não menos dignos de atenção”, *Jornal de Notícias*, 20-XI-1944; acrescenta ainda, mais tarde, que “poucos escritores portugueses desfrutaram a popularidade do Eça, quer entre nós quer no Brasil. Há, até, indivíduos que nada lêem, mas conhecem o Eça. Outros que não admiram (poderão admirar?) senão

despoletada pela sua forte presença na imprensa,²⁴⁹ implicando, portanto, um público mais alargado e diferenciado. Assim, as suas crónicas na *Gazeta de Notícias* “eram de facto lidas e apreciadas desde os Consulados em Bristol e em Paris”, não se limitando essa popularidade aos grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador, mas estendendo-se a todo o país. Lúcia Pereira, no prefácio do *Livro do Centenário* sobre Eça de Queiroz, caracteriza essa forte popularidade e influência do escritor português no Brasil de “difusa”, pelo facto de não se ter restringido a um grupo restrito de intelectuais ou escritores mas, pelo contrário, ter-se alargado a um vasto número de cidadãos anónimos, pois, como refere a escritora brasileira, “toda a gente, falando ou escrevendo, copiava Eça sem dar por isso”.²⁵⁰

As marcas ecianas de estilo, ironia e crítica fizeram discípulos entre os seus inúmeros leitores e admiradores, desde a sua colaboração na imprensa do Brasil e, especificamente, no jornalismo crítico. Lidou com vários intelectuais brasileiros que muito o apreciaram e lhe reconheceram uma importância ímpar na Literatura,²⁵¹ inclusive entre aqueles que não privaram com ele, tal como Martins Fontes²⁵², ao confessar que “durante a vida toda, Eça de Queiroz andou connosco, iluminando a nossa roda literária”.²⁵³

Alberto D’Oliveira vai mais longe e considera-a mesmo uma devoção esse forte interesse dos brasileiros pela produção eciana, denunciando uma eufórica recepção dos seus textos de imprensa nas folhas dos jornais cariocas. Expressa, deste modo, essa circunstância:

escritores estrangeiros, mas o admiram a ele. Uma extensa camada existe do público português ou brasileiro para a qual o Eça é o ídolo, o Mestre, o único”, *O Comércio do Porto*, 14-XII-1954, in Eugénio Lisboa (Org.), *No Eça nem com uma flor se toca – Eça visto por Régio*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, pp. 160 e 183, respectivamente.

²⁴⁹ Elza Miné salienta o facto de esses textos queirozianos para a imprensa não serem “subsidiários” ou “meramente laterais”, constituindo um importante legado da produção do escritor, como cronista, correspondente estrangeiro e articulista. Vide *Páginas Flutuantes – Eça de Queiroz e o Jornalismo no Século XIX*, São Paulo, Atelier Editorial, 2000, pp. 15-18.

²⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁵¹ Esta profunda admiração dos leitores por Eça de Queiroz leva a que Régio, em inúmeras crónicas de meados do século XX, se debruce sobre este fenómeno e o critique acerrimamente, constatando que “já sabia que para muitas gentes portuguesas e brasileiras – talvez ainda mais para as brasileiras – o Eça é intangível. No Eça, nem com uma flor se toca”, *O Comércio do Porto*, 26-IV-1955, *apud* Eugénio Lisboa, *op. cit.*, p.189.

²⁵² Martins Fontes (1884-1937) foi considerado o melhor poeta da sua geração lusófona. Nasceu em Santos, no Brasil, cidade na qual foi benfeitor de inúmeras instituições e que lhe valeram o reconhecimento dos seus conterrâneos. Foi colaborador de imprensa em dezenas de periódicos brasileiros, entre os quais a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

²⁵³ Paulo Cavalcanti, *op. cit.*, p. 25.

*Culto é a palavra exacta, creio eu, para designar a admiração e o entusiasmo com que os escritos de Eça de Queiroz eram acolhidos pelos seus leitores brasileiros. Mais talvez ainda que em Portugal, onde as inovações do escritor abalavam tradições, e rotinas, e onde as suas irreverências satíricas lhe suscitavam inimigos, no Brasil a repercussão da sua obra foi desde logo imensa e o seu nome alcançou um prestígio sem reservas. [...] Em concorrência com os romancistas do país, e com a tão contagiosa literatura francesa, nem por isso o seu triunfo lhe foi disputado ou a sua influência conheceu quaisquer obstáculos. E assim se demonstrou mais uma vez que Portugal e o Brasil, sem prejuízo de nenhuma das suas independências legítimas, e para maior lustre da civilização comum de que são herdeiros, continuam a ser[...] uma República Unida no domínio das letras.[...] É supérfluo provar que não havia em Portugal pessoa alguma na posse de títulos, comparáveis aos de Eça de Queirós, para exercer com brilho, êxito e proveito excepcionais, as funções de nosso ministro no Brasil.*²⁵⁴

Quando, em 1879, lhe surge a hipótese de ser correspondente para a imprensa brasileira, Eça evidenciava já esse forte desejo de criticar a política e as instituições, podendo, para além dessa necessidade intelectual, auferir alguns proventos. Era já um homem maduro e um romancista consagrado quando se apresentou como exequível a ideia de ser colaborador de imprensa para o Brasil, pelo que, num desabafo epistolar ao seu amigo Ramalho Ortigão²⁵⁵, não tinha deixado de frisar o evidente interesse em manter uma “correspondência quinzenal”, para “numa maneira fácil e [...] alegre, [dar] o movimento científico, literário, artístico, e sobretudo social de Londres”.²⁵⁶ Ainda sobre o mesmo, manifesta, de novo, ao seu amigo, numa missiva daquele ano, o seu forte intuito, já que, como diz, “vem exactamente combinar com o meu próprio desejo”, pois, segundo refere, “necessito fazer correspondência por higiene intelectual. Tenho-me posto no mau hábito de ler, todas as manhãs, montões de jornais, e esta grossa massa de política cai-me no cérebro, não é digerida”.

Declara ainda que todos esses temas mundanos e prosaicos o inibem mesmo de ascender a um estado de criação da sua arte de escrita, pois “impede [...] o jogo regular das faculdades artísticas”. Por isso, confessa a sua premente necessidade de exorcizar a

²⁵⁴ Alberto D’Oliveira, *Páginas de Memórias*, Lisboa, Portugália Editora, 1945, pp. 167-168.

²⁵⁵ Ramalho Ortigão era já colaborador da *Gazeta de Notícias* e a sua relação com o Rio de Janeiro prendia-se igualmente com o facto de um seu irmão ser proprietário de um estabelecimento comercial na então capital brasileira, que viria, seis anos depois, a ser destruído por um incêndio.

²⁵⁶ Eça de Queiroz, “Carta a Ramalho Ortigão, de Newcastle, em 28 de Novembro de 1878”, in *Correspondência*, Vol. I, Lisboa, IN-CM, 1983, p. 174.

mente dessas matérias nefastas ao espírito de um artista a que não é alheia a componente pragmática: “Preciso purgar a inteligência destas fezes. Quero um vaso. [...] Deve entender, porém, que eu não quero evacuar “grátis”, e é esta outra feição da questão que é importante.”²⁵⁷

Foi um recém criado periódico carioca na época, a *Gazeta de Notícias*, a cumprir essa missão. Este singular jornal brasileiro, fundado em 1875 por Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, revelava-se notável na defesa de grandes causas como a da abolição da escravatura. De entre a plêiade de colaboradores deste jornal do Rio de Janeiro, contavam-se muitos intelectuais dos dois lados do Atlântico, destacando-se Eduardo Prado, Machado de Assis, Olavo Bilac, Ramalho Ortigão, entre outros, conforme referido anteriormente. Era um jornal popular de grande tiragem e com venda directa na rua,²⁵⁸ o que fez com que fosse considerado um periódico ligeiro e inovador.²⁵⁹ O seu director, Ferreira de Araújo²⁶⁰, pautou-se, desde logo, pela procura da qualidade numa publicação mais arrojada e alegre, sendo, deste modo, caracterizado como “talvez o jornalista mais ágil, mais espirituoso, mais elegante, mais completo que já apareceu na imprensa brasileira”,²⁶¹ o que faria compreender igualmente o sucesso, na época, deste novo periódico.

Assim, não admira o forte interesse demonstrado por Ferreira de Araújo em ter como seu colaborador o romancista português que tanto êxito obtivera, em 1878, com a publicação de *O Primo Basílio*. No Brasil, o romance eciano tivera uma considerável recepção, daí que o director deste jornal não pudesse negligenciar esse facto, reforçando

²⁵⁷ Eça de Queiroz, “Carta a Ramalho Ortigão, Julho de 1879”, in *Correspondência*, vol. I, Lisboa, INCM, 1983, pp. 179-180.

²⁵⁸ Cf. Manuel Bandeira, “Correspondência de Eça de Queiroz para a Imprensa Brasileira”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições “Dois Mundos”, 1945, p. 168.

²⁵⁹ Segundo Alberto Dines, em *A Imprensa em Questão*, Campinas, Editorial da Unicamp, 1994, pp. 40-43, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, tinha como programa a manutenção de correspondentes de alto nível fixos no estrangeiro, com os quais dispndia largas somas de réis, revelando o seu director, Ferreira de Araújo, um forte empenho em que o leitor brasileiro se interessasse pelo que se passava no resto do mundo, inculindo um forte relevo no contexto internacional.

²⁶⁰ O poeta brasileiro Olavo Bilac, um grande amigo de Eça de Queiroz, na última década de vida, referindo-se a Ferreira de Araújo (que falecera uns dias depois do romancista português), à sua relevância na imprensa do Brasil e ao seu empenho mecenático, declarou que “se já temos, - nós, os que escrevemos -, um público, pequeno, mas inteligente, devemo-lo, em grande parte, a esse mestre exemplar, que, num tempo em que a imprensa diária ainda era um luxo caro, decidiu colocá-la ao alcance de todos, barateando-a, e popularizando-a. Foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras. Na *Gazeta de Notícias*, que possuía a colaboração preciosa de Machado de Assis, de Eça de Queirós e de Ramalho Ortigão, - começaram a aparecer os rapazes cheios de talento, mas ainda sem nome, que daquelas colunas se impuseram ao público. [...] Foi também na *Gazeta* que os pintores, os escultores, os músicos encontraram sempre defesa, amparo, propaganda”, “Crónica”, in *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, 1905, p. 3.

²⁶¹ *Idem, ibidem*.

a sua vontade em publicar a produção literária e jornalística de Eça. Para mais, havia o facto de a *Gazeta de Notícias* carecer de um correspondente em cada um dos pólos culturais europeus, a fim de informar os seus interessados leitores de tudo o que se passava em Paris e Londres, considerados na época, como os locais de onde emanavam a cultura e a inovação. Vivendo o escritor em Inglaterra, supriria ainda melhor essa necessidade do periódico carioca.

Por conseguinte, em 24 de Julho de 1880, Eça de Queiroz dava início à correspondência para este jornal do Rio de Janeiro, que iria perdurar ao longo de dezasseis anos, até 1897, embora com algumas interrupções. No entanto, foi a mais longa colaboração deste autor com um periódico. Ferreira de Araújo, o director da *Gazeta de Notícias* e um admirável jornalista, conforme já referimos, manifestou o seu agrado por esta nova ligação do notável escritor português com o seu jornal, registando com a seguinte nota editorial a colaboração inaugural de Eça: “Temos a satisfação de publicar hoje a primeira carta do eminente escritor português o Sr. Eça de Queiroz, que aceitou ao convite que lhe fizemos para ser nosso correspondente em Londres. Seria ocioso encarecer os méritos do nosso novo colaborador, que tem um nome firmado por trabalhos de grande valor literário. Que o digam as *Farpas*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e outros primorosos escritos. Por enquanto o Sr. Eça de Queiroz ocupar-se-á dos acontecimentos de Paris e Londres; muito brevemente tratará só da Inglaterra, logo que chegue a Paris o correspondente que para essa capital contratámos.”²⁶²

O correspondente português de Paris aguardado por Ferreira de Araújo era o exímio cronista e escritor, Guilherme de Azevedo, que encetaria a sua colaboração na *Gazeta de Notícias* um mês mais tarde. Daí que o título da rubrica eciana se intitulasse “Cartas de Paris e Londres” apenas durante os meses de Julho e Agosto desse ano (correspondendo às duas primeiras correspondências), passando, a partir de Setembro, quando Guilherme de Azevedo já se encontrava em Paris, a serem designadas simplesmente por “Cartas de Inglaterra”.

A colaboração queiroziana prosseguirá com esse título, ao longo dos anos de 1880 a 1882, sendo interrompida de 1883 a 1886. É retomada em 1887 com a publicação de *A Relíquia* e, em 1888, com a *Correspondência de Fradique Mendes*.

²⁶² Manuel Bandeira, *op. cit.*, pp. 168-169.

Entretanto, Eça de Queiroz é transferido para o Consulado em Paris dando-se novo interregno na sua colaboração para o reputado jornal carioca.

No entanto, a partir de 1892, o escritor retoma a sua correspondência para o Brasil, nesta terceira fase que decorrerá ininterruptamente até à sua derradeira crónica datada de 20 de Setembro de 1897. Ao longo destes últimos anos, Eça enviou diversos contos, cartas, crónicas e outros textos de natureza jornalística que foram, mais tarde, compilados nas obras *Ecos de Paris*, *Notas Contemporâneas*, *Correspondência de Fradique Mendes*, *Cartas de Inglaterra*, *Cartas Familiares*, *Bilhetes de Paris e Contos*. A longa colaboração de Eça para este jornal do Rio de Janeiro proporcionava-lhe um salário regular de que o escritor necessitava pelo facto de a sua família se ir tornando cada vez mais numerosa.

Apesar da obrigatoriedade da escrita num curto período de tempo e da suposta necessidade económica, a colaboração eciana nos folhetins do prestigiado periódico brasileiro não se revelavam, nos primeiros tempos, um fardo, como à primeira vista poderíamos especular, pois, o escritor revelava um gosto muito pessoal em tratar as “questões sociais” e em saber que os seus textos figuravam nas folhas desse jornal de além-Atlântico, declarando que, só desse modo, poderia “comentar largamente os factos a que se referia com incomparável justeza de critério e uma perfeita previsão dos acontecimentos”.²⁶³

Contudo, a correspondência para o Brasil passou a ser, mais tarde, um forte incómodo para o escritor, tendo em conta os seus afazeres como diplomata, a sua absorvente criação romanesca, os seus projectos literários e jornalísticos, o seu debilitado estado de saúde²⁶⁴ e ainda o cumprimento da empenhada atenção como marido e como pai, o que justifica o atraso ou a irregularidade com que, inúmeras vezes,

²⁶³ Magalhães Lima, “Eça de Queiroz na Intimidade”, in Eloy do Amaral e M. Cardoso (org.) - *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Lisboa, Parceria Pereira, 1922, p. 268.

²⁶⁴ Os constantes incómodos gastrointestinais, a magreza constante, as nevralgias e os edemas nos membros inferiores são sintomas referidos, por inúmeras vezes ao longo de mais de duas décadas, pelo autor, em diversas cartas escritas aos seus amigos e familiares, que, segundo Ireneu Cruz, um médico português estudioso do seu caso clínico, poderiam indiciar que Eça padecia provavelmente da síndrome de Crohn. Desconhecida na época e sem tratamento, esta doença, assim como as suas “complicações somáticas e psíquicas e psicológicas seriam [...] as principais causas da incapacidade física e anímica de Eça de Queiroz, para terminar e fazer publicar as [suas] obras”, in *O Caso Clínico de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 2006, p. 77.

A escritora e sua coetânea Maria Amália Vaz de Carvalho atesta o seu débil aspecto iniciador de uma precária saúde, ao afirmar: “Há quantos anos nós o víamos morrer aos bocados, a ponto de parecer já quase um cadáver aquele corpo anguloso e estranho, todo em gestos rápidos e convulsivos, aquele corpo em que se abrigava um dos mais geniais espíritos que a raça portuguesa ainda produziu”, in *Eça de Queiroz Visto pelos seus Contemporâneos*, Porto, Lello e Irmão, 1945, p. 289.

os seus textos são enviados para o Brasil.²⁶⁵ Daí que, em carta de Paris ao seu amigo Alberto de Oliveira, tente explicar o motivo para não ter atendido ao mútuo projecto de publicar um magazine intitulada *Serão* (o que efectivamente nunca aconteceu), fundamentando esse seu retardamento no facto de ter reorganizado a sua vida em Paris, depois de dez meses em Portugal, e ainda devido à penosa obrigação de ter de enviar a prometida colaboração para o Rio de Janeiro, o que, para além do mais, prejudica igualmente a sua instável situação financeira.

Deste modo, menciona que tem sido, nos “últimos anos, um redactor regular da *Gazeta de Notícias* do Rio, recebendo um salário regular. Em mais de quatro meses, não mandei à *Gazeta* o valor, em prosa, de um bilhete-postal. Também por escrúpulo, não tendo dado o trabalho, não cobrei o salário. Mas esses salários são indispensáveis ao meu orçamento – e para legitimamente os receber agora, tenho de mandar para o Rio o montão de prosa a que eles correspondem e que os justifica”. Na verdade, Eça, derivando o seu interesse para outros projectos, passa a considerar a sua colaboração no jornal carioca uma actividade menos estimulante e, portanto, mais penosa, afirmando que tem pensado “mais incessantemente no *Serão*, pois que ele, em contraste com a *Gazeta*, representa o prazer”.²⁶⁶

De tal modo a preocupação dos honorários era latente em Eça que, na segunda fase da sua colaboração para o Brasil, em 1888, resolve enviar simultaneamente os seus textos de imprensa (por esta altura as cartas de Fradique Mendes) para outro periódico além da *Gazeta de Notícias* – o *Repórter*, explicando a seu amigo Oliveira Martins, numa missiva, a ocorrência dessa sua deliberação de sentido prático. Assim, relata ao seu destinatário que: “Jaime Séguier, quando me convidou para escrever no *Repórter*, pretextou a pobreza de jornal que começa, e ofereceu-me duas libras por artigo de duas colunas. [...] Ora, querido Joaquim Pedro, por *duas* libras não vale a pena estar a manufacturar imensas talhadas de prosa. Elas dão-me um grande trabalho – e nos jornais

²⁶⁵ Eça, na sua correspondência familiar, refere, por diversas vezes, a necessidade premente e a azáfama que a correspondência de imprensa para o Brasil provocavam na sua vida pessoal, tal como se constata nas missivas a sua mulher, datadas de Abril/Maio de 1890 e 11-V-1892, nas quais refere respectivamente “Minha querida Emília, estou hoje muito atarefado com a Mala para o Brasil e não sei se terei tempo de escrever carta” e “Tens estado ao regime de bilhetes postais, o que não é muito substancial nem muito carinhoso: mas a *mala do Brasil* tem-me absorvido aquele escasso tempo que me deixam os negócios, e a natural indolência que toda esta casa respira”, in *Correspondência*, op. cit., pp. 101 e 223.

²⁶⁶ Eça de Queiroz, “carta a Alberto de Oliveira de 23 de Janeiro de 1896”, in *Correspondência*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2002, pp. 210-211.

do Brasil²⁶⁷ produzir-me-iam o dobro. [...] Ocorre-me um meio fácil e fazível: é publicar estas *Fradiquices* simultaneamente no *Repórter* e na *Gazeta de Notícias*, comendo assim a duas prosas. [...] De sorte que os dois jornais têm o que precisam ter – que é, em certo dia, o seu artigo novo: e eu tenho os duplos proventos. Esta ideia é inglesa: isto é, os escritores ingleses fazem nos *Magazines* e *Revistas* estes cambalachos de prosa, entre a Inglaterra e a América.”²⁶⁸

Os originais manuscritos do autor terão, quase certamente, sido destruídos,²⁶⁹ pelo que os textos-base destas crónicas da *Gazeta de Notícias* se reportam às próprias páginas dos periódicos oitocentistas, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Elza Miné considera que, apesar da frequente dificuldade dos editores e dos redactores em entender a caligrafia eciana e, portanto, necessitarem de supostos esclarecimentos a esse respeito, tal não deve ter acontecido com o periódico brasileiro, pelo facto de não haver correspondência entre o autor e o redactor carioca para esse efeito. Igualmente, o tratamento e a adequação dos seus textos à divulgação jornalística não devem ter, de algum modo, desagradado o seu autor, pois não há qualquer texto epistolar entre Portugal e o Brasil que o registre.

Como correspondente no estrangeiro para os seus leitores brasileiros, Eça transmitiu o seu testemunho da vida pública europeia, nomeadamente de Inglaterra e de França, nas suas diferentes vertentes: a cultura, a política, a ideologia, a literatura e a vida social. Há que considerar o facto de ser inerente ao jornalista, pleno de ser designado como tal, a capacidade de uma evidente versatilidade de saber falar de tudo observando continuamente o que o rodeava na demanda de algo peculiar e que, de algum modo, merecesse ser analisado e comentado.

A elaboração da escrita jornalística requer sempre circunstâncias de tempo e espaço, entre outras, porque sendo o seu processo interno, exige uma atenção introvertida, para além de um sentido visual exterior que incide deliberadamente na captação dos aspectos quotidianos dos seres e das coisas. Como comentador, Eça opina

²⁶⁷ João Alves das Neves salienta o facto de Eça referir, no plural, os periódicos para os quais escrevia para o Brasil, dizendo que se mantém uma interrogação qual ou quais os jornais brasileiros para que era correspondente, para além da *Gazeta de Notícias*, visto que o seu ensejo de colaborar no *Jornal do Comércio* e na *Gazeta da Bahia* não se tinha concretizado. Poderia ter sido igualmente uma força de expressão do escritor. Vide “Leitores e estudiosos ecianos”, *op. cit.*, p. 187.

²⁶⁸ Eça de Queiroz, “Carta a Oliveira Martins de 23-V-1888”, in *Correspondência*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 474-476.

²⁶⁹ Cf. Elza Miné na introdução à edição crítica dos textos de imprensa para o Brasil, in Eça de Queiroz, *Textos de Imprensa IV*, Lisboa, IN-CM, 2002, p. 36.

sobre o que observa, exprime a sua posição de momento perante o que os sentidos lhe transmitem do exterior, patenteado o seu estado de espírito acima de profundas reflexões. Daí que Eduardo Pinto da Cunha, prefaciando a compilação das *Crónicas de Londres* de Eça de Queiroz escritas nos anos 1877-1878 para o jornal *Actualidade*, afirme que nesses textos para a imprensa a escrita queiroziana revela um cronista “desatento, aborrecido, pela necessidade de ganhar a vida, ou para descarregar precipitadamente a pressão de um espírito em ebulição”.²⁷⁰

Tomando a Europa como modelo civilizacional, por excelência, Eça vislumbrava apresentar aos leitores do Rio de Janeiro os movimentos políticos, culturais

²⁷⁰ Eça de Queiroz, *Crónicas de Londres*, (prefácio de Eduardo Pinto da Cunha), Lisboa, Editorial Aviz, 1944, p. XXVIII.

Eça de Queiroz

(O SEU ÚLTIMO ROMANCE O *Mandarin*, EM PUBLICAÇÃO NO *Diário de Portugal*)



Graça, verve, phantasia, invenção, espirito, observação, critica, genio, tudo quanto é preciso para fazer maus artigos de fundo e admiraveis romances.
O Antonio Maria aproveita-se das circunstancias para annunciar o 9.º numero do *Album de Glorias* que amanhã é posto á venda, convidando os colleccionadores a adquirirem o perfil do auctor do *Primo Basilio*. Se não se esgota a edição principiámos a descrever do *reclama*.

e sociais dos grandes centros que eram incontestavelmente Paris e Londres, ao longo de todo o período de Oitocentos. Passada já a afamada polémica com a figura do brasileiro, do tempo de *As Farpas*, Eça foi alterando acentuadamente a imagem do povo e do país que tão dedicado e fiel na admiração que por si nutriam, embora o contacto do escritor com os brasileiros fosse restrita a um grupo muito diminuto e prestigiado a nível intelectual e cultural que consigo privava, como no caso do seu íntegro e devoto amigo Eduardo Prado, o qual transmitiria a Eça muita dessa devoção que o público brasileiro tinha por e pela sua obra.²⁷¹

Admite-se até que tenham surgido outros convites ao escritor, da parte de directores de periódicos e de editores brasileiros, dando-se mesmo o caso de terem sido publicadas páginas da sua prosa romanesca ou jornalística sem o seu conhecimento, tal como atesta Heitor Lyra, ao esclarecer que “as edições clandestinas brasileiras das obras de autores portugueses eram já corriqueiras entre nós; e na falta de um acordo sobre a propriedade literária, entre Portugal e o Brasil, coisa que só se faria em Setembro de 1889, não havia meios legais de impedi-las. Daí os protestos desesperados e inúteis dos espoliados, como foi o caso de Eça quando da publicação das *Farpas*”.²⁷²

Redigindo Eça, desde os primeiros tempos de escritor, inúmeras crónicas, desde a sua direcção do periódico eborense, passando por *As Farpas*, a sua conformação, segundo Annabela Rita, passa pelo “desejo de observação e análise para um público alargado” que promoveu “uma abundante produção cronística, dessa escrita que procurava comentar quase tudo para o maior número possível”.²⁷³ Daí que, para esta autora, a crónica tenha, de algum modo, um carácter prático e experimental, no sentido em que “Eça cultivava a crónica, quer por ser ela o espaço de eleição para *observar* sistematicamente a realidade, *desmontando-a* em partes/elementos que *pondera* caso a caso (tratava-se de rentabilizar e de materializar essa actividade), quer

²⁷¹ Cf. João Alves das Neves, *op. cit.*, pp. 194-195: “Eça de Queirós passou a fazer uma ideia mais favorável do país que tão bem acolhia os seus trabalhos jornalísticos (a *Gazeta de Notícias* era, então, um dos mais apreciados jornais, reunindo, pode-se dizer, alguns dos mais notáveis intelectuais brasileiros entre os seus colaboradores); quanto à sua obra literária, críticos e leitores comuns discutiam-na com incedível fervor. Não sendo exacta a impressão que tinha do Brasil e dos brasileiros, em geral, pois só conhecia meia dúzia, e esses incluíam-se entre a «élite», Eça de Queirós demonstrou o seu interesse pelos numerosos textos que dedicou a este país e à sua gente, mesmo que as suas opiniões se modificassem, por vezes, em função dos acontecimentos, o que não deve espantar ninguém, porque o que sabia era por ter escutado ou lido.”

²⁷² Heitor Lyra, *op. cit.*, p. 103.

²⁷³ Annabela Rita, “Eça de Queirós: promovendo a interrogação”, in *No Fundo dos Espelhos – Incursões na Cena Literária*, Porto, Edições Caixotim, 2003, p. 54.

pelo facto de a sua brevidade favorecer a experimentação de processos de escrita e, até, a fácil verificação dos seus efeitos (no texto e no público)”.²⁷⁴

No nosso estudo, utilizaremos os textos de imprensa coligidos por Elza Miné e Neuma Cavalcanti, numa edição crítica da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, com coordenação de Carlos Reis. Concentrar-nos-emos especificamente num *corpus* cronístico publicado no periódico carioca, sob variegados títulos, sendo os textos iniciais intitutados de *Cartas*, provavelmente para demarcar o início de uma correspondência mensal parisiense e londrina a partir de uma estruturação dialógica incisiva em que o leitor, aparentemente olvidado e apenas implícito, é involuntária (mas estrategicamente) conduzido a identificar-se com um destinatário singular.

Ora, as duas primeiras crónicas, de 24 de Julho e de 17 de Agosto de 1880, sendo enviadas de Bristol, veiculam informação dos dois pólos culturais da época, enquanto Ferreira de Araújo, director da *Gazeta de Notícias*, aguardava a chegada de Guilherme de Azevedo à capital francesa. Por isso, Eça teve de cumprir essa função ambivalente, encetando a sua colaboração com a expressão “Começando estas Cartas de Paris e Londres...”, desmistificando, de imediato, como se de um intróito programático se tratasse, essa aura de grandiosidade que as cidades de Paris e Londres conquistaram aos olhos dos europeus e fora da Europa. Declara a sua vincada tenção de captar, conhecer e apreender o que de “original” e “episódico” a sociedade oferece, nas capitais francesa e inglesa, em detrimento de toda uma panóplia de cidades, capitais e países que parecem reduzir-se a um mero cenário paisagístico ou arquitectónico perante a excelência desses dois centros muito venerados universalmente, pois, como refere, “o mundo aparece como uma decoração armada em torno de Paris e Londres – uma curiosidade cenográfica que se olha um momento, pedindo-se logo toda a atenção para a tragicomédia social que palpita ao centro”.²⁷⁵

No entanto, segundo o cronista, ao mundo interessa, acima de tudo, o pulsar da vida, da sociedade que se move em Paris e Londres, pois “a curiosidade pública é impelida para lá – dando ao resto do mundo apenas aquele olhar rápido que se tem para os fundos de retratos, onde verdejam vagos de paisagem ou se perfilam linhas de um pórtico”, acrescentando, de forma muito convicta, a sua consciência da inegável importância destas duas capitais europeias e de tudo o que lá se passa como referência

²⁷⁴ *Idem*, pp. 54-55.

²⁷⁵ Eça de Queiroz, *Textos de Imprensa IV*, Lisboa, IN-CM, 2002, p. 56.

quase universal de toda a humanidade, pelo que explicita o facto de “ninguém, que tenha o orgulho de se considerar ser racional, prescinde de se informar diariamente de tudo o que se passa em Paris ou em Londres, desde as revoluções até às *toilettes*, desde os poemas até aos escândalos”.²⁷⁶ Daí que Eça sublinhe a principal utilidade das suas *cartas* ao virem satisfazer a curiosidade intrinsecamente humana, seja pelo que lhe está mais próximo ou mais distante e inatingível, pois, tal como afirma, “o desejo mais natural do homem é saber o que vai no seu bairro e em Paris”.²⁷⁷

Ironiza ao referir-se aos franceses de então como “cidadãos formidáveis”²⁷⁸, apesar de descenderem de um batalhão de revolucionários e insurrectos que decapitaram e fuzilaram, aos milhares, os seus opositores políticos e ideológicos, fazendo, nessa época, uso, não de armas bélicas, mas sim do voto democrático e do estatuto de cidadania.²⁷⁹

Tendo o texto sido escrito a 6 de Junho, embora só publicado no Rio de Janeiro a 24 de Julho, Eça salienta que tratará da actualidade dos “últimos dias”, neste caso, da manifestação ocorrida a 23 de Maio de 1880, nas ruas parisienses. Perante um acontecimento efectivamente real, o cronista demonstra a evidente necessidade de fazer referências deícticas a um tempo e um espaço específicos, assim como demarcar-se como próprio sujeito de enunciação, de modo a melhor transmitir credibilidade e verosimilhança ao seu testemunho, certificando simultaneamente a sua presença física perante os eventos que descreve e comenta.

De igual modo, recorre frequentemente à imprensa local como fonte informativa e como prova do conhecimento que detém da realidade que o rodeia, tendo em conta que “a produção de qualquer correspondente estrangeiro caracteriza-se, em geral, por uma estreita vinculação com as fontes de informação do local onde exerce a sua actividade, fontes estas encaradas como reflexo de opinião, repositório de notícias que lhe serão objecto de comentário e crítica”,²⁸⁰ conforme refere a autora brasileira. As citações de frases, ou mesmo de parágrafos inteiros, dos periódicos locais era frequente.

²⁷⁶ *Idem*, p. 58.

²⁷⁷ *Idem*, p. 59.

²⁷⁸ *Idem*, *ibidem*.

²⁷⁹ Cf. António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, p. 20, quando afirma que “à roda de 1880 o regime consolidado apoia-se num partido conservador chefiado por Gambetta e num partido radical, e ambos procuram aliciar os votos do proletariado, na luta eleitoral. Esta disputa do eleitorado explica a amnistia dos chefes da Comuna, que, escapos da morte, tinham sido desterrados. No mesmo ano é expulsa a Companhia de Jesus e inicia-se a secularização do ensino. Gambetta, que, no dizer do marquês de Souzaelas, «fora o único que durante a guerra mostrara ventas de homem» está no cume da sua influência”.

²⁸⁰ Elza Miné, *op. cit.*, p. 20.

Daí que Eça, perante a situação que descreve, enuncie o que é dito em “o mais ilustre jornal do partido, o *Mot d'Ordre*”²⁸¹, para, de imediato, comentar o texto que transcreveu.

A ironia é, mais uma vez, uma constante no seu discurso ao proferir inúmeras observações políticas relativamente ao facto de um grupo de comunistas ter estado presente no cemitério com coroas de perpétuas vermelhas, assim como ao que um jornalista do jornal partidário escreveu sobre o dito acontecimento: “Ontem havia no Sacré Coeur uma reunião de indivíduos celebrando algumas cerimónias bárbaras em honra de um personagem esquisito e obscuro, vulgarmente designado pelo nome extravagante de Deus”. Tal frase mereceu do cronista o habilíssimo comentário, não só à antagónica atitude dos membros partidários, como também ao texto jornalístico despoletado pela mesma. Comenta, então, deste modo mordaz, que lhe parece “extraordinário que indivíduos que possuem frases tão avançadas, vão comemorar um aniversário de morte – da morte que não deve ser para eles mais que uma banal transformação da substância, com as tradicionais etiquetas do catolicismo; e que procedam diante de um túmulo amigo, como se acreditassem que o corpo jaz ali intacto e paciente, sob as flores agrestes, esperando o toque do clarim do Juízo Final, enquanto a alma paira no éter místico, misturando-se à vida terrestre e gozando a oferta de símbolos saudosos...”²⁸².

Tal como, poucos anos antes, Eça havia feito, nas *Crónicas de Londres* para o jornal portuense *A Actualidade*,²⁸³ aquando da sua estadia inicial em Inglaterra, e, mais tarde, ainda em 1880, irá fazer nas *Cartas de Inglaterra*, escritas já em Bristol,²⁸⁴ também aqui foi feita a transcrição em tradução directa do periódico partidário francês. Elza Miné faz notar essa necessidade do cronista em se apoiar em argumentos de referência concretos da imprensa local ao longo do seu discurso argumentativo, referindo que “para além do âmbito estrito da discussão de temas políticos, pode-se notar o recurso da tradução literal ou permeada de interpolações, de artigo, ou simplesmente notícia e ainda, num procedimento típico de crónica, pode-se observar a utilização das fontes inglesas como manancial do episódico, do circunstancial que,

²⁸¹ Eça de Queiroz, *Textos de Imprensa IV*, Lisboa, IN-CM, 2002, p. 61.

²⁸² *Idem, ibidem*.

²⁸³ Periódico para que foi correspondente do estrangeiro (Eça encontrava-se em Newcastle desde 1874) com periodicidade quinzenal, desde 14 de Abril de 1877 até Maio do ano seguinte.

²⁸⁴ Embora, como já fizemos referência, as duas primeiras crónicas, de Julho e Agosto de 1880, sejam sobre a capital francesa, sob o título “Cartas de Paris e Londres”.

sugestão imediata, actua como elemento deflagrador na construção de toda uma correspondência (ou parte dela)”.²⁸⁵

Astrojildo Pereira enfatiza esse marcado interesse do cronista pela leitura dos periódicos locais, assim como o essencial e inevitável mester de expressar e partilhar as suas próprias opiniões sobre o que lia e via à sua volta, afirmando:

*Eis aí de novo o moralista, em tôda a sua plenitude, não só interessado no conhecimento das coisas do tempo, mas igualmente interessado em comunicar ao público as observações e reflexões que a leitura dos jornais lhe sugeria. A pressão exercida sobre o seu temperamento pelo espectáculo da vida política e social não lhe permitia contentar-se com os métodos indirectos da ficção – amplíssimos, sem dúvida, mas por sua mesma natureza sempre indirectos; êle sentia a necessidade de se fazer ouvir mais directamente – e mais imediatamente – por intermédio da crónica de jornal.*²⁸⁶

Ainda nessa crónica inicial para a *Gazeta carioca*, refere Inglaterra apenas para lhe louvar a indulgência e o respeito pela diferença – a verdadeira cidadania, reforçando mais acentuadamente a fortaleza indestrutível desta nação e a sua auto-confiança, em contraste com a França ainda titubeante ao temer o colapso das suas instituições e ideologias perante um singular grupo de indivíduos com flores provocatoriamente rubras.

No entanto, o cronista, derivando dos assuntos políticos, faz questão de salientar que a nação francesa, a nível literário, foi berço de grandes homens. Daí que os derradeiros parágrafos da sua “carta” sejam inteiramente dedicados a esse gosto tão próprio em revelar os seus interesses e opiniões literários. Gustave Flaubert, autor francófono de grande devoção de Eça, e as suas grandes obras *Madame Bovary*, *Salambô* e *Educação Sentimental* são mencionados como exemplos de literatura ímpar, pois o cronista não perde ocasião para instruir os seus atentos leitores brasileiros acerca das obras-primas da Literatura universal.

Como já referimos anteriormente, ao cronista é permitido abordar qualquer assunto, tendo, portanto, a máxima liberdade de escolha e de acção. Não deixará, deste

²⁸⁵ Elza Miné, *Eça de Queirós Jornalista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 25.

²⁸⁶ Astrojildo Pereira, “Eça de Queiroz, Cronista”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições “Dois Mundos”, 1945, p. 186.

modo, de, como comentador, dar opiniões e exprimir a sua posição de momento perante a realidade que se revela ao seu olhar atento. Tal como nos foi dado ver, o profundo interesse pela Literatura teria de ficar explicitamente identificado, por parte dos seus receptores, sabendo estes a reputação e o indiscutível valor do cronista, como romancista, contista e ensaísta. Assim, as suas palavras, nesta matéria específica, são “lei” e um testemunho valioso da realidade parisiense tão intensamente apreciada pelo público brasileiro através de um “mediador” de excelência que, veicularia não só impressões da sua vivência desse centro cultural da Europa, como lhes transmitiria igualmente a sua própria opinião e conhecimento da arte que cultivava e que tão admirada era no Brasil.

Na segunda carta, datada de 17 de Agosto, Eça dedica, mais uma vez, a sua atenção a França, destacando a frequente sucessão de duelos que se travam ao alvorecer, hábito tão peculiarmente enraizado entre a nobreza francesa da época, que fomentava e agitava a imprensa, ou que eram, pelo contrário, incentivados por esta. Sobre essa insólita situação, ao cronista apraz comentar deste modo: “Há-de haver sempre duelos. É evidente que, enquanto os jornais publicarem em letra gorda e glorificadora as actas de desafio; enquanto os olhos das mulheres sorrirem ao ferido interessante que atravessa a sala pálido e de braço ao peito [...] nem o código, nem o bom senso, nem melífluas máximas humanitárias impedirão jamais que o homem, publicamente ridicularizado ou publicamente injuriado, salte sobre a sua espada gritando à turba: “Cá vou defender a minha honra!””.²⁸⁷

A credibilidade destes duelos é completamente posta em causa já que o cronista desmascara e atesta a falta de veracidade e de legitimidade destes confrontos entre cidadãos que apenas querem ver o seu nome nos periódicos e nas gazetas gaulesas para sua mera vaidade, exclamando sarcasticamente que “compreendem a sabedoria: a sociedade, a vaidade, os jornais, a opinião, as mulheres pedem-lhes sangue? Bem! Vão a um recanto do Bosque, e extraindo-se um ao outro da ponta do dedo a gota reclamada pela honra. A sociedade, a vaidade, etc., sorriem satisfeitas; e eles, serenos de consciência, curam-se, pondo uma dedeira. Salutar prudência! E são igualmente heróis nas gazetas!”.²⁸⁸

²⁸⁷ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 68.

²⁸⁸ *Idem*, p. 69.

Sobre esta questão, Eça reitera, mais tarde, a sua crítica à vaidade e à imprensa como força incentivadora desse vício humano, ao afirmar, ironizando, que “nestes estados de civilização, ruidosos e ocos, tudo deriva da

Deriva o seu interesse para a amnistia dos «communards», votada na Câmara de Paris, depois de, no ano anterior, ter sido vencida a direita orleanista e legitimista, assegurando, assim, a consolidação do regime. Esta oportuna medida de clemência terá sido, sem dúvida, uma decisão política deveras importante para o destino da esquerda francesa e para a reorganização das forças que, ao longo de vários anos, foram dizimadas pela repressão que se seguiu ao esmagamento da Comuna de 1871. Destaca em todo este processo a figura de Gambetta²⁸⁹ e a sua impetuosa ascensão ao poder, no preciso dia da discussão do projecto da amnistia, em que, como descreve Eça, “deixa melodramaticamente a sua cadeira de presidente, e de gravata branca, rubro como uma papoila, com a sua cabeleira solta à maneira de uma juba, aparece na tribuna; e não creio que desde os Gracos, ou desde Mirabeau, jamais a palavra de um homem revolvesse tanto um país! Todos os jornais, os mais hostis, reconhecem que nunca Ele fora tão poderoso. Vai o E maiúsculo, porque parece que se trata verdadeiramente de um Deus.”²⁹⁰

Eça vai alterando a sua opinião relativamente à influência deste político francês, pois, a partir do momento em que passa a observar mais de perto “esse Deus de Israel, esse augusto dono de França”²⁹¹, como refere António José Saraiva, a “República Francesa aparece-lhe a uma luz nova, com feições que a bruma revolucionária deixou de esbater. Ficou para trás a palavra sonora de Hugo, e as frases de Gambetta começam a soar a oco. O que é que a República se vai mostrando à medida que se dissipa a bruma? Pois não vemos esta República que proclama os direitos do Homem tomar parte na partilha colonial do mundo, logo atrás da Inglaterra, arrebatou Tunes em 1881 contra todo o direito e toda a lei, intrigar no Madagáscar à procura de um pretexto para uma violência, provocar uma guerra com a China em 1884 [...] expoliar, de parçaria com a aristocrática monarquia inglesa, o suor do miserável felá egípcio? Não ouvimos nós o

vaidade, tudo tende à vaidade. E a forma nova da vaidade para o civilizado consiste em ter o seu rico nome impresso no jornal, a sua rica pessoa comentada no jornal! *Vir no jornal!* Eis hoje a impaciente aspiração e a recompensa suprema! Nos regimes aristocráticos o esforço era obter, senão já o favor, ao menos o sorriso do Príncipe. Nas nossas democracias a ânsia da maioria dos mortais é alcançar em sete linhas o louvor do jornal. Para se conquistarem essas sete linhas benditas, os homens praticam todas as acções – mesmo as boas.”, in *A Correspondência de Fradique Mendes, op. cit.*, p. 219.

²⁸⁹ Vide João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 167-182: Léon Gambetta foi presidente da Câmara dos deputados de 1879 a 1881 e efémero presidente do Conselho neste último ano, assegurando assim o triunfo dos republicanos nessa IIIª República que levava onze anos a tornar-se republicana. Morreu prematuramente com 42 anos, em 1882, num acidente ao manipular uma arma de fogo.

²⁹⁰ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, pp. 70-71.

²⁹¹ *Idem*, p. 71.

próprio Sr. Gambetta, declarar das alturas da tribuna da Câmara francesa, esse Sinai da burguesia, que o povo egípcio só podia ser governado a chicote?”.²⁹²

Exercendo a sua efectiva função de correspondente estrangeiro que almeja veicular ao seu entusiasta público brasileiro a real vivência de uma capital em pleno tumulto político, Eça transmite tudo o que lhe é dado observar através dos seus sentidos, incutindo uma maior veracidade ao seu discurso e ao seu testemunho no ambiente parisiense. Daí que faça, mais uma vez, referência ao que vê, ouve, lê, sente e pressente em seu redor, marcando a sua presença física naquele espaço concreto nesta data específica, declarando que “**na rua vê-se gente de olho esgazado, e arrepiada de emoção murmurando:** «Gambetta falou!» Assim se devia dizer em Israel, quando corria voz pelas tendas dispersas das tribos que Jeová perorava dentre a sua sarça ardente. Eu não o **ouvi**. O seu discurso, **lido aqui no jornal**, afigura-se-me uma prosa ressoante e oca como um tambor, mais própria da ênfase castelhana que da língua lúcida e disciplinada em que Voltaire escreveu.”²⁹³

Comenta os factos e as figuras políticas, não descurando a crítica à Imprensa estrangeira à qual tece continuamente alguns reparos. Confessa o seu arreigado descrédito na positiva evolução política dos acontecimentos a que assiste, quando afirma que “não creio, porém, que esta amnistia, tão generosamente concedida pelo sr. Gambetta, desarmará o socialismo, e o reconciliará com a República conservadora. Espanto-me mesmo que haja velhos jornais, cobertos de experiência e de cãs, que o acreditem, com a ingenuidade de tenros entusiastas. E o mesmo Gambetta parece crê-lo quando exclama que, eliminada esta questão irritante, haverá só uma República e uma só França! Retórica!”²⁹⁴ Quando profere estas palavras, Eça desconhecia obviamente o que se seguiria a nível político na nação francesa. No entanto, os seus comentários não estavam longe da realidade da evolução dos acontecimentos.²⁹⁵

²⁹² António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, pp. 20-21.

²⁹³ *Idem, Ibidem.* (sublinhado nosso)

²⁹⁴ *Idem*, pp. 71-72.

²⁹⁵ Como refere o prestigiado historiador João Medina, “a verdade, porém, é que, mesmo calando com a sua amnistia os jornais como o *Rappel*, o *Justice* e o *Mot d’ordre* que vinham reclamando com vigor a medida de clemência, o «gambettismo» de que fala Eça não bastou para levar o buliçoso «pimpão» à presidência da República, mas sim à presidência do conselho, onde se manteve de Novembro de 1881 a Janeiro de 1882 [...] O período dos ministérios de Gambetta e, sobretudo, de Jules Ferry, além de consolidar o regime e sossegar as esquerdas pela medida aludida, realiza um programa escolar e colonial que acaba por descontentar a direita e afastar de si a esquerda radical chefiada pelo novo líder cuja popularidade desponta, Clemenceau. A ruptura entre as duas facções republicanas provoca a crise de 1885 e a queda de Ferry, indo, por fim, favorecer a revivescência das direitas e a agitação boulangista de 1887-1888, em parte domada pelo «excelente Constans»,

Paralelamente à crítica política, a religião merece-lhe, de igual modo, destaque nesta crónica, pois, como consequência do livre acesso dos comunistas em França, assiste-se à expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus. O cronista declara, de imediato, a sua aversão à figura do jesuíta e à sua particular Ordem religiosa que caracteriza declarando:

Deus sabe que eu não amo os jesuítas: tudo neles me é antipático – a sua face descaída e olho oblíquo, a roupeta lúgubre, a sua moral, a sua abominável «suma teologia», a sua ciência seca e hierática, o seu frio estilo de arquitectura, a sua maneira de enriquecer, com contabilidade escrita em grego, a sua grosseira e equívoca idolatria pela Virgem Maria, a sua organização tenebrosa e conspiradora, que faz assemelhar a Companhia a um carbonarismo teocrático.²⁹⁶

Apesar desta opinião tão pouco favorável ao jesuíta, o cronista expressa o seu forte descontentamento face à atitude “impolítica, ilógica e pueril” do governo francês, pois esta não se coaduna minimamente com a ideologia de liberdade defendida por esta nação e de que Eça é um acérrimo defensor, tal como refere, mais à frente, “para quem ama realmente a liberdade, é repugnante estar lendo todos os dias nos jornais que já os jesuítas e as outras congregações ameaçadas começam a encaixotar os seus livros, a enfardelar tristemente os seus trapos [...] Eu não sou um devoto, mas parece-me ímpio exilar aqueles que não têm as nossas opiniões”.²⁹⁷

Acima das suas funções de mero jornalista da época que observava e transmitia os acontecimentos, Eça utiliza sempre um discurso judicativo em que deblatera contra as inúmeras injustiças que pululavam nas sociedades francesa e inglesa. Daí que um estudioso brasileiro admirador da criação eciana, Dalcídio Jurandir, declare que essa característica da sua escrita lhe incuta uma forte actualidade, ou mesmo intemporalidade (acrescentamos), pelo carácter universal e invariável das suas críticas, referindo que “a reportagem, a crónica, a correspondência em Eça de Queiroz, não somente porque havia nêle um grande escritor, ultrapassam os hábitos e os vícios da imprensa de seu tempo e

como lhe chama Eça em carta a Oliveira Martins”, enviada de Paris e datada de 5-II-1891. In *Eça Político*, op. cit., pp. 174-177.

²⁹⁶ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, pp. 73.

²⁹⁷ *Idem*, pp. 73-75.

se aproxima do nosso, com uma vigorosa actualidade. Eça agita problemas, opina e ridiculariza, julga os reis e os Impérios, o anarquismo e o jesuitismo”.²⁹⁸

Fazendo jus ao que havia definido como características primordiais da actividade jornalística, Eça de Queiroz, nas suas crónicas para o Rio de Janeiro, informa, interpreta, actua e intervém com o intuito de esclarecer e guiar os cidadãos na sua “vida política, moral, religiosa, literária e industrial”²⁹⁹, na demanda de valores fundamentais como a Verdade e a Justiça. Por isso, a presente indignação do cronista perante o evidente “abuso da força” dos dirigentes políticos para com uma classe de cidadãos que apresentam uma prática religiosa específica, pelo que o próprio sugere a medida de “que a amnistia dada aos comunistas se estenda às congregações religiosas!”.³⁰⁰ Apesar do seu claro e directo julgamento às políticas e às ideologias, Eça não revelava uma adesão facciosa a nenhuma ideologia ou tendência política, apresentando uma salutar independência que lhe permitia exercer uma crítica mais franca e verdadeira, tendo pertencido “até ao fim da vida à classe, tão pouco numerosa, dos homens de espírito livre em carácter absoluto”.³⁰¹

É, sem dúvida, o diligente defensor dos grandes ideais de cidadania, combatendo as desigualdades e almejando o Bem, ao continuar a luta que a sua notável e tumultuosa geração se propôs encetar. Daí que o escritor brasileiro, Moysés Vellinho, no seu artigo intitulado “Eça de Queiroz e o espírito da rebeldia”, saliente a importância dessa faceta eciana de lutador contra as injustiças de toda uma sociedade, pelo uso da sua única arma – o seu inigualável estilo discursivo. Profere, então, o seguinte:

Eça de Queiroz, embebido do espírito do seu tempo, tomou posição não só contra as forças da inércia, que se opunham, pela má-fé conservadora, ao surto das novas idéias, mas ainda contra as formas do reaccionarismo, representadas passivamente por todos os processos de tirania política ou religiosa. Nada lhe repugnava mais que os atentados à liberdade e à livre determinação dos indivíduos e dos povos. Êle foi, sem dúvida, incansável, através de seus livros, de suas maravilhosas crónicas, de sua correspondência, nas investidas contra os desajustamentos e atropelos da política, contra o

²⁹⁸ Dalcídio Jurandir, “Eça de Queiroz, Repórter”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 222. (grafia do autor)

²⁹⁹ Eça de Queiroz, *Da Colaboração no «Distrito de Évora» – I*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, p. 9.

³⁰⁰ Eça de Queiroz, *Textos de Imprensa IV*, pp. 75.

³⁰¹ Cf. Álvaro Lins, “Posição política de Eça de Queiroz”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz, op. cit.*, pp. 49-50.

*convencionalismo refractário ao progresso, contra o marasmo das instituições.*³⁰²

Esta segunda crónica para a *Gazeta de Notícias*, apesar de fazer parte do duo intitulado “Cartas de Paris e Londres”, não se debruçou ainda sobre nenhum acontecimento britânico, tendo estes dois textos iniciais sido inteiramente dedicados a França e aos factos sociais, políticos e religiosos a que o cronista assiste, pelo que este remata a segunda correspondência desculpando-se aos seus leitores brasileiros por essa circunstância, dizendo-lhes que “ainda nesta carta, lhes não falo da Inglaterra. A culpa é toda dela. Caso extraordinário! Há já semanas que este grande e amado país não produz um acontecimento, um escândalo, um livro, um sistema filosófico, uma religião, uma máquina, um quadro, uma guerra ou um dito! Está nesse brando repouso a que se abandona sempre aos primeiros calores de Junho. Deixemo-la descansar reclinada sob a sombra da frondosa faia, nestes ócios que lhe faz a suprema liberdade na suprema força.”³⁰³

Independentemente dos inúmeros argumentos que Eça apresenta, haveria um facto muito concreto que o leva a protelar falar de Inglaterra e dedicar-se inteiramente à situação francesa na correspondência inicial que se prende com a iminente chegada de Guilherme de Azevedo a Paris a fim de suprir essa área geográfica, permitindo que Eça de Queiroz se ocupe exclusivamente dos assuntos ingleses.

Assim, a terceira carta, datada de 19 de Setembro, já sob o título de “Cartas de Inglaterra”, revela uma profunda preocupação pelas nações subjugadas ao Império britânico, nesse ano de 1880, tais como o Afeganistão e a Irlanda, dois países tão díspares e distantes mas que comungam do mesmo infortúnio em ter de padecer pela submissão ao poderio e à prepotência inglesa. Em Cabul surge “o grosso exército inglês [...] atravancado de artilharia” levada de Inglaterra, “começa uma marcha assoladora, com cinquenta mil camelos de bagagens, telégrafos, máquinas hidráulicas, e uma cavalgada eloquente de correspondentes de jornais”, encontra o inimigo e “num momento, é aniquilado, disperso no pó da planície o pobre exército afegão com as suas cimitarras de melodrama”.

³⁰² Moysés Vellinho, “Eça de Queiroz e o espírito da rebeldia”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 42. (grafia do autor)

³⁰³ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 75.

Perante o desequilíbrio de força e de meios utilizados, o cronista reforça a sua denúncia da injustiça de tal acção bélica, através da constatação do triste resultado de tanto esforço e sofrimento: “E de tanto sangue, tanta agonia, tanto luto, que resta por fim? Uma canção patriótica, uma estampa idiota, nas salas de jantar, mais tarde uma linha de prosa numa página de crónica...”.³⁰⁴ A sua argumentação termina, de modo magistral, recorrendo à ironia, para anuir das fraquezas de um forte império, pelo que, como afirma, “antes possuir apenas um quintalejo, com uma vaca para o leite e dois pés de alface para as merendas de Verão...”.³⁰⁵

Outra nação desventurada à mercê do domínio inglês é a Irlanda, onde a miséria e a fome eram uma constante, restando-lhes a mão mercenária de Inglaterra, que, numa atitude fortemente sarcástica, se serve da forte religiosidade irlandesa para assim atribuir toda aquela desgraça de um povo que deve apenas encontrar refúgio na palavra de Deus e no paraíso prometido. Com efeito, entre os irlandeses gera-se a revolta, que se foi adensando até, algumas décadas mais tarde, chegar-se à insurreição e independência, conforme Eça pressente, ao exclamar: “Querem manter-vos na servidão, na fome, no opróbrio das velhas idades, no estado de raça vencida! Às armas!”³⁰⁶ No entanto, conhecendo a violência e a poder bélico de Inglaterra, Eça temia a “exterminação” de um povo da “ilha irmã, a ilha bem-amada”, para, como reitera, satisfazer “as fatais necessidades de um grande império”. Por isso, o seu irónico e derradeiro desejo cinge-se, mais uma vez, a “um quintalejo, uma vaca, dois pés de alface... E um cachimbo, o cachimbo da paz”³⁰⁷, almejando a calma e a pacatez da simples ruralidade em detrimento da força e da prepotência exercidas na defesa do imperialismo inglês.³⁰⁸

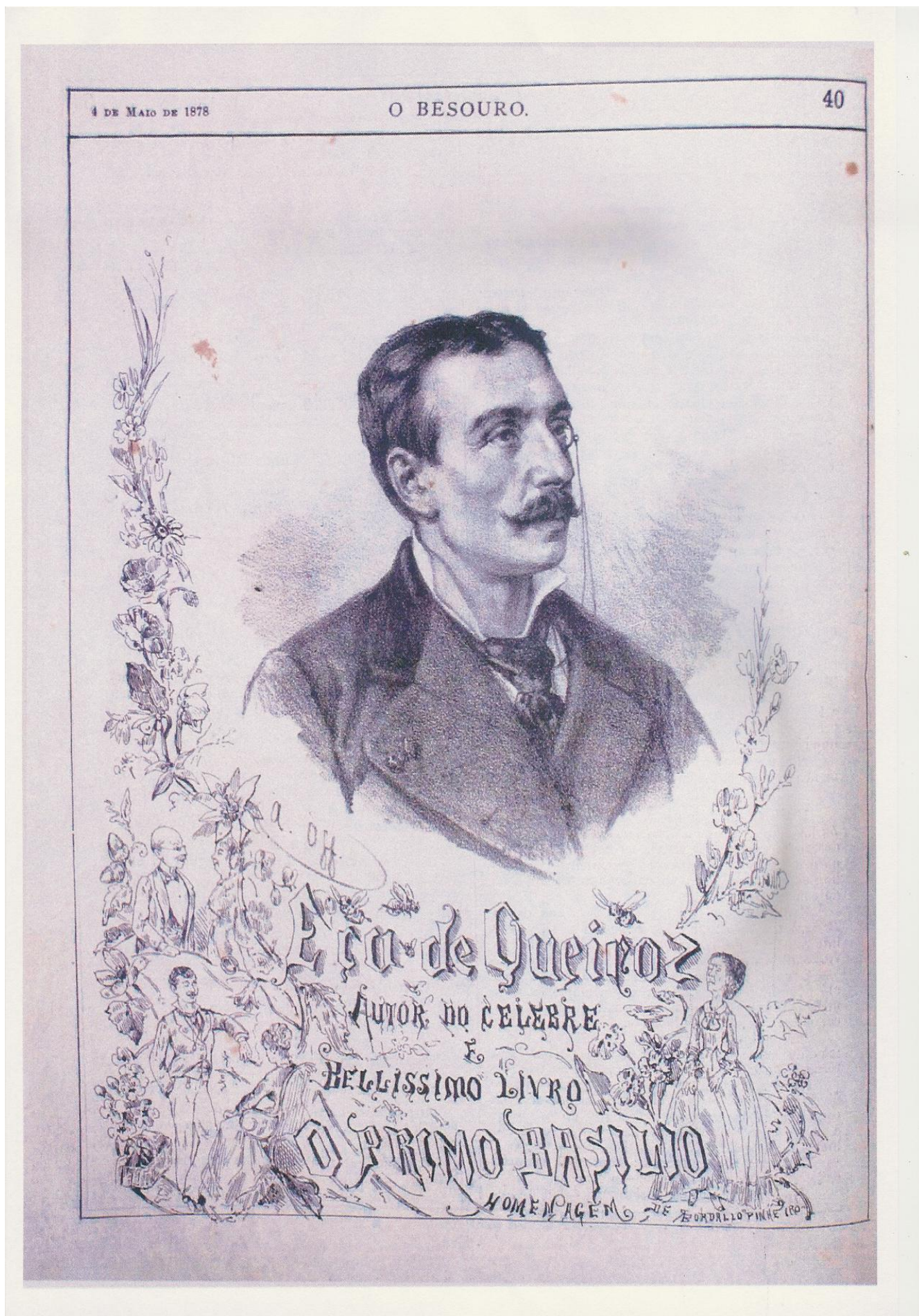
³⁰⁴ *Idem*, p. 79.

³⁰⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁰⁶ *Idem*, p. 84.

³⁰⁷ *Idem*, p. 85.

³⁰⁸ Elza Miné denuncia as duras injustiças perpetradas pelos ingleses em nome desse império que teria de ser salvaguardado a todo o custo, referindo que “a orientação política que visava expansionismo colonial a qualquer preço, fazendo-a recorrer a pretextos de evidente fragilidade para consecução de seus objectivos – as fronteiras científicas na questão afgã e o extraordinário *casus belli* engendrado para justificar o bombardeio de Alexandria e a consequente tomada do Egipto [...] diante do imperialismo inglês o jornalista sentia que nada havia a fazer, pois reconhecia a pertinácia inglesa na execução de seus propósitos”, in *Eça de Queiroz Jornalista, op. cit.*, p. 114. (grafia da autora)



No mês seguinte, numa crónica intitulada “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, datada de 31 de Outubro de 1880, Eça publica os seus comentários relativamente à opinião da imprensa inglesa no que diz respeito ao Brasil, reavivando, deste modo, uma contenda já antiga com Pinheiro Chagas, a quem Eça apodava de “homem fatal”. Com a aparente finalidade de avaliar esse juízo sobre o Brasil e a sua relação com os seus colonizadores, Eça aproveita para criticar fortemente o marasmo cultural português³⁰⁹ e a sua mediocridade face à Europa, tal como refere A. Campos Matos, quando afirma que a crónica “Brasil e Portugal” [nome por que foi recolhida postumamente nas “Cartas de Inglaterra”, em 1905], para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que viria a “crismar esta polémica, não fora para Eça mais do que um pretexto, a partir do artigo do *Times* sobre o Brasil, aliás de certo modo simpático para Portugal, para vituperar o atraso da sua pátria, dando assim continuidade ao espírito d’*As Farpas*”.³¹⁰

Mais uma vez, o cronista revela assim a leitura constante da imprensa inglesa que, “nessa semana”, publicou, no prestigiado jornal inglês – o *Times*, um artigo enviado por um seu correspondente em terras americanas encarregado de, como diz, fazer uma “vistoria social”, recaindo desta vez o seu interesse no Brasil. Eça declara aos seus leitores brasileiros que é seu dever “mostrar-lhes a opinião presente da Inglaterra sobre o Brasil” no que diz respeito a diferentes vectores, como sejam “a religião, a cultura, os produtos, o comércio, a emigração, o carácter nacional, o nível de educação, a situação dos portugueses, a dinastia, a Constituição, a República”³¹¹, pelo que irá intercalar o texto extraído do periódico inglês, traduzido directamente, com os seus próprios comentários à prepotência e ao poderio imperial inglês que manifesta como nação a sua constante superioridade bélica, cultural e económica, veiculada amiúde pela imprensa, perante “nações que não têm duzentos couraçados, um Shakespeare, um Bank of England, e a instituição do *roast-beef*”.³¹²

³⁰⁹ Oliveira Martins, nas suas crónicas intituladas “Portugal e Brasil” escritas em 1875 para a *Revista Ocidental*, abordara já as relações entre os dois países e os dois povos, pondo em evidência a incultura do povo português que “moireja, sua, não sabe ler e vai nos domingos à taberna beber e jogar”, nº 2, vol. I, 28-II-1875, pp. 235-244.

³¹⁰ A. Campos Matos, *Polémica Eça de Queiroz–Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, p. 22.

³¹¹ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 87.

³¹² *Idem*, p. 88.

Aliás, a este respeito, há que salientar o amor-aversão de Eça para com a Inglaterra, pelo facto de detestar o seu clima, a sua culinária e a sua política externa, mas louvar incomensuravelmente a sua vida intelectual, considerando-a mesmo “a primeira nação pensante do mundo”, cf. Américo Guerreiro de Sousa, “Eça de Queirós e a Inglaterra”, in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Nº 9-10, Lisboa, Instituto Camões, Abril-Setembro 2000, p. 28.

Num tom marcadamente irónico, Eça acompanha as palavras do correspondente britânico, ao longo dos seus inúmeros comentários, partindo da crítica ao contraste da abundância e da fertilidade da Natureza no continente americano com a fraca produtividade humana, dizendo que a natureza se mostra a fazer mais e os homens menos do que em qualquer outra parte habitável do mundo. Omitindo uns aspectos, resumindo outros e pondo alguns em destaque, Eça prossegue na sua análise crítica das palavras do jornalista inglês, anuindo polemicamente com este quando profere que “nunca fomos decerto para o Brasil senão amos amáveis e timoratos [...] Nós verdadeiramente é que éramos a colónia”.³¹³

Perante as conclusões do *Times*³¹⁴ que evidenciam a veneração brasileira pela Europa, faz uma extrapolação para o caso português e para a relação de Portugal com a Europa e vice-versa. Neste ponto, afirma o desprezo luso pela Europa, assim como salienta o modo como somos olhados por esta: “A Europa [...] considera [-nos] uma nação de medíocres: digamos francamente a dura palavra – porque nos considera uma «nação de estúpidos». Este mesmo *Times*, este oráculo augusto, já escreveu que Portugal era, intelectualmente, tão caduco, tão fóssil, tão casmurro, que se tornara um país bom para se lhe passar muito ao largo, e «atirar-lhe pedras» (textual).”³¹⁵

Reforça ainda o seu ponto de vista ao afirmar que (como já havíamos referido na Parte 1 do Capítulo I), o povo português não lê, nem manifesta interesses culturais e/ou artísticos, ao dizer que não exige que a sua nação produza literatura ou arte, pois confessa que contentar-se-ia apenas que “lesse [m] os livros que já estão escritos, e que se interessasse [m] pelas artes que já estão criadas”, confrangendo-lhe “o doloroso espectáculo” de ver o país “jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas”.³¹⁶

³¹³ *Idem*, p. 90.

³¹⁴ A respeito deste periódico inglês, Jaime Batalha Reis, anos mais tarde, na *Revista Inglesa*, haveria de caracterizar o *Times* como o bastião desse apregoado poder de Inglaterra no mundo, declarando que: “Nada conheço mais caracteristicamente inglês que o *Times*: poderoso e insípido, informado e seco, imenso e estreito, charlatão e grave. [...] O *Times* é também o mais eloquente órgão do egoísmo orgulhoso duma raça e duma nação. Não há povo que não tenha sido insultado nas suas colunas, nem conquista britânica que se não haja nelas sugerido. *Apud* Vanda Fernandes Rosa, *Revista Inglesa: Percursos de Jaime Batalha Reis na Inglaterra Vitoriana*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 50.

³¹⁵ *Idem*, p. 91.

³¹⁶ *Idem*, p. 92.

O vazio cultural português desconcerta-o profundamente. Assim, Eça, como correspondente no estrangeiro, não poderia deixar de veicular ao seu atento público brasileiro a opinião que o famigerado jornal inglês *Times* (“a matéria-prima de que se faz em Inglaterra o estofa da opinião”)³¹⁷, como voz do seu povo, detém do Brasil, que considera até “no seu conjunto”, um juízo “simpático”.³¹⁸

Como reacção a esta crónica de Eça de Queiroz, Pinheiro Chagas revela a sua profunda indignação perante algumas afirmações do famoso romancista consideradas anti-patriotas e mesmo insultuosas, publicando no jornal *O Atlântico*, de 28 de Novembro de 1880, uma carta manifestando uma forte preocupação pelos valores nacionais e pela defesa do nosso glorioso passado histórico.

Desta polémica e nas poucas missivas trocadas entre os dois contendores, resultam algumas das mais hilariantes tiradas do nosso acervo epistolar. Pinheiro Chagas, embora considere a crónica de Eça de Queiroz para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, um “artigo esplendidamente escrito, como tudo o que sai da pena de oiro de um dos mais brilhantes escritores de que se ufana a literatura portuguesa”³¹⁹, critica-a acerrimamente. Contudo, reconhece que a definição dos portugueses como “um povo de brutos”³²⁰ é uma expressão corrente entre os nossos intelectuais e literatos. No entanto, indigna-se perante a afirmação de que “nunca fomos para o Brasil senão amos amáveis e timoratos”³²¹ por indiciar a fraqueza de uma raça que sempre se pautou por uma coragem heróica protagonizando, ao longo dos séculos, notáveis feitos históricos.

O desdém com que o correspondente inglês e o seu artigo no prestigiado *Times* são tratados por Eça de Queiroz inquieta assazmente Pinheiro Chagas pela arrogância que detecta nas palavras do seu compatriota. Insurge-se naturalmente contra o facto de Eça ter considerado “o império do Oriente no nosso passado, [...] um dos mais feios monumentos de ignominia de todas as idades”, o que leva Pinheiro Chagas a refutar tal opinião com fórmulas matemáticas e leis científicas na sua carta.

A réplica do autor de *O Primo Basílio* não se fez esperar, tendo sido igualmente publicada no jornal *O Atlântico*, em 29 de Dezembro de 1880 e escrita em Bristol, onde o escritor se encontrava. Num tom irónico, mas afável e assaz divertido, Eça replica que desde que recebeu a missiva de Pinheiro Chagas passou a estar “ocupado em apanhar

³¹⁷ *Idem*, p. 96.

³¹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

³¹⁹ A. Campos Matos, *Polémica Eça de Queiroz–Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, *op. cit.*, p. 43.

³²⁰ *Idem*, p. 44.

³²¹ *Idem*, p. 45.

laboriosamente, aqui e além, pelo chão, os pedaços de mim mesmo. Tão violentamente, porém, me despedaçou você, que não consigo reconstruir-me: não sei, por exemplo, onde pára a minha perna direita; falta-me todo um pedaço do fígado; e é apenas com dois dedos e meio que estou traçando estas regras”.³²²

Relativamente à acusação de que tinha insultado a pátria, Eça começa por definir o destinatário da sua missiva como “um velho personagem do século XVIII, com mais de 145 anos de idade, pintado por fora de uma cor natural de vida moderna, mas ressequido e pulverulento por dentro, que, tendo escapado milagrosamente aos anos e às revoluções, anda agora entre nós representando os modos de pensar e de falar que caracterizaram a sociedade portuguesa do tempo da Senhora D. Maria I.”, isto “apesar de habitar a Lisboa contemporânea de 1880”³²³, prosseguindo com uma longa série de exemplos e situações perante os quais as acusações de Chagas se revelam inapropriadas e obsoletas.

Caracteriza o patriotismo deste como uma mera “curiosidade arqueológica” em vez de uma “utilidade pública”³²⁴, pois, como refere, há dois tipos distintos de sentimento patriótico: o que respeita a tradição e admira os grandes heróis e os feitos da pátria não se estagnando numa admiração passiva, mas antes procurando o progresso e a evolução cultural e moral; ou aquele que, pelo contrário, se deixa “petrificar” em deslumbramentos inúteis pelas glórias passadas, olvidando o presente e a vida dos que se agitam na sociedade moderna e que necessitam de um profundo desenvolvimento social, cultural e científico. Deste modo, reclama para a pátria “a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica, a altura ideal, que na França, na Inglaterra, ou na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente”³²⁵, em detrimento de uma vã admiração e de interesses meramente prosaicos e mesquinhos.

Face a esta incisiva argumentação queiroziana à acusação de Pinheiro Chagas, a resposta deste não se fez esperar, tendo sido publicada igualmente no periódico *O Atlântico*, em 4 de Janeiro de 1881. Agradecendo os bons momentos de espirituosidade, Chagas acusa Eça de nunca ter lido os seus livros históricos, apesar de grandes nomes como Alexandre Herculano, Teófilo Braga e Camilo Castelo Branco o terem feito, e

³²² *Idem*, p. 55.

³²³ *Idem*, p. 56.

³²⁴ *Idem*, p. 60.

³²⁵ *Idem*, p. 65.

crítica o facto de todas as referências feitas por Eça, na carta anterior, se reportarem exclusivamente ao livro do seu amigo historiador e companheiro de geração Oliveira Martins.

Sem tempo de aguardar nova resposta, Pinheiro Chagas pede ao seu destinatário que o “ature ainda uma vez no próximo número do *Atlântico*”³²⁶, onde efectivamente volta a publicar uma carta a 14 de Janeiro. Iniciando-a, de novo, com rasgados elogios à genialidade da escrita eciana, argúi que o mesmo sofre de falta de memória e denuncia o desdém de Eça pelo “nível intelectual dos seus concidadãos”.³²⁷ De seguida, insurge-se naturalmente contra o facto de ter sido acusado de um “patriotismo balofo e declamatório”, ao que declara em sua defesa a preferência por esse tipo de amor à pátria em detrimento de um “patriotismo desalentado e desdenhoso” de que Eça, segundo ele, faz apologia, definindo-o como “*blagueur*, inepto e vadio, que anda a passear pelas esquinas do Chiado o seu sorriso de desdém, que lamenta cinquenta vezes por dia a falta de escolas e de cultura, e que é incapaz de trabalhar para dar escolas ao país, e para elevar o nível intelectual da pátria”.³²⁸

Pinheiro Chagas, em defesa própria, tece fortes críticas ao patriotismo de Eça de Queiroz que se pautava por ser puramente idealista,³²⁹ não se repercutindo em nenhuma acção concreta e prática que, de algum modo, possa vir a alterar o rumo da nação, limitando-se a “um sarcasmo por dia”. Daí que, condenando a suposta atitude eciana de altivez, se lhe dirija nestes termos:

Eça de Queiroz, você que está em Bristol a passear à beira do Severn o seu patriotismo elegante que não nos serve para nada, não imagina como o país inteiro correspondeu a este apelo e a esta confiança [as comemorações do Centenário de Camões]. Viu-se então que se, em vez de costumarem [alarga a sua crítica à Geração de 70] o país a devorar todos os dias uns trinta jornais de blague e de troça que por aí têm abundado nestes últimos tempos, desde as suas esplêndidas Farpas até à Rebecca do Diabo ou Jacaré ou não sei quê, o habituassem a ler numa

³²⁶ *Idem*, p. 75.

³²⁷ *Idem*, p. 82.

³²⁸ *Idem*, p. 83.

³²⁹ A este respeito, no ano do centenário do nascimento de Eça, José Régio virá a afirmar que “nas figuras de Pinheiro Chagas e Eça de Queirós ficou exemplificada essa espécie de duelo entre duas maneiras de conceber o patriotismo, ou actividade patriótica, ou a mais patriótica posição perante o caso português. Talvez a maneira de Pinheiro Chagas fosse mais decorativa – e, num certo sentido, mais comunicativa ou inflamatória – toda penetrada do sentimento estético espontâneo das nossas glórias passadas. E talvez (a mim se me afigura que sem dúvida) a maneira de Eça de Queirós fosse mais eficiente, mais viva ou actuante, - sobretudo voltada para um futuro em vista do qual urgia denunciar e modificar as tristes realidades presentes”, *Jornal de Notícias*, 1-X-1945, *apud* Eugénio Lisboa (Org.), *op. cit.*, p. 171.

*revista estudos sérios e elevados prestariam decerto melhor serviço à pátria, e fariam obra mais fecunda e mais digna do grande movimento intelectual do século presente. Mas não! Em tudo a superficialidade, que faz com que atribuam ao país os defeitos da sua miopia.*³³⁰

A réplica de Eça de Queiroz às duas cartas de Pinheiro Chagas não se fez esperar, tendo sido publicada no mesmo periódico, em 6 de Fevereiro de 1881. Nesta, Eça evidencia, desde logo, o seu desejo de dar por encerrada, em definitivo, a polémica travada com Pinheiro Chagas encetada com a crónica para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Seguidamente, lamenta o facto de Chagas ter feito gáudio da sua própria sabedoria, enquanto fulminava “encarniçadamente” a ignorância do seu adversário nesta contenda “batendo na barriguinha pedagógica palmadinhas acariciadoras”, ao mesmo tempo que “murmura para os lados, banhado em riso e gozo”³³¹ o facto de ter lido muito e de ser detentor de uma grande sapiência. Neste sentido, Eça critica acerbadamente a falta de modéstia e a fanfarronice de Chagas que não se coibiu de louvar sem pudor o seu saber livresco, levando-o a considerar-se depositário da verdade e do conhecimento, isto é, um “historiador que tem *História* com tabuleta e porta para a rua” que se indigna “ao ver o freguês ir alegremente fornecer-se de ciência à *História* do vizinho e do rival”, tal como Eça havia feito em relação às referências à obra *História de Portugal* de Oliveira Martins, em vez de ir beber à “torneira de ouro, o puro e forte jorro da verdade”³³² de Pinheiro Chagas.

Eça ressalta ainda o facto de Pinheiro Chagas ir deblaterando contra as suas ideias de modo tão acintoso que, contraditoriamente, acaba por ir ao encontro das suas palavras, como um “convertido” de “cabelos ao vento” e com a “pupila acesa”.³³³ Daí que Eça conclua que, embora ambos amem a pátria, pertencem a dois universos distintos – um convencional e idealizado, no qual se insere Chagas, e o outro palpitante e real com que Eça se identifica. A carta termina assim, de modo magistral, quando Eça, despedindo-se, refere ironicamente o único ponto em que ambos convergem: “Há um ponto em que nos entendemos lindamente, uma admiração em que estreitamente

³³⁰ *Idem*, pp. 84-85.

³³¹ *Idem*, p. 92.

³³² *Idem*, p. 94.

³³³ *Idem*, p. 96.

estamos de acordo! Ambos nós admiramos um homem, profundamente, prodigiosamente: - e esse homem é você mesmo.”³³⁴

A derradeira carta de Pinheiro Chagas a Eça de Queiroz, datada de 13 de Fevereiro, que encerra definitivamente esta polémica,³³⁵ encontra-se pejada de sarcasmo e azedume, na qual Chagas constata e confessa a custosa circunstância de ser um profundo admirador da obra queiroziana, ao contrário de Eça que, conforme garante, desconhece inclusive que aquele tivesse escrito um livro de História, pelo que, rematando afirma: “apesar da enorme distância que nos separa, damos ambos simultaneamente uma prova de bom critério literário, eu lendo os seus livros, você não lendo os meus.”³³⁶

Enquanto esta interessante e memorável polémica, despoletada pela crónica sobre um artigo do afamado periódico britânico, tinha lugar, ao longo de três meses, Eça cumpria regularmente a sua correspondência mensal para o Rio de Janeiro. Deste modo, a 3 de Dezembro de 1880, enviara a crónica “O Inverno em Londres” na qual personifica a chegada dessa estação no vendedor de carvão e no seu constante pregão pelas ruas londrinas, que vem terminar com os aprazíveis passeios outonais na margem do Severn (a que Pinheiro Chagas havia aludido numa das suas missivas para o correspondente português). Declara que a alta sociedade se evade de Londres na estação invernia³³⁷ refugiando-se nos “seus castelos, as suas «vilas» à beira-mar, ou os seus iates”, restando na capital uma população anónima e plebeia “que nenhuma *lady* quereria ter no seu «rol de visitas»”.³³⁸

No entanto, tal situação alterar-se-ia, nesse ano e a partir de então, pelo facto das mulheres não apreciarem essa debandada da cidade, deixando para trás as lojas e algumas actividades mais agradáveis ao elemento feminino para se recolherem nos seus

³³⁴ *Idem*, p. 97.

³³⁵ Apesar desta polémica se dar por terminada nesta data, a rivalidade entre Pinheiro Chagas e Eça de Queiroz permaneceu, ao longo de vários anos, levando a que Eça proferisse a célebre expressão “Sempre este homem fatal!”, referindo-se a Chagas, que, embora lhe teça sempre rasgados elogios como romancista, o critica com azedume e o prejudica noutras situações, como seja a recusa, em 1887, da obra *A Relíquia* como vencedora do prémio de conto de réis da Real Academia de Ciências de Lisboa.

³³⁶ *Idem*, p. 107.

³³⁷ Cf. Suzanne Baudemont, “A *gentry*, a *saison*, os seus ritos”: “A aristocracia e a *gentry* não abandonam as suas residências no campo, à excepção do período situado entre fins de Abril e fins de Julho, altura em que a época da caça a cavalo já terminou, a da caça a pé ainda não começou, e as sessões do Parlamento chamam os chefes de família à capital. Dispõe-se assim de três meses, talvez ainda de um prolongamento entre Outubro e Dezembro, para ouvir as mais belas vozes do mundo em Covent Garden [ou] admirar os últimos quadros na Royal Academy”, in *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades* (dir. Carlos Araújo), Lisboa, Terramar, 1995, pp. 87-88.

³³⁸ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 99.

castelos cheios de luxo e criadagem, mas onde se entediam assazmente, enquanto os homens folgavam em caçadas pelos belos prados ingleses apreciando o *sport* e o contacto com a Natureza. Daí que as aristocratas rompessem com essa tradição para se dedicarem, ao longo do Inverno, às actividades em que são exímias e em que se sentem úteis: a “*toilette*, a graça de receber, a intriga política, o brilhante da conversação, o *chic* estético”.³³⁹

Os homens aliaram-se aos seus pares femininos para se quedarem igualmente na capital e sofrerem a dureza do Inverno londrino, com a sua humidade pegajosa, a sua luminosidade “opaca e espessa”, o cheiro a gás extravasado dos candeeiros e a álcool dos transeuntes, a chuva constante que escorre pelos edifícios, para além do “ruído intolerável das ruas, a pressa da multidão violenta, o rude flamejar das vitrinas” que levam a que a “besta humana” se revele mais acintosamente,³⁴⁰ o que leva o cronista a supor e a afirmar que “em cada uma das tipóias, que, aos milhares e aos milhares, passam como flechas, com um relampejar rubro de lanternas, vai um cidadão ou uma cidadã cometendo ou preparando-se para cometer, com excepção da preguiça, um dos sete pecados mortais”.³⁴¹ Deste modo, toda esta agitação citadina leva Eça a constatar que nunca faltará assunto ou acontecimento de que o cidadão se ocupe ou incline o seu interesse e comentário neste inicial e inusitado «Inverno em Londres» no aspecto social.

A primeira crónica de 1881, de 7 de Janeiro, intitulada “A perseguição dos judeus” circunscreve a sua temática no povo judaico, seja pela publicação de um novo romance de um autor judeu venerado pelos da sua raça – Lord Beaconsfield, seja pelo movimento anti-semita que se começa a notar na Alemanha. Encontrando-se Eça em Inglaterra, constata, tal como sucede na nação alemã, a relevância dos judeus nas instituições bancárias e na imprensa britânica, pelo que o cronista manifesta o seu receio em que tal sentimento anti-semita se extravase para outras nações europeias. Prevê, tal como mais tarde sucedeu, uma nova e forte perseguição a todos os filhos de Israel, tal

³³⁹ *Idem*, p. 101.

³⁴⁰ Londres, na segunda metade do século XIX, era a cidade gigante da Europa, uma megápole reveladora da esmagadora superioridade do Reino Unido, que crescia exponencialmente a cada dia que passava. A sua população triplica em quatro décadas levando à total incapacidade do gabinete das obras públicas em vencer os problemas elementares de higiene pública, da drenagem do rio à evacuação dos excrementos ou à condução das águas. Daí que, qualquer viajante, mesmo que preparado para tudo pelos guias que abundam na época vitoriana, não consiga evitar o choque da imensidão da cidade, do barulho, dos cheiros, da circulação demente dos homens a pé, a cavalo, de carro, ou dos estaleiros que cortam e esventram os bairros. *Vide* Monica Charlot e Roland Marx, “A sociedade «dualista» por excelência!”, in *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades* (dir. Carlos Araújo), Lisboa, Terramar, 1995, pp. 8-9.

³⁴¹ *Idem*, p. 103.

como no século XVI, uma “das boas, das antigas, das manuelinas, quando se deitavam à mesma fogueira os livros do Rabino e o próprio Rabino, exterminando assim economicamente com o mesmo feixe de lenha a doutrina e o doutor”.³⁴²

Perante este movimento que se volta a instalar nas sociedades ocidentais, Eça procede a uma análise do cerne deste movimento, anuindo em que o mesmo não se baseia em motivos puramente religiosos e, portanto, espirituais, ou em motivos étnicos, mas, acima de tudo, assenta em razões bem concretas e materialistas, pois, como refere, “o motivo do furor anti-semítico é simplesmente a crescente prosperidade da colónia judaica, colónia relativamente pequena, apenas composta de quatrocentos mil judeus; mas que pela sua actividade, a sua pertinácia, a sua disciplina está fazendo uma concorrência triunfante à burguesia alemã”³⁴³, continuando a concretizar a sua marcada influência através das seguintes circunstâncias: “A alta finança e o pequeno comércio estão-lhe igualmente nas mãos: é o judeu que empresta aos Estados e aos príncipes, e é a ele que o pequeno proprietário hipoteca as terras. Nas profissões liberais absorve tudo: é ele o advogado com mais causas, e o médico com mais clientela; se na mesma rua há dois tendeiros, um alemão e outro judeu – o filho da Germânia ao fim do ano está falido, e o filho de Israel tem carruagem!”³⁴⁴

Outro motivo que exaspera ainda mais o âmago dos germânicos é, sem dúvida, a ostentação dos judeus, pois, ao contrário dos seus antepassados, o judeu, na época de Oitocentos, segundo Eça, “traz a cabeça alta, tem a pança ostentosa e enche a rua”, não respeitando a sobriedade do cidadão das grandes cidades europeias, pois, “falam sempre alto, como em país vencido”, ao que o cronista concorda que num “restaurante de Londres ou de Berlim nada há mais intolerável que a gralhada semítica”³⁴⁵ em indivíduos identificados pelas jóias com que se cobrem, pelo ouro dos arreios das suas carruagens e pelo “luxo grosso” que veneram, o que os torna abjectos aos olhos dos povos europeus que os acolhem. São os senhores da Bolsa e da Imprensa, apoderando-se de bancos e jornais, o que leva à manipulação da opinião e a um sentimento alheio de impotência perante a solidez e a prosperidade da comunidade judaica, acirrando consequentemente ódios nos que os rodeiam e observam.

³⁴² *Idem*, p. 106.

³⁴³ *Idem*, pp. 109-110.

³⁴⁴ *Idem*, p. 110.

³⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*.

Eça desmistifica esta aura pouco abonatória dos judeus, assim como tenta justificar o seu sucesso material, considerando a inata capacidade israelita para triunfar e progredir nos negócios ligados à banca e a sua necessidade de lutar pela sobrevivência e pela segurança de um estatuto económico e social que lhes permita uma vida despreocupada em países estranhos com religiões, crenças e tradições distintas. Ora, perante a situação de serem olhados sobranceiramente pelos outros cidadãos e de se isolarem como comunidade religiosamente divergente e com tradições próprias, cria-se sempre uma oportunidade para quem tenta aproveitar-se das circunstâncias alheias para justificar os seus actos ou as suas inacções. Daí que, como afirma Eça, Bismarck, apesar de ser governante de um país civilizado, explora habilmente esse anti-semitismo³⁴⁶ para desviar a atenção das massas das dificuldades internas, “à falta de uma guerra” e face a “uma prolongada crise comercial, às más colheitas, o excesso de impostos, o pesado serviço militar, a decadência industrial” distraía a atenção do “alemão esfomeado – apontando-lhe para o judeu enriquecido”.³⁴⁷

Astrojildo Pereira atribui o temor das classes conservadoras ao socialismo em ascensão como a principal causa do movimento anti-semita, funcionando este como “uma velha manobra diversionária: distrair o descontentamento das massas populares, fazendo-o convergir sobre algum bode expiatório, adrede preparado, para, à sombra da excitação assim produzida, atacar o verdadeiro objectivo em mira. O socialismo crescia e ameaçava os fundamentos da ordem burguesa”, situação que não escapava ao olho clínico e perspicaz do cronista, tendo originado, décadas mais tarde, um tão forte “ódio nazista contra Israel [...] uma reedição – monstruosamente aumentada e aperfeiçoada – do ódio anti-semita já existente nos tempos de Bismarck”.³⁴⁸

O modo como as diferentes realidades subjacentes a cada nação eram vistas por Eça ainda hoje se reveste de profundo interesse, através do seu discurso crítico que, embora nos revele um idealista não deixa, acima de tudo, de procurar a verdade. Deste modo, os temas que aborda nas inúmeras crónicas e na correspondência jornalística

³⁴⁶ No fim de século esse absurdo anti-semitismo propagar-se-ia para França, assistindo Eça, enquanto cônsul em Paris, ao famoso processo de Dreyfus, que o chocaram devido às dúvidas suscitadas sobre a autenticidade das provas que o acusavam de espionagem. Perante este caso de injusta condenação de um capitão judeu, Eça não se mostrou impassível face a este sórdido julgamento criticando-o a par de muitos escritores e intelectuais da época, afirmando: “Também eu senti grande tristeza com a indecente condenação de Dreyfus. Sobretudo talvez porque com ela morreram os últimos restos ainda teimosos do meu velho amor latino pela França... Quatro quintos da França desejaram, aplaudiram a sentença. A França nunca foi na realidade uma exaltada da justiça, nem mesmo amiga dos oprimidos.”, in Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 512.

³⁴⁷ *Idem*, p. 112.

³⁴⁸ Astrojildo Pereira, “Eça de Queiroz, cronista”, in *Livro do Centenário*, op. cit., pp. 190-191.

manifestam as suas preocupações como homem de forte sentido moral. A este respeito Phileas Lebesgue destaca o valor dos seus textos de imprensa, pelo facto de, como refere, “datées de Londres, de Paris ou d’ailleurs, ses lettres et ses chroniques dénoncent une singulière pénétration critique, qui va parfois jusqu’à la divination”³⁴⁹, acrescentando que Eça observa e julga de modo justo as diversas situações sociais que se lhe deparam. Assim, a actualidade dos casos que denuncia quase se apresentam como “antecipações impressionantes” da história da humanidade, tal como Lebesgue faz questão de lhes chamar:

*Qu’il s’agisse de l’antagonisme entre Chinois et Japonais et de leur commune aversion des Blancs, de la Question d’Irlande, de l’alliance franco-russe ou de l’expansion française en Orient, de Guillaume II ou Lord Beaconsfield, dont le désespoir provenait de son impuissance à prononcer le français, [...] de la comparaison entre les moeurs de l’Angleterre et celles de la France, partout éclate la maîtrise d’un esprit hautement cultivé, qui aime la vérité par dessus tout, et qui sait la dire en souriant.*³⁵⁰

Na crónica publicada na *Gazeta de Notícias* a 9 de Fevereiro de 1881, embora datada de 26 de Dezembro, Eça escreve sobre o Natal, que se havia tornado em Inglaterra, por influência do Príncipe Alberto, marido da rainha Vitória, a festa da família, contrastando com os países católicos onde o dia 25 de Dezembro não passava de mais uma festividade importante do calendário litúrgico, descurando qualquer outra conotação que não a meramente religiosa. Assim, o cronista destaca, nesse ano, a tristeza dessa festa familiar devido à falta de neve que retira às paisagens, às ruas de Londres e aos seus habitantes, o espírito e o encanto próprios dessa quadra. Descreve a beleza e a ambiência das ruas e das casas com os seus adornos, as inúmeras sensações auditivas, visuais e olfactivas que o envolvem, assim como o frio e a humidade londrinos. A figura de *Father Christmas* ganha destaque por ser o seu preferido nesse natal em Inglaterra, não só por encher as crianças de brinquedos, como também pela magia que o envolve.

Como constata o cronista e faz questão de nos informar, todo este ambiente idílico parece esfumar-se perante a ausência da alvura da neve e do efeito luminoso que

³⁴⁹ Phileas Lebesgue, “Eça de Queiroz vu de France”, in *Livro do Centenário, op. cit.*, pp. 413-414.

³⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

esta coloca em todos os quadros e ambientes natalícios. No entanto, embora lamente a falta dessa beleza nevada, a sua preocupação pende para aspectos mais profundos e humanitários, como seja o facto de os pobres sofrerem, por um acaso feliz, menos frio nesse Natal. Manifesta igualmente a sua preocupação perante o contraste da “ceia faustosa” dos afortunados e a “côdea de dois dias” dos pobres, confessando que “é justamente nestas horas de festa íntima, quando pára por um momento o furioso galope do nosso egoísmo, – que a alma se abre a sentimentos melhores de fraternidade e de simpatia universal, e que a consciência da miséria em que se debatem tantos milhares de criaturas, volta com uma amargura maior. Basta então ver uma pobre criança, pasmada diante da *vitrine* de uma loja, e com os olhos em lágrimas para uma boneca de pataco, que ela nunca poderá apertar nos seus miseráveis braços – para que se chegue à fácil conclusão que isto é um mundo abominável”.³⁵¹

A sua atenção flecte, de novo, para a Irlanda, onde pressente que haverá fome, independentemente das mudanças políticas ou governamentais, o que o leva a constatar que “não é possível mudar”, pois, como esclarece, “o esforço humano consegue quando muito converter um proletariado faminto numa burguesia farta; mas surge logo das entranhas da sociedade um proletariado pior”, pelo que conclui: “Jesus tinha razão: haverá sempre pobres entre nós. Donde se prova que esta humanidade é o maior erro que jamais Deus cometeu”.³⁵²

Lamenta que a humanidade não caminhe para o progresso nem para a perfeição, conduzindo-nos inexoravelmente ao “sofrimento moral” e ao “sofrimento social”. Daí que, como considera Eça com ironia, “Deus tem só uma medida a tomar com esta humanidade inútil: afogá-la num dilúvio”.³⁵³

Passa, então, a derivar o seu interesse para a literatura infantil de Natal pelos bons exemplos morais e pelo conhecimento que veiculam e transmitem às crianças inglesas, em detrimento de uma fantasia exacerbada. Não resistindo a esta temática, Eça critica o facto de a leitura ser uma actividade incipiente entre as crianças portuguesas, evidenciando ainda a falta de gosto de um povo em se preocupar com a educação dos seus descendentes, pois, como refere, consideram esse aspecto um mero “detalhe”, face à preocupação lusa com “algo superior” – que passa a enumerar ironicamente como: a “bela estrofe lírica, o rico drama em que se morre de paixão ao luar, o «fadinho» ao

³⁵¹ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 119.

³⁵² *Idem, Ibidem.*

³⁵³ *Idem*, p. 120.

piano, o saboroso namoro de escada, a endecha plangente, a boa facadinha à meia-noite [...], – enfim, tudo o que o romantismo português inventou de mais nobre”, pois, como conclui, “educar os seus filhos inteligentemente está decerto abaixo da sua dignidade”.³⁵⁴

Voltando ao tema da Irlanda, a crónica de 5 de Abril de 1881 revela a sua forte preocupação com o que afirma ser “os abusos [...] recobertos pelo regime parlamentar de um belo verniz de legalidade”. Define a questão irlandesa como “tão complexa, tão confusa como o próprio Caos”,³⁵⁵ pois encerra inúmeras questões específicas e igualmente difíceis, como sejam as questões da propriedade, religiosa, policial, judicial, municipal, entre outras.

A prepotência inglesa em relação ao povo irlandês é algo que o desconcerta, visto que, como menciona, “a população trabalhadora da Irlanda morre de fome [...], [no entanto] a classe proprietária, os *land-lords*, indignam-se e reclamam o auxílio da polícia inglesa quando os trabalhadores manifestam esta pretensão absurda e revolucionária – comer!”, o que leva o cronista à estupefacção por não entender “como podem tais coisas passar-se no século XIX, e ao lado do povo inglês? Como permite uma nação tão justa a existência de tanto opróbrio?”.³⁵⁶ Batalha Reis, numa fase posterior, coadjuvava esta crítica à prepotência inglesa para com os irlandeses, considerando que: “Os ingleses consideram os irlandeses como uma *raça inferior*, não muito acima dos negros ou dos índios da América, consideravelmente abaixo dos franceses, aí pelo nível dos portugueses, brasileiros ou argentinos. [...] Considerando os irlandeses uma raça inferior e querendo dominar o território que eles ocupam, é evidente que os ingleses não podem querer entregar-lhes a independência de governo e administração”.³⁵⁷ O mesmo autor, na década seguinte, confirma essa mesma noção acrescentando que “o que os ingleses querem de facto é verem-se livres dos *nacionais irlandeses*, continuando a dominar a *ilha Irlanda*”.³⁵⁸

Demonstrando a sua revolta, o cronista não se limita a apontar as vítimas para apelar à indignação do seu público leitor, pois, não se inibe de denunciar abertamente os algozes desse desafortunado povo às mãos dos «land-lords» ingleses. Do mesmo modo, não se limita a acusar os proprietários, pois, “acusa e implicitamente condena com o

³⁵⁴ *Idem*, p. 124.

³⁵⁵ *Idem*, p. 126.

³⁵⁶ *Idem*, p. 129.

³⁵⁷ *Apud* Vanda Fernandes Rosa, *op. cit.*, p. 132.

³⁵⁸ *Idem*, *Ibidem*.

mesmo sarcasmo vingador governos, políticos, economistas ingleses, o próprio clero católico irlandês”, sendo, inegavelmente, o mais intrépido “comentarista [no estrangeiro] das tragédias sociais do seu tempo”³⁵⁹

A crítica severa ao imperialismo britânico e à sua política externa são uma constante na cronística para o Brasil. Transmitem, inegavelmente, uma atenta análise sócio-política da Inglaterra do seu tempo³⁶⁰ e revelam as fortes preocupações do escritor-jornalista perante as injustiças e o desequilíbrio social a que assiste. Daí que Elza Miné, a este respeito, faça questão de salientar o facto de que “em relação ao aspecto meramente histórico, confrontando-se as afirmações e interpretações que faz com as encontradas nos historiadores modernos, nota-se a fidelidade, a justeza, a pertinência com que Eça de Queirós caracteriza a questão irlandesa”,³⁶¹ acrescentando ainda que “o exame que Eça faz do problema irlandês, hoje unanimemente considerado como o mais complexo com que se defrontou a Inglaterra vitoriana, revela a indubitável acuidade crítica do jornalista”³⁶² como porta-voz de um homem profundamente consciente da exploração e da injustiça de que padecia o povo irlandês, vítima da ganância e dos abusos dos grandes proprietários. Denuncia a prepotência dos poderosos face à impotência dos mais fracos, imbuindo o seu discurso de uma forte carga emocional embora assente num profundo conhecimento sócio-político do momento histórico em que vivia.

As suas crónicas intituladas “Lord Beaconsfield”, publicadas a 23 e 24 de Agosto de 1881, iniciam-se com a justificação de Eça aos seus leitores brasileiros do curto interregno no envio de correspondência para a *Gazeta de Notícias*.³⁶³ Notícia o

³⁵⁹ Jaime Cortesão, *Eça de Queirós e a Questão Social*, Lisboa, IN-CM, 2001, pp. 56-57.

³⁶⁰ A este respeito, leia-se o estudo de Hermann Levy, *Monopole, Kartelle und Trusts*, Iéna, 1909, pp. 286-298, *apud* Lenine, *L’Imperialisme, Stade Supreme du Capitalisme*, Pekin, Ed. Langues Etrangères, 1966, p. 19, quando contata que, como afirma, “le vrai début des monopoles modernes se situe, au plus tôt, vers les années 1860-1870. La première période importante de leur développement commence avec la dépression industrielle internationale des années 1870-1880, et va jusqu’au début des années 1890. Si l’on examine la question à l’échelle européenne, le développement de la libre concurrence atteinr son apogée entre 1860 et 1880. L’Angleterre avait achevé de construire son organisation capitaliste ancien style. [...] Le grand revirement commence avec le krach de 1873 ou, plus exactement, avec la dépression qui lui succéda et qui – avec une interruption à peine perceptible à peine perceptible aussitôt après 1880 et un essor extrêmement vigoureux mais court vers 1889 – remplit vingt-deux années de l’histoire économique de l’Europe.”

³⁶¹ Elza Miné, *Eça de Queirós Jornalista*, *op. cit.*, p. 69.

³⁶² *Idem, Ibidem.*

³⁶³ Eça, em virtude da resposta pouco tranquilizadora de Ramalho Ortigão acerca da publicação de *Os Maias* (que remontava a 1880 prolongando por oito anos), parte para Lisboa onde, com a ajuda do seu amigo, reformulou o negócio. Supostamente, Ramalho resgatou o compromisso que o escritor tinha com Lourenço Malheiro e ambos se associaram para levar a bom termo a impressão do romance, em parceria com Lallemand, que ficou na posse dos três primeiros capítulos da obra, publicando esparsamente os capítulos seguintes. Daí que

falecimento de Benjamin Disraeli – Lord Beaconsfield,³⁶⁴ ocorrida a 18 de Maio, evidenciando a coragem deste político em enfrentar a morte como enfrentara a vida. Como figura pública, teve um espaço nos diversos periódicos da imprensa internacional, exceptuando nos portugueses, como faz questão de acentuar.

No entanto, o cronista descontrói toda essa aura de fama e espectacularidade de Disraeli como romancista e como político. O seu prestígio como escritor foi, segundo Eça, conquistado devido à fantasia com que impregnava as suas obras romanescas, o que contraditoriamente parecia cativar o interesse dos frios e racionais leitores ingleses, embora o cronista as considere isentas de qualquer valor meritório para a instituição literária. Como político e sendo judeu, governou longos anos a Inglaterra, “o país mais hostil ao espírito estrangeiro, e que conhecia bem que não era compreendida pelo homem que a governava”, cheio de dívidas embora gerisse as “fortunas territoriais”,³⁶⁵ assentando tudo num princípio paradoxal. O perfil e a biografia deste autor e governante são assim analisados ao longo de duas crónicas em que o cronista tenta compreender, e revelar aos seus leitores, a popularidade desta figura de proa de Inglaterra, no último quartel de Oitocentos.

Assim, depois da análise da sua vida (que durou quase oito décadas), do seu carácter e das circunstâncias em que viveu e governou, Eça constata que “nesta original personalidade [...] parecia destiná-lo à impopularidade: a sua origem, os seus gostos e hábitos anti-ingleses, a sua poderosa veia sarcástica, a sua oratória requintada e subtil, o gongorismo metafísico das suas concepções literárias, e certos lados muito acentuados do seu fundo semítico. E a isto acrescia que, para a grande maioria da nação, ele representava um *parvenu* da autoridade oligárquica, surdamente hostil à ideia de democracia e de soberania popular”.³⁶⁶

Perante tal evidência, Eça constata que o seu sucesso se devia a duas causas diferentes, embora ambas derivem da vaidade e da ganância: alimentou a ideia política de imperialismo inglês fazendo crer aos ingleses a sua superioridade como nação,³⁶⁷ o

a questão se prolongasse ao longo de vários anos implicando igualmente Chardron e Genelioux. *Vide* José Calvet de Magalhães, *Eça de Queiroz – A Vida Privada*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2000, pp. 121-125.

³⁶⁴ Título dado pela rainha Vitória.

³⁶⁵ Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV*, p. 140.

³⁶⁶ *Idem*, p. 147.

³⁶⁷ *Vide* Roland Marx, “Lugar de destaque para a grandeza”, in *Londres, 1851-1901, op. cit.*, pp. 19-20: “Disraeli recorda-se bem e ainda se entenece [das Exposições Universais no Palácio de Cristal, em 1851 e 1862] em que, nalguns dias com entradas a preços «populares», todas as classes haviam podido comungar da exaltação triunfal de uma revelação: o avanço de cinquenta anos do Reino Unido, graças à sua precoce revolução industrial em todos os sectores da metalurgia, dos têxteis, da mecânica, do transporte ferroviário. Mãe

que levou a que o país andasse “durante anos inchado com esta grandiosa filáucia, que Lord Beaconsfield ia sempre entretendo com os seus discursos belicosos, as ameaças teatrais, as concentrações de frotas, um constante movimento de regimentos, invasões aqui e além”³⁶⁸; outra causa deveu-se à denominada *reclame* resultante do importante e exponencial apoio da empresa económica e editorial que, como já vimos, se encontrava nas mãos de uma forte comunidade judaica.

Por isso, como conclui Eça nesta crónica inteiramente dedicada a uma personalidade histórica, “poucos homens têm produzido um tão curioso conflito de apreciações: diz-se dele que foi um grande homem de Estado, e diz-se também que foi apenas um charlatão; a crítica tem-no apresentado como um romancista de génio – e como um mau alinhavador de novelas! Homem de partido, sofreu em política e em literatura, ora a idolatria, ora o rancor da parcialidade partidária. Uma coisa porém tinha a seu favor – é que todos os mediócrs o detestavam”.³⁶⁹

Em 17 e 18 de Novembro de 1881, são publicadas duas crónicas de Eça intituladas “Acerca dos Livros”, nas quais se dá ênfase à intensa vida cultural londrina com os seus inúmeros e diversificados eventos, desde os infindáveis congressos, a acontecimentos e actividades desportivas, donde se destaca a *Book-season* entre as múltiplas “*seasons*” de que o cronista toma conhecimento, conforme ironiza. A este respeito, faz questão de, entre as idiosincrasias do povo inglês, assinalar o seu peculiar gosto por livros e guias de viagem, embora, contraditoriamente, considere que o mesmo não tira partido da sua qualidade de viajante, pois, por superioridade e sobrançeria em relação a outras nações, revela uma endógena incapacidade de se adaptar a diferentes culturas, hábitos e costumes, tal como refere o cronista, “a verdade é que o inglês não se diverte no continente: não compreende as línguas; estranha as comidas; tudo o que é estrangeiro, maneiras, *toilettes*, modos de pensar, o choca; desconfia que o querem roubar; tem a vaga crença de que os lençóis nas camas do hotel nunca são limpos; e os teatros abertos ao domingo e a multidão divertindo-se amargura a sua alma cristã e puritana; não ousa abrir um livro estrangeiro porque suspeita que há dentro coisas obscenas [...]; e se perde uma bengala, se não chega a horas ao comboio, fecha-se no hotel um dia inteiro a compor uma carta para o *Times*, em que acusa os países

das invenções técnicas, local de vitória do rei-algodão e da máquina a vapor, local de introdução precoce e generalizada do caminho-de-ferro, a Inglaterra – espiada, invejada, ou... lastimada à medida do sofrimento social dos primórdios da idade industrial”.

³⁶⁸ *Idem*, p. 148.

³⁶⁹ *Idem*, p. 153.

continentais de se acharem inteiramente num estado selvagem e atolados numa pútrida desmoralização”.³⁷⁰

Voltando à *Book-season*, elogia a publicação quase torrencial de livros, de todo o género, preço e interesse, que, aos milhares, invadem os escaparates das livrarias, pelo que passa a enumerar uma dezena e meia de títulos (traduzidos do inglês) de literatura específica de viagens, publicados somente nas duas semanas anteriores, de modo a melhor veicular essa noção de quantidade aos seus leitores de além Atlântico.³⁷¹ Toma, de novo, como referência Portugal, e não o Brasil para o qual escrevia, caracterizando metaforicamente o panorama editorial português como desértico, em contraste com a abundância oceânica do número de publicações inglesas.³⁷²

A 6 de Março de 1882, é publicada a crónica “Uma partida feita ao *Times*” em que Eça se regozija pela insólita situação de o jornal inglês, considerado “como a própria consciência da Inglaterra posta em letra redonda”,³⁷³ um periódico respeitável, sisudo e imaculado, ter sido alvo de uma facécia ímpar que, como profere, “nos faz[em] vituperar publicamente o farsante e saborear secretamente a farsa como se víssemos um rabo de papel pregado ao manto d’el-rei”.³⁷⁴

Ora, na suposta quinta página deste emblemático jornal inglês, onde se publicam discursos de eminentes personalidades ligadas à política, à cultura e à sociedade, o Ministro do Interior, Sir William Harcourt, um homem de carácter ríspido e aspecto grave e solene, emitira, algumas semanas antes, um discurso que havia sido integralmente transcrito no *Times*, mas onde foram incluídas dez linhas de um texto perverso e carregado de erotismo que indignaria até a mais liberal das mentes.

Eça revela a sua estupefacção e, simultaneamente, evidencia a comicidade da inaudita situação, imaginando a recepção desse texto infame por inúmeras figuras da sociedade, desde a “velha e devota duquesa cheia de entusiasmo pelas questões sociais”,³⁷⁵ que atribuirá essas palavras a um século de “democracia, materialismo e libertinagem”,³⁷⁶ passando pelo casal de noivos, que, aninhados no mesmo sofá ao pé

³⁷⁰ *Idem*, p. 160.

³⁷¹ A este respeito, leia-se o ensaio de Bernard Richards, “Escritores, *pubs* e *cafés*”, in *Londres, 1851-1901*, *op.cit.*, pp. 117-122, no qual a capital inglesa se destaca, durante a segunda metade do século XIX, como tendo um papel primordial nas letras e o local onde grandes nomes da Literatura residiam, na época, tais como, Oscar Wilde, George Eliot, Charles Dickens, Henry James, entre muitos outros.

³⁷² *Idem*, pp. 164-165.

³⁷³ *Idem*, p. 167.

³⁷⁴ *Idem*, *Ibidem*.

³⁷⁵ *Idem*, p. 171.

³⁷⁶ *Idem*, p. 172.

do fogão, com os braços entrelaçados, percorrem o *Times*, menos para saber da questão do Egipto, do que para ler o *compte-rendu* de outros casamentos elegantes ou as notícias de Paris”,³⁷⁷ até ao caso mais grave, descrito de modo insigne e romanceado, em que, conforme passamos a citar:

uma fresca e loura criaturinha de dezoito primaveras, puro lírio doméstico, que faz a leitura do Times a um velho tio general, tolhido de gota, relíquia veneranda das guerras peninsulares; o velho escuta, pouco atento à política do dia, que detesta, mas muito ao encanto daquela voz de ouro ao seu lado; de repente, porém, o pobre anjo gagueja, pára, faz-se da cor de uma rosa, treme, a sua vergonha é tal que lhe saltam as lágrimas dos olhos, e foge, deixando o imundo Times nas mãos do general assombrado: - ou então, caso pior, a doce rapariga, na sua candura de flor de estufa, não compreende, imagina que «aquilo é política», continua a ler com a sua voz de ouro, - e o venerável tio ouve de repente sair dos lábios de botão de rosa, feitos só para murmurar o que há de mais casto na música de Weber, um enxurro torpe de babugens lúbricas.»³⁷⁸

Apesar da gravidade do incidente que o cronista condena veementemente, não deixa de, no final da crónica, considerar este episódio como uma justa e providencial vindicta a um periódico que se arroga de ser uma instituição pedante e de extrema pudicícia, de “empolada *pruderie*”, pelo que, como faz questão de afirmar, “eu não posso deixar de pensar, com laivos de regozijo, que a Providência tem armas oblíquas e terríveis!”.³⁷⁹

Num magnífico texto cronístico publicado ao longo de dois meses (27, 28 e 29 de Setembro e 13, 17 e 24 de Outubro de 1882), Eça termina esta primeira fase da correspondência para o Brasil, que só irá retomar em 1888 com a crónica “A Europa”. Em “Os Ingleses no Egipto”, um texto jornalístico em que se embrenham a ficção e a realidade, Eça comenta o grande assunto do momento: o Egipto.³⁸⁰

³⁷⁷ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ *Idem*, p. 173.

³⁸⁰ A este respeito, Mariano Pina, outro colaborador português da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, escreve, a 14 de Agosto de 1882, de Paris, para os seus leitores cariocas aos quais se dirige directamente: “Sosseguem. Não lhes falarei hoje do Egipto. Não, não e não! Os jornais não se ocupam de outro assunto, não querem saber de outra cousa. É pegar em qualquer deles. No *Figaro*, no *Evénement*, no *Voltaire*, no *Gil-Blas*, no *Intransigente*, em qualquer deles, finalmente. No artigo de fundo – Egipto. Nas informações políticas – Egipto. Nas notícias – Egipto. Nas resenhas da Câmara dos Deputados – Egipto. Na Câmara dos Pares – Egipto. Na secção das finanças – Egipto. Nas revistas dos jornais que cada periódico faz – Egipto. Nas crónicas literárias – Egipto. E o Egipto serve para folhetins e para artigos de teatro, porque presentemente é o Egipto que está dando

Assim, através de seis crónicas encadeadas por uma sequência cronológica em analepse, devido ao facto do cronista, no início do primeiro texto, ter referido, no presente da escrita, o resultado da presença britânica no Egipto – a destruição maciça de Alexandria, proferindo que “hoje, à hora em que escrevo, Alexandria é apenas um imenso montão de ruínas”,³⁸¹ o que aconteceu, segundo o mesmo, “pela quarta vez na história”.³⁸² Mais uma vez, Eça faz questão de acentuar a prepotência inglesa face a outras civilizações, não sendo infelizmente o único povo da Europa a menosprezar povos não ocidentais.

Deste modo, no fatídico dia 11 de Junho, esquadras de couraçados bombardearam Alexandria, em nome da Inglaterra governada por Gladstone, denunciando um total desrespeito pelo povo egípcio e pela vida humana. Eça, do seu conhecimento dos dois países aqui implicados, tinha consciência desse preconceito europeu relativamente a outros povos, o que o leva a afirmar que “no Egipto um qualquer empregado europeu [...] retalhava a pele dum egípcio, tão naturalmente e com tanta indiferença, como se sacode uma mosca importuna”.³⁸³ Mais acrescenta que “o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado”.³⁸⁴

Desenvolvendo esta questão, disserta sobre a eterna contenda entre muçulmanos e cristãos (sempre actual!), referindo que, ao contrário do que o homem europeu supunha, o “árabe de modo nenhum se julga inferior a nós; as nossas indústrias, as nossas invenções não o deslumbram; e estou mesmo [certo] que, do calmo repouso dos seus haréns, o grande ruído que nós fazemos sobre a Terra lhe parece uma vã agitação”. Prossegue reiterando esta ideia e confessa mesmo que, com conhecimento empírico da sua viagem ao Egipto com o Conde de Rezende³⁸⁵, sabe que “os egípcios

as perífrases, as antíteses, as imagens recortadas, as comparações extravagantes, as alusões sarcásticas, *et coetera... et coetera... et coetera!!* Ah! Os Srs. Jornais parisienses parece que não se ocupam de outra cousa? Os Srs. Jornais não se querem ocupar de outra cousa? Não!? Pois eu vou pôr de parte este assunto, que me pesa sobre a cabeça e sobre o peito [...] Que farias tu meu bom e pacífico leitor, tu tranquilo como eu, como todos os que falam português, amantes de aspectos novos e cousas várias, se durante dois meses os jornais te falassem só da Alexandria [...]?”.

³⁸¹ *Idem*, p. 176.

³⁸² *Idem*, p. 177.

³⁸³ *Idem*, p. 190.

³⁸⁴ *Idem, Ibidem*.

³⁸⁵ Luis de Castro Pamplona, Conde de Rezende, que fora colega de Eça no Colégio da Lapa, e que seria, mais tarde, seu cunhado, convidou o escritor para o acompanhar numa viagem ao Egipto e à Terra Santa, por ocasião da inauguração do Canal do Suez. Embarcaram no dia 23 de Outubro de 1869, com destino a Cádiz e, depois, Gibraltar, onde tomaram o paquete *Delly* que os levaria a Alexandria, com uma pequena paragem em Malta. Chegaram a Alexandria a 5 de Novembro, seguindo de comboio para o Cairo. A viagem prosseguiu para Porto

olhavam para o europeu como para a última e mais terrível praga do Egipto, uma outra invasão de gafanhotos, descendo – não do céu [...] mas dos paquetes do Mediterrâneo, com a sua chapeleira na mão – a alastrar, devorar as riquezas do Vale do Nilo”.³⁸⁶

Tal como sucedeu noutras batalhas e guerras, tudo havia começado com uma singular situação ocorrida numa cidade em ebulição social e religiosa – Alexandria. Como frequentemente sucedia, um inglês chicoteou um árabe em plena rua. Este, de modo desusado, replicou, tendo sido, de imediato, baleado pelo inglês. Alastrou-se o confronto, de tal modo, que tudo terminou com a morte de mais de trezentos árabes e menos de um terço de europeus, tendo, no entanto, a imprensa denominado este acontecimento de “massacre dos cristãos”. Eça não resiste, na demanda da verdade e da justiça (valores que traçou como primordiais para o Jornalismo), a intitulá-lo, pelo contrário, de o “massacre dos muçulmanos”.³⁸⁷

Tratava-se de um povo subjugado e oprimido debaixo da arrogância e da supremacia inglesa, e europeia em geral, que ousara rebelar-se contra essa injusta condição, gerando a raiva e a revolta contra os estrangeiros, o que despoletou “a cruzada contra o cristão” a quem chamava de “cão maldito” e “ave de rapina”.³⁸⁸ Este acontecimento terá servido de móbil para que o regime egípcio, considerado anárquico pelos ingleses, fosse destruído e o seu povo dizimado. A Inglaterra contava, além do mais, com o apoio da imprensa e, seguramente, do periódico que funcionava como barómetro da opinião pública britânica – o “venerável” *Times*, que mais tarde terá confessado “com o rubor nas colunas que foi uma insensatez”.³⁸⁹

Eça de Queiroz reconhece a falta de diálogo inter-religioso entre cristãos e muçulmanos, pois constata que, assim como não sabemos “nós do que se passa dentro do Islão”, do mesmo modo “os letrados da mesquita de El-Azhar [não] sabem o que por cá vai dentro do nosso confuso catolicismo”.³⁹⁰ Deste modo, tomando Inglaterra como alvo da sua crítica, declara que “o século XIX vai findando, e tudo em torno de nós parece monótono e sombrio – porque o mundo se vai tornando inglês”. Reitera a ideia já

Said, Suez, Palestina e Beirute. O retorno fez-se a partir de Alexandria, de onde partiram a 26 de Dezembro, tendo aportado a Lisboa a 3 de Janeiro de 1870. Vide José Calvet de Magalhães, *Eça de Queiroz A Vida Privada*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2000, pp. 66-71.

³⁸⁶ *Idem*, p. 191.

³⁸⁷ *Idem*, p. 197.

³⁸⁸ *Idem*, p. 196.

³⁸⁹ *Idem*, p. 185.

³⁹⁰ *Idem*, p. 215.



transmitida na crónica “Acerca de Livros”, quando evidencia a repulsa do britânico por tudo o que é estrangeiro, preservando, em qualquer lugar ou situação, os seus costumes, permanecendo “impermeável às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico [...] é isto que os torna detestados. Nunca se fundem, nunca se «desinglesam».”.³⁹¹

É exactamente essa arrogância e presunção do povo inglês que Eça condena e que o leva a findar esta longa e fragmentada crónica com o anécdotico que retira toda a força moral a uma potente e belicosa nação, pois, segundo afirma, “sem modéstia não há verdadeira grandeza”.³⁹²

³⁹¹ *Idem*, p. 216.

³⁹² *Idem*, p. 221.

Ao terminarmos aqui a análise das crónicas enviadas para a imprensa brasileira, nesta primeira fase da colaboração com o jornal carioca, não pudemos deixar de notar a forte inclinação de Eça para os assuntos estritamente políticos e, no fim, para a importância que esta tem para a vida dos cidadãos e o funcionamento das instituições.³⁹³ Mais do que mero jornalista e correspondente estrangeiro, Eça foi um observador nacional da orientação administrativa de um governo e dos princípios directores da acção deste com as outras nações.

Eça nunca deixou de pelejar contra as mais variadas injustiças a que assistia no foco do imperialismo inglês que se revelava de extrema prepotência e desumanidade para com todos aqueles que, por serem mais fracos e vulneráveis, sofreram, das mais diversas maneiras, a desdita a que foram subjugados. Assim, como refere Jaime Cortesão, “as *Cartas de Inglaterra* [...] obedece[m] a um estado permanente de consciência. [...] Colocado num país de grande capitalismo industrial e em plena fase de expansão imperialista, que faz o cronista, embora na delicada situação de agente diplomático estrangeiro? Denuncia, com a admirável veemência de um protesto, que lhe brota da consciência sublevada, as hipocrisias, as violências, as inumanidades do capitalismo e do imperialismo britânico. O mesmo ao comentar as perseguições aos judeus na Alemanha. As suas páginas sobre *Afganistão e Irlanda, A Irlanda e a Liga Agrária, Israelismo* (que na *Gazeta* apareceu com o título de *A perseguição dos judeus*), e *Os Ingleses no Egipto*, contam entre as mais nobres, vibrantes, certas e, por vezes, proféticas, que Eça escreveu”.³⁹⁴

A reconhecida reputação da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro muito deveu a Eça de Queiroz. Mais tarde, em 1892, o correspondente português enceta, juntamente com Ferreira de Araújo, um projecto de um “Suplemento Literário” para o periódico de que era colaborador há mais de uma década, embora de forma descontínua. Tratava-se

³⁹³ Cf. Álvaro Lins, *op. cit.*, p. 53, quando afirma que “políticos [...] em sua maioria foram os artigos que escreveu para a imprensa de Portugal e Brasil – principalmente do Brasil, onde o seu público era mais numeroso e mais entusiasta – hoje reunidos nos volumes *Notas Contemporâneas, Cartas de Inglaterra, Cartas Familiares, Ecos de Paris*. Era evidente a capacidade jornalística de Eça de Queiroz, o seu dom de extrair do acontecimento do dia os elementos que dispunham para o público de interesse e vitalidade. Pode-se dizer que uma grande parte dos factos europeus dos últimos anos do século XIX está reflectida nos artigos de jornal de Eça de Queiroz [...] [sendo] um artista [...] submetia-os todos a um processo pessoal, íntimo, de interpretação, e de tal modo que em certos casos oferecia muito mais a visão literária e artística de um facto político e de um acontecimento social do que o facto e o acontecimento em si mesmos.”

³⁹⁴ Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 56.

de algo inédito na imprensa brasileira e que teve, desde logo, a aceitação³⁹⁵ e o incentivo do director do jornal que havia visitado Eça em Paris, no ano anterior. Não passou, no entanto, de algo que, por mais interessante se revelasse, não teve uma longa duração, por razões meramente económicas, pois era deveras dispendioso levar tal projecto em diante, ainda mais devido à alteração do câmbio.³⁹⁶

Assim, são publicados apenas seis números do Suplemento com duas páginas de oito colunas cada. Visava assemelhar-se às frequentes revistas literárias e artísticas que começavam a surgir nessas últimas décadas de Oitocentos com o intuito de entreter e cultivar o público. Usando a Europa como modelo civilizacional, falava de todos os eventos culturais e literários aos leitores de além-mar.³⁹⁷

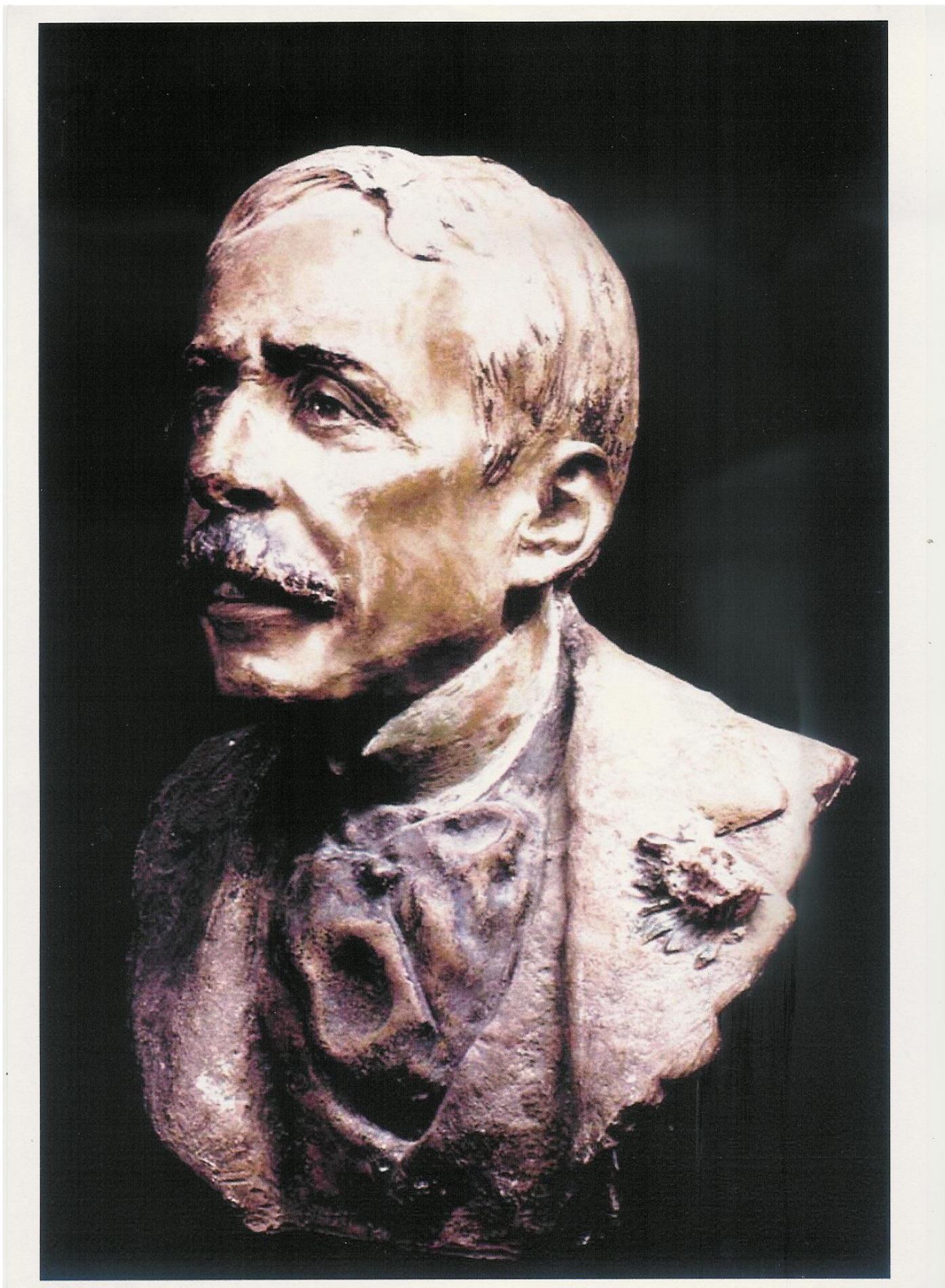
Paula Stone evidencia a importância da obra de Eça de Queiroz para melhor conhecer a história da Europa, pelo carácter universal e tendencialmente humanista dos seus textos, pois, como frisa a investigadora, “o distanciamento em relação ao *eu*/país e o contraste estabelecido com o *outro*/estrangeiro, simultaneamente tomado para referência, são os seus pressupostos à construção de uma imagem credível de Portugal e da Europa, a partir da escrita. Não única e definitiva, mas evolutiva, na justa medida do conhecimento efectivo das duas realidades”.³⁹⁸

³⁹⁵ Em carta de 8 de Setembro de 1891, ao seu amigo e admirador brasileiro Domício da Gama, escreve “o nosso bom Ferreira de Araújo escreveu-me, com efeito, comunicando a aprovação plena da *Gazeta*”; em 21 de Outubro de 1891, redige uma missiva a Luís de Magalhães na qual refere “você sabe, ou talvez não sabe, que eu, além do Consulado, estou agora encarregado de uns poucos serviços que me absorvem muito tempo. Além disso, tenho estado atarefado com a montagem de um Suplemento Literário, para a *Gazeta de Notícias*, do Brasil, empresa combinada já há tempo com os directores desse poderoso papel”; noutra carta a Teixeira de Queirós, datada de 29 de Dezembro do mesmo ano, evidencia que “tenho agora, não um jornal mas um suplemento literário para a *Gazeta de Notícias* (do Rio de Janeiro) de que sou o Director, ou pelo menos o organizador. A *Gazeta* é, como V. Sabe, um dos primeiros jornais do Brasil”. Eça de Queiroz, *Correspondência*, *op. cit.*, vol II, pp. 135, 186-8 e 204-205, respectivamente.

³⁹⁶ Numa carta a Batalha Reis, de 1 de Agosto de 1892, informa-o das novas instruções, vindas do Brasil, exigindo cortes de despesas o que poderia implicar inclusive a colaboração europeia “a menos que os colaboradores consentissem, enquanto o câmbio se mantiver mau, em sofrer uma redução em seus honorários”, acrescentando ainda que “Ferreira de Araújo pediu-me que te escrevesse, comunicando-te esta resolução – perguntando o que decidias. Pagando a metade a *Gazeta* só pede também que se trabalhe metade. [...] Não percas de vista que a *Gazeta* conta que esta redução seja provisória”. Não foi o que se passou, mantendo-se a colaboração, embora o Suplemento tenha apenas aguentado meia dúzia de publicações entre 18 de Janeiro e 13 de Junho desse ano. Eça de Queiroz, *Cartas Inéditas*, Introdução, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisboa, Edições «O Jornal», 1987, pp. 38-39.

³⁹⁷ Vide Elza Miné, “O Suplemento Literário da *Gazeta de Notícias*: um projecto de Eça para o Brasil”, in AA. VV., *Vária Escrita*, nº 4, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1997, pp. 301-311.

³⁹⁸ Paula Cristina Furtado Stone, *A Imagem da Europa na Obra de Eça de Queirós*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, pp. 158-159.



Isabel Trabucho

Neste sentido, podemos afirmar que a correspondência eciana para o Brasil, mormente a de Inglaterra, sempre se pautou por revelar fortes preocupações sócio-políticas em prol da justiça e da defesa dos direitos humanos e de cidadania, pois, segundo refere Manuel Bandeira, “não ia com o seu temperamento a tarefa semanal de pôr os leitores de além-mar ao corrente dos *faits divers* de Londres e Paris”.

Mas, sempre atento à vida social da Europa, costumava encarar um dos grandes problemas que agitavam o continente e o mundo, examinava-o, discutia-o a fundo e nesse discurrir ia pondo de maneira explícita todo o seu cabedal de idéias sobre política, moral, literatura e arte. Profundamente imbuído do espírito europeu do século XIX, foi, todavia, bastante lúcido para sentir, em sua ameaçadora tragédia, o crepúsculo da civilização capitalista e imperialista”.³⁹⁹

Escrevendo para o público brasileiro que tanto o apreciava, Eça, para além de os informar dos inúmeros e diferenciados acontecimentos que se passavam em Inglaterra, em França e na Europa em geral, ofereceu-lhes, acima de tudo, como reforça Elza Miné, “uma *interpretação* de momentos, factos, questões, hábitos, no exercício de um jornalismo eminentemente *opinativo*, que não apenas indiciava, insinuava ou deixava ver, mas que também explicitamente exibia marcas de avaliação e julgamento”.⁴⁰⁰

A Europa, como entidade cultural e civilizacional, “para quem o mundo rodava, submisso e enfeitiçado”, aparece, nas suas crónicas, desprovida do brilho e do deslumbramento que, à partida, seria de supor nos seus textos.⁴⁰¹ Assim, esta transfigura-se na mente do cronista, para se ver na sua correspondência jornalística “uma Europa menos deliciosa de que fazia imaginar [...] afogada pela falta de imaginação de um poder tão sombrio, sangrento, ruidoso e complexo que é o do

³⁹⁹ Manuel Bandeira, *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 180.

⁴⁰⁰ Elza Miné, *Páginas Flutuantes*, op. cit., p. 19.

⁴⁰¹ A este respeito, discordamos das afirmações de Fernando Pessoa ao considerar Eça como “o exemplo mais flagrante do provincianismo português”, pois, segundo o próprio, “o provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento dela – em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz. O síndrome provinciano compreende, pelo menos, três sintomas flagrantes: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia”. Ora, partindo da simples leitura e análise das crónicas enviadas dos dois pólos culturais do mundo em Oitocentos, e complementando com o nosso conhecimento da obra do romancista, parece-nos, inegavelmente, que Eça não se submeteu a nenhuma mera atitude mimética e/ou de deslumbramento perante o desenvolvimento europeu, sendo, além do mais, um acérrimo crítico dessas civilizações. Quanto à incapacidade de ironia, nenhum juízo nos parece mais descabido tendo em conta toda a produção escrita queiroziana. Fernando Pessoa, *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Edições Ática, 1993, pp. 161-163.

dinheiro tornando a Europa na insaciável e feroz senhora de saqueados e sempre oprimidos continentes”. Para Eça, o mundo era, inegavelmente, a velha Europa “em torno da qual os continentes produziam como escravos e se deslumbravam como selvagens”.⁴⁰²

Tal como Eça fez questão de anunciar na primeira crónica da sua correspondência para o Brasil, o melhor espectáculo para o homem será sempre a própria humanidade e o seu dever. Debaixo do seu olhar atento, evidencia-se uma faceta de historiador, pelo facto de as instituições, as atitudes e as criações humanas se integrarem num constante dinamismo.

Consciente da voragem dos tempos que dissipava os grandes valores que almejava de Verdade e de Justiça, o cronista não se olvida, nos seus textos para a imprensa, assim como na sua epistolografia, de exercer uma militante defesa dos direitos dos cidadãos e da dignidade dos homens. Deste modo, as crónicas que envia da nação britânica revelam o seu forte carácter filantrópico na defesa dos mais fracos, mais pobres, com menos recursos e capacidades de se defenderem e de terem voz na elitista sociedade oitocentista.

A mais que evidente universalidade da sua obra, e dos seus textos cronísticos em particular, deve-se ao seu profundo conhecimento da alma humana e da sociedade em que se movia. Desde os tempos de Coimbra que acarretava um forte inconformismo perante a hipocrisia, a injustiça e a corrupção dos homens, das instituições e dos políticos⁴⁰³ que as governam.

Enquanto que, como contista e romancista, Eça de Queiroz revelava aos seus leitores brasileiros a fantasia por detrás da realidade que lhes era dada a conhecer, como cronista Eça revela-lhes a realidade da vida parisiense e londrina por detrás da fantasia que estes acalentavam dessa Europa distante e, para muitos desconhecida, embora desejada e matriz ou referência de uma civilização superior. Na escrita cronística eciana

⁴⁰² Dalcídio Jurandir, “Eça de Queiroz, Repórter”, in *Livro do Centenário, op. cit.*, p. 215.

⁴⁰³ As suas obras romanescas encontram-se igualmente pejadas de fortes críticas à política, em geral, tal como em *Os Maias*, na qual a sua personagem e alter-ego João da Ega não perde nenhuma ocasião para tecer fortes críticas à política e aos seus agentes. Veja-se o episódio do jantar nos condes de Gouvarinho, quando se afirma: “Esta política, este S. Bento, esta eloquência, estes bacharéis matam-me. [...] Nunca houve uma choldra assim no Universo! [...] Como político, você quer essa cavalgada para ministro, e vai apoiá-la com votos e com discursos sempre que ela relinche ou escoucine. [...] Meu caro, a política hoje é uma coisa muito diferente! [...] No tempo da Regeneração e dos Históricos, a política era o progresso, a viação, a liberdade, o palavrório... Nós mudámos tudo isso. Hoje é o facto positivo – o dinheiro, o dinheiro! o bago! a massa! A rica massinha da nossa alma, menino! O divino dinheiro!”, in Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d., pp. 578-579.

deparamo-nos, inequivocamente, com um olhar que capta no incomensurável real o elemento ímpar e inusitado, embora, por isso mesmo, susceptível de apelar a atenção do leitor, pela análise minuciosa e talentosa do seu autor.

Apesar de não ser um comentador político, as problemáticas sociais e políticas nunca o deixam indiferente, tal como pudemos observar ao longo das variadas crónicas enviadas neste período temporal específico, e que nos revelam um observador e um crítico sempre atento ao que de mais complicado encerrava a política britânica, desde a questão da Irlanda, o anti-semitismo, as lutas no Afeganistão e a destruição de Alexandria, entre outras.

Astrojildo Pereira faz questão de assinalar o grande mérito de Eça como cronista ao apresentar a capacidade de fazer perdurar os seus textos que, embora retratando e comentando acontecimentos passados na época em que viveu, atingiram uma condição quase intemporal pela qualidade que a veia artística do seu autor lhe insuflou, dizendo que “a sua obra de cronista ajuda-nos a melhor apreender e compreender a significação de certos acontecimentos que êle presenciou e isso justamente porque encontramos nela essa impregnação de comunicabilidade, que só a arte sabe ministrar, iluminando e reanimando os acontecimentos mais remotos. Neste sentido, cada crónica de Eça de Queiroz vem a ser quási uma obra de arte.”⁴⁰⁴

Matheus de Albuquerque, um cônsul brasileiro em Bordéus, num laudatório escrito, inserido no *In Memoriam*, evidencia o profundo conhecimento eciano da alma humana, das suas minudências e insondáveis razões e emoções, ao referir que “como nenhum outro escriptor do seu tempo, soube visionar integralmente a vida humana em todas as suas ridículas baixezas e em todos os seus bens consoladores. É que elle fixou maravilhosamente a Vida.”⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ *Livro do Centenário de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 199.

⁴⁰⁵ Matheus de Albuquerque, “Eça de Queiroz”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, *op. cit.*, p. 70 (grafia da época).

2 - Guilherme de Azevedo em Paris – correspondente de imprensa para o Brasil (1880-1882)



Apesar de coxear um pouco, por defeito físico, como Lord Byron, Guilherme de Azevedo é um dos raros escritores que na imprensa caminham pelo seu pé. A maior parte dos jornalistas seus confrades andam pela mão, amparados às ideias e ao estilo dos outros. [...] Ele possui em alto grau as grandes qualidades do jornalista moderno: - a aragem da opinião, a fina sensibilidade mental perante a orientação científica do seu tempo, a suficiente dose de irreverência por todas as expressões da autoridade, e o poder da forma.

Ramalho Ortigão⁴⁰⁶

A glória deste nome anda, porém ligada à crónica do jornal, à crónica diária, ligeira, burilada, faiscante, dos casos ocorridos aqui e além, na vida ruidosa de Lisboa. Este género literário era, quando ele apareceu, uma novidade entre nós; raros o cultivavam, mais raro ainda se distinguiam nele; porque o português é pesado no que faz.

Fialho de Almeida⁴⁰⁷

Mais do que Eça de Queiroz, Guilherme de Azevedo encontra na actividade jornalística, em geral, e na crónica, em particular, um *modus vivendi* que cultiva e apura, ao longo da sua curta vida. Através da sua cronística, manifesta a forte intento de abordar a vida política, social e artística do seu tempo, de comentar os principais assuntos da semana, saltitar de um acontecimento ou situação para outro, não esquecendo todas as minudências inerentes ao quotidiano da vida que observa e analisa

⁴⁰⁶ *In Costumes e Perfis*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, pp. 46-48.

⁴⁰⁷ *In Almanaque Guilherme de Azevedo*, Lisboa, 1884, p. 3.

atentamente. Para este cronista “a tempo inteiro”, a crónica deveria falar do “último livro notável, do último quadro célebre, da última caricatura, do último dito, do último rapto, metendo a mão no saco das galanterias quotidianas e enfileirando, como em cima de uma ‘etagère’, os mais recentes ‘bibelots’ da moda”.⁴⁰⁸ Ao jeito da definição eciana, Azevedo adopta uma postura muito jovial de contador de uma multiplicidade de situações díspares como resultado de um espírito perscrutador que “espreita porque não lhe fica mal espreitar”.⁴⁰⁹

Como tal, podemos igualmente “espreitar” cada uma das suas crónicas enviadas para o jornal carioca, ao longo dos escassos, embora proveitosos e inolvidáveis, meses em que viveu em Paris como correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

A imprensa brasileira evoluiu, a par e passo com a sua congénere portuguesa, ao longo de todo o século XIX. Nas primeiras décadas, ainda sob direcção régia, um largo número de jornalistas brasileiros fomentaram o desenvolvimento da actividade jornalística, fundando vários periódicos de referência, entre os quais se destacou a *Gazeta do Rio de Janeiro*.⁴¹⁰

Os periódicos produzidos pela iniciativa privada apareceram mais tarde. A *Idade d’Ouro do Brasil* publicado em 1811, na Baía, foi o primeiro periódico produzido pela iniciativa privada de circulação regular no país. A actividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do Poder real que se instalara na Colónia, cujo primeiro acto significativo ocorreu mais tarde, quando D. João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de Março, a abolição da censura prévia regulando a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Sabe-se que o decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos. Nesse mesmo ano, D. Pedro I decretou a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa, decretada em 9 de Março de 1821.

⁴⁰⁸ *In O Ocidente*, Lisboa, 15-VII-1878.

⁴⁰⁹ *In Distrito d’Évora*, Évora, 6-I-1867, p. 3, col.1.

⁴¹⁰ A Imprensa Régia, fundada no Rio de Janeiro em 1808, deu início à imprensa escrita no país. O primeiro periódico brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, tinha a função de divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real. Vide Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977, pp. 190-198.

Em Portugal, uma lei complementar de 12 de Julho do mesmo ano incluiu a liberdade de imprensa. Foi considerada a primeira lei de imprensa portuguesa, tendo sido introduzida no Brasil, pouco depois, em meados de Setembro. No entanto, a 28 de Agosto já o príncipe regente deixava expresso num aviso o seguinte: “que não embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito”.⁴¹¹

Enquanto isto, avançava o movimento favorável à Independência do Brasil. O imperador afirmava a defesa da liberdade de imprensa como um dos mais firmes sustentáculos dos governos constitucionais, mas que era necessário “justas barreiras” a essa liberdade. A Constituição de 25 de Março de 1824 passou a vigorar e incluiu a secção que tratava das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como a liberdade de expressão de pensamento, reformulando alguns princípios que vinham desde a Época Medieval.⁴¹²

O processo de desenvolvimento económico, a transformação da imprensa mundial cada vez maior, concentrava-se nos grandes centros urbanos, onde a formação do público leitor ávido de conhecimento se ampliava, fruto da revolução industrial do final do século XVIII. Em França, a divulgação através do jornal *La Presse* chegava a ter entre 20 e 40 mil assinantes. Contudo, a imprensa brasileira, ainda incipiente, não denunciava possíveis delitos e não registrava a restrição contra a presença do estrangeiro que exercia a actividade de impressor. Entretanto, a categoria de cidadão brasileiro era exigida para o exercício das funções de editor/autor. As sucessivas crises políticas favoreceram o aparecimento dos pasquins. Esses jornais distinguiam-se pela violência da linguagem, calúnia e difamação de terceiros. Os excessos praticados nesses jornais eram frequentes resultando no surgimento da figura do testa-de-ferro, ou homem de palha, com a função de esconder a verdadeira identidade dos responsáveis pelas agressões explícitas nos jornais. Mais tarde, a lei de 1871 pôs fim ao policialismo, passando a existir maior nível de liberalismo nas instituições brasileiras.⁴¹³

⁴¹¹ Vide Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977, p. 196.

⁴¹² Nessa secção declarava-se que: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.” (Art.º 179, n.º 4) Tendo sido considerada a primeira lei de imprensa, prevaleceu até 30 de Dezembro de 1830. Vide Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977, p. 192.

⁴¹³ O visconde de São Vicente comentou a função da imprensa afirmando que “de todos os meios de comunicação, a imprensa é sem dúvida o mais amplo e poderoso... É um instrumento maravilhoso que leva as ideias ou opiniões a todas as localidades, que as apresenta a todos os olhos, atravessa os Estados, percorre o mundo, consegue o acesso de muitos, porque comunica-se com todos, porque põe em movimento o pensar de

Acompanhando os diversos acontecimentos da História brasileira e internacional, a Imprensa do Brasil derivou, de igual modo, de um cariz mais político e elitista, para uma fase mais industrial⁴¹⁴ e, simultaneamente, abrangendo um maior número de leitores. No último quartel do século, proliferou o número de publicações periódicas, tal como sucede no reino.⁴¹⁵

O Oceano Atlântico, mais do que uma barreira natural entre os povos dos dois continentes, foi via de comunicação entre Brasil e Portugal. A velocidade dos vapores ou a rapidez dos telégrafos marcaram o ritmo das relações bilaterais, na segunda metade do século XIX.

Para percebermos as relações que se estabeleceram entre os intelectuais brasileiros e portugueses temos de recuar, pelo menos, até aos anos setenta de Oitocentos quando o Positivismo foi introduzido em Portugal e Brasil e serviu de base filosófica a um ideário comum nos dois países. Essas relações aprofundaram-se, exactamente em 1880, por ocasião do Tricentenário de Camões, quando se iniciou formalmente o intercâmbio entre os escritores e os homens de cultura portugueses e brasileiros, sob a égide de valores como a paz, a liberdade e a fraternidade.

As palavras de Guerra Junqueiro, a esse respeito, não podiam ser mais eloquentes, quando profere que “as nossas pátrias desligaram-se, para melhor se casarem. Desuniram os corpos, para estreitarem as almas. Duplicando-se quiseram mais. O amor cresceu em beleza porque aumentou a liberdade. Vivendo tão livres e tão distantes, fraternizamos hoje como nunca. Na glória e no sonho, nos ais e nos beijos, no riso e na dor. Amando-nos através das ondas, vencemos o espaço. Amando-nos através da história, vencemos o tempo que já foi. E com a imortalidade do nosso amor, venceremos a morte no porvir. Quando Portugal [...] entrou na falange das nações heróicas que se batem pela causa augusta do Direito imortal e da Justiça eterna, sente-se

milhões de homens.” *Apud* Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977, p. 194.

⁴¹⁴ *Vide* Capítulo I, parte 1, pp. 8-12 desta dissertação.

⁴¹⁵ Até ao final do século XIX, a imprensa periódica desenvolveu-se lentamente, e a venda avulsa dos jornais deixou de ser realizada nas oficinas. Os jornais, mesmo servindo aos adversários, irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Os periódicos essencialmente opinativos propunham novos modelos editoriais cuja ênfase era para o artigo de fundo, o editorial, enquanto os diários apregoavam uma suposta neutralidade e compromisso com a verdade. Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer as suas funções como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, a sua actuação era intensa, através dos editoriais, das crónicas, das poesias e dos folhetins. *Vide* Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977, pp. 190-198.

forte, ovante, esplendoroso, porque leva na alma – hóstia sagrada – a alma bendita do Brasil!”.⁴¹⁶

Deste relacionamento entre as duas nações e do aumento exponencial de periódicos não ficou alheia a Geração de 70 que bem se soube valer da importância da imprensa para criticar toda uma sociedade através do recurso à ironia e à caricatura como suas armas mestras. Referindo-se a essa época tão profícua no intercâmbio cultural dos dois países, Elza Miné afirma que “era o tempo em que os paquetes é que encurtavam as distâncias. Era o tempo em que a “navegação” concretamente se fazia, precisando vencer, como certa vez afirmou Eça de Queirós, «três mil léguas de longo e sonoro mar...» para que a comunicação se efetivasse”.⁴¹⁷

Conforme já fizémos referência anteriormente, muitos nomes de intelectuais e artistas ligados à célebre Geração de 70 foram colaboradores em Portugal e/ou no estrangeiro de inúmeros periódicos lusos e brasileiros, inscrevendo a sua ideologia, a sua arte literária e outros textos de índole mais jornalística no espaço do folhetim. Deste modo, Eulália Teigas Marques, no seu estudo sobre as relações culturais entre os dois países, faz questão de deixar expresso que as relações entre os intelectuais, os jornalistas e os artistas e literatos de Portugal e do Brasil “foram, por todo o século XIX, feitas de encontros e desencontros”, embora tenha constatado que “os jornais foram os veículos mais importantes na divulgação de produção ficcionista e cronista portuguesa, mantendo-se, assim, até ao último quartel do século XIX relações culturais entre o Brasil e Portugal”.⁴¹⁸

Assim, os colaboradores portugueses na imprensa brasileira, nomeadamente na *Gazeta de Notícias*, dependiam, tal como Eça também fez referência, dos paquetes e das suas datas e horários de partida da “mala para o Brasil”. Entre esses correspondentes estrangeiros, contavam-se Guilherme de Azevedo, Eça de Queiroz, Mariano Pina, Ramalho Ortigão e Batalha Reis, que serviam de medianeiros entre a Europa e o Rio de Janeiro, transmitindo o seu modo peculiar de ver a vivência portuguesa, francesa e inglesa.

⁴¹⁶ Discurso pronunciado na sessão dedicada a Olavo Bilac, em 2 de Abril de 1916, *In* Guerra Junqueiro, *Prosas Dispersas*, Porto, Chardron, 1921, p. 111.

⁴¹⁷ Elza Miné, *Páginas Flutuantes*, *op. cit.*, p. 141. (grafia da autora)

⁴¹⁸ Eulália Maria D. Teigas Marques, *Guilherme de Azevedo e as Relações Culturais entre Portugal e o Brasil – Subsídios para a sua História (1878-1882)*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997, p. 77.

Guilherme de Azevedo, apesar de muito conhecido na Imprensa da época, terá sido, de algum modo, ofuscado, ao longo das décadas posteriores, pelo reconhecimento de vários outros grandes nomes da literatura, da historiografia e das artes nesse fértil quartel de Oitocentos. Foi, sem dúvida, uma das figuras relegadas para segundo plano, tal como sucedeu a uma infinidade de outros autores “menores”, apesar da importância e do reconhecimento conquistados em vida e que apenas terão perdurado nos anos imediatamente posteriores. A este respeito, Mário Dionísio evidencia essa mesma circunstância que permite a ascensão de alguns autores, em detrimento de outros, na história da literatura portuguesa, referindo-se a “uma corte imensa de esquecidos, de inevitavelmente esquecidos, [...] já que a sua obra não pôde encontrar as condições mínimas indispensáveis de florescimento completo, já que a sua tímida novidade se deixou apagar sob a camada pesada de todas as forças tradicionais”.⁴¹⁹

De seu nome completo Guilherme Avelino de Azevedo Chaves nasceu a 30 de Novembro de 1839, em Santarém, onde veio a frequentar o Curso de Humanidades do Liceu local, não prosseguindo estudos por imposição paterna. Com temperamento reservado, embora possuindo um apurado senso de humor, Azevedo manifestava, por vezes, uma profunda melancolia que lhe provinha, provavelmente, do facto de ter como circunstância de vida uma deficiência física numa perna, resultante de uma queda numa brincadeira na infância.⁴²⁰ A sua caústica ironia e o facto de coxear valeram-lhe a alcunha de “diabo coxo”.

⁴¹⁹ Mário Dionísio, “Guilherme de Azevedo”, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, Vol. I, Lisboa, Ática, 1947, p. 487.

⁴²⁰ Essa ferida que contraíra supostamente numa brincadeira ou contenda entre rapazes, que lhe causou uma perna cambada até ao fim dos seus dias, tê-lo-á transformado numa pessoa melancólica e noctívaga, segundo Tomás da Fonseca, no prefácio a *Alma Nova*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, pp. XXIX-XXX.



GUILHERME de AZEVEDO

Era um homem letrado e sempre atento aos acontecimentos e às ideologias da época, lendo com fervor os inúmeros periódicos e revistas nacionais e internacionais, principalmente os oriundos da capital francesa, pela qual nutria uma especial admiração. Terá encetado a sua colaboração activa no meio jornalístico no *Comércio de Lisboa*, em 1864, e em *Revolução de Setembro*, no ano seguinte. Em Santarém, fundou e dirigiu o jornal *O Alfaceme*, “folha política, literária e noticiosa” (n.º 1, 15-VI-1871), iniciando a actividade de jornalista num meio hostil que não suporta a sua intervenção polémica a propósito da Comuna de Paris. Neste último periódico, à semelhança de Eça no *Distrito de Évora*, proclama valores de verdade e de justiça na “grande romaria do progresso e da civilização humana”.⁴²¹ Que não se tratava de um animador cultural desconhecido no seu tempo, revela-o a sua ligação ao grupo do Cenáculo e à Geração de 70, com o qual aparece na cena portuguesa a subscrever o programa das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (o seu nome figura entre os doze subscritores, junto do de Batalha Reis) e não é dos menos activos contra a prepotência e a venalidade de quem ordenara o encerramento das referidas conferências.

O seu exórdio poético tem lugar com *Aparições*, em 1867, seguindo-se *Radiações da Noite*, em 1871. É, porém, com *A Alma Nova*, em 1874, que a sua veia poética apresenta marcas de modernidade e um discurso com algumas homologias com o de Cesário Verde, razão por que não será ousadia falar de Guilherme d' Azevedo como precursor daquele. De resto, na época, a renovação da forma poética era atribuída muito mais ao primeiro do que ao segundo, tendo Antero e Camilo revelado mesmo o seu entusiasmo pelo verbo novo azevediano. E é conhecida a mágoa de Cesário, em carta a Silva Pinto, quando Teófilo Braga, depois de ler os seus poemas, se manifesta abertamente por Guilherme de Azevedo: “talvez o único que no futuro poderá representar a poesia moderna”.⁴²²

Transferindo-se definitivamente para Lisboa, em 1874, o seu talento de jornalista pode observar-se através de numerosas publicações, desde a *Lanterna Mágica* ao famoso *Álbum das Glórias* onde, sob o pseudónimo de João Rialto, anima as caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro com crónicas de grande originalidade estilística e que provocam o desespero das classes e das instituições conservadoras. Era muito falado na imprensa da capital pelo seu último livro de poemas – *A Alma Nova*. A este

⁴²¹ “Boletim Político”, in *O Alfaceme*, Santarém, 22-VI-1871.

⁴²² Vide, Guilherme de Azevedo, *A Alma Nova*, introd. Manuel Simões, Lisboa, IN-CM, 1981, pp. 10-14.

respeito, Maria das Graças Sá, no seu valiosíssimo estudo sobre este autor, refere mesmo que a obra poética de Guilherme de Azevedo, atrás referida, foi reconhecida e apoiada por eminentes figuras da cultura da época, tais como Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Gomes Leal, Antero de Quental e Luciano Cordeiro, entre outros.⁴²³ Em 1873, dedica, inclusive, a sua mais importante obra poética, *A Alma Nova*, a Antero de Quental, a quem declara: “Meu amigo, este livro parece-me um pouco do nosso tempo. Sorrindo ou combatendo, fala da Humanidade e da Justiça, inspirando-se no mundo que nos rodeia. E porque julgo que ele segue na direcção nova dos espíritos, ofereço-o a um obreiro honesto do pensamento: a uma alma lúcida, moderna e generosa.”⁴²⁴

A partir de 1875, a sua actividade como jornalista ganha novo fôlego quando passa a colaborar em inúmeros periódicos e/ou a fundar outros, entre os quais a *Lanterna Mágica*, *O António Maria*, o *Álbum de Glórias*, o *Diário da Manhã*, *O Pimpão* e *O Ocidente*.⁴²⁵ O fundador desta revista, Caetano Alberto, descreve-o como “muito concentrado, feio, raquítico, coxo como Byron, nada atraente”,⁴²⁶ referindo, no entanto, que “tudo, porém, se modificava quando, no trato íntimo, ele abria a torrente do seu humorismo, misto de ironia e sátira, de um espírito superior e sensato, que, se não criava amigos, angariava, pelo menos, admiradores.” Convida-o para cronista, em 1877, passando Azevedo a escrever as suas *Crónicas Ocidentais* que, segundo o mesmo, “fizeram época, esbrugando quinzenalmente a vida de Lisboa, desvendando, supurando, analisando os seus ridículos, em toda a linha, sob a crítica irónica, chistosa do seu modo de ver, original, inconfundível, dominando, por vezes, o paradoxo, nunca faltando, porém, o bom senso.”⁴²⁷

Os seus grandes comparsas nestes e noutros projectos foram Rafael Bordalo Pinheiro (colaborador da recém fundada *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e que entretanto regressara a Portugal), Luís de Andrade e Guerra Junqueiro. Com este último, escreveu, a duas mãos, a obra dramática *Viagem à Roda da Parvónia*, em 1879, cuja

⁴²³ Vide Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1986, p. 21.

⁴²⁴ Guilherme de Azevedo, *A Alma Nova*, introd. Manuel Simões, Lisboa, IN-CM, 1981, p. 37.

⁴²⁵ Nesta última, colabora desde o primeiro número, assinando a “Crónica Ocidental” juntamente com muitos outros grandes nomes da Literatura e da Cultura portuguesas, tais como, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Maria Amália Vaz de Carvalho, Pinheiro Chagas, Cesário Verde, Batalha Reis e Luciano Cordeiro, entre outros.

⁴²⁶ Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, *Viagem à Roda da Parvónia*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2006, p. 15.

⁴²⁷ *Idem, Ibidem.*

representação foi pateada violentamente na primeira noite da sua aparição.⁴²⁸ Luís de Andrade era brasileiro, embora de ascendência portuguesa, estudou em Coimbra e voltou, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como colaborador e redactor em jornais brasileiros, entre os quais a *Gazeta de Notícias*. Terá sido, segundo Eulália Marques, um dos grandes veiculadores no Brasil do valor de Guilherme de Azevedo no periodismo português.⁴²⁹

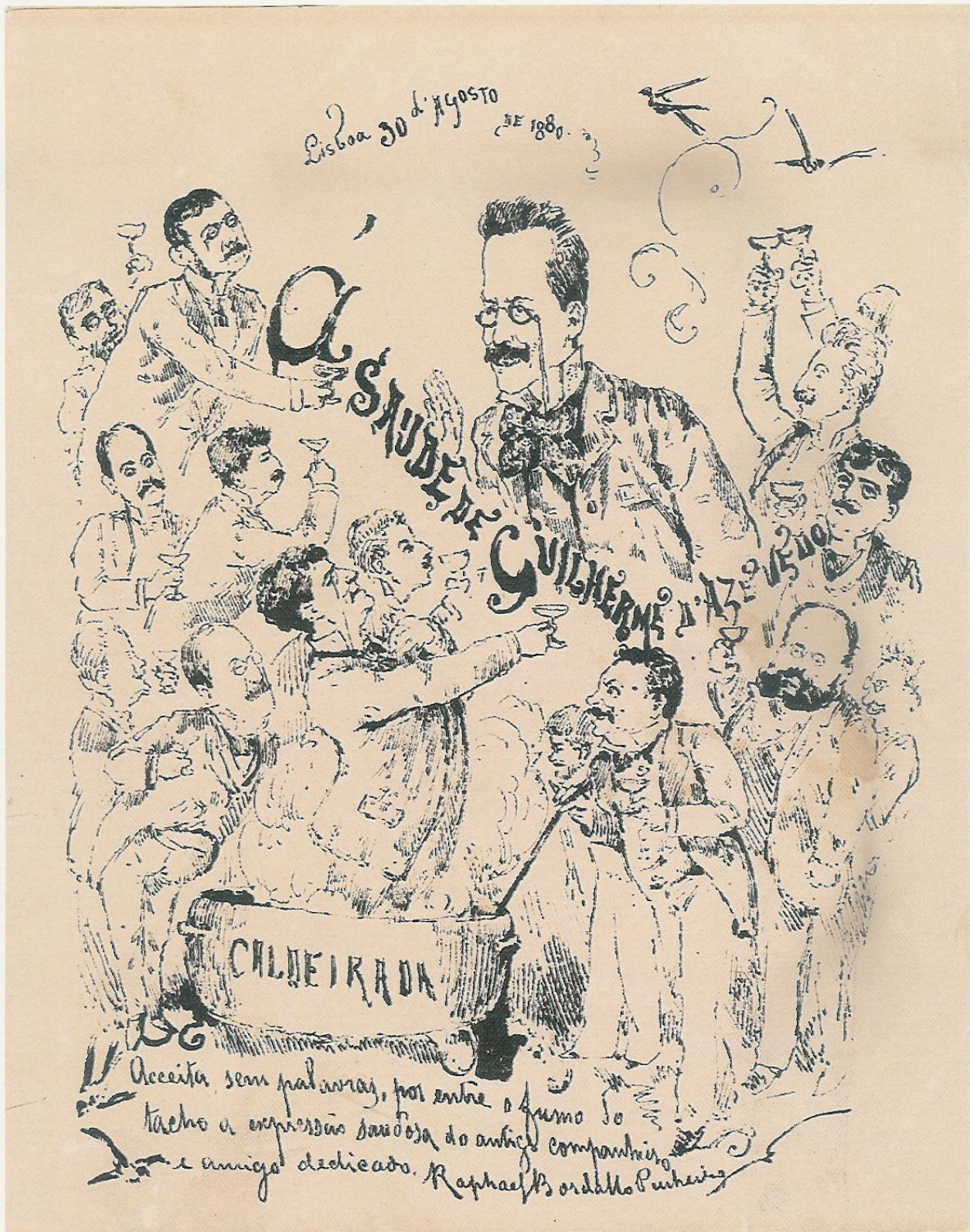
Por esta altura, já Guilherme de Azevedo era reconhecido como um dos melhores jornalistas da capital portuguesa, o que levou Pinheiro Chagas a proferir, à data da sua morte, que “em Lisboa toda a gente que frequentava os cafés, os teatros, os passeios, a Rua do Ouro e o Chiado, conhecia esta figura simpática que aparecia em toda a parte. [...] Isto pasmava e tanto mais que o bom Guilherme tinha a desgraça de ser côxo! Mas mesmo assim, pé mais acima, pé mais abaixo, agitando sempre a sua bengala que tanto o auxiliava na conversa em reviravoltas danadas, andava mais que nenhum de nós; desaparecia, silenciosamente, dos grupos onde estava conversando e era deste modo que, muitas vezes, apanhando-nos descuidados à porta da Havaneza, se escapava sem que ninguém desconfiasse”.⁴³⁰

Apesar de, a nível literário, não ter alcançado um sucesso que perdurasse até aos dias de hoje e que o colocasse ao lado dos grandes vultos das letras lusas, como aconteceu a vários nomes da sua geração, Guilherme de Azevedo foi um dos poucos escritores que, na época, conseguiram viver das suas obras e da sua produção jornalística. O seu livro de poemas, *Alma Nova*, incentivou a escrita de muitos artigos, por parte de eminentes escritores e críticos da época, que, no espaço folhetinesco de inúmeros periódicos, ao longo de vários meses, comentavam aquela poesia nova (muito

⁴²⁸ Guilherme de Azevedo, com o pseudónimo de Comendador Gil Vaz, dá-nos o testemunho de que a “noite de 17 de Janeiro de 1879 foi a mais tempestuosa de que há memória, tanto na plateia do Ginásio como nos dramas da Rua dos Condes. O assobio silvava no ar com violência, os raios cruzavam-se na atmosfera – com castões de marfim, enquanto da segunda ordem, sobre os chapéus altos dos precitos, caía uma chuva torrencial de cadeiras de palhinha. Era um inferno!”, in *Viagem à Roda da Parvónia*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2006, p. 23. Tenta, ainda, em texto assinado em nome próprio e apenso à publicação da sua obra dramática, que recusa ser apodado de prólogo, justificar a má recepção da peça que escreveu com Guerra Junqueiro: “O desastre teatral da *Viagem à Roda da Parvónia* explica-se pois pela deficiência de condições cénicas, e pela falta de aparato teatral a que o público de ordinário está costumado. Dado este lado fraco, a sátira ficou a descoberto das bengalas descontentes, que se aproveitaram de todas estas circunstâncias para tomar vindicta. O público, indiferente ou imparcial, achando que tinha pago de mais para ver pernas de menos, deixou-se também levar por influências suspeitas, e quebrou igualmente os bancos que encontrou à mão.”, *Idem*, p. 27.

⁴²⁹ Eulália Maria D. Teigas Marques, *op. cit.*, p. 94.

⁴³⁰ Pinheiro Chagas (com o pseudónimo jornalístico de Zé Segredo), “Morte de Guilherme de Azevedo”, in *Diário da Manhã*, Lisboa, 9-IV-1882, p. 3.



idêntica à de Cesário, em diversos aspectos) que visava, acima de tudo, a crítica e a denúncia dos vícios da sociedade.⁴³¹

Em todas as publicações nas quais foi mentor ou simples colaborador procurou sempre manter inteira liberdade de opinião, explorando todos os factos nacionais, de índole política, cultural, literária ou qualquer outro aspecto da sociedade portuguesa no último quartel do século XIX. Procurava, acima de tudo, a imparcialidade que lhe permitisse a crítica directa e transparente, a sátira mordaz e impiedosa, isenta de qualquer comprometimento político-partidário da época.

O Jornalismo e a Literatura foram, assim, as duas actividades a que Guilherme de Azevedo se dedicou enquanto se encontrava em Portugal. Em 1880, recebe, então, o convite para correspondente em Paris da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que lhe permite a concretização do sonho de conhecer a “cidade-luz”, pela qual o cronista nutria, até essa altura, um forte fascínio. Outros nomes seus conhecidos, como Rafael Bordalo Pinheiro e Ramalho Ortigão, já colaboravam ou haviam colaborado neste prestigiado jornal carioca.

A *Gazeta de Notícias* chegou às ruas brasileiras em 2 de Agosto de 1875 acompanhada de um prospecto no qual a redacção avisava: “Além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de actualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores”⁴³²

Através da leitura deste texto programático do periódico é possível tirar as primeiras impressões do jornal fundado pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes e pelos redactores Henrique Chaves e Lino de Assunção. A *Gazeta* era um periódico voltado para o seu tempo que colocaria, além das actualidades, a arte e a literatura ao alcance da população.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a grande revolução gerada pela inauguração da *Gazeta de Notícias* foi fruto do seu estilo “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar”⁴³³, que se contrapunha e concorria com o único jornal consolidado da época, o *Jornal do Comércio*. Na verdade, este periódico vinha ao encontro do que os poucos letrados da capital (aproximadamente dois por cento da

⁴³¹ *Idem*, pp. 43-51.

⁴³² *Gazeta de Notícias*, prospecto inaugural de 2-VIII-1875.

⁴³³ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 257.

população carioca em 1872 era alfabetizada) desejavam: literatura amena de romances-folhetins, pequenas colunas de crónicas de variedades e secção humorística, entre outras.

Até à morte de Ferreira de Araújo em 1900, nessa primeira fase, a *Gazeta* possuía características peculiares que a tornaram um marco do jornalismo do Brasil. Era um jornal barato, de ampla informação, moderno, de espírito adiantado, o primeiro órgão da imprensa brasileira que divulgou a caricatura diária, a entrevista e a reportagem fotográfica. Para além disso, foi a grande divulgadora e financiadora das letras, dando espaço incomensurável nas suas colunas a todos os grandes escritores nacionais e estrangeiros da época para divulgarem as suas obras e os seus textos jornalísticos.

Assim sendo, escolhia de modo criterioso aquele que teria o privilégio de colaborar no grande jornal daquela época, pelo que não era aceite nas páginas da *Gazeta* nenhum escritor que não tivesse excelente fama e currículo invejável. Gerava-se, deste modo, uma clara interdependência entre homem de letras e jornalismo imposta principalmente pelo facto de o trabalho jornalístico dos escritores representar, na maior parte dos casos, a sua principal fonte de renda, já que a publicação dos seus livros em volume não alcançava o grande público. Daí que os escritores se vissem forçados a ajustar-se aos géneros importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crónica.

Como já havíamos referido, este periódico inovou ainda ao ser vendido diariamente de modo avulso através de ardinhas, enquanto outros jornais concorrentes só efectuavam vendas por assinatura. A iniciativa da *Gazeta de Notícias*, ao mesmo tempo em que fez com que suas vendas fossem expressivas, também lhe possibilitou a fama de jornal popular ao alcance das massas. Grande parte das suas páginas finais era dedicada à publicidade, que abarcava uma gama variadíssima de produtos anunciados: desde remédios para as mais variadas moléstias até à propaganda de peças teatrais em cartaz. O jornal era visto, não só como veículo de entretenimento, como também de grande utilidade pública.

Segundo o mesmo autor, há que ressaltar o facto de que desde o início da *Gazeta de Notícias* nunca se mostrou ausente a crónica semanal, sendo que praticamente todos os dias da semana o jornal acolhia a produção de algum escritor ilustre: Eça de

A Guilherme d'Azevedo



A metade do Antonio Maria que fica, saida a metade que parte. Adeus, querido e bom amigo. Vae em paz e dá lá visitas á Venus do Louvre e ao Mesquitella.

Queiroz, Émile Zola, Machado de Assis ou Guilherme de Azevedo, entre outros grandes nomes da literatura ou do jornalismo.

Assim, nesse contexto, parte Guilherme de Azevedo, no dia 6 de Setembro de 1880, numa tarde de segunda-feira, da Estação de Santa Apolónia para a capital francesa, recebendo, da parte dos amigos, dos admiradores e da Imprensa, uma afável despedida, para além de muitas notas de relevo acerca da sua partida que foram saíndo nos incontáveis jornais diários de então.

Rafael Bordalo Pinheiro não deixou de assinalar este acontecimento num desenho (ver página seguinte), no qual o eminente cronista aparece à janela da carruagem de um longo comboio, com a seguinte inscrição «*Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro», acenando com um chapéu aos seus amigos que agitam lenços. Ao fundo, avista-se como símbolo de Paris a Vénus de Milo.

Entre o grupo de amigos, reconhecem-se Ramalho Ortigão e o próprio caricaturista que, junto à sua figura, inscreve «Cá fico a engrossar o fígado como os patos», manifestando sempre o seu ímpar humor. Na legenda do desenho, podemos ler «A metade do *António Maria* que fica, saúda a metade que parte. Adeus, querido e bom amigo. Vai em paz e dá lá visitas à Vénus do Louvre e ao Mesquitela.».

A verdade é que Guilherme de Azevedo não veria mais o seu país, vindo a falecer prematuramente aos 42 anos, em 1882,⁴³⁴ devido à fístula crónica que lhe causara sofrimento ao longo da vida e que acabou por lhe ser fatal. Assim, ao longo de mais de um ano, até a sua saúde piorar de forma irreversível, o cronista português enviaria, quinzenalmente, divertidas e interessantes “cartas de Paris” para o seu público brasileiro de leitores da *Gazeta de Notícias*.

Em Portugal, sentiram-lhe a falta na Imprensa, tal como se evidencia na “Crónica Ocidental”, ao se afirmar que há poucos jornalistas que tenham a “verve profundamente humorística, muitas vezes cáustica, nunca grosseira, a observação justa, frisante, rápida, esse talento especial e indispensável ao cronista, de apanhar logo qualquer acontecimento pelo lado cómico”.⁴³⁵

Na capital francesa, almeja descobrir, para depois revelar, a vida da grande cidade, nas suas diversas vertentes: cultural, política, social e mundana. Aparecendo em

⁴³⁴ A 8 de Abril de 1882, acompanhado por Lino de Assunção, Rafael Bordalo Pinheiro e Ferreira de Araújo (proprietário da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro), Guilherme de Azevedo sucumbiu à doença que o acompanhava desde os tempos da infância, tendo sido enterrado em Saint’Ouen, um modesto cemitério de Paris.

⁴³⁵ *In Occidente*, Lisboa, 15-IX-1880, p.3.

rodapé de primeira página, as “cartas de Paris” para o Rio de Janeiro foram escritas entre 3 de Novembro de 1880 e 28 de Fevereiro de 1882, sendo publicadas na *Gazeta de Notícias* nessas mesmas datas. Trata-se de um conjunto de 29 crónicas, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e compiladas, embora não na totalidade, na Biblioteca Municipal de Santarém, terra natal do cronista.⁴³⁶

Sendo embora menos conhecido do que Eça de Queiroz, Guilherme de Azevedo apresenta, nalguns aspectos, um percurso de vida e outros traços muito particulares de algum modo análogos. Assim, nascidos ambos no mês de Novembro, padecem, ao longo de grande parte da vida, de um sofrimento físico que, apesar de divergente, os atormenta, acabando por ser, nos dois casos, a sua causa de morte: uma fístula quística na perna, num caso, e o desarranjo intestinal constante, talvez doença de Crohn, no outro.⁴³⁷ Devido à débil saúde, ambos possuíam igualmente uma fisionomia franzina. Guilherme de Azevedo ficou, desde muito novo, sem a figura maternal, enquanto Eça viveu consciente da ausência e rejeição de sua mãe, por questões de ilegitimidade, como é amplamente sabido. Pertenceram também à Geração de 70 e ambos participaram nas Conferências do Casino, partilhando amigos comuns, como sejam Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Rafael Bordalo Pinheiro, entre outros grandes nomes da plêiade cultural e literária da época.

Os dois fundaram e dirigiram jornais, em tempos e lugares distintos, reconhecendo a actividade jornalística como meio primordial de mudança social e de veículo cultural para um número sempre crescente de leitores ávidos de informação e de entretenimento, empenhando-se deveras na produção para a Imprensa: Eça em *O Distrito de Évora*, a partir de 1867; Azevedo em *O Alfageme*, em 1871. Na década e meia em que viveu em Lisboa, Azevedo conquistou prestígio entre o meio literário e cultural português, granjeando amigos e admiradores. Embora em épocas diferentes, ambos partilharam com Ramalho Ortigão as singulares tarefas de *farpear* com cáustico

⁴³⁶ No que se refere às crónicas de Guilherme de Azevedo para o Brasil, faremos uso da recolha/transcrição dos documentos constantes na Biblioteca Municipal de Santarém, feita por Eulália Teigas Marques, no Volume II da sua Dissertação de Mestrado em História, já referida anteriormente. Algumas crónicas apenas se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, estando ainda compiladas na obra, organizada por António Dias Miguel, Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris (1880-1882)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

⁴³⁷ Em carta datada de 20 de Abril de 1879, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eça refere essa mesma circunstância que o impele inclusive a deixar a sua função em Newcastle para passar a viver em Bristol, que apresentava melhores ares e condições atmosféricas mais favoráveis: “O desfavorável estado da minha saúde reclamando a minha imediata saída de Newcastle, eu tenho a honra de participar a V. Ex^a que, de harmonia com as instruções de V. Ex^a, de 15 de Outubro de 1878, regresso nesta data a Bristol, deixando este Consulado...”, in Eça de Queirós, *Correspondência consular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 84.

humor as instituições e as individualidades mais preponderantes de Portugal nas derradeiras décadas de Oitocentos – no caso de Eça, com *As Farpas*, a partir de 1871 e com Guilherme de Azevedo, com *Álbum das Glórias*, a partir de 1880. Faleceram ambos em Paris – Guilherme de Azevedo na Maison Dubois, uma casa de saúde, em 1882, e Eça de Queiroz, na sua casa de Neuilly, no ano de 1900.

Apesar de terem como amigo comum Ramalho Ortigão, não consta que, entre eles, se tenha encetado qualquer relacionamento de amizade. No entanto, a nível literário, houve demonstração, de parte a parte, do reconhecimento do seu trabalho artístico, pois, assim como Eça, aquando da publicação de *Alma Nova*, não se terá furtado a considerar Guilherme de Azevedo como um promissor autor da literatura portuguesa, também este, nutrindo uma forte admiração pelo romancista, lhe terá dedicado uma das suas crónicas biográficas no *Álbum das Glórias*, onde tece os maiores elogios ao autor de *O Primo Basílio*.⁴³⁸ Dedicava igualmente outro magnífico texto assinado por João Rialto, na mesma obra, dedicado a Ramalho Ortigão, o co-autor de *As Farpas*, onde enaltece o seu carácter combativo em moralizar todas as instituições e círculos sociais através da dura crítica e do sarcasmo, de que passamos a citar um fragmento:

*Ramalho Ortigão foi o Hércules que tomou sobre os seus ombros a tarefa de limpar os currais de Augias, que entre nós se conheciam sob os pseudónimos de educação, costumes, civilidade, parlamentarismo, e outros epítetos mais ou menos discretos. Auxiliado por Eça de Queirós compôs um sólido basculho a que deu o nome de Farpas, formado de cardos e de constelações, e principiou a varrer com denodo as teias de aranha dos cérebros, derramando petulantemente faíscas de luz nas consciências.[...] Ramalho Ortigão fora um espanejador olímpico. Passara uma esponja sobre quarenta anos de sensibilidade pátria, e submetera as instituições a um banho de chuva colocando-lhe um raio de luz em cima do barrete de dormir. A sua pena transformara-se em uma picareta de ouro, rija e sonora, que deluía pelos alicerces o velho casebre aonde os antigos inspirados da administração e do amor suspiravam de noite ao luar! [...] A sua escrita larga e serena, em que há todos os clangores guerreiros e todos os arrulhos pacíficos, parece traçada com uma pena de águia... arrancada da asa de uma pomba. Sobretudo, já o disse uma vez Eça de Queirós, tem o génio decorativo.*⁴³⁹

⁴³⁸ Vide excerto na p. 47 desta dissertação.

⁴³⁹ Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum das Glórias*, op. cit., p. 18.

No jantar de despedida do cronista escalabitano de partida para a capital francesa, organizado, em 30 de Agosto de 1880, estiveram presentes “cerca de vinte escritores, artistas, jornalistas e boémios, para os quais o viajante representava não só o grande promovido a uma vida que muitos deles ambicionavam, mas ainda um dos protótipos da vida quotidiana de Lisboa: o frequentador dos cafés até desoras, o infalível das estreias teatrais e dos espectáculos de ópera, o cliente certo das cavalcadas políticas do Parlamento em dia de marés vivas, o frequentador das feiras e dos locais de petisco, o apreciador dos piqueniques e das corridas de cavalos, a companhia indefectível nas redacções dos jornais.”⁴⁴⁰

Partilhava ainda com Eça um refinado modo de ver o mundo e os homens, a “verve profundamente humorística, muitas vezes cáustica, nunca grosseira, a observação justa, frisante, rápida [...] de apanhar logo qualquer acontecimento pelo lado cómico, descobrir no primeiro olhar o calcanhar de todos os Aquiles e saber ter sobre todos os factos o primeiro *mot* e ao mesmo tempo a última palavra”,⁴⁴¹ facto que lhe trouxe o reconhecimento como um dos melhores cronistas da época.

Na capital francesa, Guilherme de Azevedo visita, desde logo, todos os locais de que ouvira sempre falar e que tanto fascínio lhe provocavam, pois, como explicita Maria Helena Lucas, “Paris vira-o borboletar pelos *boulevards* à procura do novo, do imprevisto, do acontecimento de última hora” o que levou a que o considerassem, na época, “irmão gémeo de Aurélien Scholl, Jules Vallés, Rochefort, André Gill e de outros evangelistas do jornalismo e da crónica ligeira”.⁴⁴² Em carta ao seu dedicado amigo Rafael Bordalo Pinheiro, datada de 15 de Setembro de 1880, refere a “Ópera, o Café Riche, o Tortoni, o Palais-Royal, o Louvre”⁴⁴³ como locais de eleição nas suas primeiras deambulações em Paris.

Apesar de ter sido contratado como correspondente para o Brasil, Azevedo não rompe os laços jornalísticos e profissionais com alguns periódicos portugueses (*Diário da Manhã*⁴⁴⁴ e *O Primeiro de Janeiro*,⁴⁴⁵ de Lisboa e do Porto, respectivamente), para

⁴⁴⁰ Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris (1880-1882)*, (Organização, introdução, notas e posfácio de António Dias Miguel), Lisboa, IN-CM, 2000, p. 9.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 11.

⁴⁴² Maria Helena Batista Lucas, *Guilherme de Azevedo na Geração de 65 – O Homem e a Obra*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, 1941-42, p. V.

⁴⁴³ *Idem*, p. 12.

⁴⁴⁴ Periódico lisboeta, cujo director era Pinheiro Chagas, encetou a sua publicação em 1876.

⁴⁴⁵ Um dos mais antigos jornais portugueses, nascido em 1868, na cidade do Porto, estando o seu aparecimento ligado à corrente reformista esquerda liberal.

os quais continuará a escrever concomitantemente com as crónicas para a *Gazeta de Notícias*, ou somente em alternância. Assim, a carta com que enceta a sua colaboração para o jornal brasileiro surge publicada no Rio de Janeiro a 3 de Novembro, devido ao tempo que mediava entre o envio desta de Paris até à sua chegada e publicação no periódico carioca.

Encontrando-se no centro do mundo, os assuntos não lhe faltam para o conteúdo das suas crónicas. Muitas delas têm início a partir de algo que prende a atenção do cronista ao errar pelo espaço parisiense, com curiosidade, e até algum deslumbramento. Parte, assim, do circunstancial para daí estabelecer uma série de divagações e relações entre o real, revelado aos seus olhos enquanto deambula pela capital francesa, e a conexão com uma série de factos ocorridos nas semanas anteriores, escolhidos pelo correspondente como conteúdo de interesse para os seus leitores da *Gazeta de Notícias*. Azevedo integra-se, de tal modo, no ambiente parisiense desempenhando tão vivamente este seu novo papel de folhetinista que, segundo os seus contemporâneos, era “em espírito e em carne, um cronista parisiense que escrevia em português”.⁴⁴⁶

Nas suas crónicas para a *Gazeta de Notícias*, nota-se a necessidade de, como referia Ramalho Ortigão, sair à rua, pois, segundo alega, “a imobilidade de corpo paralizava-lhe a actividade cerebral”.⁴⁴⁷ Deste modo, tinha de “olhar as lojas, percorrer os jardins públicos”, sentar-se nos cafés e esplanadas e “entrar nos teatros”.⁴⁴⁸ É um cronista detentor de um discurso fácil, um comentador elegante dos inumeráveis e, por vezes, tão díspares acontecimentos diários, captando o público pela novidade e pela hábil selecção desses mesmos acontecimentos desenvolvidos na sua assídua crónica enviada de Paris.

⁴⁴⁶ Xavier de Carvalho, in *O Século*, Lisboa, 19-II, 1892, apud Maria Helena Batista Lucas, *Guilherme de Azevedo na Geração de 65 – O Homem e a Obra*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, 1941-42, p. V.

⁴⁴⁷ Ramalho Ortigão, “À memória do amigo e colaborador, nas crónicas para a *Gazeta de Notícias*”, in *Jornal do Comércio*, Lisboa, 13-IV-1882, p. 3.

⁴⁴⁸ *Idem, Ibidem*.

Procedendo ao levantamento dos vários temas e assuntos abordados nas colaborações de Guilherme de Azevedo para o Brasil, poderemos estabelecer cinco diferentes categorias de acordo com os diversos conteúdos focados: **Política, Personalidades, Paris, Teatro e Factos diversos**.⁴⁴⁹ A escolha do conteúdo não é linear dentro de cada crónica, pois, o cronista subordina o seu interesse ao factual, à curiosidade e à singularidade dos inúmeros acontecimentos e figuras a que se refere.

Todos os seus textos cronísticos aparecem divididos em pequenas secções (entre quatro a seis), cada uma reservada a um acontecimento que urgia analisar, pela sua importância e actualidade, encetando geralmente com assuntos mais prementes e/ou sérios, para terminar com aspectos “mais amenos”, como costuma referir, nos quais passa a comentar espectáculos a que assistira e onde tem destaque a arte teatral tão apreciada pelo correspondente português.⁴⁵⁰ Deste modo, prosseguiremos fazendo a recolha dos diversos assuntos seleccionados e desenvolvidos pelo autor, dentro de cada um dos temas acima assinalados, ao longo das vinte e nove crónicas publicadas no Rio de Janeiro.

Tal como muitos dos escritores do seu tempo, Guilherme de Azevedo preocupou-se com os vários aspectos sociais, culturais, económicos e políticos vigentes na época, colocando a sua escrita e o seu humor como instrumentos de intervenção. Helena Buescu evidencia mesmo a importância das suas crónicas como importante testemunho de uma época histórica, ao afirmar que “como cronista, «contador de mil coisas», entre o sério e o jocoso, num estilo familiar e divagativo, soube dar conta dos principais acontecimentos da época, transformando os seus escritos num valioso documento cultural”.⁴⁵¹

A própria cidade de Paris e o deslumbramento que sente perante a cidade ansiada servem-lhe, no entanto, de tema suficiente para as suas crónicas iniciais. O contacto real com a capital que tanto o fascinava traz-lhe, no entanto, sensações

⁴⁴⁹ O próprio cronista usava esta expressão como tradução à letra de *fait divers*, expressão francesa que se refere a tudo o que se passa na vida quotidiana, desde a morte de alguém a um escândalo amoroso ou um crime sensacional (Cf. carta de 3-VI-1881).

⁴⁵⁰ A estrutura das crónicas parisienses não diverge das crónicas que escreveu para os jornais e revistas portuguesas onde colocou igualmente o seu engenho. Enceta, na maior parte das vezes, os seus textos cronísticos com o boletim meteorológico, a que se segue a política, algumas considerações sobre a vida social e, posteriormente, a vida cultural em que dedica forte interesse ao teatro, à ópera e até ao circo. No entanto, por vezes, os seus textos poder-se-ão dedicar exclusivamente a um facto político ou até artístico, como é o caso das crónicas de 8-II-1881 e de 17-III-1881, respectivamente.

⁴⁵¹ Helena Carvalhão Buescu, *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997, pp. 36-37.

inesperadas, tais como o cheiro que lhe invade as narinas e se assemelha ao de Lisboa,⁴⁵² de onde o cronista “ainda não há três semanas”⁴⁵³ havia estado. De qualquer modo, em Paris, a mesma situação é alvo de notícia na imprensa local.

Quando Guilherme de Azevedo chega à capital francesa, encontra uma cidade com uma certa dormência institucional. Abundam os turistas ingleses, bebendo *bocks*, que serão alvo de crítica, por parte do cronista, devido, entre outros aspectos, ao seu carácter fleumático, ficando, no Louvre, “estáticos diante da Vénus de Milo”, no Bouliet, “absortos diante da gargalhada petulante das *grisettes*” e, segundo conclui, “frequentavam por igual a biblioteca de Santa Genoveva e o *Can-can*”.⁴⁵⁴

A **nível político**, refere o facto de se encontrar numa época anterior às “lutas parlamentares”,⁴⁵⁵ prognóstico feito pelos observadores políticos que veiculavam, na Imprensa, as suas ideias sobre o Parlamento e os seus casos. Aliás, a oratória parlamentar é algo que prende a atenção dos franceses, surgindo em destaque alguns eminentes deputados como Gambetta. Os seus discursos eram muito apreciados pelos parisienses, para além das peripécias com que deleitavam o seu auditório, lembrando uma dramatização em que o orador terá de evidenciar uma destreza ímpar para se defender dos golpes verbais dos seus adversários.⁴⁵⁶

Assim, seguindo as categorias delineadas, no âmbito da Política, a escolha dos factos prende-se, obviamente, com os ocorridos no período temporal de 1880 a 1882, anos em que Azevedo teve uma participação mais activa no jornal brasileiro, até o seu

⁴⁵² A este respeito, convém recordar que era recorrente a referência às emanações provenientes das ruas de Lisboa, conforme Azevedo já aludira na sua peça de teatro, escrita com Guerra Junqueiro, caracterizando-as de “cheiro pouco parlamentar” (Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro, *op. cit.*, p. 39) e anotado por Fernando Leal como um “cheiro peculiar e característico” já eternizado por Lord Byron em alguns versos: «But whose entered within this town,/ That shining far, celestial seems to be,/ Disconsolate will wander up and down,/ Mid many things that grieve both nose and eye; For hut and palace show like filthily:/The dingy denizens are rear’d in dirt[...]”, *Idem*, pp. 150-151.

⁴⁵³ Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris (1880-1882)*, (Organização, introdução, notas e posfácio de António Dias Miguel), Lisboa, IN-CM, 2000, p. 41.

⁴⁵⁴ Guilherme de Azevedo, “Folhetim – Carta de Paris”, in *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20-XI-1880, p. 1.

⁴⁵⁵ *Idem*, 1-XII-1880.

⁴⁵⁶ A este respeito, veja-se o contraste entre a importância e a seriedade do parlamento francês, em contraste com o português, no qual, tal como já havia criticado em *Viagem à Roda da Parvónia*, os deputados de S. Bento são retratados como seres abjectos, sem maneiras e sem cultura, que se dedicam a uma série de frivolidades desprovidas de sentido e de interesse pátrio. Cf. Carlos Lobo de Ávila, na referida obra, já citada anteriormente, pp. 160-162: “quem é que não tem visto o espectáculo desordenado, caprichoso, que oferecem os deputados ao país que os contempla? Ninguém ocupa o seu lugar e ninguém escuta o orador. Há um ruído constante de portas que se abrem e que se fecham, de carteiras que batem ao cerrarem-se, de cadeiras que se arrastam, de grupos que palestram, de friorentos que aquecem os pés ao calor do fogão, de bronquíticos que tosseem, de turbulentos que berram [...] A nossa retórica parlamentar é uma retórica de chinelo”.

estado de saúde comprometer séria e irreversivelmente a sua colaboração. Muitos dos seus comentários advêm da leitura de jornais parisienses da época, principalmente no que diz respeito aos assuntos políticos internos e internacionais.

Na crónica que assina a 20 de Agosto de 1881, refere a campanha eleitoral francesa que já se manifesta através da publicidade em cartazes que invadem os muros parisienses a par com anúncios a todo o tipo de maleitas. O cronista destaca ironicamente a existência de um excessivo número de candidatos, pois, como refere, “há candidatos para todos os paladares, desde o candidato creme para uso do legitimismo dispéptico, até ao candidato-dinâmico aos colectivistas. Os agentes de anúncios não têm mãos a medir e são obrigados a empregar verdadeiros prodígios de imaginação para fazer sobressair os candidatos que procuram os seus órgãos de publicidade, entre os cartazes anunciantes, que ainda há quinze dias anunciavam o Zoedone ou um xarope miraculoso para extinguir ao mesmo tempo a calvície e o reumatismo... incurável!”⁴⁵⁷

Relativamente a aspectos da política internacional, Guilherme de Azevedo focalizou naturalmente o seu interesse em dois acontecimentos europeus de grande importância na época: o atentado ao Czar da Rússia, Alexandre II, em 1 de Março de 1881, e a emergência das forças republicanas pondo em risco as principais monarquias europeias. Quanto ao primeiro facto, o cronista manifesta a sua estupefacção perante o modo como o imperador fora assassinado, tendo sido atingido por algo que caracteriza como “uma bomba do último quartel do século XIX. Nada de pólvora e nada de ferro. Apenas dois globos de vidro [...] com uma pitadinha de nitroglicerina oculta no centro”.⁴⁵⁸ Alexandre, o Bom, apesar do seu epíteto, teve sempre uma vida muito atribulada, sendo um monarca continuamente perseguido, pois, como salienta o correspondente, a sua existência marcara-se pela insólita circunstância de não “saber ao deitar-se se vai dormir sobre um colchão de penas ou sobre um caixão de pólvora”.⁴⁵⁹

Tal situação deveu-se obviamente às medidas reformistas deste monarca, reconhecidas inicialmente como benévolas para, mais tarde, passarem a ser encaradas como prejudiciais a certas classes, o que levou a intensas lutas liberais e à vontade de instaurar uma República, gerando muita violência, uma forte repressão e um acentuado número de deportados. Por isso mesmo, Guilherme de Azevedo, renunciando já a

⁴⁵⁷ *Idem*, 27-IX-1881.

⁴⁵⁸ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-IV-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 106.

⁴⁵⁹ *Idem*, *Ibidem*.

iminente crise político-social russa, afirma que na história deste país “volta-se hoje uma nova folha, que o mundo vai começar a ler”, ao que acrescenta o facto do novo Czar “ou cede ou vai pelos ares, ou dá a liberdade ou dão-lhe um tiro, ou outorga uma constituição ou voa!...”.⁴⁶⁰ A repercussão em Paris deste facto internacional é, desde logo, assinalada pelo cronista, pelo receio de alguma eventual investida do “urso branco do Norte”,⁴⁶¹ numa altura em que a proclamação de um novo Czar era inevitável.

O surgimento de novos movimentos conducentes à implantação de Repúblicas em detrimento de várias monarquias europeias é outro acontecimento que merece o destaque do jornalista nos escassos meses da sua permanência em Paris. Constata, assim, o facto de vários monarcas se reunirem a fim de conferenciarem sobre os desígnios dos tempos revoltos que se viviam e que, cada vez mais, se adivinhavam irreversivelmente dramáticos para o poder monárquico que, ao longo de muitos séculos e gerações, se havia instalado comodamente sem contestação ao seu valor pátrio.

Ora, o cronista pressente esse temor dos monarcas, a sua “luta travada para *viver*” que os leva a reunirem-se, lembrando-lhe “um colóquio de caçadores antes de começar a *batida* contra um animal bravo”.⁴⁶² Daí que os imperadores da Rússia e da Alemanha, os reis de Itália, da Áustria, de Portugal e de Espanha conferenciassem com os seus congéneres mais próximos, a fim de evitarem esse “animal feroz [que se] chama... a República”.⁴⁶³

Quanto à política externa francesa, o interesse do cronista detém-se no aspecto bélico e especificamente no envio de tropas gaulesas para a Tunísia e a Argélia e na expansão colonial em diversos países de África, tais como, Senegal, Sudão, Gabão, Congo e Costa do Marfim, referida fugazmente numa crónica datada de 16 de Agosto de 1881. O envio do exército francês para a fronteira tunisina a fim de evitar a invasão do Kroumir terá causado grande sensação em Paris, de tal modo que, como afirma, “na feira do *pain d'épice* vêmo-lo tratado em massa, nos discursos dos ministros em retórica, nos artigos de fundo em movimentos de indignação”.⁴⁶⁴ Emerge deste acontecimento a constatação, com algum espanto por parte do cronista, da censura jornalística imposta ao trabalho dos correspondentes de guerra dos jornais parisienses. Como excepção, refere, com ironia, o famigerado periódico *Figaro* que, “a troco de

⁴⁶⁰ *Idem*, p. 107.

⁴⁶¹ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶² *Idem*, p. 127.

⁴⁶³ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶⁴ *Idem, Ibidem*.

mais cem mil exemplares vendidos nos quiosques”, ordena ao seu correspondente que falte à letra do convénio e fique sujeito às “leis da guerra”, enviando “notícia detalhada de um combate [...] fazendo-se fuzilar doze horas depois do leitor a ler”.⁴⁶⁵

O facto do interesse do cronista pela política ser diminuto, prendendo-se unicamente com a sua função como correspondente e pela necessidade de revelar a vida francesa nas suas diversas facetas, os acontecimentos que destaca, a nível interno, são, de certo modo, pouco relevantes e até, nalguns casos, caricatos. Deste modo, na crónica de 1 de Dezembro de 1880, chama a atenção para a lei governamental que limita as práticas fúnebres das congregações religiosas a determinados dias, o que levou alguns membros clericais a colocarem “mais algumas trancas nas portas e solidificarem com mais alguns pregos as fechaduras católicas”, ao sentirem a hostilidade dos cidadãos, da “gente disposta a meter portas dentro”.⁴⁶⁶ Daí que o jornalista, recordando a ideia de alguém, afirme com ironia que “treme-me a mão de escrevê-lo! Numa hora de sinistra inspiração, alguém concebeu o plano seguinte: as congregações em vez de trancarem as portas, deviam simplesmente fazer o seguinte – tirá-las [...] E as congregações morreriam ao mesmo tempo mártires da fé e das bronquites”.⁴⁶⁷

Outro aspecto de ordem governamental que salienta é o da análise/balanço do ano de 1880 pelas duas facções políticas – para o partido do “velho regime”, nada houvera de benéfico para a França, enquanto que, para os republicanos, se tratara de um ano deveras proveitoso para a Humanidade em geral, a nível político e até moral. Perante este facto, o cronista não se limita a informar, optando, na generalidade dos casos, por opinar relativamente a alguns acontecimentos menos louváveis de uma nação mais poderosa belicamente, com os “formidáveis couraçados” perante um inimigo débil e incapaz de enfrentar o opressor, tal como na “demonstração naval do Oriente”, que o leva a afirmar, com indignação, ser um tipo de atitude análoga à das “velhas nações guerreiras e feudais”.⁴⁶⁸

Igualmente pelo cariz insólito, desperta a curiosidade do cronista a lei do uso dos títulos nobiliárquicos que obriga os seus detentores a dispendir anualmente de uma avultada soma, um imposto consoante o título que deseja ostentar. Deste modo, Azevedo faz lembrar que, tal como no passado tempo de Luís XIV, o próprio monarca

⁴⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

⁴⁶⁶ *Idem, p. 34.*

⁴⁶⁷ *Idem, p. 35.*

⁴⁶⁸ *Idem, p. 79.*

permitia o leilão de títulos de nobreza, situação em que “todo aquele que quiser ser duque pagará 10 mil francos por ano; o que desejar ser marquês 5 mil; apenas de mil o que levar a sua vaidade até ao ponto de querer ser barão”. Posto isto, propõe-se que esta nova fonte de receita alivie outros tantos contribuintes, ao que o correspondente para o Brasil conclui, com o seu habitual sarcasmo, que “um homem já não rogará a Deus que as searas produzam, ou que o valor das acções bancárias vá crescendo: pedirá simplesmente que o número dos parvos vá subindo”.⁴⁶⁹

Muito embora o interesse do cronista por assuntos de ordem política seja pouco acentuado, ou mesmo declaradamente vago, já no que diz respeito a **personalidades**, sejam políticos, escritores, filósofos, pintores ou relacionados com o mundo do espectáculo, Guilherme de Azevedo dedica inúmeras páginas da sua correspondência. Entre o longo desfile de personagens que merecem a sua atenção e a sua apurada análise, destaca-se a figura de Gambetta,⁴⁷⁰ referida por diversas ocasiões e em crónicas distintas, o que revela manifestamente a força e a importância deste político no escasso intervalo de tempo da sua permanência em Paris.

É a personalidade do momento, na política francesa, a “esfinge que todos tentam decifrar”, por isso, o político, “entendendo que tudo é transitório na vida”, publica os seus discursos em volume para, posteriormente e de acordo com a suposição do cronista, “bater à porta da Academia Francesa”⁴⁷¹, exigindo, não sem o esforço da feitura de um livro, o reconhecimento dos seus membros. Assim, como refere ironicamente o folhetinista, “se não me ficasse mal o papel de profeta, eu diria mesmo que é a cadeira de Littré que o presidente da Câmara visa neste momento”, pelo que, conclui gracejando, “para o que der e vier, é bom que vamos já arranjanado bilhete com antecipação”.⁴⁷²

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 109.

⁴⁷⁰ Estadista e político, nascido em 1838 e falecido em 1882, foi um dos fundadores da Terceira República Francesa. Filho de um imigrante italiano, opta pela nacionalidade francesa em 1859. Licenciado em direito, torna-se conhecido como brilhante defensor do jornalista republicano Louis Charles Delescluze, em 1868. Apesar de ver o seu cliente condenado à deportação, Gambetta adquire notoriedade, tornando-se o novo orador da esquerda republicana. Nas eleições de 1869 é eleito nas cidades de Paris e de Marselha respectivamente contra Hippolyte Carnot e Adolphe Thiers. Após a derrota de Sedan, durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71, surge à frente dos republicanos, pondo fim ao Império de Napoleão III, a 4 de Setembro de 1870. Proclamada a República e organizado o governo de defesa nacional, para iniciar a resistência, Gambetta teve de deixar a cidade de Paris num balão para organizar os exércitos nas províncias. Mais tarde, de 1881 a 1882, torna-se Presidente do Conselho de Ministros.

⁴⁷¹ *Idem*, p. 53, crónica de 8-I-1881.

⁴⁷² *Idem, Ibidem*.

Aliás, a referência aos discursos de Gambetta é reiterada, em diversas ocasiões, em que se destaca a sua ousadia e um forte carisma, que lhe permitiram, na Sorbonne, a acérrima defesa e um rasgado louvor a Auguste Comte e à sua filosofia positivista, algo de verdadeiramente inédito “debaixo dos tectos carunchosos da Sorbonne, um orador ousa desassombradamente fazer elogio de um sábio que é a negação das teias de aranha metafísicas, pendentes dos crâneos daquele estabelecimento de ensino”.⁴⁷³ Ou, noutra ocasião, desta vez no banquete dos Taverneiros do Sena, em que o grande orador, recebido com a devida pompa e circunstância, causou furor entre os seus anfitriões, conhecedor do importante papel desta classe como impulsionadores de uma opinião pública que, na época, já se tornara cara ao poder político. No entanto, no final, deu-se a desilusão entre o público quando este se apercebeu que o eminente orador não os tinha apresentado com um dos seus famigerados discursos que “durante uma semana fazem o giro do mundo”.⁴⁷⁴

Gambetta é-nos caracterizado como ostentando “um belo ventre proeminente, abotoado dentro de uma circumspecta casaca preta”, sendo ainda apresentado como detentor de toda a argúcia e sagacidade de um “animal” político, pela eloquência, pelo lisonjeio fácil, pela saudação melíflua à imprensa, pelo talento em se escapar às verdades inconvenientes. Nesse jantar, o grande orador conseguira preparar toda uma *mise-en-scène* a fim de ludibriar a imprensa que ansiava por um dos seus famosos discursos surripiando-se “como um desses fantoches que fazem o delírio das crianças”.

O almejado discurso vem à luz na manhã seguinte, o que leva o cronista a rematar, com a sua verrina costumeira, que “para soltar este voo, Gambetta firmara-se num degrau, na véspera à noite. Este degrau tinham sido os taverneiros. De manhã, quando os vendedores de vinhos ainda sonhavam, o tribuno abria as asas. Não há nada mais angélico!”.⁴⁷⁵ Tendo em conta a veracidade e a minúcia com que o cronista descreve os acontecimentos e as personagens, poderemos depreender, com um certo grau de causalidade, que terá estado presente nesse banquete, pois como o próprio tem o cuidado de salientar, na tribuna “estavam a postos todos os *reporters* da imprensa de Paris e do estrangeiro”.⁴⁷⁶

⁴⁷³ *Idem*, p. 72, crónica de 20-I-1881.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 91.

⁴⁷⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁷⁶ *Idem, Ibidem*.

De igual modo, a viagem de Gambetta à sua terra natal, Cahors, suscitaria o forte interesse da imprensa na época, não sendo, no entanto, um acontecimento político mas social, do foro dos *factos diversos*, como o próprio cronista faz questão de salientar, tal como quando este intrépido político é caricaturado em todos os periódicos franceses e até estrangeiros, de tal modo que, como afirma, “enchem os quiosques dos vendedores de jornais”, onde se representam “Gambettas em todas as atitudes, em todos os tamanhos, das mais variadas cores”.⁴⁷⁷ Mas, mais uma vez o carismático orador ascende sobre as efémeras veleidades humanas que o querem ensombrar e, apesar de ser ser o homem “mais ridicularizado pelo lápis”, “estão todos a cansar, e enquanto Gambetta vai fazendo discursos, eles não fazem dinheiro, e, o que ainda é pior, não fazem rir!”.⁴⁷⁸

O escritor naturalista e jornalista Émile Zola é evocado numa das suas crónicas, não pelas suas reconhecidas capacidades literárias, mas sim devido a uma insólita situação ocorrida na imprensa francesa. Como colaborador da célebre folha do *Figaro*, o autor de *Nana* sentiu a forte e prosaica contingência do “vil metal” e do seu poder em inibir a liberdade de expressão e de opinião. Ao expor as suas ideias na defesa de um dos seus discípulos, Zola é ferido no seu “brio e pundonor”, ao ser atacado, na página do dia seguinte por um outro colaborador, de ideias reaccionárias, deste periódico conservador, que o chama à pedra e o intima a “entrar na ordem” do *Figaro*. Guilherme de Azevedo, revendo-se na figura do eminente jornalista, assiste condoído ao acto submisso de Zola em refrear a sua natural revolta, por mais dois meses, altura em que o contrato com o jornal expirava, por razões meramente económicas e de subsistência, pois, como refere, “a indignação é um nobre sentimento romântico-intolerável quando custa mil francos por mês”.⁴⁷⁹

A grande senhora do mundo do espectáculo, Sarah Bernhardt⁴⁸⁰, já a viver fora de França, na época em que o cronista português se encontrava a viver em Paris, não

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 208.

⁴⁷⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁴⁷⁹ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-VIII-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 186.

⁴⁸⁰ Uma das mais conhecidas actrizes de teatro de sempre, Sarah Bernhardt nasceu em Paris, em 1844, vindo a falecer, na mesma cidade, em 1923. Filha de uma famosa cortesã holandesa de origem judia e de um estudante de direito francês, foi-lhe dado o nome de Henriette-Rosine Bernard. Um dos amantes da mãe, o duque de Morny, meio-irmão materno do imperador Napoleão III, decidiu que a rapariga deveria ser actriz, e quando completou 16 anos conseguiu que fosse admitida no Conservatório de Paris. Depois de ter atingido grande sucesso nos palcos parisienses, representou, em 1879, em Londres, onde o público inglês se rendeu à sua interpretação de *Phédre*, produzido no *Gaiety*. Uma carreira internacional estava à sua disposição, a partir desse momento.

podia deixar de ser evocada. Esta propunha-se encetar uma longa digressão por vários países e continentes, à excepção da Alemanha, como fez questão de declarar nos periódicos de então, devido, obviamente, à questão política que se começava a gerar entre os dois países e à perseguição anti-semita. Os seus admiradores parisienses aguardavam ansiosamente a presença da sua conterrânea para mais uma representação de *A Dama das Camélias*, antes da ida da célebre atriz para o estrangeiro “engrossar o milhão que teve a fortuna de ganhar na América”.^{481 482}

A morte de eminentes personalidades da época, que se destacaram em diversos quadrantes, assim como as respectivas cerimónias fúnebres, são um tema recorrente nas epístolas jornalísticas para Portugal e o Brasil. Deste modo, a morte de Offenbach,⁴⁸³ o grande músico, que é “nem mais nem menos a expressão artística de uma época”,⁴⁸⁴ é sentida em Paris, desde o pregão dos jornais, passando pelas conversas de rua e terminando nos teatros onde a música deste artista ecoa ainda nos espectáculos. As suas exéquias são descritas pormenorizadamente, indiciando o testemunho presencial do cronista, na igreja da Madalena, onde “as sedas roçantes e as dalmáticas pomposas do catolicismo não se hão-de dar muito mal naquele ambiente perfumado por igual, nos dias solenes, com incenso e com *lubin*”.⁴⁸⁵

A população invadiu o local, onde se entrava “simplesmente por carta de convite”. No entanto, como faz questão de destacar hiperbolicamente o cronista, “quando chegou o momento do ingresso dos primeiros convidados, já não havia lugar

⁴⁸¹ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 1-VII-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 178.

⁴⁸² Em 1880, Sarah Bernhardt abandonou a companhia oficial francesa, indo representar em Londres e depois na Dinamarca. Tendo criado a sua própria companhia, partiu para os Estados Unidos. Durante dois meses percorreu cinquenta cidades americanas. Nova Iorque é a primeira cidade americana a vê-la, em 8 de Novembro de 1880. De regresso à Europa, actua em muitos lugares, exceptuando a Alemanha. Em Odessa, na terra dos czares, ia sendo cachinada por anti-semitas russos. Mas o czar presta-lhe homenagem pública. Na década de 80 aparece na sua vida o dramaturgo Victorien Sardou, que escreve para a atriz *Fédora* (1882), *Théodora* (1884), *La Tosca* (1887) e *Cléopâtre* (1890), dirigindo-a nas suas próprias peças e levando-a a actuar de uma maneira extrovertida, em cenários exóticos e com guarda-roupas riquíssimos, no Teatro de *La Porte Saint-Martin*, de que a atriz se tinha tornado proprietária.

⁴⁸³ Compositor francês, de origem alemã, Jacques Offenbach nasceu em 1819, em Colónia e faleceu em 1880, em Paris. Compôs cerca de cem operetas, um tipo de ópera criado por este autor onde é predominante o burlesco. Este género tornou-se um dos produtos artísticos marcantes da época. É particularmente conhecida a sua ópera *Les contes d'Hoffmann* (*Os Contos de Hoffmann*, 1881), inspirada em textos de E. T. A. Hoffmann. Entre outros trabalhos, Offenbach é autor de *Orphée aux enfers* (*Orfeu nos Infernos*, 1858) e *La belle Hélène* (*A Bela Helena*, 1864).

⁴⁸⁴ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-II-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 9.

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 10.

nem para o próprio defunto!”.⁴⁸⁶ O seu público dos espectáculos enche o local, onde não faltavam “ingleses circunspectos” que “havia ficado de noite com as suas famílias – antigas inglesas de caracóis pendentes sobre as espáduas e delicadas miss com o tronco hirto cingido nos *jerseys* que são a nota mais saliente da moda do Outono – e todos, de binóculo a tiracolo, haviam aguardado impacientemente que os batentes se abrissem, para rolares como uma avalanche sobre o corpo macerado do suíço, que mais uma vez reconheceria a pouca autoridade do seu bastão contra os ímpetus da onda popular”.⁴⁸⁷

O ambiente envolvente continua a ser descrito com o detalhe de um observador sempre presencial. Chovia enquanto se aguardava a chegada do corpo de Offenbach, ao mesmo tempo que “o ruído das carruagens abafava-se um quase nada cá fora na superfície viscosa do macadam e do asfalto”, o que leva o cronista a considerar que “o estrépido parisiense manifestava a sua dor pondo surdinas”.⁴⁸⁸ A sua descrição minuciosa prossegue quando o defunto chega num esquife sobre uma “carruagem forrada de negro, literalmente carregada de flores”.⁴⁸⁹ Este é introduzido “a custo” na igreja. Após a cerimónia religiosa, o corpo do músico “pôs-se de novo em marcha estendendo-se em todo o prolongamento dos *boulevards*”.⁴⁹⁰ Conforme salienta, a fim de melhor veicular a circunstância da sua presença física naquele local, a chuva dissipara-se e “o sol glorioso iluminava a apoteose do maestrino” e “ao longo dos *trottoirs*, as avezinhas chilreavam alegres sacudindo as asas húmidas”.⁴⁹¹

A reacção dos parisienses é também algo que o cronista não deixa de grafar, manifestando igualmente a sua própria constatação de que “a multidão descobria-se silenciosa diante do féretro, porque em todo o caso é uma das características do povo francês o seu grande respeito pela dignidade da morte”.⁴⁹² Manifesta a sua impressão perante o grandioso cortejo fúnebre daquele eminente artista franco-germano, quando afirma que “o golpe de vista neste momento era bizarro”, pois, “o cortejo seguia ladeado pela multidão, correndo pelos *trottoirs*, no meio das alas intermináveis dos veículos de toda a ordem, interrompidos um momento no seu trânsito. Das ruas laterais corria gente para observar e, quando o préstito tocava o ponto culminante do *boulevard* inclinado de Montmartre, o espectador colocado em baixo via movendo-se simplesmente, uma

⁴⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

⁴⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

⁴⁸⁸ *Idem, Ibidem.*

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 11.

⁴⁹⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹¹ *Idem*, p. 12.

⁴⁹² *Idem, Ibidem.*

grande massa escura no meio da qual se destacava, como uma nota alegre o carro de flores em que, Offenbach fazia o seu último giro”.⁴⁹³

Já em Montmartre, no cemitério, o cronista-observador estaca perante a figura de outra eminente personalidade francesa que, “meditativo entre os túmulos”, encontrava-se comovido no meio daquele “cenário inerte”.⁴⁹⁴ Tratava-se do notável dramaturgo Victorien Sardou,⁴⁹⁵ perante o qual o próprio jornalista e amante de teatro manifesta a sua emoção, comentando ainda que “compreende-se bem que não estivesse ali à vontade o homem que é a mais alta expressão do movimento e da vida no teatro contemporâneo”.⁴⁹⁶

O correspondente permanece até ao fim do funeral junto à campa, assistindo à partida do dramaturgo “silencioso, trocando apertos de mão sem dizer nada”, enquanto constata ainda a insólita presença de “duas antigas mariposas”⁴⁹⁷ do *Bois*, que ali vinham pois dizer o derradeiro adeus àquele que tantas vezes as embalava com os seus hinos, que as ensinava a voar e que, por fim, tinham queimado as próprias asas na chama da inspiração”.⁴⁹⁸

No novo ano de 1881, anuncia, noutra crónica, a morte de outra personalidade de França. Trata-se de Blanqui,⁴⁹⁹ o grande revolucionário comunista francês, o “anjo do tumulto, o semideus do motim”, conforme o intitula o cronista.

⁴⁹³ *Idem*, pp. 12-13.

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 13.

⁴⁹⁵ Victorien Sardou nasceu em Paris, em 1831, tendo falecido na mesma cidade, no ano de 1908. Foi um escritor dramático francês, muito conhecido pelas suas comédias, boa parte delas traduzidas para português, constituindo parte frequente do repertório do teatro amador. É autor da peça de teatro em que se baseia o libreto da ópera *A Tosca*.

⁴⁹⁶ *Idem, Ibidem*.

⁴⁹⁷ Guilherme de Azevedo alude, por diversas vezes, às prostitutas que vagueiam pelo Bois de Bologne, chamando-lhes mariposas.

⁴⁹⁸ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 12-XI-1880, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁹⁹ Socialista revolucionário francês, Louis-Auguste Blanqui nasceu em 1805, nos Alpes Marítimos do Norte de Itália, e faleceu em 1881. Por diversas ocasiões escapou da morte que parecia certa e ficou conotado com uma doutrina socialista denominada *Blanquismo*, defensora da luta de classes e da aplicação da ditadura do proletariado como alternativa política efectiva ao poder do Estado francês. No ano de 1839 foi condenado pela primeira vez à morte em resultado das suas actividades revolucionárias, contudo a pena foi suavizada para uma condenação a prisão perpétua. A Revolução Francesa de Fevereiro de 1848 proporcionou a sua libertação e empurrou Blanqui para a condução da violenta revolução dos trabalhadores franceses, que culminou com o seu exílio. Em 1871, estava de novo em França a chefiar a Comuna de Paris. Mais uma vez foi detido, sendo desta vez encarcerado e condenado à pena capital. Oito anos depois (1879) a sua sorte mudou e Blanqui foi perdoado. O seu trabalho de maior projecção é *Critique social*, uma obra publicada em 1885, onde o autor reúne os seus ensaios sobre o socialismo e a política económica.

Acrescenta mesmo que:

*Blanqui é explicado pela crise social do nosso tempo. Não é um homem apenas, é um documento, como se diz na boa linguagem do naturalismo. É um anjo vingador que aparece com uma picareta debaixo das asas. Ele verdadeiramente não sabe o que há para construir: mas, em todo o caso, do que está certo é de que há muitas coisas para deitar abaixo. E no meio da sua febre demolidora principia a bater com a picareta em si próprio e a derrubar a própria obra da revolução positiva dos nossos dias.*⁵⁰⁰

Destaca ainda o facto de toda a imprensa europeia consagrar longas colunas a este conspirador, concretizando um retrato “dos mais originais do século XIX”.⁵⁰¹ Daí que, sabendo do recente interesse do público por esta personalidade política, Guilherme de Azevedo tenha optado pela estratégia de redigir a sua notícia/crónica à maneira de visita guiada, captando assim o interesse do seu leitor, ao afirmar que “vou conduzir o leitor à cabeceira do leito em que Blanqui morreu”.⁵⁰²

Os jornais de Paris haviam posto em campo os seus “*reporters* de melhor faro” que o encontraram, desde logo, passando a convergir para o boulevard de Itália, local onde se encontrava o corpo, “os noticiaristas e correspondentes de todos os jornais do mundo”.⁵⁰³ O mesmo fizera Azevedo, por isso nos relata fidedignamente tudo o que viu, comentando, a par e passo, os diversos acontecimentos e circunstâncias:

A gente subia a estreita escada de um pequenino prédio situado a meio do boulevard e, quando chegava ao quinto andar, dava de cara com um sujeito de fisionomia prazenteira, que nos convidava a entrar por uma pequena porta à esquerda. [...] Transposta a pequenina porta, estávamos em frente dos restos inanimados do velho. Blanqui repousava sobre um acanhado leito de ferro, coberto por uma alva colcha de linho. [...] Nada mais solene do que o recolhimento desta pequenina alcova forrada de papel de preço ínfimo [...] Uma janela dava sobre um pequeno pátio, aonde sentiam cacarejar galinhas: e o antigo agitador dormia nesta atmosfera de paz com as suas venerandas barbas, tal qual tantas vezes o temos visto retratado. Deve ser assim o sono duma

⁵⁰⁰ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-II-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, pp. 70-80.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 81.

⁵⁰² *Idem, Ibidem*.

⁵⁰³ *Idem, Ibidem*.

*legenda morta; mas, verdade verdade, o sono do mais pacífico
merceiro também não pode ser doutro feitio!...*⁵⁰⁴

Os periódicos parisienses cobriram intensamente este acontecimento, ao longo de três dias até à derradeira presença do defunto Blanqui entre os seres humanos, usando-o como um estandarte contra a usurpação oportunista do poder. Deste modo, o cronista moveu-se em defesa dessa ideologia que defendia a luta intransigente contra todos os poderosos que transigem com as circunstâncias acomodando-se egoistamente a estas.

Marcou a sua presença no funeral deste famigerado e intrépido lutador, assinalando-a explicitamente aos seus leitores, quando afirma, na primeira pessoa, “foi o que eu fiz, serenamente colocado na almofada duma carruagem de praça que me levou ao largo da Bastilha, aonde o préstito já devia passar formado, e aonde por outro lado o génio da revolução, colocado no alto da coluna de julho, devia incitar a coragem dos sediciosos”.⁵⁰⁵ Prossegue a sua descrição marcadamente testemunhal, pejada de referências sensoriais de todo o ambiente que o rodeia, onde não faltam também as suas tão características notações irónicas. Refere, assim, o “alarido dos vendedores de perpétuas vermelhas”, a que não resiste comentar, manifestando, de imediato, com um registo eivado de mofa, “ó contradição da retórica revolucionária, que fazes de uma cor o que a natureza faz de outra!”.⁵⁰⁶ A multidão acompanhava a carruagem que transportava o corpo de Blanqui onde se misturavam as pessoas movidas por razões políticas, munidas com uma bandeira de cor vermelha, com uma multidão incaracterística, sobre a qual o cronista faz questão de frisar que “vou jurar que havia mais vadios que operários”.⁵⁰⁷

Segundo calcula o cronista, encontravam-se, nas ruas de Paris, mais de duzentos mil curiosos, para além de inúmeros elementos de corporações políticas socialistas, pois, tal como, mais uma vez, deixa bem evidente, é inegável a sua presença física naquele dia entre os milhares de pessoas que acompanharam Blanqui até à sua última morada: “A multidão, entrando compacta pela rua de Roquette – à beira da qual eu me achava – em direcção ao Père Lachaise, levou cerca de vinte minutos a

⁵⁰⁴ *Idem*, pp. 81-82.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 82.

⁵⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

⁵⁰⁷ *Idem, Ibidem*.

desfilar a passo. Ora, sendo a rua de Roquette estreitíssima, neste lapso de tempo nunca podiam desfilar mais de 10 000 pessoas”.⁵⁰⁸

Parte seguidamente para o comentário muito pessoal sobre aquilo a que assistiu, não olvidando, como apanágio deste cronista, a sua verve humorística e fortemente irónica, constatando a mudança de mentalidades e práticas dos cidadãos franceses, como consequência de uma liberdade conquistada, declarando que “hoje a população de Paris vê tranquila, com uma grande curiosidade, misturada com certa dose de respeito, aquilo que nos tempos do despotismo não poderia ver sem espanto”, pelo que conclui que “o enterro de Blanqui foi uma prova de que se saiu triunfante a república e a liberdade”.⁵⁰⁹

Termina com uma magnífica sinopse da vida e do perfil desta indomável personalidade da política gaulesa, caracterizando-o como um “idealista”, “um poeta da independência humana”, “um sonhador sombrio que aspirava a uma luz eterna e que fugiu sempre da claridade! Um homem de talento que nunca soube praticar os modernos processos revolucionários, um *puro* acusado de traidor pelos seus próprios, que amou um dia, que deixou um filho, e que morreu quase só num pobre quarto dum quinto andar!”.⁵¹⁰

Neste episódio final da estranha existência de Auguste Blanqui, o cronista revela-nos a sua perícia em captar o interesse do leitor através de uma escrita miniaturista onde se destaca a atenção ao pormenor e a todos os detalhes do ambiente e dos caracteres do ambiente que descreve, deixando-nos preciosos retratos de figuras ímpares do contexto francês da época.

Litré⁵¹¹ é mais uma das personalidades que expira durante os escassos meses em que Guilherme de Azevedo viveu na capital francesa. Destaca o contraste entre a placidez da vida deste estudioso, marcada por uma profunda respeitabilidade por parte

⁵⁰⁸ *Idem, Ibidem.*

⁵⁰⁹ *Idem, p. 83.*

⁵¹⁰ *Idem, p. 84.*

⁵¹¹ Lexicólogo e filósofo francês, discípulo de Comte, Maximilien Paul Émile Littré (1801-1881) é o divulgador do positivismo através do jornal *National*, onde traduziu obras de grandes mestres do pensamento. De família modesta, depois de, por dificuldades financeiras, interromper os estudos de medicina devido à morte do pai, dedicou-se às letras e às ciências. Republicano, Émile Littré torna-se membro do Conselho Municipal de Paris após a Revolução de 1848. Em 1871, é eleito deputado e torna-se membro da Academia Francesa. Três anos depois é senador. Tradutor das obras de Hipócrates, Littré colabora na *História da Literatura de França*. Em discordância com algumas atitudes e pensamentos do seu mestre Augusto Comte, torna-se um positivista dissidente. Crê-se que nos últimos anos de vida deixou o ateísmo e se converteu ao catolicismo. Entre obras diversas de filosofia, como *Fragmentos de filosofia positiva e de sociologia contemporânea*, celebrou-se com o grande *Dicionário da Língua Francesa* (1863-1872), em 5 volumes.

do povo francês, e os polémicos factos que se seguiram à sua morte, em que “esteve logo para haver pancada”.⁵¹² O laicismo e as ideias anticlericais deste ilustre pensador positivista desencadeiam uma acesa disputa pela alma de Littré reivindicando o facto deste ser eventualmente simpatizante ou mesmo associado da sua instituição, seita ou congregação. Assim, a Igreja oculta o facto deste se ter convertido, nos últimos meses de vida, ao catolicismo e a um baptismo cristão, apesar das “diligências empregadas pelos mais piedosos *reporters*, sequiosos de fazerem conhecer a verdade ao mundo cristão”, dando a entender, pelo seu silêncio, que o “filósofo e o livre pensador, apesar de todas as suas iniquidades, estará agora presente no reino da glória!”.⁵¹³ Também a Maçonaria, “à beira da campa”, manifestou a sua absoluta vontade em usurpar a simpatia do falecido erudito pelos seus seculares ideais, embora tenha parecido uma intervenção “sobremaneira estéril”,⁵¹⁴ aos olhos do cronista.

Daí que, como sublinha Guilherme de Azevedo, independentemente da sua opção religiosa no final da vida, todo o passado deste sábio escritor não se apagará pelo facto de ter deixado grafado, nas suas obras, o seu pensamento de “ímpio impenitente”, criticando a Igreja e os religiosos que diligentemente se acercaram de Littré, nos seus derradeiros meses de vida com a missão de reclamarem o interesse da sua alma pela sua ideologia ou associação. Aos esforços tardios perpetrados pela Igreja para resgatar este filósofo laico, o cronista responde que, na verdade, inteiramente iludida “na boa fé da sua missão, esperando conquistar um espírito rebelde, conquistou um esqueleto; esperando converter um ímpio, baptizou apenas um defunto!”.⁵¹⁵

Outra eminente personalidade da cultura francesa que expira nesse mesmo ano de 1881 é François Mariette (ou Mariette-Bey, como o cronista faz questão de lhe chamar),⁵¹⁶ um dos mais importantes egiptólogos de França, fundador do moderno Museu Egípcio do Cairo, que abriu as suas portas em 1863 e viria a receber a visita de

⁵¹² Crónica da *Gazeta de Notícias*, 28-VI-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 155.

⁵¹³ *Idem, Ibidem.*

⁵¹⁴ *Idem*, p. 156.

⁵¹⁵ *Idem, Ibidem.*

⁵¹⁶ François Auguste Ferdinand Mariette (1821-1881) foi um dos grandes egiptólogos franceses, tendo sido o fundador do Serviço de Antiguidades do Egipto e do Museu de Bulak, antepassado do actual Museu Egípcio do Cairo. Em 1849 inicia-se a sua carreira no Departamento de Antiguidades Egípcias do Museu do Louvre. Entre 1855 e 1861 exerceu funções de conservador assistente no Louvre e partir de 1861 como assistente honorário. Em 1858 fundou no Egipto o Serviço de Antiguidades, cujo objectivo era evitar a saída clandestina de antigos objectos egípcios. Realizou escavações arqueológicas um pouco por todo o Egipto, em locais como Abido, Tânis e Tebas. Descobriu o templo de Seti I, o túmulo da rainha Ah-hotep I (famoso pelas belas jóias), assim como algumas das peças mais famosas da arte do Antigo Egipto.

Eça de Queiroz, sendo ainda autor do libreto da ópera *Aida* de Giuseppe Verdi, cuja primeira representação terá ocorrido em 1871, no Cairo, por ocasião da abertura do Canal do Suez. A respeito deste célebre estudioso, Azevedo esboça uma rápida sinopse da sua vida, lida provavelmente nos periódicos parisienses, exaltando os seus feitos mais marcantes, ao serviço do governante egípcio, que, devido à amizade que comungavam, lhe deu o título de Bey, reconhecendo-lhe o facto de ter ressuscitado “uma civilização inteira, com os seus monumentos, as suas tradições, os seus costumes e a sua arte”.⁵¹⁷

Já no final da sua crónica de Agosto de 1881, refere igualmente a morte de um folhetinista francês célebre na época, Paulo de S. Victor, referindo-se-lhe com profunda admiração pelo modo como “bordava as suas crónicas semanais”, com “rendilhados de estilo”, à maneira de um poeta, podendo ter um “grande lugar nas letras”, acrescentando metaforicamente o cronista que a sua “lira era delicada demais para ser escutada entre o ruído vertiginoso do nosso tempo”, sendo muito lido e apreciado pelos “gulosos das boas letras, os delicados, os pouco sedentos de *factos diversos*”.⁵¹⁸ Sendo Guilherme de Azevedo, acima de tudo, um homem de letras, um poeta “assassinado por um jornalista”,⁵¹⁹ como havia referido Guerra Junqueiro, manifestava, com frequência, a sua sensibilidade literária perante a escrita folhetinística de outros.

Este gosto particular em caracterizar e caricaturizar com a pena as individualidades mais preponderantes da época vinha já desde Lisboa, quando, no ano de 1880, pouco tempo antes de partir para Paris, encetara o inaudito projecto de, sob o pseudónimo de João Rialto, acompanhar as exímias caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, retratando inúmeras figuras representativas da época, com textos ímpares em que satirizava com estadistas, jornalistas, actores, políticos e até instituições da sociedade sua contemporânea. Nos textos, alternava com João Ribaixo (Ramalho Ortigão) e, num texto ou outro, com Rafael Rimuito (Rafael Bordalo Pinheiro), nos quais revelava a habilíssima capacidade de, com toque de génio, definir o essencial dos caracteres a retratar.

No *Álbum das Glórias*, entre muitas personalidades da época, que se destacaram nas vertentes políticas, literárias e artísticas, entre outras, retrata Eduardo

⁵¹⁷ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 23-II-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 93.

⁵¹⁸ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-VIII-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 186.

⁵¹⁹ Guerra Junqueiro *Apud* Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 31.

Coelho salientando a imparcialidade deste jornalista e do periódico que fundou e dirigiu, o *Diário de Notícias*, que sempre se pautou pelo afastamento de qualquer inclinação política, “incolor na folha”,⁵²⁰ de Eça de Queiroz⁵²¹ e, inclusive, é ele próprio alvo de caracterização, redigida por Ramalho Ortigão, em Dezembro de 1880, enquanto Azevedo se encontrava, como sabemos, na capital francesa, a serviço do periódico carioca. Aí, João Ribaixo, ou seja, Ramalho tece-lhe as mais encomiásticas palavras relativas à sua incansável carreira como jornalista e ao seu próprio carácter como ser humano íntegro e genuíno:

Exercendo uma considerável força de crítica e de mordacidade sobre os compadrios caturras da sociedade de Lisboa, ele nunca teve inimigos. Quando há meses partiu para Paris, onde presentemente reside, li eu num jornal que vinte e três dos seus amigos tinham ido dizer-lhe adeus. Vinte e três amigos, para um homem que não tem pelo menos dois ou três ministros fechados em cada mão, parece-me ser o mais expressivo elogio que se pode fazer à bonomia de um malicioso. E esse elogio, Guilherme de Azevedo merece-o mais que ninguém, porque nunca a fibra belicosa de um mais arrogante sapador revestiu o coração ingénuo de um melhor rapaz.⁵²²

Mesmo durante a sua estadia em Paris, a sua colaboração na primeira série desta original publicação em que o lápis e a pena se completam para gerarem humorísticos quadros da sociedade portuguesa oitocentista nas suas últimas décadas mantém-se, sendo ainda aumentada em mais sete participações, até à sua interrupção em Janeiro de 1882, mês em que adoece, nunca voltando a recuperar do sofrimento que o havia de vitimar, a 6 de Abril do mesmo ano. Dessa série de perfis emergem as grandes preocupações do momento em que perpassa um discurso marcadamente judicativo, revelando-se um importante e indispensável elemento para o conhecimento da época, mormente os textos da primeira série (1880-1883) que contaram com a forte colaboração de Guilherme de Azevedo.

⁵²⁰ *Op. cit.*, n° 10, Agosto, 1880, p. 26.

⁵²¹ *Idem*, n° 9, Julho, 1880, p. 24.

⁵²² *Idem*, n° 14, Dezembro, 1880, p. 34.

Paris fornece-lhe, sem dúvida, material abundante a explorar na sua escrita, preenchendo-lhe os sentidos e estimulando a sua inteligência e o seu discurso. Nesta cidade, fala dos seus recantos e de alguns aspectos muito próprios da sua geografia e clima, tão diferentes de Santarém e de Lisboa que bem conhecera. Enceta muitos dos seus folhetins com o colorido de uma fugaz impressão do ambiente que o envolve, transmitindo uma certa vida e um forte dinamismo realista ao seu discurso antes de se debruçar nos assuntos a desenvolver. Guilherme de Azevedo pretendeu ser um cronista ligeiro, à semelhança daqueles que entusiasmavam o público parisiense, deixando perpassar, nos seus textos, um carácter ameno e despretensioso, constituídos por “tout un peu”, onde não deixava de estar presente a crítica, a ironia e uma forte presença de um ambiente social que havia que esbrugar.⁵²³

Desde o início da sua correspondência para o Rio de Janeiro, a partir da cidade-luz, Azevedo transmite, nas suas crónicas, o contacto sensorial com a cidade que apenas conhecia e admirava do que lia e do que ouvia contar. Encontra uma cidade deserta pelo facto da aristocracia e a alta burguesia encontram-se ainda a caçar nos seus castelos, depois de terem ido a banhos.⁵²⁴ O cronista vai, assim, enumerando os diversos locais da capital: o Faubourg Saint-Germain, a Chaussée d’Antin, o Bois (inúmeras vezes referido como um local que o impressiona pelo pulular de infindáveis *cocottes*), a Avenue de Longchamp, Les Halles e tantos outros lugares que percorre incessantemente, desde as primeiras horas da sua chegada, tal como refere em carta enviada ao seu grande amigo Rafael Bordalo Pinheiro, alguns dias após a sua chegada à capital francesa:

Entreí nos grandes boulevards e principiei a encontrar todos os meus antigos conhecimentos de nome: a Ópera, o Café Riche, o Tortoní, o Palais-Royal, o Louvre, etc. Fui direito ao Boulevard Saint-Michel, na margem esquerda, sem me ser necessário pedir a mais leve informação. É simples de percorrer Paris pela manhã, e sobretudo é curiosíssimo surpreendê-la ao acordar. Seja qual for a opinião que a Europa cordata forma dela é uma grande cidade, com imenso espírito e imensa higiene. Quando acorda não se lhe vêem olheiras. Mas à tarde e sobretudo à noite Paris já não é a mesma coisa. O Boulevard esmaga; os cristais e os vermelhos de que os franceses abusam para

⁵²³ Cf. Maria Helena Batista Lucas, *Guilherme de Azevedo na Geração de 65*, op. cit., pp. 116-118.

⁵²⁴ Cf. com “O Inverno em Londres”, crónica do final do ano de 1880, referida na página 97 desta dissertação, em que Eça refere o hábito radicalmente oposto dos ingleses ao se ausentarem da capital, deslocando-se para os seus castelos e solares a fim de evitarem o frio e a humidade londrina. No entanto, tal hábito estava a alterar-se devido ao gosto das mulheres pela vida na cidade em detrimento do ambiente natural campestre.

*alucinar o mundo, desnorteia(m)-nos. A vida para o provinciano de Lisboa passa a ser uma alucinação!*⁵²⁵

Acompanhando o fluir do tempo e as alterações climatéricas, assiste à chegada do Outono, lamentando a triste sombra que cobre os cafés dos Campos Elísios. Os habitantes da capital estavam já saudosos da vida artificial que tanto prezavam, da “labareda crepitante dos fogões, do contacto macio das peliças, da chama azulada dos ponches”,⁵²⁶ começando a debandar das tão apreciadas praias e do agradável campo na “rentrée”, em direcção a Paris. A cidade esvazia-se de turistas ingleses, passando a revelar toda a sua autenticidade, com as “suas luzes”, o seu “*poudre de riz*”, as grandes duquesas e as “pequenas *cocottes*”.⁵²⁷ O cronista entra na “vertigem da vida parisiense”,⁵²⁸ conforme refere, assistindo ao cair das primeiras neves, “uns ténues farrapinhos brancos” que voavam “como borboletas nocturnas” sobre o “turbilhão humano, a massa escura dos caminhantes”.⁵²⁹ As mudanças térmicas estavam patentes no vestuário das “mariposas do amor” no *Bois*, a que o cronista tantas vezes faz referência, não só pelo facto de poderem exercer algum fascínio no jornalista, como provavelmente por serem em grande número neste local da cidade. Assim, as temperaturas negativas proporcionam às *cocottes* o útil e, simultaneamente, vão prazer de ostentar as suas peles de raposas e de martas zimbelines.

Paris é, também, a cidade de todos os contrastes. Para além do luxo e da diversão dos banquetes, da Ópera e do absinto tomado nos infindáveis cafés e bares espalhados por todas as ruas e avenidas, apresenta outro lado mais negro e cruel. Numa ocasião, o cronista ressentia-se com o triste caso do desalojamento repentino de várias dezenas de famílias de operários, ou seja, cerca de duas centenas de parisienses que, terão pernoitado ao relento, no meio dos seus parques haveres, durante duas dolorosas noites, sofrendo as temperaturas negativas daquele Inverno em Paris. A Imprensa local mobilizou-se para os ajudar a sair daquela incómoda situação, o que leva o cronista a divagar acerca das injustiças sociais que a Revolução Francesa não conseguiu resolver,

⁵²⁵ Carta a Rafael Bordalo Pinheiro, 15 de Setembro de 1880, in Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris*, op. cit., p. 12.

⁵²⁶ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 21-XI-1880, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, op. cit., p. 20.

⁵²⁷ Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris (1880-1882)*, (Organização, introdução, notas e posfácio de António Dias Miguel), Lisboa, IN-CM, 2000, p. 55.

⁵²⁸ Crónica de 28-VI-1881, op. cit., p. 156.

⁵²⁹ *Idem*, Crónica de 21-XI-1880, op. cit., p. 20.

levando-o a afirmar sarcasticamente, “enfim, não façamos jacobinismo; façamos simplesmente uma consideração de generosa filosofia. Aqui estão duzentos desgraçados que durante o Inverno se podiam perfeitamente abrigar a uma daquelas peliças de trinta mil francos que a gente encontra tantas vezes no Bosque!”⁵³⁰

Percorre incansavelmente as ruas da cidade (tal como fazia em Lisboa), fruindo de toda a panóplia de eventos que a vida citadina lhe oferece. Encontrando-se na capital da arte, por excelência, visita o Palácio da Indústria e comenta o excessivo número de quadros a expor, um “bacanal de telas que todos os anos se agita às portas da Indústria”, critica a duvidosa qualidade de muitas delas, quando afirma que “há gente que anualmente *suja* de tinta, movida pelo amor da glória, metros e metros de tela, sem se lembrar que tiraria muito mais proveito fazendo dela calças, em vez de fazer paisagens”.⁵³¹

As frequentes alusões à temperatura, à neve e ao Sol, na cidade de Paris, dão ensejo à introdução de outros temas e à crítica de múltiplos aspectos daquela sociedade e da vida citadina. Assim, numa ocasião, deparamo-nos com o fascínio do cronista perante o espectáculo da Natureza proporcionado pela neve excessiva, que o leva a proferir, com assombro, que “parece que estamos numa cidade fantástica, e ao mesmo tempo numa padaria”.⁵³² Tal é o espanto do correspondente português na presença de uma tão impressionante quantidade de gelo que o leva a descrever, ao longo de muitos parágrafos, a alegria das pessoas, das crianças e dos animais que fruem desse manto branco, assim como as desventuras causadas por este, como seja a queda de uma criança nos “boqueirões que recebem as avalanches de neve”,⁵³³ levando-a irremediavelmente à morte.

A quadra pascal inibe as representações teatrais, levando a que os seus habituais frequentadores, ou seja, “a turba que frequenta o *skating* e as *Folies Bérgéres* [fosse] vista contristada e compungida, ao longo dos *boulevards*, sentada às portas dos cafés, resplendentes de luz, esgotando até às fezes... o anisete da amargura”.⁵³⁴ Com o seu tão característico sarcasmo, critica a falta de religiosidade dos parisienses, constatando a *peregrinação* ao Bois, não em busca de prazer espiritual, tão adequado ao

⁵³⁰ *Idem*, p. 46.

⁵³¹ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-I-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 55.

⁵³² *Idem*, Carta de 23-II-1881, p. 88.

⁵³³ *Idem, Ibidem*.

⁵³⁴ *Idem*, Carta de 4-V-1881, p. 126.

período de devoção, mas sim em demanda de bons restaurantes e de diversão. Nesta ocasião, o cronista sublinha as sensações olfactivas, pois, “no ar, soltavam[-se] profanas e insidiosas emanações a *ylang-ylang*”; as sensações auditivas percebidas na “areia fina das alamedas [que] estalava com um ruído seco e penetrante debaixo das rodas dos landaus”; sensações visuais em “passava a Judie num pequenino coupé [...] apontada a dedo pelas *cocottes*”,⁵³⁵ o que, reitera o facto de este ser um escritor testemunha dos acontecimentos que descreve com verosimilhança e pormenorizadamente.

Ao Rio de Janeiro chega, já no mês de Junho, a crónica que anuncia a chegada da Primavera a Paris, personificada como uma “dama sentimental e casta” e “criatura tão comedida e tão virginal”⁵³⁶ que, no entanto, surge excessiva e em todo o seu esplendor, causando a inesperada invasão das famílias nos parques e jardins, tal como, ainda hoje, acontece, nesses mesmos locais e em circunstâncias idênticas. Nessa mesma missiva, surge a preocupação com a segurança nas casas de espectáculo, que Guilherme de Azevedo tanto frequenta, depois do incêndio no *Printemps* e no teatro lírico de Nice, causando, este último, dezenas de mortos. Daí a advertência escarninha do cronista para que o público, “pela sua parte se acautele, e que tenha bem cuidado em não ir pedir a um teatro que o divirta, quando esse teatro o mais que pode fazer é assá-lo”.⁵³⁷

Com a estação primaveril em toda a sua pujança, Paris é, novamente, invadida por “grandes remessas de ingleses vestidos de xadrez e de inglesas cobertas de caracóis” que viajam em grupo, já com pacotes turísticos⁵³⁸ em regime de “all included” e visitas guiadas, tal como hoje as conhecemos.⁵³⁹ Descreve-os humoristicamente como “*touristes* que viajam aos *lotes* por conta de grandes companhias, que se encarregam de os fornecer de almoço, jantar, sensações, cerveja, água para tomarem banho e celebridades para tomarem notas, monumentos, adesivos para os calos e recordações históricas”.⁵⁴⁰ Como assistira, vezes sem conta, à chegada destes viajantes aos locais mais turísticos, Azevedo chega, inclusive, a reproduzir, em discurso directo, as palavras

⁵³⁵ *Idem, Ibidem.*

⁵³⁶ *Idem*, Carta de 2-VI-1881, p. 136.

⁵³⁷ *Idem*, p. 141.

⁵³⁸ Cf. L. J. Lickorish e A. G. Kershaw, *The Travel Trade*, London, Practical Press, 1958, pp. 19-33, ao referirem que as grandes massas puderam viajar no século XIX, visto que as viagens ficaram mais acessíveis aos menos abonados, deixando de ser peregrinações ou explorações e transformando-se em pura recreação; podia-se viajar para qualquer estância balnear ou outro local no próprio Reino Unido ou na Europa. A viagem passa, no entanto a ser cada vez mais turística e menos educativa, nascendo, deste modo, o turismo.

⁵³⁹ *Vide* crónica posterior de Eça (pp. 105-106 desta dissertação) na qual critica o inglês viajante a sua incapacidade de adaptação a novas culturas, novos hábitos e civilizações.

⁵⁴⁰ *Idem*, s. d., p. 146.

do *ciceroni* e a reacção muda dos ingleses a tudo o que ouvem e vêem agindo colectiva e mecanicamente “como impelidos por uma mola”.⁵⁴¹ Aliás, é de Guilherme de Azevedo uma frase que muito se assemelha a essa ideia veiculada por Eça numa crónica posterior, ainda do final do mesmo ano: “Toda a ambição do inglês é ficar ele próprio.”⁵⁴²

Aproveita mesmo esta oportunidade para manifestar o seu desagrado relativamente à inadequada indumentária britânica usada em ocasiões e locais que requeriam um traje mais formal e requintado, tais como “no salão de pintura, nos grandes *cercles*, nos restaurantes mundanos do *boulevard*, [...] na Ópera”, nos quais o “*chic* parisiense se escandaliza de ver o inglês entrar [...] como quem entra numa horta”.⁵⁴³ Quanto a hábitos passíveis de crítica, Azevedo não deixa de manifestar igualmente o seu desagrado perante o facto de, nessa altura do ano, se deparar com casais de noivos, vestidos a rigor, acompanhados por uma comitiva de familiares e convidados, depois da cerimónia religiosa, passeando pelo zoológico e pelos jardins, museus e bosques, numa inusitada ostentação de *toilettes* e de felicidade, ao que o leva a anuir que “decididamente o inglês com a sua roupa de viagem, na Ópera, é menos elegante, mas é mais grave. Tem um ar descuidado, mas tem mais pudor”.⁵⁴⁴

O hipódromo de Longchamp e o *grand-prix* de Paris merecem igualmente a sua acuidada atenção, pois, como considera, “é uma das elegantes instituições do império, que tem mais fervorosos crentes na república”, impondo-se sobre todos os acontecimentos da semana, mobilizando os espíritos, tanto dos “mais rebeldes” como dos “mais austeros”.⁵⁴⁵ O cronista marcou a sua presença e descreve o acontecimento como “elegante, mundano e comercial, mas sem as demasias de esplendor debaixo do qual o império ocultava a sua podridão”.⁵⁴⁶ No entanto, para “os olhos ávidos do forasteiro”, este poderá ser, pelo carácter solene, mas intensamente vivido,⁵⁴⁷ que os

⁵⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴² *Idem*, carta de 22-X-1881, p. 217.

⁵⁴³ *Idem*, s. d., p. 147.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 148.

⁵⁴⁵ *Idem*, Carta de 28-VI-1881, p. 156.

⁵⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴⁷ Veja-se o contraste com a postura da sociedade lisboeta da época, no episódio das corridas de cavalos no improvisado hipódromo de Belém, em *Os Maias*, de Eça de Queiroz, em que se afirma: “Aquela corrida insípida, sem cavalos, sem jockeys, com meia dúzia de pessoas a bocejar em roda, dava-lhe a certeza que eram talvez as últimas, e que o Jockey Club rebentava... E ainda bem! Via-se a gente livre de um divertimento que não estava nos hábitos do país. [...] Em Inglaterra e em França, sim! Aí eram um jogo como a roleta, ou como o monte... Até havia banqueiros, que eram os *bookmakers*... Então já viam!”, *op. cit.*, p.323.

parisienses lhe imprimem, “um dos espectáculos mais bizarros”⁵⁴⁸ a que podem assistir. Há toda uma espectacularidade no desfile de belas carruagens puxadas por “soberbos” e “fabulosos” equídeos transportando altivas *cocottes* secundadas pelos seus garbosos criados e rodeadas de fartos *bouquets* de rosas.

A vivacidade que Azevedo transmite na sua descrição das corridas é, iniludivelmente, a de um espectador fascinado com todo o aparato e a formalidade que um acontecimento como aquele implica. No seu discurso plurisensorial, em que veicula tudo o que os seus sentidos captam no ambiente que o envolve, transmite-nos a sua percepção auditiva, na “sineta [que] dá o sinal da partida”, no “Hip! Hip! Todo o mundo grita!”, no “ruído indescritível de hurrahs, de pragas, de exclamações fantásticas”; nas imagens e impressões visuais mais marcantes, reflexo da imensidão de tal evento na capital francesa, como em “doze corredores em fileira, cheios de um ardor e de uma impaciência igual à dos quinhentos mil espectadores que os observam com a respiração suspensa”, ou “a grande massa acumulada em volta do teatro da luta não parece entristecer-se com a derrota, e tudo parte alegre como tinha vindo, por entre as nuvens de um fino pó, vibrando entre os esplendores do sol suspenso como um globo de ouro sobre os canhões reluzentes do Monte Valeriano [...] a avenida do Bois está cheia de espectadores [...] e as carruagens ao passo, em filas cerradas intermináveis, cortam a imensa mole humana, avançando sobre Paris depois daquela jornada”.⁵⁴⁹ O modo exímio como remata a narração deste evento e as ilações que enumera, mais uma vez, confirmam a marcada ironia do cronista na análise social e na crítica à vanidade humana, quando afirma que, “embora os cavalos avancem ou recuem, a humanidade é que não avança nem recua nada nestes dias de júbilo”.⁵⁵⁰

A imponência do Salon de Paris com as suas imensas galerias repletas de “um transbordamento de arte que nos esmaga”⁵⁵¹ fascina o interessado folhetinista português, que dá conselhos aos seus leitores brasileiros e possíveis visitantes deste espaço acerca do melhor modo de o conhecer e fruir, passando a sua crónica a ter um carácter funcional e informativo como se de uma visita guiada se tratasse – “no caso de querer dar um simples golpe de vista ao salão, o leitor sobe, conjuntamente com este folhetim, a grande escada ornamentada de esplêndidos Gobelins, compra, em cima, no

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 157.

⁵⁴⁹ *Idem*, Carta de 28-VI-1881, p. 158.

⁵⁵⁰ *Idem*, p. 159.

⁵⁵¹ *Idem*, Carta de 15-VII-1881, p. 164.

vestíbulo, pelo módico preço de três francos o catálogo ilustrado e corteja de passagem as obras do ano. Depois, se quiser fazer um juízo mais seguro, volta ainda lá uma dúzia de vezes – sozinho”.⁵⁵² Manifesta seguidamente o seu gosto artístico e a sua sensibilidade estética ao longo dos diversos comentários que vai tecendo acerca das obras de Baudry, Bonnat, Cabanel, Manet, Carolus Durand, Lepage, entre outros. Destaca um pintor brasileiro, José Almeida, ainda em início de carreira, mas que, conforme faz questão de assegurar o poeta, tem talento e um futuro promissor, não descurando o evidente interesse do seu público leitor carica por esta particularidade.

Numa crónica de Outubro de 1881, o autor de *Alma Nova* fornece-nos uma das mais completas e exímias caracterizações de Paris, na época em que viveu. Mais uma vez personificada, esta revela-se a cidade de todos os contrastes. Como se de uma figura feminina se tratasse, Paris é caprichosa, volúvel e de uma sensibilidade extrema, pois, “finge-se *blasée* por *chic*, mas no fundo está cheia de ternuras. Ri das coisas mais santas, para daí a pouco chorar em frente das coisas mais tolas. É acéptica nos *boulevards* e crente nas suas transversais e, dando gargalhadas com Mefistófeles na ópera-crónica, soluça com d’Ennery na Porta de Saint-Martin”.⁵⁵³

Intitulando-a frequentemente de “Babilónia”, afirma, de igual modo, que esta se vai descaracterizando para imitar os ingleses, tanto na moda como noutros hábitos sociais. Assim, como profere neste excerto:

A França, ou, por outra, para ser mais justo, Paris, está copiando extensivamente do estrangeiro, e muito especialmente da Inglaterra. Apoderou-se-lhe do talho da barba, o feitio do calçado e do corte dos fraques. A sua individualidade perde-se dia a dia; o parisiense apregoa ao mundo a sua própria decadência [...] Ainda há pouco, uma das várias revistas inglesas publicava um estudo demonstrativo da decadência da mulher francesa e, toda a extinção gradual do seu espírito legendário. [...] Vêem-se mesmo nas classes inferiores muitos jerseys, cingidos ao corpo. Encontra-se muita criatura feita expressamente esguia, como quem quer dar a entender que veio da Regent Street e não da Batignolles.

*O último uso importado de Inglaterra é o dos meetings, mas pelo que se viu na sala Rivoli e no Tivoli Voxhall, Paris serve-se dos meetings como dos casacos britânicos. Não lhe ficam bem, fazem pregas; têm Luisa Michel, isto é, têm verrugas.*⁵⁵⁴

⁵⁵² *Idem, Ibidem.*

⁵⁵³ *Idem, Carta de 22-X-1881, p. 217.*

⁵⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

A constatação da falta de espaço nos cemitérios de Paris é mais um dos assuntos que prende a atenção do cronista, depois de uma incursão a um destes locais, no dia dos finados, sendo que, “nestas vastas necrópoles parisienses já não há lugar para mais famílias. Nem sequer um palmo de terreno disponível!”⁵⁵⁵ Daí que, com o seu habitual humor, profira que “hoje é mais fácil a uma *cocotte* ter um palacete nos Campos Elísios ou na Avenida Villers, do que uma habitação no arruamento silencioso”⁵⁵⁶ de um cemitério.

Na sua derradeira crónica enviada para a *Gazeta de Notícias*, já no ano de 1882, poucas semanas antes da sua inesperada morte, volta a brindar os seus leitores brasileiros com nova imagem de Paris e da “fantasia comercial” de acepipes que esta promove em alturas festivas. Criticando a pouca religiosidade reinante, constata, por outro lado, o espírito consumista e o lucro comercial incentivado pelas festas religiosas (tal como o fazemos igualmente, nos dias de hoje, mais de um século e um quartel depois!). Define, deste modo, aquela que era a sua cidade de eleição:

*Paris é evidentemente uma cidade um tanto céptica, avançada, revolucionária: uma cidade sobre a qual flutua o espírito imenso de Voltaire. Entretanto, pelo filósofo que morreu há um século, quem é que se move? [...] Ao contrário, a pretexto do nascimento do Nazareno humilde, que expirou há dezanove séculos, o cepticismo parisiense devora montanhas de perus estufados, devasta as confeitarias, arrasa as lojas de comestíveis! É ver como estes estabelecimentos se ostentam fluorescentes às 4 da tarde destes dias festivos! As aves depenadas, de papos nédios para o ar, executam conjuntamente com os presuntos de York e os patés de foie gras uma sinfonia em apetite maior: Marselhesa da gulodice! [...] Descrever os esplendores de que a fantasia comercial de Paris é capaz nestes dias de festa, é uma tarefa superior às forças de um estômago e de uma crónica. Que supremas obras de arte, destinadas a viver o espaço dum jantar!*⁵⁵⁷ ...

Apesar do enorme fascínio e interesse de Guilherme de Azevedo pela capital francesa, esta revelou-se, em diversos aspectos, excessiva e até, de algum modo, fatal para um espírito de artista com a sensibilidade apurada, devido à convulsão de acontecimentos e ideias que implicava, a “vertigem” parisiense, como o próprio refere, levando-o inexorável e indirectamente ao termo da existência do correspondente

⁵⁵⁵ *Idem*, Carta de 4-XII-1881, p. 225.

⁵⁵⁶ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁵⁷ Crónica de 28-II-1882, in *Crónicas de Paris (1880-1882)*, op., cit., p. 257.

português. Ramalho Ortigão, comungando desta opinião, afirmara, poucos dias depois da sua morte, que “Guilherme de Azevedo tinha todo o espírito preciso para compreender e amar Paris; mas não tinha o sistema nervoso indispensável para lhe resistir. Paris é uma oficina intelectual, enorme e formidável, onde o movimento contínuo das ideias e das emoções, o jogo perpétuo dos impulsos e das resistências, dos esforços e dos atritos, dos triunfos e das derrotas, dos entusiasmos e dos desalentos, dos heroísmos e das misérias”.⁵⁵⁸

Uma das actividades que mais seduziu o cronista português nessa “grande Babilónia” de eventos foi, sem qualquer margem para dúvidas, o **Teatro** e os espectáculos de ópera e bailado, pelo facto deste ter um gosto muito particular pela arte de representar, seja como mero espectador, como autor ou como crítico. Daí que, como sucede na maior parte das crónicas, esta temática ocupe um largo espaço, embora não conste no começo das mesmas, excepto se tiver sido eleita ela própria como o assunto dominante, como no caso da crónica de 17 de Março de 1881.

Na maioria dos casos, depois da análise e do comentário de vários temas mais sérios, o cronista deriva invariavelmente para um conteúdo mais “ameno”, como o próprio refere, por inúmeras vezes.⁵⁵⁹ Ao longo das suas quase três dezenas de crónicas para o periódico brasileiro, Guilherme de Azevedo enumera muitos e variados nomes de actores e de artistas, peças e dramaturgos, espectáculos a que terá seguramente assistido, tal como costumava fazer em Lisboa. Daí que nos forneça quadros vivos a partir do seu testemunho de observador e de crítico fervoroso dessa arte representativa, onde nos revela o seu gosto e o seu entusiasmo muito próprios.

Numa ocasião, assistindo, na praça do Trocadero, a uma festa com fins de beneficência, manifesta a sua forte admiração pelo talento da actriz Marie Laurent, não resistindo a revelar, com muita espontaneidade, as várias impressões suscitadas pelo talento desses artistas. Vejamos o modo entusiástico como descreve a impetuosa actuação de Jodie em palco e a atenção pormenorizada com que o faz, quando afirma:

⁵⁵⁸ *Ramalho Ortigão, Diário da Manhã, Lisboa, 12-IV-1882, p. 3.*

⁵⁵⁹ *Vide Crónica da Gazeta de Notícias, 21-XI-1880, in Cartas de Paris, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, op. cit., p. 23: “Falemos de coisas amenas e, debaixo deste ponto de vista, nada mais atraente pelo intuito e pela execução do que a *matinée* que no último domingo teve lugar no grande salão das festas do Trocadero”; a crónica de 4-XII-1881, p. 227, “Há assuntos mais amenos do que estes”; ou a crónica de 2-VI-1881, p. 139, “Passando a assuntos duma ordem mais amena”.*

“Ó Deus do céu! Quando ela começa *Rentrons bras-dessus, bras-dessous* com a mão direita levantada, à altura da cabeça, o cotovelo saído para fora, fixando com olhares estrábicos o auditório, declamando a frase com a intenção finamente canalha, que é uma das condições do género, e pegando depois no motivo musical, sem a gente conhecer o ponto da transição; quando ela sublinha o canto, atirando com as mais picantes gaiatices ao centro da assembleia, como quem atira confeitos; o entusiasmo do auditório toca as raias do delírio, como entre nós se costumava a dizer em 1856!”.⁵⁶⁰

A censura política que levou à rejeição de duas peças teatrais prende o seu interesse numa crónica de 1 de Dezembro de 1880.⁵⁶¹ Desta feita, trata-se de *Juarez* de Alfredo Grassier e de *Moabita* de Paulo Déroulède que, apesar de terem o seu valor artístico-literário, foram impiedosamente afastadas dos olhos do público. Também a peça *Miguel Strogoff* de Dennery e Júlio Verne é comentada pela sua extensão e pela hora tardia a que termina, pois “acabou às duas e meia”, o que lhe merece a afirmação de que “em Paris quando tal sucede a uma obra teatral a peça sai do domínio da cena para entrar simplesmente no do narcótico”.⁵⁶² O sucesso da peça ter-se-á devido, segundo o mesmo, a “muitas danças, com muitas bailarinas e muitos bailarinos com muito pouco fato”.⁵⁶³

O bailado *Korrigana* a que assistiu, sem qualquer margem para dúvida, suscita o seu largo comentário pela opulência das *toilettes*, pela beleza e pelos atributos físicos das figuras femininas que incitam o cronista a confessar que “nunca pernas mais *inspiradas*, de uma elasticidade mais doce e de uma nervosidade mais rija foram feitas ao serviço da inspiração dum poeta!”, ou levando-o, concomitantemente, a considerar, pelo contrário, infundada a referência, no *Figaro*, à suposta beleza exemplar de uma bailarina, quando *in loco* o escritor constata que “Mlle. Mauri não é positivamente a criatura ideal, a *mulher visão* [...]; não senhor; Rosita é baixinha, pouco elegante, e mesmo pouco juvenil e talvez um quase nada feia. Sou o mais amável que em consciência me é possível para com a mulher”.⁵⁶⁴

Perante toda a parafernália de adereços e o excesso de movimentações em palco e de “complicações” dramáticas, o espectador e crítico dirige-se, então,

⁵⁶⁰ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-I-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁶¹ *Idem*, pp. 36-38.

⁵⁶² *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 25-XII-1880, p. 49.

⁵⁶³ *Idem*, p. 50.

⁵⁶⁴ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-I-1881, p. 57.

directamente aos seus leitores brasileiros constatando que o “leitor provavelmente continua a não perceber o enredo, o que da mesma forma me aconteceu a mim”.⁵⁶⁵ Já na recentemente estreada peça de Sardou (dramaturgo que Guilherme de Azevedo muito admira)⁵⁶⁶, *Divorçons*, o enredo é algo que o fascina e que define como uma “saborosa farsa” tendo em conta a rocambolesca acção em que “a moral familiar sofre de quando em quando um quase nada, mas a barriga do espectador, à força dele a ter apertado no duro e, no refluxo da gargalhada, ainda sofre mais”.⁵⁶⁷

Na conturbada cidade de Paris, a política e a arte imiscuem-se, por vezes, tal como numa ocasião em que, na representação do drama *Garibaldi*, se deu uma insólita pateada e o arremesso de inúmeros objectos originados por “uma certa parte do público, hostil às ideias Garibaldinas”⁵⁶⁸, suscitando a crítica do cronista quanto à qualidade da peça e à reacção do público parisiense sempre tão arreigado, na época, às suas ideologias políticas. Daí que Azevedo se pronuncie vivamente ao considerar que “o drama *Garibaldi*, sendo feito por um antigo general, não é uma peça que se castigue com uma pateada. Se eu não receasse ser cruel pedia para o dramaturgo o fuzilamento”.⁵⁶⁹

De igual modo, arroja a sua crítica mordaz na peça *A Princesa de Bagdad* de Alexandre Dumas que qualifica como um “aprazível disparate em 3 actos e uma pateada”⁵⁷⁰ narrando-a ao pormenor, ao longo de toda uma crónica, de modo quase miniaturista e sequencialmente, acompanhando o desenrolar da acção nos três actos constituintes da peça. Conclui, então, mais uma vez de modo exímio e com uma sinceridade tocante, afirmando que a representação pode ter “falta de senso comum, de conexão, de desenho de caracteres, de verdade, de lógica e de sentimentalidade: do que não tem falta é de talento”⁵⁷¹, ao que acrescenta que “de peças que moralizam e fazem ao mesmo tempo dormir, está o público farto. A peça de Dumas pode irritar, mas porque é uma peça viva faz viver. Na verdade é muito mais agradável ir a um teatro onde se assobia do que ir a um teatro onde se ressona”.⁵⁷²

⁵⁶⁵ *Idem*, p. 59.

⁵⁶⁶ Cf. p. 144 desta dissertação.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 59.

⁵⁶⁸ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 20-I-1881, p. 73.

⁵⁶⁹ *Idem*, p. 74.

⁵⁷⁰ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 17-III-1881, p. 98.

⁵⁷¹ *Idem*, p. 101.

⁵⁷² *Idem*, p. 102.

Sendo frequentador assíduo dos teatros lisboetas, Guilherme de Azevedo conhecia bem os hábitos do público da época que, não apreciando uma peça, um tenor, um actor, ou havendo algo com que não concordassem, pateavam, gritavam e atiravam objectos pelo ar a fim de demonstrar o seu desagrado. Já no que diz respeito aos críticos teatrais, essa frontalidade não era expressa, havendo mesmo um forte jogo de interesses entre o crítico e os actores ou encenadores. Júlio César Machado e Rafael Bordalo Pinheiro, em 1875, na sua obra *Os Teatros de Lisboa*, evidenciam essa relação menos neutral entre os diversos elementos do meio artístico e os periodistas, declarando que:

*Os jornais têm às vezes entre nós grande dificuldade para a apreciação das coisas teatrais: muitos jornalistas, que escrevem acerca dos espectáculos, traduzem peças para os teatros, e ficam por esse facto na necessidade de louvar irremediavelmente actores e atrizes. Mas, Deus lhes acuda! Iras e vaidades de gente de teatro são de temer! Dizia um homem que nunca se deve chamar o dono da casa de pasto para lhe fazer queixa dos criados; porque ele, para contentar o freguês, ralha com o moço, o moço põe-se muito humilde e pede desculpa: mas, depois, em trazendo a uma pessoa o prato que se lhe encomendou, vem a cuspir-lhe dentro pelo corredor adiante. O único meio é comer os ovos na casca; e com o teatro nem esse meio há. Em um tradutor fazendo queixa no jornal, ao público, que é o verdadeiro dono daquela casa, de que os cómicos lhe deitaram a obra a perder, está morto: se aparecer outra vez no palco, não cuspirão num prato, mas são capazes de lhe cuspir na cara, para maior pratinho! É medonho.*⁵⁷³

Como já nos terá sido dado verificar, tal não é, sem margem para dúvida, o procedimento de Guilherme de Azevedo que não se furta a criticar declarada e directamente, com a sua idiossincrática verrina, as peças e outros espectáculos a que assiste com regularidade, independentemente do prestígio do seu autor ou da fama da sua obra.⁵⁷⁴

Deste modo, também a dramatização de *Naná*, de Émile Zola, sofreu pateada no início até se moldar ao gosto do exigente espectador parisiense. O cronista critica o gosto ainda romântico que transparece nos aplausos das plateias de Paris que, segundo o

⁵⁷³ Júlio César Machado e Rafael Bordalo Pinheiro, *Os Teatros de Lisboa*, Lisboa, Frenesi, 2002, pp. 122-123.

⁵⁷⁴ A este respeito, já Ramalho Ortigão havia escrito, a propósito da imprensa portuguesa, que “a imprensa de Lisboa não tem opinião. Aquêles dos seus membros que por excepção pressentem as idéias próprias, vivas, originais zumbindo-lhes inoportunamente no cérebro, enxotam-nas como vespas venenosas. É que a missão do jornalismo português não é ter idéias suas, é transmitir as idéias dos outros”, *As Farpas*, op. cit., p. 87.

mesmo, ainda “continuam sempre imbuídas dos preconceitos românticos”,⁵⁷⁵ apesar de se arrogarem de teorias realistas e naturalistas, como “na noite da primeira representação o rouxinol também foi pateado, não por excesso de realismo, mas simplesmente por falta dele”.⁵⁷⁶

Adelina Patti, a grande soprano italiana, cujo furor no palco se espalhava pela Europa, fica, segundo o jornalista, ofuscada perante a grandiosidade da cidade-luz, perdendo grande parte do seu esplendor, aos olhos do cronista, que assiste à representação desta, o que o leva a declarar não nutrir por esta artista uma grande admiração: “em definitivo, eu da Patti tenho simplesmente a noção de que ela é um rouxinol que nasceu mulher, e por isso não lhe dou bravos entusiásticos, da mesma forma que os não dou ao homem canhão, que neste momento trabalha nas *Follies-Bergère* [...] se querem entretanto que ache sobrenatural estou pronto para isso! A garganta da Patti é uma obra que faz honra a Deus [...] de resto, acho uma injustiça que a Patti receba, conjuntamente com o Nicolini [o tenor], dez mil francos por noite, e que os sabiás e os rouxinóis não recebem coisa alguma”.⁵⁷⁷

Embora usualmente repleta de novas peças e representações de qualidade, Paris é, no entanto, referenciada, na Primavera de 1881, como tendo entrado em crise, pois, ou se debate com a quase ausência de espectáculos de drama ou se refugia em peças de menos valor, as “exumações dramáticas” a que os empresários se dedicam, depois da invernial estação em que o repertório fora abundante. Daí o comentário acerbo do cronista ao afirmar peremptoriamente que “se as coisas assim continuam, voltamos aos antigos processos de ir para o teatro com a alma abatida e sair de lá, à uma da noite, a hora dos fantasmas, com os cabelos em pé! Era assim que as famílias se divertiam, aí pelas alturas de 1840”.⁵⁷⁸

A situação repete-se na crónica seguinte⁵⁷⁹ quando volta a referir a preocupação que atinge os empresários teatrais da capital francesa, tendo em conta a escassez de boas peças dotadas de imaginação criativa dos dramaturgos, que se prolongaria ao longo de todo o Verão, como se constata na sua correspondência

⁵⁷⁵ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 17-III-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 103.

⁵⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷⁷ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-IV-1881, p. 110.

⁵⁷⁸ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 3-V-1881, p. 118.

⁵⁷⁹ Crónica de 4-V-1881.

jornalística de Junho.⁵⁸⁰ O sucesso de algumas atrizes de primeiro plano é igualmente contestado pelo cronista que o atribui à sua beleza física em detrimento do mérito artístico que supostamente devia ser apanágio de um grande nome do mundo artístico, pois, “fazem a sua carreira, não pelo talento, mas simplesmente pelos ombros” que lhes trazem os respectivos dividendos: “Elas têm um bonito coupé para irem ao bosque, elas têm um pequenino hotel nos Campos Elísios, elas têm diversos fornecedores de Paris, letras aceites no valor de meio milhão; tudo isto porque têm um bonito colo. Com uma pequenina superfície de um palmo quadrado (salvo seja) fazem uma bela carreira no mundo!”.⁵⁸¹

Patti volta a ser alvo da atenção azevedina na sua crónica, sofrendo, mais uma vez, na Primavera de 1881, a crítica mordaz do cronista, pelo facto de não revelar um empenho e uma perseverança dignos de uma profissional, acomodando-se à sua condição de *diva* do belcanto, não dando voos mais altos, temendo a fúria do público parisiense e as suas humilhantes e bem conhecidas pateadas, ao que o autor conclui que “Deus fê-la simplesmente um rouxinol e não lhe deu *génio* para ir mais além dessas inspiradas avezinhas que à noite trinam nos arvoredos! Se ela quiser encarnar em si um desses vultos aéreos evocados pela fantasia dum poeta ou dum músico excede-se. Ninguém lhe pede isso, e verdadeiramente para a arte parece-nos que a Patti tanto pode adiantar cantando no palco como cantando numa gaiola”.⁵⁸²

Ainda nesse derradeiro Verão da sua vida, Azevedo refere a canícula de Agosto que o impede inclusive de assistir a uma peça, porque “entrar num teatro é um prazer igual ao que se deve experimentar entrando numa torradeira. A gente está na Comédia Francesa suspenso da declamação de Got, como se estivesse suspenso de um espeto – num *fauteuil*, como se estivesse num forno!”⁵⁸³ Trata-se de um tempo de pausa para abrir caminho à *rentrée* artística e cultural tão emblemática da capital francesa, levando a um afincado labor tanto por parte dos criativos, como por parte dos empresários do mundo do espectáculo que aguardam, daí a escassos meses, o fim do marasmo cultural em que a cidade se encontrava, nessa época estival, pois, “no lugar em que outrora, na secção dos espectáculos se ostentavam tantos anúncios convidativos, vê-se hoje nos

⁵⁸⁰ Crónica de 2-VI-1881, p. 139.

⁵⁸¹ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 4-V-1881, p. 129.

⁵⁸² *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 4-VI-1881, p. 140.

⁵⁸³ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-VIII-1881, p. 187.

jornais de Paris um campo desolado e triste!”⁵⁸⁴ A grande “faina” dos teatros de Paris prepara, assim, a tão ansiada vinda das “carregações de combustível dramático suficiente para alimentar o consumo teatral do mundo inteiro, e esta imensa lareira, aonde arde o fogo sagrado da arte, espalhará as suas irradiações até aos confins da terra”.⁵⁸⁵

Entrando no Outono, o cronista confirma o que já havia prenunciando, visto que os teatros vão retomando os seus espectáculos, embora sem grande impacto, com peças que considera ainda serem “de preparo para o inverno, destinadas a *aquecerem* o público e as salas”⁵⁸⁶ A este respeito, Rafael Bordalo Pinheiro e Júlio César Machado (considerado por Guilherme de Azevedo como o príncipe dos folhetinistas portugueses), na sua caracterização dos teatros de Lisboa, já haviam destacado esta mesma circunstância da existência de uma sazonalidade na oferta e procura das representações teatrais, onde se destacava o Teatro de S. Carlos que “serve só de Inverno, como os capotes. Em se espalhando por todos os lados a melancolia do Inverno, aí abre ele! Já de noite não se trabalha ao ar livre, já vêm cedo as horas para o serão. É ainda tempo de fruta, mas já é tempo de névoa. [...] Abre ele as portas, soberbo, magnífico, e ao mesmo tempo sem cerimónia.”⁵⁸⁷

Peculiar é o modo como Azevedo se refere a uma opereta de gala expressamente realizada com a finalidade de testar a electricidade nos teatros, pondo cobro à presença do gás que iluminava mas degradava a beleza dos frescos das salas de espectáculo, retirando-lhes o colorido e a definição, para além de iluminar pessimamente, criando sombras nas faces caracterizadas dos actores. Daí que o cronista almeje o fim da iluminação a gás requerendo “uma luz mais civilizada”, afirmando o seguinte: “Que tremendo glutão é o gás! Toda a gente está de acordo que as obras-primas de pintura que constituem um dos encantos da Ópera, desaparecem, se ele se demora lá mais alguns meses. É o gás devorando, devorando sempre! Os esplendores da Capela Sixtina teriam atravessado os séculos, se Roma lá o houvesse admitido? Não, decerto.”⁵⁸⁸

⁵⁸⁴ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 22-VIII-1881, p. 194.

⁵⁸⁵ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁸⁶ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 17-X-1881, p. 208.

⁵⁸⁷ Júlio César Machado e Rafael Bordalo Pinheiro, *Os Teatros de Lisboa*, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁸⁸ Crónica da *Gazeta de Notícias*, 22-X-1881, in *Cartas de Paris*, Apêndice documental, Vol. II, Eulália Teigas, *op. cit.*, p. 221.

Nesse seu bosquejo de curiosidades e na senda da costumada revista dos teatros e peças de cartaz com relevância cultural, o cronista atenta naturalmente numa peça intitulada *O dia e a noite* e na circunstância da acção desta ter lugar em Portugal, pois, como evidencia, é “um caso inteiramente novo nos anais da opereta, que ainda até hoje não tinha explorado este cantinho do mundo”⁵⁸⁹ Ao descrever a representação desta peça a que terá assistido, sem qualquer margem para dúvida, tendo em conta a vivacidade que lhe confere e os pormenores a que recorre, Guilherme de Azevedo constata algo que, já naquele tempo, era tradição – a confusão entre Portugal e Espanha por parte de outros povos, neste caso específico pelo francês. No entanto, essa ópera-bufa de Lecocq acaba por se revelar “lisonjeira para Portugal”,⁵⁹⁰ tendo em conta o estribilho com que encerra – “Les portugais sont toujours gais!”, quando, como remata ironicamente o cronista trazendo à memória as idiossincrasias do seu povo, “tanta gente em Portugal insiste em que o seu país é o mais triste e o mais sorumbático do mundo”.⁵⁹¹

No ano de 1882, embora tenha ainda enviado duas crónicas para o Brasil e outras tantas para os periódicos portugueses, constata-se já a ausência do cronista nas noites parisienses desse Inverno, assistindo a espectáculos e fruindo a agitação dessa moderna Babilónia, devido à já pouca disponibilidade física e à forte manifestação da doença que o iria vitimar pouco tempo depois.⁵⁹²

Nas quase três dezenas de textos cronísticos enviados para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, muitos foram os **Factos Diversos** assinalados por Guilherme de Azevedo nesses frenéticos meses em que viveu na fantástica cidade de Paris onde as novidades se sucediam a um ritmo alucinante. A diversidade de referências que captam a atenção do cronista escalabitano são de ordem variada, podendo incidir em questões religiosas, como no caso da crónica de 1 de Dezembro de 1880, em que as congregações são vítimas de perseguição por parte do governo francês que lhes impunha dias específicos para a realização de cerimónias fúnebres.

⁵⁸⁹ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 4-XII-1881, p. 227.

⁵⁹⁰ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 4-XII-1881, p. 228.

⁵⁹¹ *Idem*, p. 229.

⁵⁹² Vide Guilherme de Azevedo, *Crónicas de Paris (1880-1882)*, (Organização, introdução, notas e posfácio de António Dias Miguel), Lisboa, IN-CM, 2000, p. 27: “Poucos dias antes dos meados de Janeiro [de 1882], Guilherme de Azevedo adoece: é o primeiro aviso da morte próxima. Queixa-se duma feroz bronquite que o obriga à cama quase durante três semanas, mas a gente tem o direito de ficar na dúvida se seria mesmo bronquite”.

Menos espiritual e mais prosaica é a questão da pouca honestidade de alguns comerciantes de Paris, armando ciladas aos clientes mais incautos, levando o cronista a fazer uma advertência, já que, “às vezes, debaixo do sorriso, mais cheio de candura, está um erro de soma!”⁵⁹³ Azevedo terá sido alertado para esta circunstância pelo facto dos jornais de Paris se debruçarem demoradamente sobre “o modo por que os criados de cafés em especial, e as damas de *comptoir*, em geral, entendem dever espoliar os consumidores incautos, que porventura lhes caem debaixo da mão”.⁵⁹⁴ Apresenta um descrição minuciosa de toda esta situação, fazendo inclusive uma simulação de uma conta de uma refeição num restaurante, na qual às parcelas dos vários itens consumidos se somou o número do gabinete/ mesa em que jantou.

Perante esta constatação, Azevedo refere que “a caça à bolsa inocente está organizada duma maneira que faz honra ao engenho humano”, entendendo, prontamente, a razão que leva os proprietários e os funcionários da restauração parisiense a se socorrerem de meios menos lícitos e sem escrúpulos – “o fisco, o senhorio e acaridade oficial caem sobre o proprietário do café ou do restaurante e pedem-lhe somas alucinantes. O proprietário, por sua vez, cai sobre os criados e, em vez de lhes pagar, são os criados que lhes pagam a ele sete ou oito francos por dia, como sucede em certos cafés do *boulevard*; de maneira que os desgraçados servos não têm mais remédio, em vista da ameaça tremenda que pesa sobre eles – no fim de semana não têm outro remédio os pobres aflitos senão o de se enganarem nas contas e explorarem como fonte de receita um simples número gravado sobre a porta de cada sala: o número e o freguês”.⁵⁹⁵ Denuncia, deste modo, uma desconcertante prática social revelando as vítimas e os culpados, numa sociedade muitas vezes injusta e tirânica, que leva os indivíduos a se socorrerem de meios menos legítimos para sobreviverem à custa de cidadãos inocentes em busca de um repasto confortável.

Noutra ocasião, o cronista relata-nos a contenda gerada pela escolha dos grandes nomes de personalidades parisienses que deveriam constar nas praças e jardins da capital em forma de estátua. Perante uma tão grande lista de célebres candidatos merecedores de um monumento estatutuário, os cidadãos de Paris debatem-se pela selecção entre personalidades como Alexandre Dumas e Honoré de Balzac na Literatura, Cláudio Bernard na Medicina, Hector Berlioz na Música e Maximilien Littré

⁵⁹³ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 17-X-1881, p. 205.

⁵⁹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁹⁵ *Idem*, p. 206.

na Filologia e na Filosofia. Zola insurge-se no famoso periódico *Figaro* contra a decisão do município parisiense em homenagear Dumas, em detrimento do grande Balzac, levando Azevedo a criticar esta questiúncula através da apurada ironia a que já nos acostumou, quando afirma: “Em Paris lavra o prurido das estátuas e ninguém está isento de ter amanhã a sua em qualquer praça. Um dia mesmo terá de haver uma medida geral contra os monumentos gloriosos, da mesma forma por que ela se está reclamando contra os monumentos funerários.”⁵⁹⁶

Facto bizarro é o do extravio de um deputado, o conde de Bouville, depois de uma acusação de fraude, perseguido pela polícia com oferta de alvíssaras. Azevedo não resiste, mais uma vez, a exprimir, com sarcasmo, que o ausente membro do parlamento francês “dá pelo nome de Conde, tem na frente o ferrete da polícia correccional e traz no pescoço a coleira do Império”.⁵⁹⁷

Naturalmente merecedora de forte crítica é a circunstância criada por outro deputado – Laroche Joubert, ao propor um imposto anual sobre o uso de títulos nobiliárquicos, cujo montante seria ajustado ao título específico, enchendo os cofres do Estado e aliviando os impostos dos anónimos plebeus, “milhões de espertos aos quais o fisco no fim do ano não pedirá nem um real!”, ao que o cronista português, não resistindo, remata dizendo que, se o projecto for aprovado, “um homem já não rogará a Deus que as searas produzam, ou que o valor das acções bancárias vá crescendo: pedirá simplesmente que o número dos parvos vá subindo”.⁵⁹⁸

Os parlamentares parecem ser um dos alvos fortes dos escândalos na cidade-luz, como nos prova, mais uma vez, a carta de Maio de 1881, na qual o cronista intitula inclusive este género de acontecimento de “factos diversos”. Descreve a inesperada ocorrência de um deputado que passa de bonapartista a republicano, assim como os insultos que se lhe seguiram de um companheiro parlamentar publicados na imprensa. É um caso “que satisfaz a curiosidade do *boulevard*, bem como um dos *factos diversos* que mais estalinhos de satisfação, no céu da boca, provocou entre a multidão sequiosa de escândalos – ao café”,⁵⁹⁹ prendendo, obviamente a atenção do cronista sempre ávido de acontecimentos singulares desse quotidiano que vive e a que assiste com uma curiosidade continuamente expectante. Roberts Mitchel é o volúvel deputado e Paulo de

⁵⁹⁶ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 8-I-1881, p. 53.

⁵⁹⁷ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 20-I-1881, p. 72.

⁵⁹⁸ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 16-IV-1881, p. 109.

⁵⁹⁹ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 3-V-1881, p. 117.

Cassagnac o seu recriminador colega, protagonistas deste caso singular na imprensa francesa, “dum pitoresco e dum imprevisto que só tem precedentes, nas Halles” (local onde, na época, havia muito bulício devido ao comércio de produtos alimentares), cujas atitudes abjectas perante o público levam a que o cronista remate afirmando que “depois desta polémica, toda a gente que alie circunspecção ao olfacto pede, com a mão no nariz, às relíquias sobreviventes do partido bonapartista, não que se defendam, que se defumem”.⁶⁰⁰

Os periódicos são, em todas as épocas, pródigos em casos escaldantes e no relato de uma infinidade de factos, os quais servem, não raras vezes, de mote para as crónicas de Azevedo, tal como, nesta ocasião, em que “uma profecia terrível [...] anda transcrita em todos os jornais. Segundo o profeta, o mundo acaba definitivamente no dia 15 de Novembro próximo, [fornecendo] [...] o programa da destruição, regulado calculadamente, como se fosse um programa das *Folies Bergères*”. Com visível ironia perante esta notícia da imprensa, o correspondente português dirige directamente uma palavrinha aos seus leitores cariocas dizendo: “Uma coisa me consola. Como os homens só ficam mudos e usurpados provavelmente do dom de ler e escrever no décimo dia, ainda lhes será possível, talvez, ler na *Gazeta de Notícias* a descrição da queda do *Pão-de Açúcar* o qual, a seguir-se à letra o programa do profeta, acontecerá apenas no dia 9”,⁶⁰¹ fazendo, no entanto, lembrar aos assinantes deste jornal que mandem renovar as suas assinaturas, caso a profecia não se concretize, como era de esperar.

Ainda nesse Verão, houve lugar para outro mau presságio que viria inquietar os cidadãos parisienses já desesperados com as temperaturas acima dos quarenta graus – o bem mais precioso, a água, segundo um engenheiro camarário, iria escassear, se os habitantes da capital continuassem a esbanjar esse insubstituível elemento. Para alívio dos mesmos, Azevedo refere que, “graças às últimas chuvas que o Senhor enviou à companhia das águas, de que é o accionista mais desinteressado, as coisas voltaram ao antigo estado”,⁶⁰² pois, gracejando, o valor da água havia suplantado o do Bordeaux.

A sua verve prodigiosa é despoletada igualmente por inúmeras situações a que assiste aquando das suas deambulações pela capital francesa onde vai testemunhando e assistindo ao insólito, como seja a extrema devoção e “recolhimento religioso” demonstrados pelos pescadores à cana na margem do Sena, pacientes convictos que

⁶⁰⁰ *Idem, Ibidem.*

⁶⁰¹ *Idem, Crónica da Gazeta de Notícias, 19-VII-1881, p. 176.*

⁶⁰² *Idem, Crónica da Gazeta de Notícias, 22-VIII-1881, p. 191.*

passam uma vida “sem terem apanhado um peixe”, mas que revelam com inabalável firmeza a crença “de que no fundo do rio vivem alguns!”⁶⁰³ A este respeito, Guilherme de Azevedo não resiste a fornecer-nos, em tom jocoso, esta sua definição de *ANZOL* – “instrumento que começa por um pequenino gancho de ferro e acaba de ordinário por um tolo.”⁶⁰⁴

Mais colorido e buliçoso terá sido claramente o aniversário da tomada da Bastilha a que assistiu a 14 de Julho de 1881, testemunhando *in loco* o tórrido sol, “os balões recheados, alegria, fogos de vista, hinos, bandeiras, encontrões, júbilo, fogos de bengala, arcos de triunfo, pisadelas de calos, vivas; tudo isto abundantemente, com a exuberância própria duma grande cidade nervosa e cheia de vigor”,⁶⁰⁵ acontecimento que o impressiona pela marcada grandiosidade e pela pujança da República em França.

Os textos cronísticos de Guilherme de Azevedo para a *Gazeta de Notícias* evidenciam, acima de tudo, uma estrutura digressiva do seu autor pela necessidade de focar diversos assuntos, vindo ao encontro do seu carácter de *flâneur*. Ao longo das muitas e variadas crónicas que enviou para o Brasil, podemos verificar a convergência entre o que este autor havia definido, anos antes, em periódicos portugueses, como apanágio da crónica: esta seria o “pequenino processo da vida social, política, literária [...] artística do seu país”,⁶⁰⁶ pois, não faltaram infindáveis assuntos e acontecimentos, escândalos e curiosidades para, de algum modo, desvendar ao leitor um pouco dessa vertiginosa Babilónia repleta de histórias que era a cidade de Paris, nas derradeiras décadas de Oitocentos.

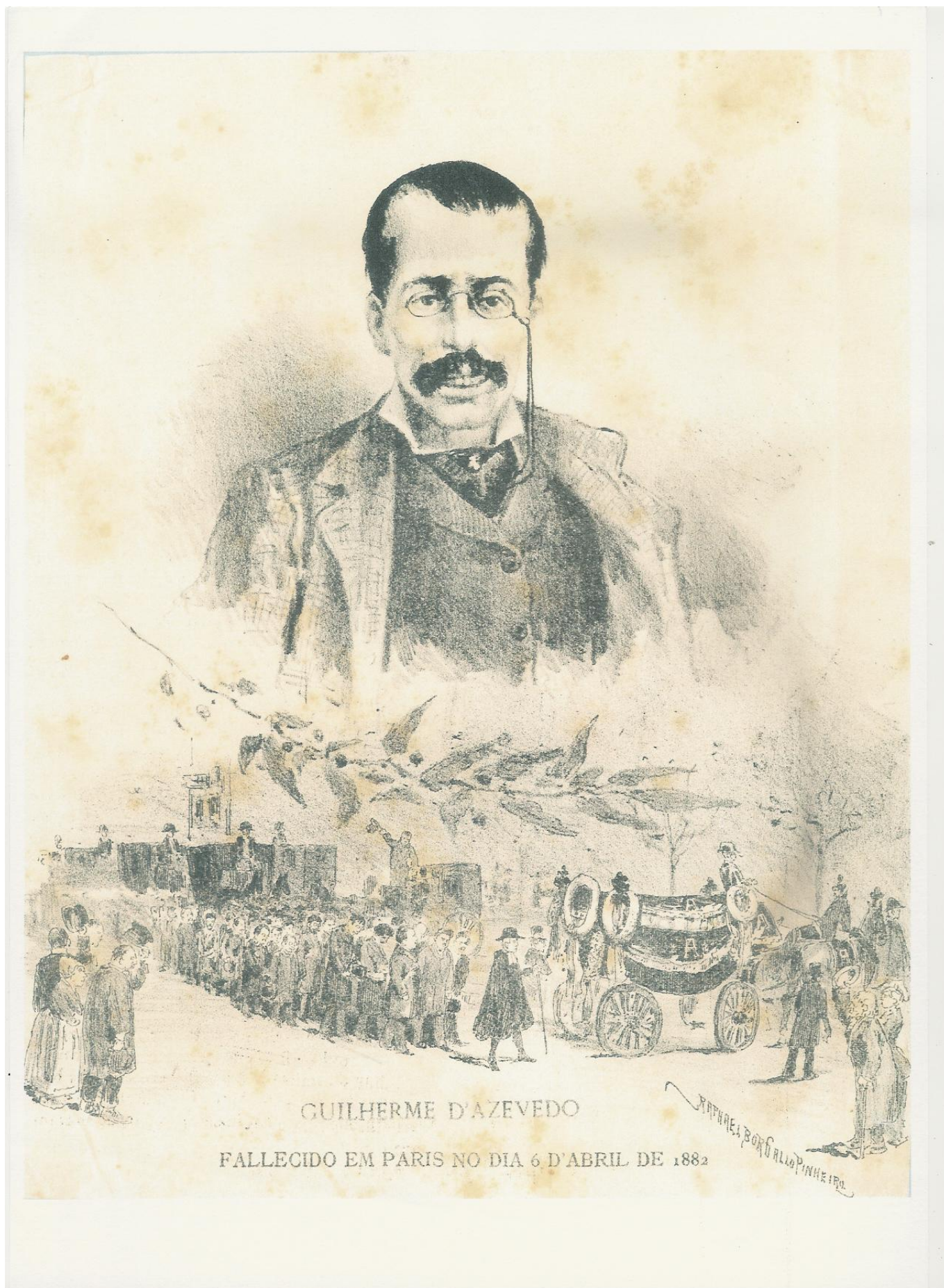
O papel do cronista prende-se à necessidade de revelar, como testemunha ocular, uma realidade desconhecida do leitor, havendo, por isso, necessidade de entrar, por vezes, em pormenores, esclarecer, comentar, o que Azevedo fazia com minúcia. Neste sentido, há ainda que não olvidar a importância do cronista/periodista como veículo informativo preciosíssimo e insubstituível numa época em que as notícias vindas do estrangeiro apenas poderiam ser conhecidas através da imprensa, representada no jornalismo diário, mesmo sujeito a um intervalo temporal de várias semanas, como no caso das crónicas para o Brasil.

⁶⁰³ *Idem*, p. 175.

⁶⁰⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁰⁵ *Idem*, Crónica da *Gazeta de Notícias*, 1-VIII-1881, p. 182.

⁶⁰⁶ *O Ocidente*, Lisboa, 1-I-1878, p. 3.



A sua morte, em Abril de 1880, foi, além de precoce, visto que Guilherme de Azevedo se encontrava em plena ascensão como jornalista, um choque para quem se encontrava em Portugal, tendo a notícia do seu falecimento sido recebida com um misto de surpresa e desalento, como atesta o precioso depoimento de Ramalho Ortigão, amigo comum de Eça e de Azevedo, extraído da sua crónica do *Diário da Manhã*, em que afirma que “aquele que ainda resta dos dois cronistas semanais da *Gazeta de Notícias* na Europa”, tratando-se seguramente de Eça de Queiroz, “traz-lhes hoje a triste participação de que deixou de existir o outro. Um telegrama comunica a um jornal desta manhã, que morreu Guilherme de Azevedo. Há cerca de dois anos que ele me disse no Chiado: - «Parto amanhã para Paris.» E estendeu-me a sua mão débil, feminil, frouxamente articulada, que a gente receava quebrar por a apertar muito. De chapéu baixo, a gravata de foulard atada em laço, abotoando numa *jacket*, o busto estreito e delicado, apoiado a uma bengala, na qual girava a miúdo num só pé, por uma espécie de *tic* nervoso, ele tinha nesse dia um aspecto feliz e triunfante. Paris, a meca apetecida de todos os peregrinos da arte, fascinava e atraía a sua fina natureza de escritor e diletante, e ele sorria com a boca descorada, numa doce alegria de convalescente, ao seu bom destino”.⁶⁰⁷

⁶⁰⁷ Ramalho Ortigão, *Diário da Manhã*, Lisboa, 12-IV-1882, p. 3.



CONCLUSÃO

O jornalismo alcançou, no século XIX, uma importância inigualável tendo em conta o facto de ser o meio privilegiado de informação dos cidadãos ávidos de conhecimento do mundo que os rodeava, de outros lugares e culturas, de grandes eventos ou de coisas mezinhas. Tomando como ponto de partida as relações entre literatura e jornalismo, debruçamo-nos, num primeiro momento, sobre a relevância da imprensa em Oitocentos, procedendo a uma revisão do estudo da questão da leitura, da imprensa e do folhetim, que se nos afigurou fundamental. Havia assim que relembrar a génese do folhetim habitado pelo texto cronístico, não descurando igualmente o papel dos principais agentes de todo este fenómeno, os folhetinistas e o público. O espaço folhetinesco manifesta já uma estratégia comercial que potencia alguns tipos de texto, na sua dupla função informativa e de entretenimento, com o intento de fidelizar leitores. O periodismo terá sido, na época, berço de muitos escritores que utilizaram a crónica, género híbrido, para veicular um complexo imaginário social, numa pluralidade de discursos.

Reconhecendo, desde logo, o vasto espaço do texto cronístico neste rodapé dos periódicos, foi nosso desígnio proceder a uma reflexão genológica da crónica e da sua relevância nos jornais de então. Através de um discurso evado de uma despreocupação estilístico-formal, onde a diversidade temática impera, são-nos dados a conhecer pedaços do quotidiano. Não descurando a importância dos seus destinatários, o cronista evidencia uma proximidade com o público, conferindo-lhe até um certo protagonismo ao se lhe dirigir num tom coloquial.

Do estrangeiro, os correspondentes jornalísticos portugueses enviavam as imagens das culturas europeias, através da sua numerosa produção cronística, referindo e comentando os mais variados aspectos de uma realidade que se revelava aos seus

olhos. Eça de Queiroz e Guilherme de Azevedo, entre 1880 e 1882, eram correspondentes de imprensa (o primeiro de Inglaterra e o segundo de Paris) para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. As suas crónicas e outra prosa não ficcional veicularam aos leitores do referido periódico a reflexão sobre os grandes acontecimentos ou as minudências das situações a que assistiram ao longo do tempo que viveram nesses países europeus. Apesar da distância pessoal e geográfica entre ambos, estes grandes escritores e jornalistas da Geração de 70, amigos comuns de Ramalho Ortigão, ofereceram ao seu público leitor carioca diferentes visões dessas duas nações consideradas no último quartel do século XIX como os pólos culturais do mundo.

A análise do texto cronístico colocou-nos, desde logo, face a uma questão: a dimensão do estrangeiro e o modo de o observar, na presença de uma linguagem sobre o Outro e de uma imagologia que se estriba nas suas relações com o estrangeiro. A correspondência jornalística além fronteiras de cronistas portugueses, manifesta-se, acima de tudo, como um encontro dialógico com uma nova cultura assentando, iniludivelmente, no âmbito cultural.

Nas crónicas para o Brasil dos dois autores estudados, deparámo-nos com a imagem do estrangeiro, que, segundo A. M. Machado e D.-H. Pageaux se define como “um conjunto de ideias sobre o estrangeiro formadas no decorrer do processo de ‘literarização’, mas também de ‘socialização’, revelando as linhas de força que regem a cultura do escritor, assim como as opções e circunstâncias da sociedade num dado momento. Eduardo Lourenço define imagologia, em estreita relação com a noção que um povo detém de si próprio, referindo-se-lhe como “um discurso crítico sobre as *imagens* que de nós mesmos temos forjado. Essas ‘imagens’ [constituem-se de] múltiplas perspectivas, inumeráveis *retratos* que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum”.⁶⁰⁸

Tendo ambos os autores conhecido, num processo de «literarização», ambas as capitais, antes de lá terem vivido, alteraram obviamente a imagem que passaram a ter de cada um dos países, num processo posterior de «socialização», tal como Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux fazem referência.⁶⁰⁹

⁶⁰⁸ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicação D. Quixote, 1982, p. 14.

⁶⁰⁹ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, 1988. p. 17.

Estudando relações entre diferentes autores e as suas obras, numa perspectiva comparatista, constatamos, acima de tudo, que qualquer produção textual se efectua num constante diálogo e/ou interacção, como confirma Leyla Perrone-Moysés, ao afirmar que “a literatura nasce da literatura; cada obra nova é uma continuação, por consentimento ou contestação, das obras anteriores, dos gêneros e temas já existentes. Escrever é, pois, dialogar com a literatura anterior e com a contemporânea.”⁶¹⁰

Apesar de ser uma área polimorfa, pelo facto de permitir um sem número de abordagens e objectos no seu campo de estudo, o comparatismo, como estudo eclético que é, virou-se muito para a imagologia visando essencialmente o estudo da representação do estrangeiro numa determinada literatura, implicando a formação de um complexo imaginário social. Ora, neste caso específico, estamos perante a questão da literatura comparada como estudo imagológico de novos espaços e diferentes culturas em paralelo com o estudo das convergências e/ou divergências entre dois autores cujos textos são encaminhados um ponto comum - um outro espaço diferente do seu lugares de partida. Houve, deste modo, que analisar os diferentes olhares e diálogos perante novos ambientes culturais e geográficos vendo como aqueles interagem.

Nos textos de ambos os autores estudados, estamos perante manifestações subjectivas quanto a um dado quadro social. Seguindo um tal diapasão, afigura-se-nos que, no estudo comparativo que propusémos, ao lado do emprego da literatura comparada como instrumental (tendo em conta que tratamos textos de autores diferentes), considera-se necessária a recorrência a referenciais que digam respeito à criação textual como refacção de um dado panorama histórico, em relações que não podem ser senão mútuas. Sob uma tal perspectiva, dispomo-nos a observar, à luz de um cotejo, como se forjou a cosmovisão de dois correspondentes/cronistas que, afastados no espaço, mas partilhando o mesmo fio temporal, observam dois contextos (estéticos e histórico-sociais) díspares entre eles e dos próprios sujeitos.

Ao emprendermos esta tarefa reflectimos sobre outro aspecto que se prende com a investigação das hipóteses intertextuais - o modo como um autor incorpora elementos alheios ou os rejeita num texto, detectando não só o conhecimento das peculiaridades de cada texto, mas também o entendimento dos processos de produção

⁶¹⁰ Leyla Perrone-Moysés, *Flores da Escrivantina*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 94.

literária. Daí a necessidade de articular qualquer investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente.

Daí que há que ter sempre em conta nesse processo de criação textual diferentes variáveis – sejam idiossincráticas, de tempo e/ou de espaço. Observar o texto no contexto cultural em que é produzido é condição *sine qua non* para um estudo que se pretenda amplo, e é sob essa perspectiva que a comparação se torna mais profícua. Nesse sentido, faz-se pertinente a asserção de Machado & Pageaux, ao enfatizarem que “o investigador literário nunca deverá esquecer-se de que a literatura não é apenas o que se escreve, é também o que se pensa e o que se vive.”⁶¹¹

Assim, põem em destaque a dimensão cultural do texto literário, ao que acresce, neste caso específico, o facto de ser igualmente jornalístico, abandonando de todo o conceito de criação estética como um evento isolado e apartado do contexto em que é produzido e de que fala. Depois da selecção do *corpus* cronístico a estudar – primeira fase da correspondência de Eça para o Brasil e a produção integral de Guilherme de Azevedo para o mesmo periódico, nos anos de 1880 a 1882 - cumpria observar os pontos a serem analisados pelas suas semelhanças, discrepâncias e reconstruções. Embora, na maior parte das vezes, as atenções possam recair sobre o tema, nestes autores parece-nos mais interessante a abordagem que cada um leva a cabo perante situações ou acontecimentos análogos.

Caracterizando a noção de “tema”, Machado & Pageaux referem que “deverá chamar-se *tema* a tudo aquilo que é elemento constitutivo e explicativo do texto literário, elemento que ordena, gera e permite produzir o texto.[...] O tema exige, por consequência, uma leitura extremamente atenta, compreensiva: trata-se de ‘entrar’ na lógica de um determinado texto e de reencontrar uma certa lógica da produção do texto.”⁶¹²

Assim, pareceu-nos de grande validade os três níveis de análise, propostos por Braudel, os quais tinham a sua correspondência em diferentes unidades de tempo: a *structure*, de longa duração, dominada pelo meio geográfico; a *conjuncture*, ou média duração, voltada para a vida social, e o ‘evento’ efémero, que incluía a política e tudo o que dizia respeito ao indivíduo.⁶¹³ Nessa acepção, a estrutura seria prioritária, ao passo

⁶¹¹ Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 193.

⁶¹² *Idem*, p. 120.

⁶¹³ Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 67.

que os eventos seriam efémeros (e fragmentários). A escrita cronística, como fragmentária, só pode reproduzir eventos eleitos a partir da visão (igualmente fraccionada) do seu autor.

Sabendo nós que não podemos conceber a cultura, e mesmo o mundo, como algo homogéneo, mas antes, fragmentado, onde se fundem diversos conhecimentos, foi nesse mesmo pressuposto que assentou o nosso propósito de melhor analisar e dar a conhecer um pouco desse mosaico que é a realidade que nos foi dada a observar. Neste sentido, as crónicas seleccionadas constituem-se como um conjunto de pequenos fragmentos que nos fornecem o vislumbre de uma parcela desse fio temporal que passa a ter importância no todo, na medida em que os cronistas elegem elementos do mundo com base na sua cosmovisão, simultaneamente individual e colectiva.

A análise do texto literário não se remete de forma exclusiva à palavra escrita, mas também a múltiplas vivências do escritor, que envolvem experiências pessoais marcadas pelos contextos geográficos e históricos. A abordagem do discurso literário ou jornalístico, assim como de outros discursos que fazem parte da experiência cultural, está marcada por uma sensibilidade pessoal que articula as vozes que cercam e ajudam a construir o nosso próprio trabalho analítico. Ao adentrarmos o nosso estudo no terreno da Literatura Comparada preparámo-nos, desde logo, para caminhar por veredas diversas do pensamento humano. Nesta instigante empreitada, várias podem ser as escolhas pelas quais o comparatista se aventura, pois, se revela um campo múltiplo e instável como a própria realidade.

No que diz respeito à correspondência de Inglaterra, Eça oferece uma interpretação do mundo inglês num tipo de jornalismo judicativo que exhibe explicitamente marcas de avaliação e julgamento. Baseando-se no seu conhecimento verdadeiro e experiente do espaço que analisa, Eça de Queiroz foca diversos assuntos mas mostra um maior interesse pelas manifestações do imperialismo, pela desigualdade económica e pela apreensão dos traços mais significativos do carácter britânico, em especial uma certa excentricidade de carácter, a hipocrisia e a arrogância.

No entanto, comprova-se, nos seus escritos, uma verdade que ele próprio fez questão de enfatizar – a superioridade cultural e civilizacional britânica, na época vitoriana, face a qualquer outra nação, inclusive a França.

Verbera com especial empenho a política externa inglesa e a sua feição marcadamente imperialista relativamente às questões do Egipto, do Afeganistão e da Irlanda, manifestando a sua exímia faceta de analista que não teme a forte crítica a uma sociedade que se regia pela hipocrisia, pelo orgulho e por uma exacerbada ambição, na qual os grandes valores humanos eram claramente olvidados. Como jornalista analisa a actualidade, de modo imediato, traçando um perfil generalista do inglês no qual evidencia o seu forte apego à tradição e aos seus costumes muito próprios, que considera marcados por uma certa excentricidade.

A arrogância e a superioridade económica, bélica e cultural são outros traços que o cronista vai acentuando ao longo das crónicas sobre o Egipto, a Irlanda e o Afeganistão. Contudo, demarca e louva assazmente a propensão britânica para os aspectos culturais e, nomeadamente, literários, em oposição ao marasmo a que assiste na sociedade portuguesa. Já no que diz respeito ao turismo cultural que arrasta, na época, massas de britânicos entre a classe burguesa, tece mordazes críticas ao modo como estes viajam, assim como à evidente incapacidade em aceitarem e apreciarem as diferentes culturas e civilizações com que tomam contacto, devido, essencialmente, a uma atitude fortemente preconceituosa perante o Outro, ou seja, no confronto com a civilização diferente da sua – a não britânica.

A ideia subsiste na imagem do povo inglês que Eça transmite para os seus leitores brasileiros é vincadamente negativa e pejada de fortes críticas aos poucos valores éticos e morais revelados pelos ingleses, como sejam a “falta de fraternidade, o egoísmo, enfim, os defeitos morais que, segundo ele [Eça], marcavam a civilização do século XIX.”⁶¹⁴

Eça de Queiroz fornece aos seus leitores do outro lado do Atlântico, acima de tudo, uma imagem da conjuntura política e social de uma nação em plena pujança, em detrimento de aspectos mais particulares e efémeros do quotidiano de Inglaterra e do seu povo.

Ao contrário de Guilherme de Azevedo, Eça de Queiroz é o cronista reflexivo que propositadamente se distancia dos factos comezinhos e do bulício da vida exterior para, à sua secretária, analisar a sociedade e os seus caracteres de modo rigoroso e racional, não deixando, contudo, de manifestar toda a sua arte de julgar a realidade que o rodeia num registo opinativo marcado por ásperos juízos morais e intelectuais.

⁶¹⁴ Elza Miné, *Eça de Queirós Jornalista*, op. cit., p. 115.

Guilherme de Azevedo revela uma postura diferente face ao trabalho cronístico, encarando-o primordialmente como uma apurada e fidedigna representação muito viva do real que o cronista percebe. A sua atitude é a de um repórter, uma testemunha ocular que *in loco* transmite a sua visão dos espaços, das figuras, das sensações, dos movimentos de toda uma cidade que percorre incessantemente, como que num frenesim incontrolado de quem tem muito que ver e observar no curto período que a voracidade de Cronos lhe permite.

Assim, o correspondente português em Paris “subia a todos os capitólios, descia a todas as espeluncas”⁶¹⁵ em busca do inusitado acontecimento que merecesse o relato e o seu sagaz e característico reparo. Aliás, este prestigiado cronista é exímio neste processo de seleccionar um pormenor do real a que assiste e em revelá-lo, de um modo quase miniatural, aos seus leitores brasileiros, fornecendo-lhes um retrato muito fiel e verosímil desse contexto europeu desconhecido para a quase totalidade do público receptor dos seus textos, embora venerado pela maior parte dos mesmos, por se tratar da capital da civilização ocidental e, na época, universal, ao nível das artes, da política, das ideias e da vida social.

Os seus textos, peçados de um vigoroso colorido, revelam, tal como na cronística eciana, aqui e ali, uma nota cómica, um dito de incedível espírito que alimentava o interesse dos seus leitores. Ramalho Ortigão revela a faceta deste cronista evidenciando essa sua inexaurível aptidão para a exterioridade, para o pulsar da vida da cidade que tanto fascínio sempre lhe tinha causado, embora soubesse ver nela os seus podres ou os seus aspectos menos dignos. Assim, refere esse carácter errante de Guilherme de Azevedo ao afirmar que:

*quase não tinha casa. Vivia constantemente na rua, nos teatros, nos cafés, nos escritórios dos jornais, nos jardins públicos. Trabalhava sempre, todavia. Todo o acontecimento, todo o personagem, todo o aspecto de rua, de interior ou de paisagem, era por ele considerado neste ponto de vista exclusivo: - assunto de artigo; e apenas achado o assunto, ele começava a redigir o artigo desde logo, mentalmente recolhido em si mesmo, absolutamente alheado a tudo o que se passava em torno dele, respondendo maquinalmente como um sonâmbulo, àqueles que o interrogavam, até que, de repente, fazendo uma reviravolta, desaparecia, para ir escrever rapidamente, ao canto da primeira mesa, o trecho fabricado de memória*⁶¹⁶

⁶¹⁵ Moura Cabral, *Diário da Manhã*, Lisboa, 20-IV-1882.

⁶¹⁶ Ramalho Ortigão, *Diário da Manhã*, Lisboa, 24-IV-1882.

Terá sido mesmo Ramalho Ortigão, um assíduo amigo com quem lidara em Lisboa que o informara dos meandros de Paris, das suas peculiaridades e dos locais de interesse, na sua maioria culturais.

A colaboração que os dois correspondentes mantinham, ao longo destes dois anos, almejava espelhar a vida e as circunstâncias inerentes a cada uma das cidades, não deixando de se constatar a adequação de cada um ao lugar em que se encontra, como se o seu destino estivesse talhado, na época, ao ambiente que os espera – Eça de Queiroz, o perspicaz analista político, o defensor das grandes causas, o humanista apologético da Verdade e da Justiça, o crítico mordaz dos maus costumes sociais; Guilherme de Azevedo, o cronista do quotidiano, o observador atento dos mais prosaicos aspectos da existência humana, da realidade mundana de uma cidade mais regida pela emoção e movida pelo prazer do que pela razão e pela seriedade e fleuma londrinas.

Daí que haja mais vivacidade sensorial e cinestésica nas crónicas azevedinas onde se denota o seu olhar de poeta, de artista imerso em cada pormenor, na captação de uma imensa e sempre deslumbrante sociedade que o atraía pela constante e vertiginosa sucessão de eventos.

Relativamente à recepção da crónica eciana no Rio de Janeiro e tendo em conta o enorme apreço do público brasileiro pelo escritor português, afigura-se-nos que esta terá sido das melhores, como se constata nas palavras da eminente investigadora desse país, Tania Carvalho, ao afirmar que “Eça simbolizou o vínculo natural e desejado com a matriz portuguesa e não houve a preocupação de distingui-lo dos autores brasileiros. Ao contrário, havia por vezes uma inclinação para considerá-lo como parte de um património comum, o da língua portuguesa.”⁶¹⁷ Acrescenta ainda que “o Brasil tomou conta de Eça, escampou-o, nacionalizou-o, e o seu culto tomou proporções de verdadeira epidemia literária”, sendo coadjuvada por Tostes, diplomata tal como Eça, que refere o facto de ser “nas suas crónicas, nos seus bilhetes, nas suas cartas e nas suas notas que ele nos dá a imagem do mundo que lhe tocou viver, menos como figurante do que espectador”.⁶¹⁸

Mais do que noutra género textual, o texto cronístico assenta numa natureza dialógica que ganha forma e expressa-se na interação estabelecida entre o leitor e o seu autor através deste mesmo texto, que, na realidade, funciona como uma espécie de

⁶¹⁷ Tania Franco Carvalho, “Eça de Queirós e o Brasil – Leituras da crítica brasileira”, in *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, op. cit., p.195.

⁶¹⁸ *Idem*, p. 196.

elemento intermediário entre esses interlocutores. Se, por um lado, o cronista, durante o processo de produção precisa ter em mente um leitor imaginário, por outro lado, o leitor na tentativa de atribuir significado ao texto precisa ter em mente o produtor daquele texto. Os possíveis sentidos do texto são assim co-construídos através de uma relação dialética entre o conhecimento do mundo do leitor e o significado inicialmente pretendido pelo autor, passando o texto a só estar plenamente concretizado na relação que se estabelece entre estas duas instâncias.

O próprio romancista português tinha consciência de estar a redigir concomitantemente para os dois periódicos, um de Portugal e outro do Brasil, denominando os seus destinatários como “essas duas colmeias de lusitanos”, não olvidando, para além disso que “lá é tudo em ponto maior”.⁶¹⁹

O escritor e cronista Machado de Assis não deixa por mãos alheias a elegia ao romancista e jornalista português ao dirigir uma missiva ao director da *Gazeta de Notícias*, Henrique Chaves, na qual refere o falecimento de Eça como uma calamidade, considerando-o “o melhor da família, o mais esbelto, o mais válido”, o “profeta” da sua geração.⁶²⁰

Como afirma Eduardo Lourenço, “só na obra de Eça, graças ao seu extraordinário mimetismo cosmopolita, nós temos a sensação de viver com ele e através dele o tempo próprio da segunda metade do século. Século que não foi apenas o da mudança de ritmo na civilização material e de costumes exteriores mas, sobretudo, um tempo que era ele mesmo nova visão do mundo, instalando-nos num presente que se sabia e se dizia *civilizado e moderno*”.⁶²¹ Tal como na sua ficção, Eça soube “tratar ou integrar [...] as questões mais graves e candentes da sua época a propósito dos casos mais superficiais ou mundanos”.⁶²²

As crónicas de Guilherme de Azevedo terão tido igualmente êxito entre os leitores brasileiros da *Gazeta de Notícias* devido essencialmente ao entusiasmo que este cronista imprimia nos seus textos e o seu forte interesse pelos factos relatados. O seu marcado espírito de observação revela-se ao longo das inúmeras crónicas em que dá a possibilidade ao leitor de conhecer e, de algum modo, partilhar a sua vivência e os grandes acontecimentos da cidade que o inspira e que considera a capital universal. O

⁶¹⁹ Eça de Queiroz, *Correspondência* (Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 1, p. 475.

⁶²⁰ Heitor Lyra, *op. cit.*, p.201.

⁶²¹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 36.

⁶²² *Idem*, p.39.

detalhe com que descreve e relata o quotidiano a que assiste e os pequenos ou grandes eventos que selecciona transportam os seus distantes leitores para uma civilização modelar e que claramente os fascinava, através do modo como impregnava as suas crónicas de aspectos sensoriais, transmitindo-lhes o pormenor visual, a fragrância, o toque gustativo, as captações auditivas, o prazer táctil dessa nação que venerava, desde o início mas que, com a sua mente lúcida e perspicaz não deixa de aquilatar.

Segundo Machado & Pageaux, o estudo do Outro, ou seja, neste caso, de um povo e de uma cultura estrangeiros, vai permitir ao investigador encontrar quatro atitudes diferentes face ao mesmo. Assim, pode surgir a *mania*, quando a realidade cultural observada é considerada superior à de origem; a *fobia*, quando a mesma é considerada inferior; a *filia*, se a realidade cultural estrangeira for considerada tão positiva como a do indivíduo que a observa; uma situação em que a cultura diferente nem é considerada positiva nem negativa, podendo vir a tornar-se uma *mania* ou uma *fobia*.⁶²³ Estas atitudes evidenciadas perante o Outro, o estrangeiro, poderão ser encontradas, ou no próprio autor ou na sua produção escrita, seja ela ficcional ou não-ficcional.

Ao se deslocarem para Inglaterra e França, Eça de Queiroz e Guilherme de Azevedo, respectivamente, partem de uma atitude de *mania* face a essas duas nações, pois, a realidade cultural estrangeira é considerada superior à de origem - um Portugal decadente, cultural e socialmente. Porém, para Eça, a sociedade inglesa não era mais do que uma realidade onde reinava a hipocrisia e onde as contradições eram mais que evidentes.

De igual modo, conforme atestam as declarações de Moura Cabral, Guilherme de Azevedo venerava a capital francesa, através do que conhecia desta, num processo de literarização, sendo que “havia muito que o seu ideal era Paris, Paris que ele conhecia apresentado por Bainville, e Richepin, Millaud e Wolff, através do *Figaro* e do *Gilblas* onde Étincelle faz as suas pequenas crónicas elegantes [...] havia muito que a grande capital o seduzia, pelo espírito democrático que avança, pelos seus longos boulevards, entoando hinos revolucionários, levantando barricadas, aclamando Gambetta [...] havia muito que ele queria ver, de perto, todas essas celebridades da política, do vício e da arte, de que ele conhecia, ligeiramente, o perfil, nas páginas da *L'Illustration* da *Vie*

⁶²³ *Op. cit.*, p. 51.

parisienne, ou da *Vie moderne*, espalhar o seu olhar prescrutador pelas avenidas do Bois”.⁶²⁴

Tudo parece disperso, fragmentário, precário e irremediavelmente condenado pela "flecha do tempo". A multiplicidade de textos cronísticos produzidos ao longo de Oitocentos proporcionam-nos, de algum modo, o acesso a uma dimensão que, embora não seja tangível da realidade que tratam, revela-nos projecções (ou facetas), necessariamente contingentes e limitadas, dessa *realidade real*.

Terminaremos aqui a nossa reflexão, sob a influência das sábias palavras de Georges Poulet, deixando, deste modo, a forte crença na individualidade de cada ser humano, que o torna inimitável e de difícil comparação com a sensibilidade do espírito de outrem:

*Chaque être est un ensemble de traits, de gestes, de comportements. Il est dans la couleur de ses yeux, dans le pli de sa bouche, dans le pliant de sa démarche. Il est dans les bosses de son crâne et dans la coupe de ses vêtements. Plus encore, ses meubles, sa maison, sa famille, son métier, ses relations, le lieu qu'il habite, le milieu qu'il fréquente, tout cet espace humain qu'il sillonne ou remplit, tout cela, dans un sens, c'est lui-même ; ou c'est comme une sorte de prolongement et d'expression extérieure de lui-même, qui le livre, non pas seulement au regard physique, mais au regard de l'esprit. Car là où l'œil voit l'objet, le regard de l'esprit voit un signe, et derrière ce signe, cette chose immédiatement pensable, une idée.*⁶²⁵

Almejando impedir a tendência natural vaticinada por Guerra Junqueiro ao afirmar, nesta belíssima imagem, que “o jornalista, salvo excepções muito particulares, é como um indivíduo que se atira às ondas para salvar um naufrago e que vai com ele emaranhado para o fundo do oceano, o fundo tenebroso do esquecimento e do silêncio. Glória efémera.”,⁶²⁶ trazemos de novo à tona estes dois grandes nomes da literatura e do jornalismo português, resgatando-os, mais uma vez, da perigosa voragem de Cronos que tudo arrasta consigo, inclusive os grandes vultos da nossa pátria e das Letras universais.

⁶²⁴ Carlos de Moura Cabral, *Diário da Manhã*, Lisboa, 20-IV-1882, p. 3.

⁶²⁵ Georges Poulet, *Études sur le temps humain I*, Paris, Pocket, 1986, p. 175.

⁶²⁶ Guerra Junqueiro, *Prosas Dispersas*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão Lda., 1921, p. 121.

BIBLIOGRAFIA**ACTIVA**

AZEVEDO, Guilherme de Azevedo, *A Alma Nova*, introd. Manuel Simões, Lisboa, IN-CM, 1981.

AZEVEDO, Guilherme de, *Crónicas de Paris*, Lisboa, IN-CM, 2000.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Álbum das Glórias*, Lisboa, Clássicos Expresso, 2005.

QUEIROZ, Eça de, *Almanaques*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002.

QUEIROZ, Eça de e **ORTIGÃO**, Ramalho, *As Farpas*, Cascais, Principia, 2004.

QUEIROZ, Eça de, *Cartas de Paris*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Cartas Inéditas*, Introdução, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisboa, Edições «O Jornal», 1987.

QUEIROZ, Eça de, *Correspondência*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Correspondência*, 2 Vols., Lisboa, IN-CM, 1983.

QUEIROZ, Eça de, *Correspondência consular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

QUEIROZ, Eça de Queiroz, *Crónicas de Londres*, (prefácio de Eduardo Pinto da Cunha), Lisboa, Editorial Aviz, 1944.

QUEIROZ, Eça de, *Da colaboração no "Distrito de Évora"*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

QUEIROZ, Eça de, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

QUEIROZ, Eça de, *Páginas de Jornalismo: "O Distrito de Évora" (1867)*, (nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro), Porto, Lello & Irmão, 1981.

QUEIROZ, Eça de, *Textos de Imprensa IV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.

QUEIROZ, Eça de, *Textos de Imprensa VI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

QUEIROZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s.d.

PASSIVA**Obras de consulta geral**

AA. VV., *150 Anos com Eça de Queirós*, Anais do III Encontro Internacional de Queirozianos (18 a 21 de Set. 1995), Universidade de S. Paulo, 1995.

AA. VV., *Vária Escrita, nº4*, Actas do Colóquio Internacional de Sintra (Câmara Municipal e Fundação Eça de Queiroz) realizado entre 22 e 25 de Nov. de 1995, na passagem dos 150 anos do nascimento do romancista.

ALBERT, Pierre, *La Presse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973.

AMARAL, Eloy do e **CARDOSO**, Martha (org.) - *Eça de Queiroz "In Memoriam"*, Lisboa, Parceria Pereira, 1922.

ARAÚJO, Carlos (dir.), *Londres, 1851-1901 A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades* (dir. Carlos Araújo), Lisboa, Terramar, 1995.

ASSIS, Machado de, *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

BARBOSA, José de Freitas Amorim, *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

BARTHES, Roland, *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, 1989, p.47.

BERRINI, Beatriz, *Portugal de Eça de Queiroz*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

BUESCU, Helena et al. (orgs.), *A floresta encantada: novos caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa, Dom Quixote, 2001.

BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997.

CÂNDIDO, António et. al., *A Crónica: o género, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTILHO, Júlio de, *Memórias de Castilho*, Tomo IV, Coimbra, 1932.

CARVALHO, Pinto de, *Lisboa D'Outros Tempos*, vol. 2, Lisboa, Fenda, 1991.

CORTESÃO, Jaime, *Eça de Queirós e a Questão Social*, Lisboa, IN-CM, 2001.

CUNHA, Alfredo da, *O Diário de Notícias: A Sua Fundação e os Seus Fundadores: Alguns factos para a história do jornalismo português*, Lisboa, Tipografia Universal, 1914.

CRATO, Nuno, *Comunicação Social. A Imprensa*, Lisboa, Ed. Presença, 1986.

CRUZ, Ireneu, *O Caso Clínico de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 2006.

DIAS, Augusto da Costa, *Discursos sobre a Liberdade de Imprensa – 1821*, Lisboa, Portugália Editora, 1966.

DINES, Alberto, *A Imprensa em Questão*, Campinas, Editorial da Unicamp, 1994.

DIONÍSIO, Mário, “Guilherme de Azevedo”, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, Vol. I, Lisboa, Ática, 1947.

FERREIRA, Alberto e **MARINHO**, Maria José, *Bom Senso e Bom Gosto – A Questão Coimbrã*, vol. II, Lisboa, IN-CM, 1985.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa 1898 – Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

FREIRE, Gilberto, “Prefácio” de *As Farpas* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, 2 vols., Rio de Janeiro, Ed. Dois Mundos, 1943.

GONÇALVES, Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves, *A Imagem da França na Obra Queirosiana Pós-1888*, Braga, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 1998.

GRIMAL, Pierre, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Linda-a-Velha, Difel, 1992, p. 105.

GUEDES, Fernando, “Livros e leitura na primeira metade do século XIX”, *O Livro e a Leitura em Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1987, pp. 117-164.

GUERRA DA CAL, Ernesto - *Lengua e estilo de Eça de Queiroz. Apéndice. Bibliografía queirociana sistemática y anotada e iconografía artística del hombre y la obra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1975-1984, 6 vols.

GUERRA DA CAL, Ernesto - *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, 4ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1981.

HOURCADE, Pierre, *Temas da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

JUNQUEIRO, Guerra, *Prosas Dispersas*, Porto, Chardron, 1921.

JUNQUEIRO, Guerra e **AZEVEDO**, Guilherme de, *Viagem à Roda da Parvónia*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2006.

KAISER, Gerhard, *Introdução à literatura comparada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LECHNER, José, “Jornalismo e Literatura no Despontar da Indústria Cultural do Século XIX”, in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Vila Nova de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos, 1993, pp. 19-27.

LEPECKI, Maria Lúcia, *Eça na Ambiguidade*, 1ª edição, Fundão, Jornal do Fundão, 1974.

LEVY, Hermann, *Monopole, Kartelle und Trusts*, Iéna, 1909.

LICKORISH, L. J. e **KERSHAW**, A. G., *The Travel Trade*, London, Practical Press, 1958.

LIMA, Alceu Amoroso, *O Jornalismo como género literário*, Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1969.

LISBOA, Eugénio, (Org.), *No Eça nem com uma flor se toca – Eça visto por Régio*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.

LOPES, Victor Silva, *Iniciação ao Jornalismo*, 2ª ed., Lisboa, Dinalivro, 1981.

LOURENÇO, Eduardo, *As Saias de Elvira*, Lisboa, Gradiva, 2006.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicação D. Quixote, 1982.

MACHADO, Álvaro Manuel e **PAGEAUX**, Daniel-Henri, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, 1988.

MACHADO, Júlio César e **PINHEIRO**, Rafael Bordalo, *Os Teatros de Lisboa*, Lisboa, Frenesi, 2002.

MAGALHÃES, José Calvet de, *Eça de Queiroz – A Vida Privada*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2000.

MARCHESE, Ângelo e **FORRADELLAS**, Joaquín, *Diccionario de retórica, crítica y terminología literária*, Barcelona, Editorial Ariel, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, Vol. III, 1981.

MARTÍNEZ, Constantino *et. al.*, *Dicionário de Mitologia Clássica*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

MARTINS, António Coimbra, *Ensaio Queirozianos*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1967.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Literatura e Filosofia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1955.

MATOS, A. Campos, *Dicionário de Citações de Eça de Queiroz*, 1ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

MATOS, A. Campos (Org. e Coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

MATOS, A. Campos, *Polémica: Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas - Brasil e Portugal*, 1ª edição, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001.

MATOS, A. Campos (Org. e Coord.), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.

MEDINA, João, “As Farpas ou ‘o riso que peleja’: As Farpas Queirozianas (1871-1872)”, in *Reler Eça de Queiroz – Das Farpas aos Maias*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

MEDINA, João, *Eça de Queiroz e o seu tempo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

MEDINA, João, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

MENEZES, Djacir, *Crítica Social de Eça de Queiroz*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

MEYER, Marlyse, *Folhetim: uma história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud, *A criação literária*, São Paulo, Melhoramentos, 1975.

OLIVEIRA, Alberto D’Oliveira, *Páginas de Memórias*, Lisboa, Portugália Editora, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho, *Costumes e Perfis*, Lisboa, Clássica Editora, 1944.

PAES, José Paulo e **MOISÉS**, Massaud (org. e dir.), *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*, São Paulo, Editora Cultrix, 1967.

PEREIRA, Lúcia Miguel e Câmara Reis (org.) - *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Lisboa / Rio de Janeiro, Edições "Dois Mundos", 1945.

PERRONE-MOISÉS, Leyla, *Flores da Escrivantina*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

PESSOA, Fernando Pessoa, *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Edições Ática, 1993.

- PINHEIRO**, Rafael Bordalo Pinheiro, *O Calcanhar D'Aquiles*, Lisboa, Frenesi, 2005.
- PIRES**, António Machado, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega, 1992.
- PIRES**, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa*, Lisboa, Grifo, 1996.
- PORTELA**, Artur, “Eça de Queiroz e o Jornalismo do Constitucionalismo”, in *La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y América Latina*, Madrid, Universidad Complutense, 1983, pp. 25-30.
- REIS**, Carlos (Coord.), *Eça de Queirós: a escrita do mundo* (por ocasião do centenário da sua morte), 1ª edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.
- REIS**, Carlos e **LOPES**, Ana Cristina, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987.
- RIBEIRO**, Maria Manuela Tavares, *Livros e Leituras no século XIX*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999.
- RIBEIRO**, Maria Manuela Tavares, *Subsídios para a História da Liberdade de Imprensa*, Vol. VI, Coimbra, Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.
- RITA**, Annabela, *No Fundo dos Espelhos – Incursões na Cena Literária*, Porto, Edições Caixotim, 2003.
- RODRIGUES**, Ernesto, *Cultura Literária Oitocentista*, Lisboa, Lello Editores, 1999.

RODRIGUES, Ernesto, *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

ROSA, Vanda Fernandes, *Revista Inglesa: Percursos de Jaime Batalha Reis na Inglaterra Vitoriana*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

SÁ, Jorge, *A crónica*, 3ª ed., São Paulo, Ática, 1987.

SAMPAIO, Albino Forjaz (dir.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942.

SARAIVA, António José, *As ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, (1ª ed. 1947).

SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

SARTRE, Jean- Paul, “Qu’est-ce que la littérature?”, in *Les Temps Modernes*, II, 1947.

SAYERS, Raymond, “A literatura brasileira no Portugal oitocentista – os críticos, os jornais, as revistas”, *Garcia da Orta*, Lisboa, 1972.

SEIXO, Maria Alzira Seixo, *A palavra do romance - Ensaios de genologia e análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

SERPA, Phoncion, *Francisco Otaviano*, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira, 1952.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. III, 1971.

SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas para a História de Portugal no século passado:*

ensaios, I, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

SIMÕES, Maria João Albuquerque Figueiredo, *Ideias Estéticas em Eça de Queiroz*, Coimbra, Tese de doutoramento, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa do Brasil*, São Paulo, Graal, 1977.

SOUSA, J.M. Mota, **VELOSO**, Lúcia M.M., *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*, Coimbra, 1987.

SOUTO, José Correia de (dir.), *Dicionário da Literatura Portuguesa*, Braga, Marujo Editora, 1987.

TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

TREPA, José (org.), *Eça de Queiroz Visto pelos seus Contemporâneos*, Porto, Lello e Irmão, 1945, p. 289.

TRINDADE, Luís, *Primeiras Páginas: O Século XX nos jornais portugueses*, Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

VARGUES, Isabel Nobre, “A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. XXIV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 67-79.

VENÂNCIO, Fernando, *Objectos Achados Ensaios Literários*, Porto, Edições Caixotim, 2002.

VERDE, Cesário, *O Livro de Cesário Verde*, introdução de Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Biblioteca Ulisseia, 1993.

VIANNA, Hélio, *Contribuição à história da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

VIANNA, Hélio, *D. Pedro I, jornalista*, São Paulo, Melhoramentos, 1967.

WEILL, Georges, *Le Journal: Origines, évolution et rôle de la presse périodique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1934.

Revista Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Nº 9-10, Lisboa, Instituto Camões, Abril-Setembro 2000.

Obras específicas

BANDEIRA, Manuel, “Correspondência de Eça de Queiroz para a Imprensa Brasileira”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Edições Dois Mundos, 1945.

BAPTISTA, Jacinto, “Eça Jornalista”, in A. Campos Matos (org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1993.

BERRINI, Beatriz, “Eça de Queiroz, Jornalista”, in *Eça de Queiroz, Obra Completa*, Volume III, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000.

BRASIL, Jaime, “Eça de Queiroz, Jornalista”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Edições Dois Mundos, 1945.

CASTILHO, Guilherme (org.), *Eça de Queiroz: Correspondência*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

CAVALCANTI, Paulo, *E.Q. Agitador no Brasil*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d (1972).

CORTESÃO, Jaime, *Eça de Queirós e a Questão Social*, 2ª edição, Lisboa, IN-CM, 2001.

FARO, Arnaldo da Costa – *Eça e o Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Editora Nacional, 1977.

GONÇALVES, Henriqueta Maria de Almeida, “A Crónica e o romance pós 1888: interações”, in *150 Anos com Eça de Queirós. III Encontro Internacional de Queirozianos*, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, 1997.

GONÇALVES, Henriqueta Maria de Almeida, *A Imagem da França na Obra Queirosiana Pós-1888*, Braga, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 1998.

GRUAS, Marc, « La fabrique de journalisme d'Eça de Queirós: procédés d'écriture des chroniques parisiennes de la *Gazeta de Notícias* de Rio de Janeiro » (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Toulouse- Le Mirail), 2002.

LUCAS, Maria Helena Batista, *Guilherme de Azevedo na Geração de 65 – O Homem e a Obra*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, 1941-42.

LYRA, Heitor, *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1965.

MARQUES, Eulália Maria D. Teigas, *Guilherme de Azevedo e as Relações Culturais entre Portugal e o Brasil - Subsídios para a sua História (1878-1882)*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa), 1997.

MINÉ, Elza, “Eça de Queirós e a imprensa brasileira”, in *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, 1989.

MINÉ, Elza, *Eça de Queiroz, Jornalista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

MINÉ, Elza, *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo do século XIX*, 1ª edição, São Paulo: Atelier Editorial, 2000.

MINÉ, Elza, “Posições de leitura: textos de imprensa de Eça de Queiroz para a *Gazeta de Notícias*” in *Queirosiana*, nº 5/6, Dez. de 1993/Julho de 1994.

OUTEIRINHO, Fátima, “A imprensa periódica e o folhetim na vida do homem de letras oitocentista” in *Outras Faces de Eça de Queirós. Um mês com Eça centenário*, Porto, FLUP, 2000.

OUTEIRINHO, Fátima, *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

RITA, Annabela de Carvalho Vicente, *Da “Chronica” do Distrito de Évora às Farpas: a Conformação da Crónica Queirosiana*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

RITA, Annabela, *Eça de Queirós Cronista*, Lisboa, Cosmos, 1998.

RODRIGUES, Ernesto, *Crónica Jornalística – Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

SÁ, Maria das Graças Moreira, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

SANTANA, Maria Helena Jacinto, *Imagens da França nas Crónicas de Eça de Queiroz*, Coimbra, 1987 (Dissertação de Mestrado).

STONE, Paula Cristina Furtado, *A Imagem da Europa na Obra de Eça de Queirós*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999.

Periódicos

Almanaque Guilherme de Azevedo, Lisboa, 1884.

Artes e Letras, Lisboa, Agosto de 1873.

A Semana, Vol. II, nº 5, Lisboa, Fevereiro de 1851.

A Actualidade: Noites de Insónias, Porto, Março de 1874.

A Ilustração Luso-Brasileira, Lisboa, 26-VII-1856.

A Pátria, Lisboa, 8-II-1900.

Arquivo Pitoresco, nº 1 (1857-1858).

A Revolução de Setembro, Lisboa, 26-I-1862.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 8-VII-1862.

A Revolução de Setembro, 29-VI-1865.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 9-VI-1878.

Correio de Lisboa, Lisboa, 15-IX-1839.

Diário da Manhã, Lisboa, 9-IV-1882.

Diário da Manhã, Lisboa, 12-IV-1882.

Diário da Manhã, Lisboa, 20-IV-1882.

Diário da Manhã, Lisboa, 24-IV-1882.

Diário de Notícias, Lisboa, 29-XII-1864.

Diário de Notícias, Lisboa, 22-VIII-1898.

Diário do Governo, nº 29, de 27-IV-1838.

Diário Ilustrado, Lisboa, Junho de 1872.

Diário Popular, 22-III-1950.

Dispersos I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

Distrito d'Évora, Évora, 6-I-1867, p. 3, col.1.

Distrito de Évora, nº 16, Évora, 3-III-1867.

Expresso n.º 434, 21-II-1981.

Gazeta de Portugal, Lisboa, 15-VI-1867.

Gazeta do Povo, Lisboa, 5-V-1870.

Jornal do Comércio, Lisboa, 25-II-1868.

Jornal do Comércio, Lisboa, 21-I-1869.

Jornal do Comércio, Lisboa, 13-IV-1882.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 6-II-1853.

O Alfageme, Santarém, 22-VI-1871.

O Campino, Vila Franca de Xira, 30-VI-1883.

O Cronista, Porto, 11-III-1827.

O Cronista, Porto, 11-III-1827.

O Ocidente, Lisboa, 1-I-1878.

O Ocidente, Lisboa, 15-VII-1878.

O Ocidente, Lisboa, 15-XI-1878.

O Ocidente, Lisboa, 15-I-1880.

O Ocidente, Lisboa, 15-IX-1880.

O Panorama, nº 1, de 6 de Maio de 1837.

O Panorama, nº 5, 1841.

O Panorama, nº 36, de 6-I-1838.

O Panorama, Lisboa, 7-I-1843.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 12-VIII-1869.

O Primeiro de Janeiro, 22-II-1880.

O Repórter, Lisboa, 2-I-1888.

O Sampaio da Revolução de Setembro, Paris, 1859.

O Século, 8-VI-1880.

Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, Lisboa, Outubro 1859.

Revista de Lisboa, Lisboa, 15-X-1858.

Revista Ocidenta, nº 2, vol. I, 28-II-1875, pp. 235-244.

Revista Popular, nº 48, Lisboa, 9-II-1850.

Revista Kosmos, Rio de Janeiro, 1905.

Semana Teatral, Lisboa, 24-IX-1866.

